



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

Mestrado em Educação – Variante de Administração Escolar

**A Cartografia Educacional de um Território como Factor Enriquecedor da
Oferta Educativa: O Caso do Agrupamento de Escolas N.º 4 de Évora**

João António Brinquete Romão

**Dissertação apresentada para obtenção do grau de
Mestre em Educação**

Orientador: Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

Évora, 2008



UNIVERSIDADE DE ÉVORA
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

Mestrado em Educação – Variante de Administração Escolar

**A Cartografia Educacional de um Território como Factor Enriquecedor da
Oferta Educativa: O Caso do Agrupamento de Escolas N.º 4 de Évora**

João António Brinquete Romão

Dissertação apresentada para obtenção do grau de
Mestre em Educação

169 792

Orientador: Professor Doutor José Carlos Bravo Nico

Évora, 2008

Agradecimentos

O trabalho que a seguir se apresenta, só foi possível realizar-se, mediante a disponibilidade manifestada pelas várias entidades e instituições questionadas, pelo que aqui deixo o meu agradecimento a todos os que, de uma forma ou de outra, contribuíram para a sua concretização.

A minha gratidão ao Professor Doutor José Carlos Bravo Nico, responsável pela orientação deste trabalho, a quem devo o inestimável e sempre presente apoio, saber, estímulo e confiança e cujos conselhos e críticas foram determinantes ao longo do trabalho.

Para terminar agradeço e dedico este trabalho à Alice, ao João Miguel e à minha família, pelo apoio sempre presente, pela força dada e pelos momentos de convívio e de afecto que se perderam neste período.

Resumo

A presente dissertação teve como linha de rumo a questão de partida: *De que forma é que a existência de ambientes de aprendizagem não formal e informal no território/comunidade pode enquadrar e reforçar as aprendizagens formais e a relação com a escola?*

Através duma abordagem teórica que inclui uma revisão bibliográfica e a análise de normativos legais que abordam e regulamentam a área em que decorre o nosso estudo, procurámos dar resposta aos seguintes objectivos: a) efectuar a cartografia institucional do território educativo do Agrupamento de Escolas nº4 de Évora; b) conhecer o potencial educativo existente nas associações e instituições localizadas no território; c) identificar instituições que possibilitem novas ofertas educativas e possam promover e potenciar o sucesso educativo, d) avaliar a oferta local de ambientes de aprendizagem e a sua disponibilidade para a promoção de parcerias educativas.

Ao nível do estudo empírico e como forma de dar resposta às questões da investigação, optámos por uma metodologia mista (quantitativa/qualitativa), numa aproximação conceptual ao estudo de caso, tendo recorrido ao inquérito por questionário, aplicado como técnica de recolha de dados.

Após a apresentação dos dados disponíveis, sua análise e interpretação, apurámos as seguintes conclusões: a) as instituições objecto do nosso estudo constituem um recurso do qual este Agrupamento não pode prescindir para a prossecução da sua acção educativa; b) estas instituições desenvolvem no seu seio uma considerável quantidade de actividades que envolvem aprendizagens; c) estas instituições estão receptivas à promoção de parcerias com o Agrupamento; d) estas instituições, pela área de actividade desenvolvida e pelo desenvolvimento de actividades com aprendizagem, podem potenciar novas ofertas educativas; e) estão reunidas as condições, nesta comunidade educativa, para a construção duma *Carta Educativa de Agrupamento* envolvendo todos os ambientes de aprendizagem disponíveis.

No final da nossa dissertação expressámos as recomendações e sugestões que possam potenciar futuras investigações

Abstract

The importance of the creation/implementation of an educational chart in the 4th Group of Schools of Évora as a factor that can create educational synergies

The following dissertation had, as a basis, the starting question (How can the existence of formal and informal environments in the territory/community regulate and reinforce the formal apprenticeships and the relationship with the school?). Through a theoretical approach and bibliographical and an analysis of legislation concerning to the area of our study we have tried to answer to the following objectives: a) create an institutional map of the educative territory of 4th Group of Schools of Évora; b) understand the educational potential of the institutions and associations in the territory; c) identify the institutions that may offer new educational offers that promote and may increase the educational success and d) evaluate the local offer of apprenticeship environments and their willingness to promote educational partnerships.

In terms of empirical study and as a way to answer the questions of our investigation we have opted to use a *mixed quantitative/qualitative methodology* in a conceptual approach to the case study having used a survey by questionnaire which was used as a technique for data collection.

After the presentation of the available data, we have analyzed and interpreted it and got to the following conclusions: a) the institutions that we have studied are a resource that our Group of Schools must use to fulfill its educational action; b) these institutions create inside themselves a considerable amount of activities that involve apprenticeships; c) these institutions are receptive to the creation of partnerships with the group; d) these institutions may create new educational offers because of their activity area and their development of apprenticeship activities; e) there are conditions, in this educational community for the creation of a real Educational Chart for the 4th Group of Schools concerning all the learning environments.

At the end of our dissertation we express our recommendations and suggestions that may help in future investigations

ÍNDICE

Introdução	1
Parte I – Fundamentação Teórica	4
Capítulo 1 – Educação e Comunidade Educativa: Análise Reflexiva	5
1.1 – Educação: breve reflexão	6
1.2 – Aprendizagem: breve reflexão	13
1.3 – O Currículo como Contexto de Aprendizagem	20
1.4 – Os Diferentes Contextos de Aprendizagem	25
1.5 – A Construção da Autonomia Escolar	31
1.6 – O Projecto Educativo como Instrumento da Autonomia	37
1.7 – A Comunidade Educativa versus Território	42
1.8 – A Constituição de Parcerias Educativas	46
1.9 – A Construção da Carta Educativa	49
Capítulo 2 – Educação e Comunidade Educativa: Disposições Legais	55
2.1 – A Lei de Bases do Sistema Educativo	56
2.2 – O Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Pré - Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário	61
2.2.1 – O Decreto-Lei nº43/89, de 3 de Fevereiro	61
2.2.2 – O Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio	64
2.2.3 – O Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de Abril	66
2.3 – A Reorganização Curricular do Ensino Básico	70
2.3.1 – O Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação nº4A/2001, de 28 de Fevereiro e Decreto-Lei nº209/2002 de 17 de Outubro	70
2.4 – Os Instrumentos Locais de Política Educativa	72

2.4.1 – A Lei 159/99, de 14 de Setembro	72
2.4.2 – O Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro, Alterado pela Lei nº41/2003 de 22 de Agosto	73
2.4.3 – O Despacho nº22251/2005, II Série, de 25 de Outubro	76
2.4.4 – O Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de Junho	77
2.4.5 – O Despacho nº14460/2008, de 26 de Maio	78
2.4.6 – A Carta das Cidades Educadoras	80
Capítulo 3 – Contexto e Caracterização Geral do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora	82
3.1 – Da EB 2/3 de Évora ao Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora	83
3.2 – Contextualização Territorial	85
3.3 – Recursos Humanos	87
3.3.1 – Alunos	87
3.3.2 - Pessoal Docente	88
3.3.3 - Pessoal Não Docente	89
3.4 – Projecto Educativo	90
3.4.1 - Prioridades e Objectivos	90
3.4.2 – Estratégias e Planos de Acção	93
3.5 - Organização e Gestão do Agrupamento	96
3.5.1 – Estruturas de Gestão	96
3.5.2 - Gestão Pedagógica	97
3.6 – Ligação à Comunidade	99
3.6.1 – Participação dos Pais e Encarregados de Educação na Vida da Agrupamento	99
3.6.2 – Participação da Autarquia e Instituições Locais na Vida do Agrupamento	100
3.7 – Resultados	100
3.7.1 – Avaliação Sumativa	100
3.7.2 – Exames Nacionais	107
3.7.3 – Avaliação Aferida	108

3.7.4 – Resultados Sociais da Educação	110
3.8 – Plano de Acção para a Melhoria do Sucesso	112
Capítulo 4 – A Comunidade Educativa: Caracterização Demográfica, Sócio - Económica e Institucional do Território do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora	116
4.1 – O Concelho de Évora	117
4.1.1 – Enquadramento Territorial	117
4.1.2 – Distribuição Geográfica das Freguesias	117
4.1.3 – Análise Demográfica – Evolução da População Residente	119
4.1.4 – Estrutura Etária da População Residente	123
4.1.5 – Nível de Instrução	125
4.1.6 – Análise Sócio - Económica	126
4.2 – Freguesia de S. Bento do Mato	131
4.2.1 – Análise Demográfica	131
4.2.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional	133
4.3 – Freguesia de Bacelo	135
4.3.1 – Análise Demográfica	135
4.3.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional	136
4.4 – Freguesia de Canaviais	138
4.4.1 – Análise Demográfica	139
4.4.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional	140
4.5 – Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor	142
4.5.1 – Análise demográfica	143
4.5.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional	144
4.6 – Freguesia de Nossa Senhora de Machede	146
4.6.1 – Análise demográfica	146
4.6.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional	147
4.7 – Freguesia de S. Miguel de Machede	149
4.7.1 – Análise demográfica	150
4.7.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional	151

Parte II – A Investigação	154
Capítulo 5 – Metodologia e Técnicas Utilizadas	155
5.1 – Metodologia do Trabalho de Campo	156
5.2 – Estudo de Caso	160
5.3 – Identificação do Problema	161
5.4 – Objectivos da Investigação	162
5.5 – Identificação das Várias Fases do Processo	162
5.6 – Universo e Amostra	164
5.7 – Inquérito por Questionário Aplicado	165
5.8 – A Fiabilidade e Validade da Investigação	168
Capítulo 6 – Análise e Interpretação dos dados	170
6.1 – Dados relativos à análise e interpretação dos inquéritos por questionário aplicado	171
6.2 – Cartografia Institucional do Agrupamento Nº 4 de Escolas de Évora	172
6.2.1 - Caracterização do tipo de instituição	172
6.2.2 - Distribuição das instituições por freguesia	173
6.2.3 - Distribuição do número de associados / proprietários	174
6.2.4 - Data de fundação	174
6.2.5 - Interrupção de actividade	175
6.2.6 - Natureza estatutária	175
6.2.7 - Natureza jurídica e funcional	176
6.2.8 - Área de actividade	177
6.2.9 – Plano de Actividades	177
6.2.10 – Funcionamento	178
6.2.11 – Organização, Contabilidade e Administração	179
6.3 – Estabelecimento de parcerias	182
6.3.1 – Parcerias estabelecidas com protocolo	182
6.3.2 – Outro tipo de relacionamento	183
6.4 – Projectos envolvendo aprendizagens	183

6.5 - Caracterização da actividade que envolve a aprendizagem	184
6.5.1 - Responsabilidade da concepção da actividade	184
6.5.2 - Responsabilidade pela concretização da actividade	184
6.5.3 – Formadores	185
6.5.4 – Objectivos da actividade	185
6.6 - Intervenientes na actividade	186
6.6.1 – Público – alvo	186
6.6.2 – Grupo específico	186
6.6.3 – Faixa etária	187
6.6.4 – Número de participantes	187
6.7 – Local de realização, duração e horário da actividade	188
6.8 – Avaliação e certificação da aprendizagem	189
6.9 – Financiamento da actividade	190
6.10 – Estabelecimento de parcerias	191
6.10.1 – Parcerias estabelecidas	191
6.10.2 - Natureza estatutária das instituições parceiras	192
6.10.3 – Localização das instituições parceiras	192
6.10.4 – Grau de formalidade da parceria	193
6.11 – Recursos utilizados	193
6.12 - Natureza da participação	194
6.13 – Relevância das aprendizagens	194
6.14 - Parcerias com o Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora	195
6.14.1 – Disponibilidade para formalização de parcerias	195
6.14.2 – Projectos de parcerias educativas	195
Capítulo 7 – Cartografia Educacional do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Escolas de Évora: conclusões	197
7.1 – Identificação das Instituições	198
7.2 – Caracterização das Instituições	199
7.3 - Caracterização das Actividades que Envolvem Aprendizagens	200
7.4 – Estabelecimento de Parcerias	202
7.5 – Nova Oferta Educativa	204

7.5.1 – Ensino Especial	205
7.5.2 – Estatuto do Aluno	207
7.5.3 – Cursos de Educação Formação	209
7.6 – Um Novo Paradigma de Carta Educativa	212
Capítulo 8 – Considerações Finais	215
8.1 – Nível Crítico da Investigação	216
8.2 – Nível Crítico para o Investigador	218
8.3 – Sugestões e Recomendações	219
Bibliografia	223
Webliografia	233
Legislação	234
Anexos	237
Anexo 1 – Matriz de caracterização institucional das freguesias	238
Anexo 2 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Bento do Mato	241
Anexo 3 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de Bacelo	244
Anexo 4 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de Canaviais	249
Anexo 5 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de Graça de Divor	253
Anexo 6 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora de Machede	256
Anexo 7 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Miguel de Machede	259
Anexo 8 – Matriz resultados apurados da caracterização institucional oriunda da cartografia	262

Anexo 9 – Matriz de explicação da classificação	264
Anexo 10 – Matriz de caracterização institucional de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento	266
Anexo 11 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Bento do Mato de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento	270
Anexo 12 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Bacelo de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento	275
Anexo 13 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Canaviais de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento	282
Anexo 14 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento	288
Anexo 15 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora de Machede, de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento	292
Anexo 16 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Miguel de Machede, de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento	297
Anexo 17 – Matriz de caracterização institucional do Agrupamento de acordo com o critério da utilidade	302
Anexo 18 – Matriz de caracterização institucional do Agrupamento como factor potenciador de novas ofertas educativas	320
Anexo 19 – Instituições com carácter educativo no Agrupamento	338
Anexo 20 – Instituições com carácter educativo na freguesia de Horta das Figueiras	341
Anexo 21 – Questionário das Aprendizagens Institucionais – Q.A I. (I)	343
Anexo 22 – Questionário das Aprendizagens Institucionais – Q.A I. (II)	349

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Constituição do Agrupamento de Escolas Nº 5 de Évora	84
Tabela 2 – Constituição do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora	85
Tabela 3 – Alunos do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora, por ciclo de ensino e escalão de acção social escolar	87
Tabela 4 – Proveniência, por freguesia, dos alunos do Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora	88
Tabela 5 – Pessoal docente do Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora	88
Tabela 6 – Pessoal não docente do Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora	90
Tabela 7 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07	101
Tabela 8 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07, por disciplina – 5º ano	102
Tabela 9 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07, por disciplina – 6º ano	103
Tabela 10 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07, por disciplina – 7º ano	104
Tabela 11 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07 por disciplina – 8º ano	105
Tabela 12 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07, por disciplina – 9º ano	106
Tabela 13 – Assiduidade e procedimentos disciplinares	112
Tabela 14 – Indicadores de referência e objectivos do plano de melhoria	115
Tabela 15 - Unidades Geográficas e Freguesias do Concelho de Évora	118
Tabela 16 – Evolução da população e das famílias residentes (1960-2001)	119

Tabela 17 - Evolução da população residente no concelho de Évora, 1960 - 2001	120
Tabela 18 - Evolução da população residente nas freguesias da área rural (1970-2001)	122
Tabela 19 – Estrutura etária da população residente no concelho de Évora de 1981 a 2001	123
Tabela 20 – Índice de envelhecimento (1) e de dependência (2) por grandes grupos etários, em 2001	124
Tabela 21 – População residente, segundo o nível de instrução, por freguesia, em 2001	125
Tabela 22 – Produto Interno Bruto Regional (2005-2006)	126
Tabela 23 - Distribuição dos estabelecimentos por sector, em Évora, segundo a dimensão (em nº de trabalhadores), em 2001	127
Tabela 24 – Desemprego registado no concelho de Évora, em Dezembro de 2007, segundo o nível etário	128
Tabela 25 - Evolução da população residente na freguesia de S. Bento do Mato, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001	132
Tabela 26 - Projecção da população residente na freguesia de S. Bento do Mato para 2006, 2011 e 2016	132
Tabela 27 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida, na freguesia de S. Bento do Mato, em 2001	133
Tabela 28 – Principais grupos económicos, na freguesia de S. Bento do Mato, em 2001	134
Tabela 29 – Caracterização institucional da freguesia de S. Bento do Mato	134
Tabela 30 - Evolução da população residente na freguesia de Bacelo, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001	135
Tabela 31 - Projecção da população residente na freguesia de Bacelo para 2006, 2011 e 2016	136
Tabela 32 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal	

meio de vida na freguesia de Bacelo, em 2001	137
Tabela 33 – Principais grupos económicos, na freguesia de Bacelo, em 2001	133
Tabela 34 – Caracterização institucional da freguesia de Bacelo	138
Tabela 35 - Evolução da população residente na freguesia de Canaviais, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001	139
Tabela 36 - Projecção da população residente na freguesia de Canaviais para 2006, 2011 e 2016	140
Tabela 37 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de Canaviais, em 2001	141
Tabela 38 – Principais grupos económicos, na freguesia de Canaviais, em 2001	141
Tabela 39 - Caracterização institucional da freguesia de Canaviais	142
Tabela 40 - Evolução da população residente na freguesia de Graça de Divor, taxa de variação 1991 – 2001, índices de envelhecimento e de dependência, em 2001 e taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001	143
Tabela 41 - Projecção da população residente na freguesia de Graça de Divor para 2006, 2011 e 2016	143
Tabela 42 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de Graça de Divor, em 2001	144
Tabela 43 – Principais grupos económicos, na freguesia de Graça de Divor, em 2001	145
Tabela 44 - Caracterização institucional da freguesia de Graça de Divor, em 2001	145
Tabela 45 - Evolução da população residente na freguesia de Nossa Senhora de Machede, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001	146
Tabela 46 - Projecção da população residente na freguesia de Nossa Senhora de Machede para 2006, 2011 e 2016	147
Tabela 47 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal	

meio de vida na freguesia de Nossa Senhora de Machede, em 2001	148
Tabela 48 – Principais grupos económicos, na freguesia de Nossa Senhora de Machede, em 2001	148
Tabela 49 – Caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora de Machede	150
Tabela 50 - Evolução da população residente na freguesia de S. Miguel de Machede, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001	150
Tabela 51 - Projecção da população residente na freguesia de S. Miguel de Machede para 2006, 2011 e 2016	150
Tabela 52 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de S. Miguel de Machede, em 2001	151
Tabela 53 – Principais grupos económicos, na freguesia de S. Miguel de Machede, em 2001	151
Tabela 54 – Caracterização institucional da freguesia de Nossa S. Miguel de Machede	152
Tabela 55 - Dimensão, instrumentos e técnicas utilizadas na investigação	159
Tabela 56 – Instituições estudadas, segundo a classe de actividade	165
Tabela 57 - Caracterização das instituições constituintes da amostra seleccionada	172
Tabela 58 - Distribuição das instituições inquiridas por freguesia	173
Tabela 59 - Distribuição do número de associados / proprietários	174
Tabela 60 - Data de fundação das instituições	174
Tabela 61 - Interrupção de actividade por parte das instituições	175
Tabela 62 - Natureza estatutária das instituições	175
Tabela 63 - Natureza jurídica e funcional das instituições	176
Tabela 64 - Área de actividade desenvolvida pelas instituições	177
Tabela 65 – Elaboração de Plano de Actividades	177
Tabela 66 – Tipo de funcionamento das instituições	178
Tabela 67 - Horário de funcionamento das instituições	178

Tabela 68 – Forma de acesso do público às instituições	179
Tabela 69 – Recursos humanos existentes nas instituições	179
Tabela 70 – Contabilidade e administração	179
Tabela 71 – Realização de reuniões de Direcção	180
Tabela 72 – Realização de actas de reuniões de Direcção	180
Tabela 73 - Realização de reuniões de Assembleia	181
Tabela 74 - Realização de actas de reuniões de Assembleia	181
Tabela 75 – Ocorrência de outro tipo de reuniões	181
Tabela 76 - Estabelecimento de parcerias com outras instituições	182
Tabela 77 - Estabelecimento de parcerias com protocolo	182
Tabela 78 - Outro tipo de relacionamento institucional	183
Tabela 79 – Existência de projectos que envolvem aprendizagens	183
Tabela 80 - Responsabilidade pela concepção das actividades que envolvem aprendizagens	184
Tabela 81 – Responsabilidade pela concretização das actividades que envolvem aprendizagens	184
Tabela 82 – Formadores das actividades que envolvem aprendizagens	185
Tabela 83 – Objectivos das actividades	185
Tabela 84 – Público-alvo das actividades	186
Tabela 85 – Grupo específico envolvido nas actividades	186
Tabela 86 – Faixa etária dos participantes nas actividades	187
Tabela 87 – Número de participantes nas actividades	187
Tabela 88 – Número de participantes nas actividades, por sexo	187
Tabela 89 – Local de realização das actividades	188
Tabela 90 – Duração das actividades	188
Tabela 91 – Horário em que as actividades decorrem	189
Tabela 92 – Avaliação das aprendizagens	189
Tabela 93 – Certificação das aprendizagens	190
Tabela 94 – Financiamento das actividades	190
Tabela 95 – Natureza do financiamento das actividades	191
Tabela 96 – Estabelecimento de parcerias para a concretização das actividades	191
Tabela 97 – Natureza estatutária das instituições parceiras	192

Tabela 98 – Localização das instituições parceiras	192
Tabela 99 – Grau de formalidade das parcerias estabelecidas	193
Tabela 100 – Recursos utilizados na concretização das actividades	193
Tabela 101 – Natureza da participação dos intervenientes nas actividades	194
Tabela 102 – Relevância das aprendizagens realizadas	194
Tabela 103 – Disponibilidade para formalização parcerias com o Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora	195
Tabela 104 – Projectos a desenvolver com o Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora através de parcerias educativas	195
Tabela 105 - Instituições com ambientes de aprendizagens disponíveis, potenciadoras de novas ofertas educativas, na dimensão Ensino Especial	206
Tabela 106 - Instituições com ambientes de aprendizagens disponíveis, potenciadoras de novas ofertas educativas, na dimensão Estatuto do Aluno	208
Tabela 107 - Instituições com ambientes de aprendizagens disponíveis, potenciadoras de novas ofertas educativas, na dimensão Cursos de Educação Formação	211

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Exames do 9º ano – Língua Portuguesa	107
Gráfico 2 - Exames do 9º ano – Matemática	107
Gráfico 3 – Avaliação aferida de 4º ano - Língua Portuguesa	108
Gráfico 4 – Avaliação aferida de 4º ano – Matemática	109
Gráfico 5 – Avaliação aferida de 6º ano - Língua Portuguesa	109
Gráfico 6 – Avaliação aferida de 6º ano – Matemática	110
Gráfico 7 - Evolução da população residente no concelho de Évora (1960 – 2001)	120
Gráfico 8 – Distribuição dos principais grupos sócio – económicos, no concelho de Évora, em 2001	129

Gráfico 9 – Distribuição dos principais grupos sócio – económicos, no Centro Histórico, em 2001	129
Gráfico 10 – Distribuição dos principais grupos sócio – económicos, na Cidade Extra-muros e Zona de Transição, em 2001	130
Gráfico 11 – Distribuição dos principais grupos sócio – económicos, na Área Rural, em 2001	130
Índice de Figuras	
Figura 1 – Estrutura etária da população residente no concelho de Évora de 1981 a 2001	124
Índice de Mapas	
Mapa 1 – Enquadramento do Concelho de Évora	117
Mapa 2 – Freguesias do Concelho de Évora/Freguesias do território do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora	118
Índice de Esquemas	
Esquema 1 – Os três sectores do Sistema Educativo	29

Introdução

É no terreno que os problemas acontecem e terá de ser aí que deverão ser encontradas as soluções para os resolver, de forma integrada e ajustada ao aluno, envolvendo a escola e as instituições da comunidade. Desta interacção podem os diferentes actores retirar óbvios benefícios.

É no sentido de encontrar caminhos nesta direcção que se situa este projecto de investigação.

O interesse pelo tema surgiu em função do nosso interesse pessoal e profissional.

Do interesse pessoal, porque, desde muito cedo, a estreita relação com o mundo associativo e do trabalho deu-nos um conhecimento das suas dificuldades de funcionamento, mas também dos seus recursos e capacidades, potenciadores, desde sempre, de aprendizagens no espaço dessas organizações.

Do interesse profissional, em função da actividade desempenhada no cargo que actualmente exercemos no Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora (adiante designado por AE4E), da representação do pessoal docente do ensino básico no Conselho Municipal de Educação (concelho de Évora) e da recente aprovação e posterior monitorização, nesse órgão, da Carta Educativa do Concelho de Évora. Da intersecção de todos estes factores, vamos, ao longo deste projecto, traçar as bases para um eventual novo paradigma de Carta Educativa.

A nossa investigação iniciou-se a partir da identificação do problema/ questão de partida: *De que forma é que a existência de ambientes de aprendizagem não formal e informal no território/comunidade pode enquadrar e reforçar as aprendizagens formais e a relação com a escola?*

Os objectivos da nossa investigação são:

- 1 - Efectuar a cartografia institucional do território educativo do Agrupamento de Escolas nº4 de Évora, em relação ao ano de 2007;
- 2 - Proceder à organização da recolha realizada, de acordo com o critério de utilidade para o Agrupamento de Escolas nº4 de Évora;
- 3 - Identificar instituições que possibilitem novas ofertas educativas promotoras e potenciadoras do sucesso educativo;

4 - Caracterizar as instituições com carácter educativo em cada freguesia, tendo em atenção a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais, não formais e informais nessas instituições;

5 – Relacionar / avaliar a oferta local de ambientes de aprendizagem e a sua disponibilidade, tendo em vista a possível promoção de parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas nº4 de Évora;

6 – Obter informações que possam contribuir para outros estudos similares.

Para a prossecução destes objectivos, definimos as seguintes questões orientadoras da investigação:

1 - Que potencial educativo existe nas associações e instituições da área do Agrupamento de Escolas nº 4 de Évora?

2 - Estarão essas associações e instituições interessadas na formação de parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas nº 4 de Évora?

3 - Será possível definir (e como) caminhos conjuntos que possam ser percorridos nesse projecto de parcerias?

Relativamente à estrutura desta dissertação, optámos por organizar oito capítulos, que se estruturam da seguinte forma:

No capítulo 1, procuramos definir conceitos, fazendo uma abordagem teórica e de revisão bibliográfica de vários conceitos que consideramos estruturantes para a presente dissertação: educação, aprendizagem, currículo, projecto educativo, autonomia, comunidade educativa, território, parceria educativa e carta educativa.

No capítulo 2, analisamos os normativos legais que regulamentam a área em que decorre o nosso estudo.

No capítulo 3, caracterizamos a comunidade escolar nos quadrantes: pedagógico, organizacional, humano, material, de aproveitamento escolar dos alunos e os apoios que lhes são prestados. Também analisaremos a estrutura organizativa dos órgãos de administração e de gestão intermédia do Agrupamento.

No capítulo 4, caracterizamos a comunidade de que faz parte o AE4E, com base em indicadores, de acordo com os objectivos do nosso estudo, nos seus múltiplos aspectos: demográficos, sociais, económicos e nível de instrução. Efectuaremos ainda a caracterização institucional do território.

No capítulo 5, tratamos da fundamentação da metodologia adoptada, numa perspectiva qualitativa/quantitativa, os instrumentos de pesquisa utilizados e descrevemos os passos que nos acompanharam ao longo do trabalho empírico.

No capítulo 6, procedemos à apresentação dos dados disponíveis, à sua análise e interpretação dos resultados.

No capítulo 7, são apresentadas as conclusões obtidas na análise do conjunto dos dados, elaboradas as sínteses, estabelecidas as relações e feitas reflexões prospectivas que possam contribuir para melhor conhecer as instituições em estudo, identificar as actividades que envolvem aprendizagens e os objectivos, caracterizar os ambientes de grupos existentes e identificar futuras situações de parcerias educativas que possam vir a existir.

No capítulo 8, expressamos as conclusões ao nível crítico da investigação e do investigador, deixamos recomendações e sugestões que possam potenciar futuras investigações.

Nos anexos, apresentamos os elementos considerados importantes para a caracterização institucional, para o levantamento de novas ofertas educativas e documentos utilizados na investigação.

Parte I – Fundamentação Teórica

Capítulo 1 – Educação e Comunidade Educativa: Análise Reflexiva

1.1 – Educação: breve reflexão

Nas diversas etapas da civilização, a educação foi-se moldando conforme as necessidades e mudanças da sociedade mas, a mal ou a bem, o princípio geral nunca foi desrespeitado, ou seja, a essência da transmissão de competências educacionais, sociais, culturais e inter-relacionais entre um educador e um educando, tendo como tarefa a integração do último na sociedade.

Patrício (1983), chama a atenção para os dois verbos latinos que se supõe serem a raiz etimológica da palavra: *educō, as, are* e *educō, is, ere*. Afirma o autor que ambas as etimologias influenciaram a história do conceito:

“... O processo educativo é (...) relacional e dinâmico. Ele consiste de facto numa relação entre um sujeito educativo e um agente educativo, entre um educando e um educador (...) num campo educativo (...) atravessado por inúmeras e contraditórias forças e que exerce, no seu conjunto, um poderoso jogo de acções e influências sobre o educando e o educador” (idem, p.61).

Contudo, a ênfase pode ser colocada no educando, no educador ou no campo educativo. Para demonstrá-lo, Patrício (1983: 62-63) apresenta as seguintes definições de educação:

1. *“A educação consiste em dar ao corpo e à alma toda a perfeição de que são capazes” (Platão).*
2. *“O verdadeiro fim da educação é a obtenção da felicidade por meio da virtude perfeita” (Aristóteles).*
3. *“A educação é o desenvolvimento integral do homem; é o domínio de todas as coisas” (Comênio).*
4. *“A principal finalidade da educação é desenvolver uma visão interior cada vez mais penetrante e aprofundar a consciência da consciência” (Gentile).*
5. *“A educação é a organização de hábitos de acção adquiridos de forma a adaptar o indivíduo ao meio físico e social” (James).*
6. *“A educação é a arte de formar homens e não especialistas” (Montaigne).*
7. *“O fim da educação é a formação do homem integral, habilitado nas artes e indústrias” (Rabelais).*
8. *“A tarefa da educação é efectuar mudanças na mente e no corpo humano” (Thorndike).*

Patrício (1983) indica ainda aspectos que considera essenciais nesta reflexão:

- i. Os três aspectos (perfeição, virtude e felicidade) unificadores das duas primeiras definições: “... *O Homem quer atingir a sua perfeição de Homem, e essa encontra-se na virtude perfeita, sem a qual não há verdadeira felicidade...*” (idem, p.63).
- ii. Analisa a definição de Coménio sublinhando-lhe, por um lado, a componente platónica e aristotélica e, por outro lado, a componente prometaica e judaico-cristã: “...*ser integralmente Homem tem como expressão o domínio de todas as coisas...*”. (idem, p.63).
- iii. Classifica a definição de Gentile como filosofia e pedagogia irrealistas: “... *A teoria que é visão, prevalece sobre a prática, que é acção...*”. (idem, p.64).
- iv. Considera a definição de James relativa à filosofia pragmática “... *é a prática que prevalece sobre a teoria e não o contrário...*” (idem, p.64) e, por conseguinte, oposta à de Gentile: pragmatismo *versus* idealismo.
- v. Sublinha o aparente afastamento entre as definições de Montaigne e Rabelais, visto a segunda exigir sempre uma especialização.
- vi. Por fim, faz notar a existência de um “... *certo parentesco de Rabelais com Coménio e William James...*” (idem, p. 64), o que, de certo modo, coloca a dúvida: estará o autor, de forma subtil, a sugerir uma interpretação para a forma como a contemporaneidade observa o conceito de educação?

A educação dita contemporânea tem como base princípios gerais, similares e uniformes. A maioria dos pensadores defende princípios idênticos no que diz respeito a uma definição de Educação. Pesquisemos enciclopédias, livros de pedagogia e/ou direccionados para temas educacionais, procuremos definições nos mais diversos meios de informação e a análise e conseqüente reflexão final é normalmente semelhante; a Educação apresenta como ponto primordial um procedimento relacional intencional, entre educador e educando, de transmissão de saberes fundamentais, tendo em vista o “*promover no educando sucessivas modificações, que o levem até conseguir equilibrada maturidade pessoal, que o disponha a alcançar o seu último fim, que o prepare para a vida na sociedade, de que virá a ser membro*” exercitando “o educando para a vida de relação com os outros, desenvolvendo nele o sentido de justiça, da solidariedade e do amor

fraterno para com os outros homens” (AAVV, Enciclopédia Luso Brasileira de Cultura, Vol VII:148).

Se a Educação supõe, por um lado, a transmissão e actualização de atitudes e conhecimentos e/ou a inserção de um educando na sociedade e na cultura, por outro lado, pressupõe o desenvolvimento de cada sujeito educando, respeitando as especificidades existentes.

Assim, a Educação deveria tratar-se de um processo dinâmico onde as componentes envolvidas (e envolventes) procurariam desenvolver uma Humanidade consciente, aspirante e actuante no sentido de se concretizar a utopia de um mundo melhor.

Já no Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, podemos encontrar que a Educação é a *“acção de desenvolver no indivíduo, especialmente na criança ou no adolescente, as suas capacidades intelectuais e físicas e de lhe transmitir valores morais e normas de conduta que visam a sua integração social”* (AAVV, Vol I 2001: 1331).

Citando Patrício:

“ O processo educativo é um processo eminentemente relacional e dinâmico. Ele consiste de facto numa relação entre um sujeito educativo e um agente educativo, entre um educando e um educador, relação que se desenrola num campo educativo, campo esse atravessado por inúmeras e contraditórias forças e que exerce, no seu conjunto, um poderoso jogo de acções e influências sobre o educando e o educador” (1993: 65).

Para Patrício, este processo deve incluir sempre a problemática dos valores, por serem intrínsecos ao fenómeno educativo, devendo o seu estudo ser indispensável por parte de todos os educadores *“não há educação, onde não há referência intrínseca aos valores. O compromisso educativo não é possível fora do compromisso com os valores”* (1993: 20). Para o autor, as grandes ordens de valores a promover pela educação, são as seguintes: a da utilidade, a do prazer, a da verdade, a da beleza, a do bem, a do sagrado ou do divino.

Gal (1976: 13) refere que *“a educação compreende todas as influências que se podem exercer no indivíduo durante a sua vida; abrange quer a formação profissional ou social, quer a formação intelectual ou moral”*.

De acordo com Cabanas, “ *É muito difícil educar um indivíduo sem influenciá-lo; no limite diríamos que é impossível. E, não obstante, tal é o ideal, se se trata de educar bem. Por isso todo o educador (...) tem de procurar não marcar os seus alunos com a sua própria marca pessoal, mas sim apenas capacitá-los para que saibam aceder por si mesmos ao mundo das ideias e dos valores*” (2002: 243). Esta situação deriva do carácter contraditório da educação, resultante das antinomias da realidade social e cultural que se vive e que não se podem entender nem explicar. Segundo este autor,

“a educação é uma dessas realidades em que os pares de alternativas contrárias se tornam mais evidentes (...) Podemos assinalar na educação mais de uma dezena de antinomias nela presentes: as tensões entre o ponto de vista individual e social na educação, ou entre as funções da autoridade e da liberdade, ou entre as exigências do racional e do afectivo, são uma boa amostra disso” (Cabanas, 2002: 62).

Para este autor, a principal antinomia educacional é a questão de saber se, ao educar, temos de salvaguardar as características naturais do educando, ou se, pelo contrário, as temos de corrigir ou superar, submetendo-nos a valores e regras.

Para nós, o professor, enquanto profissional educador, tem a mais importante missão na humanidade: a de guiar as gerações futuras, não só no conhecimento científico, mas também nos padrões morais que regem a sociedade. Sendo assim, o professor já não pode centrar o seu trabalho na transmissão de conteúdos programáticos pré-estabelecidos, mas na dinamização da construção do conhecimento pelos próprios alunos, de forma, simultaneamente, personalizada e participada, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e social. Não adianta continuar a fazer as coisas da mesma forma e querer, no final, resultados diferentes. A busca incessante do aperfeiçoamento, ou seja, da melhoria da qualidade do que fazemos, tornou-se um imperativo de sobrevivência. É por isso que se coloca a questão “... a educação não terá sido sempre mais ou menos nova? Não se modificou já bastantes vezes? Não teve de adaptar-se passo a passo à evolução das coisas humanas? E como a vida e o mundo não deixam de mudar, depois de cada

modificação, não se tornará uma coisa estática, que é preciso renovar cada vez mais? (Gal, 1976:12).

Para nós, o papel da educação na sociedade mantém os seus princípios. Os objectivos basilares do ensino pressupõem a aquisição de um certo número de conhecimentos e a apropriação de um conjunto de competências fundamentais. Deste modo, a prática lectiva deve permitir a criação de processos que permitam aos alunos a aquisição de aprendizagens significativas, tornando-os seres humanos integrados e felizes, *“a escola tem de proporcionar aos seus educandos uma inteligência do mundo (...) proporcionando aprendizagens estruturadas e estruturantes”* (Sebastião, 2001: 231).

Resultado da nossa experiência profissional, pensamos que a aquisição progressiva de saberes é relevante se for integrada num conjunto mais amplo de aprendizagens e enquadrada por uma perspectiva que coloca no primeiro plano o desenvolvimento de competências e de atitudes favoráveis à aprendizagem, que permitam a inserção harmoniosa do educando na sociedade, *“A educação consiste numa acção exercida por um ser humano sobre outro ser humano – mais frequentemente, por um adulto sobre uma criança – para permitir ao educando a aquisição de certos traços culturais (saberes ou maneiras de agir tanto técnicas como morais), que os costumes, o sentimento ou uma convicção reflectida consideram desejáveis”* (Jacques, 1982: 9). Esta opinião é também partilhada por Sebastião (2001) quando este afirma :

« a escola funciona perfeitamente como reprodutora do sistema, como sustentáculo imobilista do status quo, como almofada de amortecimento para o embate das novas gerações no mundo adulto em geral e no mundo do trabalho em particular, e funciona mal como educadora, como promotora de valores, de criatividade e de cultura » (idem, p.226).

Para o mesmo autor, a função principal da escola consiste em dotar os alunos duma metodologia da procura do saber, aculturá-los axiologicamente, socializá-los como forma de subverter o sistema e reinventar permanentemente o futuro. Nesta tarefa, a acção do professor assume especial relevância, apostando constantemente na inovação, criatividade e espírito crítico.

Savater (1997) refere que *“a aprendizagem através da comunicação com os semelhantes e da transmissão deliberada de normas, técnicas, valores e*

memórias é o processo necessário para conseguir adquirir a estatura humana em toda a plenitude. Para ser homem, não basta nascer, é necessário também aprender. A genética predispõe-nos para sermos humanos mas só por meio da educação e da convivência social conseguimos efectivamente sê-lo” (idem, p.33).

Actualmente, a socialização primária, papel, por princípio, da competência da família, está a cair em descrédito. Cada vez mais, a escola está encarregue do desempenho desta função, no cumprimento das funções primárias e das funções secundárias (cargo que lhe competia por natureza). Savater (1997) refere mesmo que *“quando a família socializava, a escola podia ocupar-se de ensinar. Agora que a família não cumpre plenamente o seu papel socializador, a escola não só não pode efectuar a sua tarefa específica como fazia no passado, mas começa a ser objecto de novas solicitações para as quais não está preparada”* (idem, p.47).

Esta situação vem complicar a função da escola. A escola desempenha uma função cada vez mais dupla, procurando suprir a socialização primária carenciada pela família. Será que o insucesso e abandono escolar não são efeito desses actos de negligência da família? Poderá a escola resolver ou minimizar esta situação?

A educação apresenta-se-nos ainda como *“uma tentativa de libertar o semelhante da fatalidade zoológica ou da limitação ansiosa da mera experiência pessoal”* (Savater, 1997:69). Como tal, o objectivo do ensino, na modernidade é obter indivíduos autenticamente livres e conscientes dos usos responsáveis da liberdade, de forma a nunca renunciarem à liberdade que cada um possui.

A concretização da liberdade, pelos seres humanos, é uma riqueza. Contudo é necessário aliá-la à responsabilidade para que as escolhas do ser humano sejam conscientes e verdadeiramente humanas.

Para que o ser humano faça as suas opções de forma acertada, o sujeito é dotado de razão. Daí a importância que Savater dá às humanidades e a sua grande preocupação pelo seu sucessivo desaparecimento dos planos de estudo em função do conhecimento científico. Para Savater (1997: 84), *“as faculdades que o humanismo pretende desenvolver são a capacidade crítica de análise, a curiosidade que não respeita dogmas nem mistérios, o sentido do raciocínio lógico, a sensibilidade para aplicar as mais altas realizações do espírito humano, a visão de conjunto, face ao panorama do saber”*.

O autor defende que o importante não é o que se aprende, mas sim o modo como se aprende e alerta-nos para o facto de que *“a virtude humanista e formadora*

das disciplinas que se ensinam, não se fundamenta no seu conteúdo intrínseco, fora do tempo e do espaço, mas na maneira concreta de distribuí-las aqui e agora” (Savater, 1997:86).

Os professores devem promover o espírito crítico, o uso da razão, o aprender a discutir, a refutar e a justificar o que se pensa e o que constitui a parte irrenunciável de qualquer educação que aspire ao título de humanidade. Neste sentido, é que a educação é humana e portadora de razão para cumprir o valor da humanidade.

Savater atribui uma característica fundamental à educação, que é o facto desta ser universal e desta forma educar é humano. Ser humano é ser livre e dotado de razão, de forma a ser educado e educar. Neste sentido, educar é universalizar, na medida em que se destina a todo o ser humano para que este se prolongue através dos seus semelhantes. Daí o carácter conservador da educação, uma vez que *“a educação é antes de tudo, transmissão de alguma coisa e só se transmite aquilo que quem vai transmitir considera digno de ser conservado”* (Savater, 1997:104).

Na opinião do autor, existe ainda um outro aspecto determinante. A educação não é neutra, porque *“transmite, porque quer conservar, e quer conservar porque valora positivamente certos conhecimentos, certas habilidades e certos ideais”* (Savater, 1997: 106). É por isso que, para além de todas as diferenças que marcam cada ser humano, a educação deve procurar, democraticamente, a possibilidade de cada indivíduo cumprir a sua humanidade.

Hoje em dia, o problema da educação interessa a um número cada vez maior de pessoas. Não diz exclusivamente respeito aos pedagogos profissionais ou aos pais que têm filhos para educar, mas, no fundo, a todas as pessoas. Na verdade, de uma ou de outra forma, todos somos educadores, quanto mais não seja pela influência que podemos exercer nos seres com que vivemos ou trabalhamos. E não há actividade profissional, social, política ou moral que não contenha, de qualquer modo, a acção educadora. O seu alcance prolonga-se para além da juventude, até à idade adulta. No nosso ponto de vista, a educação é uma interacção social entre o educador e o educando. À primeira vista parecerá que, nesta relação, o educador é o único elemento activo. Efectivamente, é ele quem faz as primeiras exigências à criança, quem a estimula a falar e a ensina a comportar-se perante as outras pessoas. É ele, enfim, quem lhe transmite os conhecimentos e os valores que a levam a converter-se num membro activo da

sociedade. Pode dizer-se que o educando «recebe», e assim vai sendo educado. Não podemos estar mais de acordo com Patrício (1993), quando este afirma que:

A educação consiste, relativamente a cada indivíduo humano, no processo da sua personalização... Educar é transformar em pessoa; educar-se é fazer de si uma pessoa humana, e desenvolver em si a pessoa humana que se é germinalmente. O homem não nasce pessoa feita; nasce pessoa a fazer e, em rigor, pessoa a fazer-se” (idem, p.141).

Neste caminho de construção da pessoa humana “os professores são hoje chamados a comprometerem-se, como iniludível obrigação profissional, numa relação total do tipo eu-tu, condição e fundamento da emergência florescente da personalidade do educando e do desenvolvimento maturante da sua própria personalidade” (Sebastião, 1998: 283).

1.2 – Aprendizagem: breve reflexão

Aprender é uma capacidade inata ao ser humano. Quando nascemos, somos portadores de todos os mecanismos necessários para realizar aprendizagens ao longo da vida.

O estudo da aprendizagem, por ser tão complexo, originou diversas explicações. O termo aprendizagem comporta muitos significados e controvérsias, daí resultando diferentes teorias que abordam os aspectos multifacetados da aprendizagem.

Apresentamos, de seguida, as contribuições de algumas dessas teorias pedagógicas e seus defensores, privilegiando os aspectos que incidem sobre as características e condições cognitivas e ambientais relevantes para a aprendizagem.

Actualmente, existem dois desafios relacionados com a perspectiva de processamento de informação: construtivismo e aprendizagem situada.

A orientação construtivista valoriza a construção activa do significado pelo indivíduo. O aspecto principal da aprendizagem reside no fazer sentido e na construção de conhecimento, em detrimento da mera utilização da memória para informação. Deste modo, o resultado mais importante do processo de aprendizagem é a apreciação e a experiência que se obtém enquanto se articula,

se organiza e se avalia criticamente o significado durante o seu desenvolvimento. Este percurso torna-se necessário, uma vez que o construtivismo considera que, no passado, o mundo pouco mudava entre o nosso nascimento e a nossa morte. Hoje, as mudanças sucedem-se permanentemente, pelo que necessitamos de competências fortes na adaptação, que nos permitam participar na construção do que é novo, caso contrário, corremos o risco de viver eternamente em dependência.

Segundo Piaget, as pessoas herdamos duas tendências: organizar as suas estruturas psicológicas e a capacidade de se adaptarem ao seu ambiente. Para que esta tendência de adaptação se verifique são necessários dois processos básicos: a assimilação e a acomodação. Deste facto, deriva o lutarmos constantemente para dar um sentido ao mundo, daí resultando, ainda que lentamente, uma mudança radical nos nossos processos de pensamento ao longo da vida. Como consequência, os indivíduos constroem o seu próprio entendimento, sendo a aprendizagem um processo construtivo. Esta acção construtiva é feita em interacção constante com o meio, através dos processos de recolha de informação e de comparação com outros dados que o sujeito já recolhera. Assim, o sujeito vai construindo conhecimento, integrando no que já conhece e adquirindo novos conceitos.

Neste processo, o sujeito estabelece a acção de troca com o meio, age activamente sobre o objecto (conteúdo), de forma que o assimila apropriando-se dele, daí resultando uma interpretação de acordo com a sua possibilidade e fase cognitiva, dando assim origem a uma **acomodação** – produção de aprendizagem ou mudança significativa. A todo esse processo dá-se o nome de equilíbrio, verdadeiro motor do desenvolvimento e do processo intelectual (valorização do aspecto psicossocial). De acordo com Piaget (cit. J. Berbaum, 1993: 43), verificam-se os seguintes factores que são decisivos para o desenvolvimento dos conhecimentos:

- “- A hereditariedade, que se prolonga na maturação;*
- O meio físico, correspondente à experiência com os objectos;*
- O meio social, que intervém pela transmissão dos saberes culturais e pelas relações interpessoais;*
- A equilibração, que intervém em relação com os factores anteriores, mas que possui as suas próprias leis de organização e de evolução.*

Vygotsky (1978) sustenta que o desenvolvimento cognitivo depende muito das interações com as pessoas do mundo da criança, e das ferramentas que a cultura lhe proporciona para promover o pensamento. A linguagem desempenha um papel muito importante nesse desenvolvimento. Para ele, a criança apenas precisa de alguma estrutura, pistas, ajuda e incentivo para continuar tentando.

O processo de desenvolvimento cognitivo ocorre através das conversas e das interações das crianças com os membros mais capazes da sua comunidade, adultos, orientadas por alguém mais experiente na matéria, os quais lhes fornecem informações e o suporte necessário para que esta cresça intelectualmente. Esta interação social representa a origem dos processos mentais superiores, tais como a resolução de problemas.

Outro aspecto da sua teoria é a ideia de que o potencial de desenvolvimento cognitivo é limitado a uma certa extensão num dado momento, a que ele dá o nome de Zona de Desenvolvimento Próximo (ZDP), *“a distância entre o nível de desenvolvimento real determinado pela resolução independente do problema e o nível de desenvolvimento potencial determinado através da resolução de problemas com a colaboração de um adulto ou com a colaboração dos pares mais capazes”* (Vygotsky, 1978: 86). À medida que aprendemos, transformamo-nos e tornamo-nos mais aptos para continuar a aprender. A motivação é um factor fundamental neste processo, só aprendemos quando somos desafiados, quando queremos, quando precisamos, quando entendemos que somos capazes, quando sabemos como aprender, quando nos sentimos apoiados pelos outros, quando estamos inseridos num ambiente positivo e nos sentimos valorizados enquanto pessoas. Assim, aprender é um processo simultaneamente intelectual e afectivo, de apropriação individual, que parte duma dinâmica interpessoal (valorização do aspecto sociocultural), o que implica a transformação do sujeito. Esta zona de desenvolvimento proximal é a área em que a criança não consegue resolver um problema sozinha, mas pode ter sucesso com a orientação de um adulto ou a colaboração de um par mais avançado. Esta teoria deve permitir a um indivíduo, que é mais capaz na tarefa, levar o outro além do nível real de crescimento, permite que a instrução tenha êxito, tornando a aprendizagem possível.

Aprender, segundo Berbaum, (1992), significa agir e extrair conhecimentos da acção, com vista ao seu melhoramento. As maneiras de aprender diferem de pessoa para pessoa, e até uma mesma pessoa pode utilizar diferentes maneiras de aprender, dependendo do que está a aprender e das situações de aprendizagem

de que dispõe. Estas divergem também consoante a natureza das situações de aprendizagem retidas, dos dados apreendidos, do seu tratamento e memorização, *«efectivamente, aprender é alcançar um comportamento novo, o que supõe uma atitude positiva relativamente a si próprio e aos outros. Isto também supõe a reorganização das informações que já possuímos, a integração das novas informações introduzidas pelo docente, pelo formador ou documentos diversos. Aprender é, primeiramente, fazer. Mas é, sobretudo, ao fazer, procurar melhorar a sua maneira de fazer»*, (Berbaum, 1992: 135).

O facto de conhecermos o modo como funcionamos e os resultados que alcançamos permite-nos experimentar novos métodos. A interiorização desta situação, deve permitir ao promotor da aprendizagem não fornecer a quem quer aprender um método fabricado, mas antes ajudá-lo a construir o seu próprio método. Ao proceder dessa maneira, ajudamos o aprendiz a tomar consciência da sua maneira de aprender, desenvolvendo uma capacidade de aprendizagem, que se resumirá a um desejo e a um saber aprender. Assim, a organização do ensino deve centrar-se no acto de aprender, respeitando as diferentes etapas de aprendizagem de forma a orientar a atenção dos alunos para o seu próprio processo de aprendizagem, e na proposta de temas de reflexão e de informação que ajudem os alunos a elaborar práticas diferentes *“aprender melhor implica, em primeiro lugar, um melhor conhecimento da nossa maneira habitual de aprender, ou seja, as etapas pelas quais passamos durante a aprendizagem”* (Berbaum, 1992: 19). Estes pressupostos fundamentam o modelo PADECA (Programa de Auxílio ao Desenvolvimento da Capacidade de Aprender), sendo os conceitos mais caracterizadores deste modelo atitude e projecto. A atitude corresponde *“a um impulso, um desejo de mudança, que corresponde a uma necessidade de aplicar e aumentar as potencialidades que fazem parte de nós próprios”*, (Berbaum, 1992: 19), enquanto que projecto vem da necessidade que temos dentro de nós de assumir e desenvolver um projecto pessoal de vida, factor determinante para a vontade de aprendermos.

A aprendizagem, segundo Berbaum (1992: 60-65), tem quatro componentes:

- *as características do aprendiz;*
- *a situação de aprendizagem;*
- *o objecto de aprendizagem;*
- *o meio.*

Em relação às características do aprendiz, importa reter a distinção entre o pensamento, o sentimento e a vontade e ter em atenção os seus conhecimentos, hábitos culturais e atitude, uma vez que esta “ *é determinante, na medida em que está na própria origem da aprendizagem*” (Berbaum, 1992: 61).

Na situação há que ter em conta duas vertentes: as tarefas e as circunstâncias. Tarefa corresponde à actividade principal exercida pelo aprendiz – ler, experimentar, escutar, analisar e observar. As circunstâncias podem ser determinantes no sucesso ou insucesso da aprendizagem, e são classificadas como temporais, materiais, sociais e psicológicas.

O objecto de aprendizagem pode ser descrito através da sua natureza, do seu conteúdo, da sua apresentação e dos critérios que permitam avaliar até que ponto a aprendizagem é atingida.

Em relação ao meio, são determinantes as características familiares e sociais, culturais e institucionais.

A teoria de Ausubel (2003) tem como suporte conceptual a aprendizagem significativa e baseia-se num modelo construtivista dos processos cognitivos humanos. Na perspectiva deste autor, *«ocorre aprendizagem significativa sempre que o sujeito-aprendiz consegue estabelecer ligações entre os conhecimentos novos a aprender (construir) e os conceitos previamente aprendidos e incorporados nas suas estruturas cognitivas – que acabam por ser esquemas de organização dos conhecimentos na memória»*, (Neto, 2002: 2). Este autor propõe que os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados, de modo a permitir a construção de estruturas mentais por meio de mapas conceptuais, de forma a descobrir e redescobrir outros conhecimentos, contribuindo assim para uma aprendizagem agradável e eficaz.

Ausubel (2003) defende que o factor individual mais importante de influência sobre a aprendizagem é o que o sujeito já sabe. A aprendizagem significativa envolve por isso assimilação de conceitos e proposições novas, mediante a sua inclusão nas estruturas cognitivas e referenciais simbólicos existentes.

Para que a aprendizagem significativa ocorra, são necessárias duas condições: o aluno necessita de ter uma disposição para aprender e o conteúdo escolar a aprender tem de ser potencialmente significativo, porque cada aprendiz faz uma filtragem dos conteúdos que para si têm ou não significado. Esta linha de pensamento pressupõe que os indivíduos apresentam uma organização cognitiva interna, baseada em conhecimentos de carácter conceptual e que a sua

complexidade depende muito mais das relações que esses conceitos estabelecem entre si do que do número de conceitos presentes.

Segundo Bruner (1999), a aprendizagem é um processo activo, no qual os aprendizes constroem novas ideias ou conceitos baseados em conhecimentos actuais ou anteriores. Apoiado na sua estrutura cognitiva, o aprendiz selecciona e transforma a educação, constrói hipóteses e toma decisões, permitindo assim ao indivíduo ir além da informação oferecida. Nesse percurso, a criança é colocada numa situação activa, construindo a sua própria aprendizagem, sendo o adulto um andaime dessa mesma aprendizagem – teoria da descoberta

De acordo com Bruner (1999), o primeiro objectivo de um acto de aprendizagem é que tenha utilidade no futuro. Aprender, nesta perspectiva, deve permitir-nos abrir e percorrer caminhos futuros com maior facilidade. Para este autor, existem duas maneiras, das aprendizagens nos servirem para o futuro. A primeira, através *“da aplicabilidade específica, a tarefas semelhantes às que aprendemos a desempenhar”* (Bruner, 1999: 39), e em que aprendemos por hábitos ou associações e a sua utilidade permite-nos adquirir determinadas habilidades. O autor cita, como exemplo, as aprendizagens adquiridas na escola, uma vez que nos criam habilidades para, no futuro, transferirmos para outras situações. A segunda é aquela *“pela qual uma primeira aprendizagem permite um desempenho posterior mais eficiente é aquilo a que adequadamente, se chama transferência não específica, ou com maior exactidão, transferência de princípios e atitudes”*, (Bruner, 1999: 39), que consiste na aprendizagem inicial, não de uma habilidade mas de uma noção e que pode ser usada como base para reconhecer problemas posteriores. Para o autor, este tipo de transferência encontra-se no centro do processo educacional, caracterizado pelo contínuo aprofundamento do conhecimento. Cabe, assim, ao educador encorajar os sujeitos a descobrir as premissas, por si sós, sendo a sua função traduzir informações a serem aprendidas para um formato apropriado ao estado actual de entendimento do aprendiz, *“qualquer matéria pode ser ensinada correctamente a qualquer criança – então o currículo deve ser elaborado à volta dos grandes problemas, princípios e valores que a sociedade, considera dignos de grande preocupação, por parte dos seus membros”* (Bruner, 1999: 65), pelo que o currículo deve ser organizado de forma espiral, para que o aprendiz construa continuamente em cima daquilo que já sabe.

Os teóricos da aprendizagem social, como Bandura, enfatizam o papel da observação na aprendizagem e nos processos cognitivos não observáveis, tais

como pensamento e conhecimento *“The capacity to learn by observation enables people to acquire rules for generating and regulating behavioral patterns without having to form them gradually by tedious trial and error”*, (Bandura, 1971: 19). A aprendizagem por observação ocorre, segundo o autor, pelo reforço e pela imitação de modelos e envolve prestar atenção, reter informações, produzir ou repetir comportamentos por esforço ou motivação. Os professores podem usar este recurso (aprendizagem por observação) para ensinar novos comportamentos, encorajar comportamentos já aprendidos, focar atenções ou despertar emoções.

A teoria da aprendizagem social enaltece a importância da observação e modelagem dos comportamentos e explica o comportamento humano em termos de interações contínuas e recíprocas, entre as influências cognitivas, comportamentais e ambientais, *“the prospects for survival would be slim indeed if one could learn only from the consequences of trial and error”*, (Bandura, 1971: 20). Podemos depreender desta teoria que os participantes de grupos de aprendizagem cooperativa podem beneficiar mais através da observação e convivência uns com os outros, do que se não o fizessem.

Raths (1976) defende que aprender a pensar e aprender a aprender, tornaram-se ao longo dos tempos um importante objectivo a atingir durante a escolarização, bem como uma necessidade pessoal e social. Desse modo, a tomada de consciência das estratégias e procedimentos de aprendizagem utilizados, o conhecimento de conteúdos a serem aprendidos, tornam-se indispensáveis para a construção do saber. Se o aluno conhecer a forma como pensa e como aprende, mais facilmente detectará as suas dificuldades e as ultrapassará, *“pensar é uma forma de aprender. Pensar é uma forma de perguntar pelos factos, e se o pensamento tem algum objectivo, os factos assim encontrados serão significativos para esse objectivo. Nesse caso temos a aprendizagem intencional, e uma pessoa está amadurecendo quando as suas actividades são disciplinadas pelo objectivo”* (Raths et al 1976: 15).

A escola não pode, assim, dedicar mais o seu tempo à simples aquisição e acumulação de conhecimento, devendo os professores ter uma constante e intencional preocupação em facilitar o desenvolvimento da capacidade de pensar das crianças. Ensinar a aprender a pensar serve para tornar a aprendizagem mais agradável e eficaz, para que as crianças sejam cada vez mais autónomas e saibam tomar decisões de forma a resolver melhor os problemas do dia-a-dia. A este propósito, Nisbet (cit C. Font, 1992: 2) refere *“ Aprender a pensar es uno de los*

principales objetivos de la Educacion. No tendria que verse como un nuevo tema luchando por un lugar en un ya desbordado curriculum. Creo que, ao principio del siglo XXI, ningun curriculum será aceptable a menos que pueda mostrar que contribuye al aprendizaje de la reflexión”.

Esta situação requer uma alteração nas práticas ao nível das estratégias de aprendizagem uma vez que potenciam a acção das habilidades cognitivas encarregues de processar os dados que chegam ao sistema nervoso. Por isso, Raths et al (1976) referem “ *O que podemos fazer para acentuar o pensamento? Que tipos de tarefas podemos dar que exijam pensamento, ou que provavelmente provocarão pensamento? Quais os tipos de perguntas que podemos fazer para acentuar o pensamento?*” (idem, p.18). Continuando o seu raciocínio, os autores enumeram uma lista de habilidades cognitivas que devem ser ensinadas para acentuar o pensamento: observação, resumo, comparação, classificação, interpretação, crítica, imaginação, organização de dados e planeamento realização de projectos de pesquisa, “*acentuar o pensamento é dar um primeiro e grande passo para o aperfeiçoamento da situação humana*” (Raths et al 1976: 50). Na mesma linha de raciocínio, Font (1992) elabora também a sua lista de habilidades cognitivas que devem ser ensinadas: observar e comparar, ordenar e classificar, representar, inferir e transferir e avaliar.

1.3 – O Currículo como Contexto de Aprendizagem

A organização da escolaridade e educação há muito que tem sido associada com a ideia de um currículo. Mas o que é realmente currículo?

A ideia de currículo é relativamente nova (mas a forma de se entender e teorizar existe há muito e sofreu alterações ao longo dos anos) e continua a existir uma considerável controvérsia quanto ao seu significado.

A definição comum, encontrada em muitos dicionários e enciclopédias, é que a palavra *curriculum*, de origem latina, apresenta vários significados como: o acto de correr, o atalho, a pista de corrida. Daí o entendimento do currículo escolar como um caminho, um curso ou uma listagem de conteúdos que devem ser seguidos.

De acordo com Nico (2000: 161) “*o currículo é um conceito extraordinariamente polissémico. Tantas são as suas definições, que a sua multidimensionalidade conceptual e as teorias que a originaram não deixarão de se*

ancorar em espaços, tempos e contextos geográficos, históricos, culturais, sociais, económicos e políticos muito distintos.” Apesar de existirem inúmeras definições, existe um fundamental pilar em todas elas. O currículo é tudo o que é aprendizagem planeada e guiada pela escola, feita em grupos ou individualmente, dentro ou fora da escola. Segundo Leite (cit. Pacheco, 2002: 51-52), “o currículo não é um domínio exclusivo dos professores, dos alunos, dos especialistas, dos gestores, mas de todos eles, visto tratar-se de um processo que implica ao mesmo uma construção ao nível das intenções e uma desconstrução ao nível da prática”. Nico considera mesmo que:

“as primeiras representações de currículo deixavam transparecer um paradigma da educação em que se assumia o currículo como uma trajectória unilinear, no seio da qual, os(as) estudantes estariam sujeitos a um processo sistemático e «industrial» de formação. Obviamente, todo este processo educacional estava determinado antecipadamente e sujeito a um controlo de qualidade do «produto final». O currículo era entendido como uma forma de tornar o sistema educativo tão eficiente quanto qualquer sistema económico” (2000:165).

De facto, historicamente, é possível verificar que o currículo escolar funciona como um mecanismo de produção e de diferenciação social, estabelecendo condutas, disciplinando os envolvidos, excluindo e incluindo.

Segundo uma visão tradicional e academicista associa-se o “currículo apenas ao conjunto de saberes académicos transmitidos pela Escola, circunscrevendo-os, assim, ao conjunto das matérias a ensinar e à estrutura organizativa dessa transmissão” (Leite, 2000: 56). Esta visão tradicionalista trata-se de um plano de instrução, onde se privilegia o ensino e não o fundamental, a aprendizagem, apresentando como resultado único a transmissão e preservação das linhas culturais e tradições da sociedade.

O currículo compreendido por um texto que abraça a totalidade das experiências de conhecimento, é encarado como produto de relações históricas, sociais e culturais, onde se deve apontar “para a Escola papéis de controlo social (...) e o currículo como instrumento de transmissão, aquisição e preservação do saber existente, embora simultaneamente se valorize o contributo do ensino para o desenvolvimento cognitivo individual.” (Leite, 2000: 57).

Ao longo dos anos, a teoria do currículo tem assistido a um processo evolutivo constante. Roldão (1995) apresenta-nos uma ideia mais actual, quando menciona que:

“a gestão curricular envolve todo o conjunto de processos e procedimentos através dos quais se tomam as decisões necessárias quanto aos modos de implementação e organização de um currículo proposto, no quadro de uma instituição escolar” onde devem estar incluídos os “objectivos e conteúdos prioritários e respectiva sequência, a definição do nível de aprofundamento e desenvolvimento das diferentes componentes curriculares, as metodologias a privilegiar, os projectos a desenvolver, as modalidades de integração a promover” (idem, p. 7).

Em todas as sociedades, a aprendizagem é iniciada de modo a tornar a experiência dos alunos numa série de normas, conhecimentos e competências que a sociedade requer para a sua própria manutenção.

Na maioria das sociedades e na maior parte do tempo, este currículo não é questionado e, com frequência, é consagrado em mitos, rituais e práticas imemoriais que têm absoluta autoridade. Um sintoma ou condição de pluralismo de definições tem gerado conflitos e discussões relativamente ao que o currículo deveria realmente de início conter. A um nível superficial, a confusão sobre o que é currículo começa, portanto, naquilo que as pessoas envolvidas devem fazer. Se devem desenvolver e encarar o currículo como um método de instrução ou, então, se o currículo deve envolver todas as experiências de aprendizagem ou um conjunto restrito de objectivos educacionais. A este propósito, refere-nos Ribeiro (1990: 6) *“O desenvolvimento curricular define-se como um processo dinâmico e contínuo que engloba diferentes fases, desde a justificação do currículo até à sua avaliação e passando necessariamente pelos momentos de concepção-elaboração e de implementação.”*

Segundo o mesmo autor, para o desenvolvimento de um currículo podem-se considerar as seguintes fases de processo:

- *Partindo de uma fundamentação orientadora, constrói-se um plano curricular, analisa-se a sua execução e avalia-se a sua eficácia para o definir melhor ou aperfeiçoar;*

- *Partindo da concepção e elaboração do currículo, procede-se à sua implementação, avalia-se a sua execução e clarifica-se a sua justificação e linhas orientadoras;*

- *Tomando como ponto de partida a análise de um currículo implementado, procede-se à avaliação, esclarecem-se os princípios orientadores e o contexto justificativo, aperfeiçoa-se (ou modifica-se) o plano curricular;*

- *Começando por avaliar o currículo em execução, explicitam-se as suas linhas orientadoras, introduzem-se inovações (ou correcções) no plano curricular e analisam-se as suas condições de implementação.” (Ribeiro:1990: 8)*

Todas estas fases devem ser analisadas e elaboradas progressivamente, de forma que o currículo seja identificado como *“o elenco e sequência de matérias ou disciplinas propostas para todo o sistema escolar, um ciclo de estudos, um nível de escolaridade ou um curso, visando a graduação dos alunos nesse sistema, ciclo, nível ou curso”* (Ribeiro, 1990: 8).

O que é então o currículo? O currículo é o estudo de todos e quaisquer fenómenos educacionais. Por necessidade, e metodologicamente, este é fundamental tanto para o estudo e evolução da educação como para a produção de conhecimentos de valor educativo, pois *“apesar da diversidade de concepções e práticas acerca do currículo, este não deixa de constituir o cerne de qualquer sistema educativo, na sua qualidade de proposta de ensino e aprendizagem para a geração que percorre esse sistema.”* (Ribeiro, 1990: 3).

Roldão (1995) admite que podem ser identificadas quatro diferentes dimensões quando os docentes desempenham o papel de gestor do currículo: a reconstrução curricular, a diferenciação escolar, a adequação curricular e a construção escolar.

O currículo apresenta vertentes e variantes que carecem da análise dos educadores e é *“a este nível que o director de turma tem que estar implicado com todo o processo de desenvolvimento curricular que ocorre em cada turma, assumindo um papel claro de liderança e coordenação no lançamento e promoção dos procedimentos que consensualmente venham a encontrar-se para uma acção concertada e eficaz junto à turma.”* (Roldão, 1995: 14)

Costa (2004) também admite a mesma perspectiva ao considerar que *“o que torna inovador”,* o conceito de gestão curricular:

“é o tipo de decisões que se tomam, os locais e as justificações em que radicam e, ainda, quem as toma. Estas decisões estão cada vez mais centradas na escola, nos professores e na própria sala de aula e são informadas e reguladas pelas características dos alunos, da escola e do meio envolvente. É esta a diferença que dá maior destaque ao processo de gestão curricular e maior responsabilidade aos gestores locais do currículo (escolas e professores)” (idem, p.83).

Com a Reorganização Curricular do Ensino Básico, as escolas tiveram uma oportunidade de encontrar uma solução para combater as aprendizagens tradicionalistas. Esta reorganização permitiu que o currículo pudesse definir as principais competências, aprendizagens e experiências educativas a ministrar aos alunos, apresentando medidas e fórmulas ajustadas e diferenciadas, e nunca ignorando as características individuais e colectivas dos alunos, escola e área de actuação.

Com a entrada em vigor do Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro, a educação no nosso país inicia um processo de mudança. Os projectos educativos e curriculares das escolas, têm de respeitar objectivos, de forma a assumirem-se como um espaço privilegiado de educação para a cidadania, e articular práticas de aprendizagem variadas que englobem e incluam mais alunos.

O projecto curricular de escola torna-se um meio indispensável de gestão do currículo, determinando uma ligação entre o currículo nacional e o projecto educativo, devendo desenvolver um currículo transversal, conciliando e incluindo os currículos próprios de cada disciplina, ano e ciclo, adaptando-os à realidade do meio escolar.

Pretende-se o estabelecimento de um conjunto de medidas e estratégias, que colectivamente adoptadas por todo o núcleo docente, uniformizarão o processo ensino-aprendizagem no âmbito global da realidade escolar, ajudando a contornar o carácter fragmentário dos saberes, impeditivo da consolidação das aprendizagens por parte dos alunos.

O objectivo da elaboração do projecto curricular de escola e do projecto curricular de turma é, sobretudo, garantir a aquisição de um conjunto de objectivos, conteúdos e competências definidas, no currículo nacional, pelos alunos, mas de forma a consubstanciar *“o conjunto de ofertas educativas que a escola considera imprescindível proporcionar aos seus alunos, tendo sempre como referência o*

corpo de aprendizagens curriculares essenciais que a escola deve garantir a todos os alunos e as características e necessidades dos contextos e dos alunos.” (Costa, 2004: 94)

De acordo com o mesmo autor, com a publicação do Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro, pretendeu-se:

“extinguir o conceito de currículo entendido como um conjunto de normas a cumprir de forma (supostamente) uniforme, em todo o território nacional, passando este conceito a ser equacionado em termos de um binómio que articula a garantia de aprendizagens curriculares comuns e de competências essenciais a desenvolver pelos alunos (currículo nacional), com a diversidade de ofertas educativas que visem a adequação desse currículo ao contexto de cada escola e de cada turma.” (Costa, 2004: 79).

Esta opinião vai de encontro à premissa fundamental das reformas educacionais que focalizam o currículo como apoio à criação de oportunidades para os alunos aprenderem.

O currículo deve incidir sobre as tradições culturais, os meios políticos e outros processos formais e informais que determinam como será exercido a diversos níveis, nos diferentes sistemas educativos, pelos diferentes actores educativos que interagem nestes processos, na sua influência sobre a qualidade das experiências educativas fornecidas aos alunos

Assim, o currículo cumpre a sua função ao encontrar-se relacionado com oportunidades de aprendizagem específicas e, conseqüentemente, promovendo o crescimento do conhecimento social, educacional, profissional e cultural dos nossos alunos.

1.4 – Os Diferentes Contextos de Aprendizagem

A educação é uma necessidade para todas as sociedades e para todas as épocas. Quando se fala em educação, quase sempre a associamos em contexto de sala de aula, esquecendo-nos que parte da nossa educação acontece fora da escola, logo, a aprendizagem nunca foi um processo exclusivo dos sistemas educativos formais. Nas comunidades humanas, existem diversos espaços e tempos de aprendizagem.



No Alentejo, aprender na escola foi, para muitos, durante décadas, uma realidade inalcançável para muitos alentejanos. Os ambientes formais e escolares de aprendizagem sempre foram de difícil acesso para muitos alentejanos, pese embora a existência duma abrangente rede escolar. Segundo os dados do último recenseamento (2001), 65% da população tinha um nível de qualificação abaixo do 9º ano e 18% da população alentejana foi considerada analfabeta *“a taxa de analfabetismo diminuiu, em dez anos, cerca de 2%. Certamente porque, nesse período de tempo, morreram 2% dos analfabetos. Por outras palavras: é a morte que vai “resolvendo” a questão do analfabetismo no Alentejo, quando deveria ser a aprendizagem”*, (Nico, 2002).

Mas a região alentejana é detentora dum imenso espólio de experiências de vida marcadas por percursos diferenciados de aprendizagem, onde homens e mulheres procuram no quotidiano uma solução para a sua existência. Nesse contexto de vida, inserem-se os grupos desportivos, recreativos, culturais, escolas de música, casas do povo, oficinas, paróquias, diferentes locais de trabalho que proliferam por todo o lado. É nestes ambientes humanos que se edificam muitas personalidades, se projectam carreiras profissionais, se constroem muitas vidas familiares e se estruturam muitas comunidades,

As vivências em grupo determinam a aprendizagem, como refere Rego (1978, cit. Vygotski, 1999: 76) com base em, o indivíduo *“no seu quotidiano, observando, experimentando, e recebendo instruções das pessoas mais experientes de sua cultura, aprende a fazer perguntas e também a obter respostas para uma série de questões”*. Neste ambiente social, o contacto com os outros, possibilita a construção de conhecimentos, *“portanto na perspectiva de Vygotsky, construir conhecimentos implica uma acção partilhada, já que é através dos outros que as relações entre sujeito e objecto de conhecimento são estabelecidas”*, (Rego, 1999:110).

Porque a escola não preenche inteiramente as necessidades de aprendizagem do ser humano, há muito tempo que se deixou de pensar na educação como sendo um fenómeno isolado da sociedade e onde a escola convencional era o único meio de aplicação do processo educativo, e assim *“foram as insuficiências e as imperfeições do sistema escolar do tipo clássico que suscitaram um crescente interesse pelas formas não escolares da educação/formação, enquanto complemento ou até mesmo substituto da escola”*, (Hamadache, 1991, cit. Silvestre, 2003: 50).

Os conceitos de educação formal, educação não formal e educação informal começaram a emergir quando se começou a constatar que a escola:

“- não era a única detentora do saber nem a única fonte legítima da aprendizagem,

- não é o depósito exclusivo de conhecimento, o local onde se preparam as pessoas-cidadãos para a vida,

- não responde às necessidades do indivíduo; sente crescentes dificuldades em responder a uma procura cada vez mais premente e diversificada”, (Silvestre, 2003: 50).

De acordo com Silvestre (2003), foram Coombs e os seus colaboradores, no princípio da década de 70, a tratar e a definir primeiramente estes conceitos, propondo a seguinte distinção entre educação formal, educação não formal e educação informal:

“ La educación formal se refiere por supuesto al “sistema educativo” altamente organizado y estructurado jerárquica y cronologicamente, que abarca desde el jardín de infância hasta los más elevados niveles de la universidad.

La educación no formal es (...) una variedad arroladora de actividades educativas que tienen três características en comum:

- 1) Están organizadas conscientemente (a diferencia de la educación informal) al servicio de auditórios y propósitos particulares;*
- 2) Operan fuera de la estructura de los sistemas de educación formal y generalmente librés de sus cânones, regulaciones y formalismos;*
- 3) Pueden ser proyectadas para servir a los intereses particulares y necesidades de aprendizaje de virtualmente cualquier subgrupo particular en cualquier población.*

La educación informal la definimos como el aprendizaje por la exposición al próprio entorno y las experiencias adquiridas día a día. Es la verdadera forma de aprender a lo largo da la vida y constituye el grueso del aprendizaje total que cualquier persona adquiere en su ciclo vital, incluindo la gente com muchos anos de la escolaridad formal”, (Coombs, 1991, cit. Silvestre, 2003: 53).

Tomando consciência da importância destes percursos de aprendizagem para a construção da pessoa humana e europeia, o relatório para a Unesco da Comissão Internacional para o século XXI, destaca três tipos de aprendizagem a que somos submetidos ao longo da nossa vida:

“- **Aprendizagem formal** – é um processo intencionalmente organizado, a partir de objectivos pré-definidos, que decorre em instituições de educação e formação, por um período fixo de tempo, orientado para a aquisição de determinadas qualificações e que pressupõe sempre, a certificação das aprendizagens alcançadas, simbolizando a escola, o contexto onde se realizam as aprendizagens formais.

- **Aprendizagem não formal** – diferencia-se da anterior nos meios e na forma como são concretizados os seus objectivos, realiza-se também de modo organizado, embora seja menos difuso, menos hierárquico e burocrático. Decorre em paralelo com o sistema de educação formal e caracteriza-se por possuir uma ideologia de acção própria, com objectivos específicos, aberta a todas as faixas etárias e em regime de voluntariado.

- **Aprendizagem informal** – processo de aquisição de conhecimentos que se realiza de modo contínuo para cada pessoa, fora de contextos formais e não - formais. Não possui carácter intencional, é uma aquisição quotidiana decorrente do contacto com os outros, na família, nos grupos de pares e profissionais, etc”, (Delors, 1996).

De acordo com Libâneo (1998), a escola tem vindo a perder o seu passado monopolista do saber e da formação e cada vez mais a transmissão de saberes se dá e actualiza noutras instâncias, com as quais a escola, se não diversificar as suas formas de educação e formação, dificilmente poderá competir.

Segundo o autor, a educação é considerada em duas modalidades: a educação não intencional ou informal e a educação intencional, que se subdivide em não formal e formal.

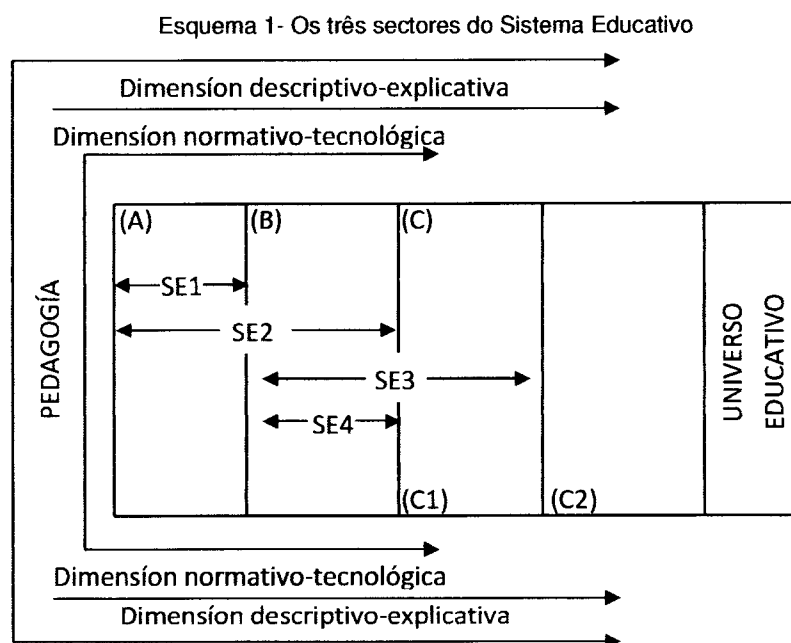
Formal “*refere-se a tudo o que implica uma forma, isto é, algo inteligível, estruturado, o modo como se configura. Educação formal, seria pois, aquela estruturada, organizada, planeada intencionalmente, sistemática. Nesse sentido, a educação escolar convencional é tipicamente formal*” (Libâneo, 1998: 81). Este tipo de educação que assenta na intencionalidade, sistematização e ambientes previamente preparados é ministrada nas escolas, universidades e mesmo na educação de adultos.

Para este autor, “*a educação não formal consiste em actividades com carácter de intencionalidade mas com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas*” (Libâneo, 1998: 81). O autor cita como exemplos em que decorre este tipo de aprendizagem:

os movimentos sociais organizados na cidade e no campo, os trabalhos comunitários, as actividades de animação cultural, os meios de comunicação social e os equipamentos urbanos culturais e lazer.

A educação informal *“surge-nos como resultante dos ambientes em que os indivíduos vivem em permanente interacção sócio cultural e política”*, (Libâneo, 1998: 81) e decorre de processos sociais de aquisição de conhecimentos, hábitos, habilidades, valores, modos de agir, não intencionados e não institucionalizados.

Bernet, define sistema educativo como *“el conjunto total de hechos, sucesos, fenómenos o efectos educativos – formativos y/o instructivos – y, por extensión, al conjunto de instituciones, médios, âmbitos, situaciones, relaciones, procesos, agentes y factores susceptibles de generarlos”*, (Bernet, 1993: 13). No seu modelo de organização do sistema educativo, estabelece em três sectores (A, B, C), de acordo com o seguinte esquema:



Fonte: Bernet (1993: 14)

O sector A diz respeito à educação formal, ou seja, o sistema educativo no seu sentido mais restrito e tradicional, *“comprende las instituciones y médios de formación y enseñanza ubicados en la estructura educativa graduada, jerarquizada e oficializada. Son las instituciones que proveen títulos académicos y se hallan integradas en el organigrama de un país determinado”* (Bernet, 1993: 14).

A educação não formal corresponde ao sector B *“es formado por el conjunto de instituciones y médios educativos intencionales com objectivos definidos que no forman parte del sistema de enseñanza graduado o formal”* (Bernet, 1993: 15).

A educação informal corresponde ao sector C *“es constituído por el conjunto de procesos y factores que generan efectos educativos sin haber estado expressamente configurados a tal fin”*. (Bernet, 1993: 17).

De acordo com Canário (2000), a globalização do pensamento e da acção educativa, historicamente marcados pelo conceito da educação permanente, levaram o processo educativo a integrar e a articular estes três níveis de formalização, os quais se podem e devem articular de modo fecundo. A educação formal *“é o ensino dispensado pela escola, com base na assimetria professor/aluno, na estruturação prévia de programas e horários, na existência de processos avaliativos e de certificação”*, (Canário, 2000: 80). A educação não formal caracteriza-se *“pela flexibilidade de horários, programas e locais, baseado geralmente no voluntariado, em que está presente a preocupação de construir situações educativas, à medida de contextos e públicos singulares”*, (Canário, 2000: 80). A educação informal corresponde *“a todas as situações potencialmente positivas, mesmo que não conscientes, nem intencionais, por parte dos destinatários, correspondendo a situações pouco ou nada estruturadas e organizadas”*, (Canário, 2000: 80). Insere-se neste tipo de formalização a animação sociocultural, onde se privilegia mais os efeitos que as intenções, e se enfatizam as modalidades de autoformação e a heteroformação entre pares, daí resultando, até a um passado recente, a parte não visível do sistema educativo, *“cujá face visível, correspondente ao universo escolar, nos permitia aceder, apenas, a uma visão truncada e incompleta do processo educativo, definido em termos organizacionais, e balizado por programas, certificados e sessões”* (Dominicé, 1990, cit. Canário, 2000: 80).

Pain (1990, cit. Canário, 2000), defende que as aprendizagens informais derivadas das vivências quotidianas, representam a maior fatia das aprendizagens realizadas pelos indivíduos ao longo da vida, evidenciando o potencial formativo das situações profissionais, (dimensão educativa das situações de trabalho); o ambiente físico que o rodeia, o qual condiciona a maneira de ser dos indivíduos e a existência de uma função educativa, latente ou residual, nos programas televisivos.

De acordo com Cavaco (2002: 26), *“educação informal apresenta-se como uma modalidade educativa não organizada, que pode ser intencional ou não, e que*

se designa educativa em consequência dos seus efeitos na alteração dos conhecimentos, comportamentos e atitudes dos indivíduos”, e é uma modalidade educativa, ainda que reconhecida como tal muito recentemente, que está presente desde que existe o homem, assim como a aquisição de saberes por via experiencial, pois, “a origem da aprendizagem experiencial remonta aos homens das cavernas, que aprendiam pelo processo de tentativa/erro, como forma de sobrevivência” (Barkotolah, 1989, cit. Cavaco, 2002: 27).

Pain (1990, cit. Cavaco 2002), refere que este tipo de educação tem subjacente um processo contínuo e permanente e existe nela uma grande implicação do indivíduo porque há uma forte ligação à vida social e política tanto no plano colectivo como individual, podendo as aprendizagens realizadas informalmente ser de dois tipos: *“Por um lado, as transmitidas pelas estruturas nas quais os indivíduos vivem e se movimentam (família, grupos de pares) e pela sociedade em geral, através dos subsistemas (produção, comunicação, distribuição), sem que haja (normalmente) intenção de aprender por parte do indivíduo. Estas aprendizagens realizam-se por repetição e impregnação”* (Pain, 1990, cit Cavaco, 2002: 39).

No processo de aprendizagem em que todo o ser humano está, inevitavelmente, imerso, não poderemos dissociar nem desvalorizar, um modelo em detrimento de outro. Poderemos sim concluir da complementaridade e do enriquecimento individual e dos grupos em que cada um se insere, opinião corroborada por Rodrigues (1994, cit. Silvestre, 2003: 48) quando refere que *“a oferta de recursos humanos de um país não provém apenas de um sistema formal de ensino”*.

1.5 - A Construção da Autonomia Escolar

A escola, enquanto centro das políticas educativas, tem vindo assim a construir gradualmente a sua autonomia a partir da comunidade em que se insere, dos seus problemas e potencialidades, contando com uma nova atitude da administração que tarda em chegar e que possibilite assim uma melhor resposta aos desafios da mudança.

A autonomia não constitui, pois, um fim em si mesmo, mas uma forma das escolas desempenharem melhor o serviço público de educação, cabendo à administração educativa uma intervenção de apoio e regulação, com vista a

assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades e a correcção das desigualdades existentes.

A temática da autonomia das escolas é muito recente no nosso país, daí se justificando o pouco caminho ainda percorrido *“a história da autonomia das escolas portuguesas é ainda uma história de curta duração se a considerarmos apenas a partir da democratização política e das mudanças educacionais impulsionadas pela revolução dos cravos”* (Lima & Almerindo, 2002: 76).

Na Lei de Bases do Sistema Educativo, aflora-se o assunto, ao serem definidos os princípios organizativos do sistema educativo no artigo 3º, alínea, g) *“Descentralizar e diversificar as estruturas e acções educativas de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”*. A escola que esta lei pressupõe, é de acordo com Tripa (1994: 60) *“uma escola com autonomia pedagógica e administrativa. É uma “escola-comunidade educativa” e, como tal, tem a direcção em si própria”*, sendo a autonomia entregue à comunidade educativa e não à comunidade docente.

No sentido de definir um quadro genérico orientador da autonomia da Escola, é publicado o Decreto-Lei nº 43/89, de 3 de Fevereiro, o qual refere no respectivo preâmbulo *“A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projecto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere”*.

Como refere Costa (1991: 60), este normativo *“é um documento de importância fundamental na identificação de um novo modelo de escola”*, para alertar de seguida que sua generalização demorará a ser implementada.

O Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio, Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, estabelece: *“Autonomia é o poder reconhecido à escola pela administração educativa de tomar decisões nos domínios estratégicos, pedagógico, administrativo, financeiro e organizacional, no quadro do seu projecto educativo e em função das competências e dos meios que lhes estão consignados”*.

Este normativo aponta para um modelo de gestão estratégica assente numa cultura de qualidade, partilhada por toda a comunidade escolar. Este modelo

ênfatiza a necessidade de fazer acompanhar os processos de autonomia com dinâmicas rigorosas de avaliação e de *“prestação de contas”* à comunidade. Neste diploma, na alínea d), do n.º 3 do artigo 48.º, é previsto, entre os princípios orientadores, a celebração e desenvolvimento dos contratos de autonomia, que consubstanciam no *“reforço da responsabilização dos órgãos de administração e gestão, designadamente através do desenvolvimento de instrumentos e de avaliação do desempenho da escola que permitam a melhoria do serviço público de educação”*.

Hoje, a escola contrasta com o modo como o exercício do poder na Administração Escolar era exercido antes do 25 de Abril. No entanto, há ainda, vários degraus a escalar para uma verdadeira autonomia, se é que na realidade essa autonomia não poderá de alguma forma ser encarada como um mero instrumento de gestão e administração dos estabelecimentos de ensino.

A Escola elege os seus órgãos de forma democrática. A estes órgãos representativos, é-lhes atribuído o poder de tomar decisões autonomamente, sob a sua própria responsabilidade, para concretização do projecto educativo, projecto curricular de escola e o plano anual de actividades por si mesmo definidos, sendo-lhe também atribuído o poder de aprovar o seu próprio regulamento (desde que cumpridos os normativos legais). A autonomia prevista na lei contempla o exercício de competências próprias em vários domínios:

Pedagógico - gestão de currículos, programas, actividades educativas, a avaliação, a orientação e acompanhamento dos alunos, a gestão de espaços e tempos escolares, a gestão e formação do pessoal docente;

Cultural - atribuição de competências para organizar e participar em projectos de difusão cultural e/ou de animação sócio-comunitária;

Administrativo - Competências “próprias” na admissão de alunos, serviço de exames e equivalências, gestão de pessoal não docente, gestão de apoios educativos, instalações e equipamentos;

Financeiro - elaborar propostas de orçamento privativo, associado ao respectivo plano de actividades. Neste campo, prevê-se um alargamento gradual da autonomia financeira.

A autonomia das escolas surge, na maioria dos países, como reforço das atribuições, competências e recursos dos órgãos de gestão das escolas. Estas medidas de reforço da autonomia das escolas tendem a ser encaradas como

processo de descentralização, de forma a que as soluções se gerem nos próprios estabelecimentos de ensino.

Para Moreira (2006: 18), *“a autonomia pressupõe, porém, uma combinação de liberdade com responsabilidade por parte do sujeito que a detém”*. O desenvolvimento da autonomia das escolas tem vindo a exigir que se tenha em consideração as diversas dimensões da escola, relativamente à sua organização interna e às próprias relações entre os níveis central, regional e local da Administração, assim como no assumir pelo poder local de novas e renovadas competências.

De acordo com Barroso (1996: 23), *“é importante distinguir a definição de autonomia: por um lado a definição de autonomia política e de ordenamento jurídico e administrativo que visa as atribuições, competências e modos de governo das escolas; a economia decretada, que visa o lado das dinâmicas sociais existentes em cada organização, e ainda aquela que para lá das determinantes político-administrativas, produz formas de regulação autónoma, a autonomia construída”*. De acordo com o mesmo autor (1996) as políticas de reforço da autonomia realizam-se através de um triplíce movimento:

“delegação de competências e recursos; individualização de percursos escolares, horizontalização das dependências. Na delegação de competências, a autonomia traduz-se numa modalidade de descentralização; na individualização de percursos escolares, a autonomia introduz a deslocalização do projecto educativo nacional para o nível do estabelecimento de ensino; na horizontalização das dependências, a autonomia consagra a diminuição da dependência em relação à administração, havendo uma cooperação horizontal com a comunidade e com as escolas do mesmo território, construindo-se um bem educativo comum”.
(idem, p. 24).

Barroso procura interpretar o significado político das medidas de reforço na autonomia das escolas em Portugal, analisando-as simultaneamente, como: *“retórica discursiva, instrumento de governação e modo de regulação”* (2006: 25).

Num primeiro momento, tentou-se mobilizar os actores sociais para a mudança, que, no entanto, se desenvolve num ambiente conservador, numa administração burocrática e centralizada.

Num segundo momento, as medidas de reforço são utilizadas, visando a introdução de modalidades pós-burocráticas de gestão escolar.

Num terceiro momento estas políticas são interpretadas como medidas mais vastas de regulação das políticas e da acção educativa. Aparece assim o papel do Estado Educador passando à possibilidade da emergência de um Estado Avaliador.

Nos últimos anos, muito se tem abordado este conceito, sempre associado a uma forma de descentralização. Este discurso passou a ter utilidade política, acautelando sempre o controlo por parte do Estado. Como resultado, as políticas de descentralização começaram a aparecer associadas ao reforço das formas de avaliação, tentando o Estado não perder em autoridade aquilo que se ganha em legitimidade.

Para Vandenberghe (1998, cit. Barroso, 2006: 32), *“a existência deste tipo de dispositivo de contratualização surge como forma de promover a descentralização da gestão para as escolas”* é acompanhada quase sempre do aumento das lógicas de avaliação ou regulação externa. Mesmo o contrato de autonomia, ao mesmo tempo que combina uma estratégia de negociação, mobilização dos actores e promoção da sua autonomia, acaba por ter igualmente um sentido de controlo e garantia de resultados e da sua obediência a princípios ou normas gerais.

Este contrato aparece assim como um instrumento aparentemente eficaz de gestão, num quadro de crise da regulação burocrática e da emergência de novas formas de governação, substituindo o controlo hierárquico pelo auto-controlo e a regulamentação pela avaliação interna e externa. Apesar das possibilidades ilimitadas que o contrato de autonomia poderá conceder, *“o Sistema Educativo, nas suas práticas quotidianas, mantém o centralismo, a lentidão a impessoalidade e a uniformidade burocráticas, pressionando mais no sentido das conformidades à norma do que no sentido da iniciativa autonómica e da diversidade”*, (Formosinho et al, 2000: 98). Esta posição é defendida por Lima & Almerindo (2002), quando referem:

“Desafiado pela globalização económica e cultural, o Estado parece estar, em certos casos a transformar-se numa instância de recontextualização das pressões externas que a partir de outras instâncias, supranacionais ou globais, se exercem a nível nacional – apressando-as ou retardando-as, adaptando estratégias passivas ou pró-activas, função sobretudo da

capacidade que lhe resta (também política, económica e cultural) para continuar a exercer a sua autonomia relativa” (idem, p. 85).

A visão optimista de evolução do Estado está longe de se realizar. Por muito estimulante que sejam as teorias e as estratégias que possam ser aplicadas, é importante ter em conta que para além das soluções técnicas, existem também as questões políticas.

Para Canário (2005, cit. Barroso, 2006: 42), essa situação obriga a *“pensar a escola a partir de um projecto de sociedade”* e para isso não se pode pensar em termos economicistas *“pensar a partir não dos meios disponíveis, mas das finalidades a atingir”*.

De acordo com Estêvão (2004: 34) *“a autonomia pode justificar-se em nome de várias racionalidades ou lógicas, tais como apelando a diversos mundos, industrial versus rendimento cívico; versus igualdade pela diversificação; mercantil versus concorrência; doméstico versus proximidade dos actores; mundial versus imposição da relevância do local que a globalização da Educação exige”*. Segundo este autor, um dos problemas da autonomia passa pela gestão da justiça do sistema educativo, uma vez que o Estado poderá ter tendência a empenhar-se menos no compromisso constitucional no que diz respeito à igualdade de oportunidades para todos os cidadãos, *“...a autonomia pode conduzir a escola a desconectar-se do seu meio envolvente e a investir na fidelidade e no amor à estabilidade, tornando-se por isso, e paradoxalmente, num factor de precariedade e de empobrecimento”* (Estêvão, 2004: 88). Através do contrato de autonomia, poderá acontecer que o ónus da ineficácia, da ineficiência e do insucesso das políticas educativas deixe de pertencer ao Ministério da Educação e fique nas mãos dos professores, dos pais, das autarquias e de todos os actores envolvidos no processo.

A autonomia pode, no entanto, ajudar a criar uma cultura de responsabilidade, partilhada por toda a comunidade educativa, permitindo que sejam encontradas soluções organizativas comuns a todas as escolas que compõem o agrupamento. É possível encontrar estratégias e dinâmicas próprias dentro das realidades locais, que originem projectos integrados, valorizando todos os intervenientes; professores, pais, alunos, pessoal docente e não docente e instituições. O sucesso da conjugação destes factores, permitirá dar primazia à dimensão local nas políticas educativas partilhando-se responsabilidades.

Grilo (1998, cit. Barroso, 2006: 45) apresentou sete princípios para um programa de reforço da autonomia das escolas, os quais passamos a enumerar:

- “- O reforço da autonomia não pode ser definido de modo isolado;*
- a autonomia das escolas é sempre relativa, porque é condicionada pelos poderes da tutela e da superintendência do governo e da administração pública;*
- uma política destinada a reforçar a autonomia das escolas, não se pode limitar à produção de um quadro legal normativo, tem que assentar na criação de condições e na montagem de dispositivos que permitam libertar as autonomias individuais;*
- o reforço da autonomia não pode ser considerado como uma obrigação para as escolas, mas como uma possibilidade;*
- o reforço da autonomia não constitui um fim em si mesmo, mas um meio das escolas prestarem, em melhores condições, o serviço público de educação;*
- a autonomia é um investimento nas escolas, tem custos, baseia-se em compromissos e terá de traduzir-se em benefícios;*
- a autonomia também se aprende”.*

Para nós, a autonomia não constitui, pois, um fim em si mesmo, mas uma forma das escolas desempenharem melhor o serviço público de educação, cabendo à administração educativa uma intervenção de apoio e regulação, com vista a assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades e a correcção das desigualdades existentes. Será através do reforço da autonomia das escolas e da sua democraticidade, da participação na decisão e de maior qualificação, que se poderá conseguir uma sociedade mais justa, *“a autonomia das escolas não constitui, portanto, um fim em si mesma, mas um meio de a escola realizar em melhores condições as suas finalidades que são, como se sabe, mas convém lembrar, a formação das crianças e dos jovens que frequentam as nossas escolas”*, (Barroso, 1997: 20).

1.6 – O Projecto Educativo como Instrumento da Autonomia

“Uma instituição tem de reflectir, de uma maneira quase inevitável, o tipo de sociedade em que existe” (Morrish, 1981, cit. Borges, 1997: 23)

Uma análise rigorosa ao conceito de projecto educativo, recomenda a sua abordagem sob três pontos de vista: político-normativo, administrativo-organizacional e o pedagógico.

Sob o ponto de vista político-normativo, o projecto educativo de escola, consagra-se no Decreto-Lei nº43/89, de 3 de Fevereiro, que estabelece o regime jurídico de Autonomia da Escola. Refere-se, no seu preâmbulo, que *“a autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projecto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro dos princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação às características e recursos da escola e às solicitações da comunidade escolar em que se insere.”*

No Decreto-Lei nº172/91, de 10 de Maio que regulamenta o novo modelo de Direcção, Administração e Gestão dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dos Ensino Básico e Secundário, o projecto educativo volta novamente a ser mencionado no preâmbulo, *“O modelo agora instituído pretende assegurar à escola as condições (...) Garante, simultaneamente, a prossecução de objectivos educativos nacionais e a afirmação da diversidade através do exercício da autonomia local e a formulação de projectos educativos próprios”*. Este diploma pretende concretizar os princípios de representatividade, democraticidade e integração comunitária, de forma a assegurar à escola as condições que possibilitam a sua integração no meio em que se insere”.

O Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio, no nº2, do artigo 3, estabelece que o projecto educativo se constitui como instrumento do processo de autonomia, sendo definido como *“o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe exercer a sua função educativa.”* Mais recentemente, o Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de Abril, no nº1, do artigo 9º, estabelece a mesma definição para projecto educativo, com a diferença que, agora, este documento se destina ao agrupamento de escolas e escolas não agrupadas.

Tendo como base a definição proposta no Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio, Costa, apresenta a sua definição de forma mais esclarecedora:

“documento de carácter pedagógico que é elaborado com a participação da comunidade educativa, estabelece a identidade própria de cada escola através da adequação do quadro legal em vigor à sua situação concreta, apresenta o modelo geral de organização e os objectivos pretendidos pela instituição e, enquanto instrumento de gestão, é ponto de referência orientador na coerência e unidade da acção educativa” (1996: 10).

Sob o ponto de vista administrativo-organizacional, Costa (1996:15) refere *“a importância do projecto é então assumida como prioritária, tanto nas organizações de tipo empresarial, como nas organizações escolares, enquanto instrumento ao serviço da eficácia e do desenvolvimento organizacional”*. Segundo esta perspectiva, o projecto educativo assume-se como a face visível da escola, definindo um conjunto de objectivos que a identificam enquanto instituição educativa inserida num determinado território, e é também o instrumento pelo qual as pessoas com responsabilidade em matéria educativa comungam, após um processo negocial em que participam o pessoal docente, não docente, alunos e respectivos pais e encarregados de educação e representantes da comunidade local. Estamos assim, segundo Costa (1996), perante uma preocupação tecnocrática de eficácia da administração escolar, o que de acordo com Carvalho (1988, cit. Costa 1996: 14), o termo projecto *“expandido principalmente pela planificação educativa, torna-se pleno de prestígio na medida em que se implanta a partir dos desejos de eficácia próprios de uma mentalidade tecnocrática, que faz o estudo, sobretudo, das questões respeitantes às estruturas organizacionais e administrativas”*.

Tripa (1994: 60) considera que *“é através do projecto educativo que a comunidade educativa estabelece a identidade da escola, adequando-a ao quadro legal em vigor e apresentando o modelo geral da organização e dos objectivos pretendidos”*, o que pressupõe a existência de um sistema de ensino descentralizado e uma escola com um grau de autonomia suficiente que lhe permita definir e implementar o seu próprio projecto educativo. Esta posição é corroborada por Barroso (1992: 34-35), quando refere que *“o projecto educativo visa aumentar a visibilidade do estabelecimento de ensino; recuperar uma nova legitimidade para a escola pública; participar na definição de uma política educativa local; globalizar a acção educativa; racionalizar a gestão de recursos; mobilizar e*

federar esforços; passar do eu para o nós". A este propósito, refere Leite (2003: 92) " *Pensar num projecto educativo de escola para todos e com todos, implica, pois, repensar a organização escolar, reinventar estratégias de mobilização e construção de parcerias, isto é, uma comunidade educativa que não seja mera figura de retórica a que recorremos apenas nos nossos discursos*", o que implica a articulação das políticas nacionais de ensino com as políticas locais e a sua integração num projecto local de educação

O Projecto Educativo pretende lançar uma política educativa comum a todo o Agrupamento, tendo como pano de fundo a necessidade de cada escola, e dentro desta, cada turma ou cada sector de actividade, perseguir um mesmo conjunto de objectivos. O Projecto Educativo permite a cada escola a apropriação de um certo espaço de liberdade e inovação, como detentora de um projecto que lhe proporcionará a identificação e o reconhecimento, no seu relacionamento com a comunidade.

Segundo Obin e Cros (1991, cit. Borges 1997: 27), "*o Projecto Educativo de Escola desempenha quatro funções reguladoras*:

- 1. garante a "federação dos projectos e das acções", coligando e coordenando as iniciativas internas que frequentemente coexistem, ignorando-se mutuamente e sem coerência de conjunto;*
- 2. promove a "mobilização em torno de uma identidade, apoiando-se nos traços específicos que exprimem a identidade da escola e fazendo da diversidade o factor positivo que permite reforçar os pontos fortes, os quais, por seu turno, sustentarão a abordagem dos pontos fracos;*
- 3. facilita a negociação, por constituir um instrumento de diálogo com a comunidade, a administração e os parceiros sociais;*
- 4. obriga à "planificação" definindo prioridades e fazendo uma programação de iniciativas que permite dirigir - e não "sofrer" - a mudança.*

Com este documento, procura-se que as escolas ou os agrupamentos respondam a perguntas básicas como: *Quem somos? Como somos? O que pretendemos? Que direcção tomar? Quais os objectivos educacionais prioritários? Quais as finalidades e metas que queremos atingir?*

Obin e Cros (1991, cit Borges 1997: 17) apresentam "*os 10 mandamentos do projecto*" os quais passamos a enunciar:

- 1- " é diferente da política de escola (todo o estabelecimento tem uma política sem que tenha necessariamente um projecto);*

- 2- *evidencia, explicitamente, os valores comuns;*
- 3- *introduz coerência nas diversas actividades escolares;*
- 4- *permite a procura colectiva da melhoria da colectividade de ensino;*
- 5- *define as estratégias para as acções futuras;*
- 6- *permite a comunicação do sentido para a acção colectiva;*
- 7- *introduz uma gestão participada;*
- 8- *possibilita o controlo dos resultados e a correcção das decisões;*
- 9- *exige a adesão do director da escola;*
- 10- *implica a procura conjunta de consensos”.*

Concebido de acordo com estes pressupostos, o Projecto Educativo, emerge duma concepção de Escola/Comunidade Educativa, concebendo a Escola como uma unidade organizacional, sendo um elemento estruturante da sua identidade.

Sob o ponto de vista pedagógico, o Projecto Educativo associa-se à construção de estratégias de vida, pessoal e social e decorre da análise das condições de existência dos sujeitos educandos “*o comportamento de projecto é específico do ser humano. Por razões que lhe são próprias, pois dependem da idade, a criança, o adolescente, o adulto são seres em projecto e de projectos. Portanto é normal que a pedagogia faça eco desta característica dos indivíduos de que se ocupa.*” (Brut & Not, 1990, cit. Costa 1996: 16).

Segundo esta perspectiva, o trabalho de projecto, torna-se a metodologia fundamental do processo educativo, “*verifica-se, deste modo, uma flagrante convergência entre os pressupostos epistemológicos da ciência da educação e as aspirações destas pedagogias*” (Carvalho, 1988, cit. Costa 1996: 15). Rompendo-se assim com a passividade, o apriorismo dogmático da pedagogia tradicional e identificando-se claramente com os princípios básicos da Escola Nova:

“Penso não haver nenhum aspecto da filosofia da educação progressiva que seja mais sonante do que a ênfase colocada na importância da participação do aprendiz na formação dos projectos que norteiam as suas actividades no processo de aprendizagem, bem como não há, na educação tradicional, defeito maior do que a sua incapacidade para assegurar a cooperação activa dos alunos na construção dos projectos envolvidos no seu estudo” (Dewey, 1986, cit. Costa 1996:16).

Entendemos que a tendência actual é para o aumento da autonomia da escola, do aprofundamento da sua democraticidade interna e da participação da comunidade educativa, cabendo neste processo, ao projecto educativo, a contribuição para a revalorização da territorialização das políticas educativas, transformando a escola e a comunidade numa verdadeira plataforma de intervenção cívica e educativa.

1.7– A Comunidade Educativa versus Território

“A comunidade está naturalmente na escola, os alunos são a comunidade na escola”

Canário & D`Espiney, (Org). (1994: 236)

A escola tradicional, embora estivesse fisicamente próxima, encontrava-se bastante distanciada da comunidade. Desprovido de qualquer autonomia, o órgão de gestão comportava-se como mera correia de transmissão das orientações emanadas *“pelo governo em decretos-lei e pela administração central em portarias, despachos normativos, despachos e circulares. Mas como as finalidades pedagógicas se actualizam no acto educativo e este decorre na escola e na sala de aula e é posterior aos regulamentos aprovados centralmente, vemos que esse não é livre, mas sujeito ao regulamento da administração central”* (Formosinho, 1989: 29). Verifica-se assim que a articulação dos meios administrativos e os fins pedagógicos eram pré-concebidos., daí podermos concluir pela inexistência de comunidade educativa. Esta opinião é defendida por Canário (2006: 96), quando refere *“este fechamento da escola e o seu isolamento do mundo exterior, quer através de fronteiras físicas quer de fronteiras simbólicas é totalmente coerente com o facto de a escola ter historicamente nascido em ruptura com o local”* e durante todo esse tempo a escola participou num processo de anulação das particularidades locais, a nível cultural, social e mesmo político.

O desenvolvimento do sistema educativo e da sociedade, não se compadecia com a inexistência de relações educativas, entre a escola e a comunidade. Nas últimas duas décadas, deram-se progressos significativos, em que a escola, a pouco e pouco, foi esbatendo a sua fronteira física, e criando gradualmente uma fronteira social. A escola chamou a si a comunidade e, num quadro de maior co-responsabilização e de participação foi-se instituindo *“um*

quadro de obrigações e desafios mais congruentes com a integração plena da escola na vida comunitária, assim como as práticas que permitem reconhecer e atribuir às comunidades o máximo de protagonismo possível na formação escolar, social e de cidadania” Caride (2000: 18),

Esta alteração dos processos de administração do sistema educativo, conforme refere Wutmacher (1992. cit. Barroso, 1996: 9), *“parece que os sistemas de ensino estão a alterar o seu modo de regulação, passando de um controlo baseado na conformidade nas regras e nas directivas impostas pela hierarquia, para um controlo baseado na conformidade com os objectivos e as finalidades de acção.”* Nesta nova realidade, o objectivo de uma comunidade educativa passa por proporcionar alternativas educacionais, em conjunto com as instituições locais, para todos os indivíduos que vivem nesse território. Porque a escola, sozinha, não tem meios para cumprir a sua missão, está consensualizado haver uma maior cooperação e partilha de esforços, o que origina uma maior oferta de ambientes de aprendizagem. A esta oferta parece estar associada uma crescente procura da educação, por parte das comunidades, o que segundo Caride (2000: 9), *“implica que a estrutura organizativa se adapte, através de mudanças na política, administração e nas práticas educativas, para possibilitar uma mais activa e continuada participação dos cidadãos nas instituições educativas e a escola se torne um elemento dinamizador da educação comunitária em que participe toda a sociedade.”*

Neste paradigma, a comunidade escolar e a comunidade local têm de, em conjunto, num clima de interdependência e de confiança, procurar entender-se, de maneira a que a escola não exerça a sua acção pedagógica à margem da realidade local e a comunidade local não continue a alhear-se da educação dos seus jovens e residentes. A comunidade constitui-se como fonte de soluções de cooperação para os problemas comuns, porque de acordo com Canário & D’Espiney (1994: 236) *“de uma forma geral, a comunidade que os alunos trazem para dentro da escola (aquela que a escola deixa entrar) é em grande medida o que o sistema reproduz através da escola que os pais dos alunos também frequentaram. Não, os valores, as especificidades, as vivências, o formal e o informal e constituinte que existem ao lado da escola. O problema está em que, por via de regra, todos estes valores, vivências, etc., não os conhece a escola. Mesmo que queira potenciá-los, não sabe”.* Daí que seja necessário a construção duma comunidade educativa capaz de fazer frente aos desafios do futuro e às

crescentes responsabilidades colectivas, e cuja capacidade formadora seja posta ao serviço dos seus educandos e restantes membros da comunidade, como *“uma organização/instituição educativa dotada de autonomia relativa que procura estabelecer entre os seus membros um sistema de interacções assente numa partilha de valores e objectivos, construindo assim uma base de comunicação intersubjectiva”* (Sarmiento & Ferreira, 1999, cit. Sarmiento & Marques, (2002: 18).

Como factor de sucesso, entendemos que uma escola, por possuir quadros qualificados, com formação superior especializada e diferenciada, deve promover esforços de modo a inserir-se no meio, deve ser um ponto de referência para os seus usuários, mas também deve ser valorizada pela comunidade local. Para conseguir atingir esse patamar, a escola deve ultrapassar a sua única função de apenas formar os seus alunos, assumindo-se também como instituição dinamizadora da educação e de desenvolvimento da comunidade.

Correia (1999, cit. Sarmiento & Marques, 2002: 18) aborda a problemática das relações entre a escola e a comunidade, em três ângulos diferentes: um primeiro que *“incide sobre as relações entre os saberes formais e os saberes informais”* a partir de uma concepção de escola que se pensa fundamentalmente como uma instância de distribuição de um saber e em que os saberes locais estão condicionados à difusão do saber universal; um segundo que faz *“uma tematização das relações entre escola e a comunidade”*, tendo como eixo de referência a problemática da gestão social da educação num contexto de crise profunda dos processos de escolarização e um terceiro dedicado à problemática da cidadania, *“partindo do pressuposto, que é fundamentalmente através dos alunos que a escola se relaciona com a comunidade, discutindo a Escola como cidade a construir, como espaço de invenção de cidadanias”*.

Esta conjugação de factores pressupõe que a escola esteja disposta a assumir mais protagonismo e responsabilidade, se institucionalize um discurso comunitário e uma planificação e intervenção social nas comunidades, de forma a adaptar estratégias de pensamento e acção que dêem resposta às necessidades e inquietudes colectivas.

Este projecto a desenvolver que, sendo partilhado, permitirá a consolidação das relações escola-comunidade. Segundo Caride (1998: 20), mais do que uma educação comunitária, este projecto deverá ser *“um projecto pedagógico de desenvolvimento local e comunitário”*, permitindo as respostas necessárias para

transformar os problemas em oportunidades de reforma e de mudança, tendo como objectivo o desenvolvimento do território.

Soubre (1982, cit Barroso, 1996: 13), refere que para *“poderes locais fortes, escolas fortes”*, pelo que, no contexto de transferência de competências para as autarquias de acordo com Barroso (1996:13), deve ter-se em linha de conta uma *“articulação entre a comunidade e as escolas, no quadro da construção de uma política local de educação (coordenação de órgãos de gestão regional ou concelhia das escolas, tipo conselhos locais de educação, promoção de iniciativas no domínio do complemento curricular e da animação sócio-educativa; promoção de iniciativas no domínio da formação profissional e da educação de adultos, em geral.”*

Neste sentido, a descentralização educativa torna-se um requisito indispensável para que as escolas e as instituições possam desenvolver estratégias adequadas às problemáticas educativas. As escolas, nos seus projectos educativos ou planos de actividades, estimularam ou tornaram necessário esse trajecto, no sentido em que *“a pertinência de uma abordagem territorial ganha mais força, se atentarmos ao facto de os problemas que se colocam ultrapassam claramente uma dimensão apenas escolar”* (Canário, 2006: 96). É nosso entendimento, que esta abordagem é uma excelente forma de fazer educação cívica e democrática, através da acção.

De acordo com Azevedo (1995), apesar de já existirem bastantes escolas implantadas no território, via carta escolar, este é um processo lento, cheio de encontros e desencontros, repleto de ziguezagues, pleno de diálogos frutíferos, mas também de excelentes oportunidades.

De acordo com (Canário, 1997: 43), *“A territorialização da acção educativa está, hoje, no centro dos debates sobre as actuais políticas educativas”*, daí resultando a associação de outros conceitos, tais como parcerias, partenariado, contrato, colaboração, cooperação e redes e outros que têm sido utilizados para descrever e interpretar o fenómeno de territorialização das políticas educativas

Como conclusão, entendemos que a relação escola-território não se pode confinar à comunidade escolar, pelo que deverá assumir-se como pólo dinamizador do desenvolvimento da comunidade local, numa concepção comunitária, precursora de atitudes de mudança, a partir das oportunidades emergentes e de procurar soluções, para a resolução dos problemas desse território.

1.8 - A Constituição de Parcerias Educativas

“As parcerias com a família e a comunidade podem fazer com que a democracia funcione” (Davies, 1994: 377)

Davies (1994) defende que a reforma da escola só é possível com o apoio de base dos pais e da comunidade, sendo esse apoio sustentado pelo desenvolvimento de parcerias pais-comunidade-escola. Neste sentido, a escola deve promover, uma integração dinâmica com a comunidade, na tentativa de que esta integração dê lugar à potenciação das actividades de aprendizagem, sendo disso beneficiários a escola, e, como tal, os alunos e respectivas famílias, as autarquias, as empresas, as associações, as colectividades, os grupos e restantes instituições. Nesta interacção, todos os parceiros têm de aceitar-se mutuamente, estarem em pé de igualdade e partilharem um sentimento comum em relação ao desenvolvimento de um projecto educativo comum.

A articulação entre diversas instituições e a constituição de parcerias locais, tem vindo a constituir-se como uma prática social inovadora, assumindo uma importância crescente na sociedade actual, correspondendo a uma estratégia adoptada, com vista a uma renovação educativa.

Esta crescente receptividade da escola, instituição tradicionalmente fechada sobre a sua actividade educativa e pedagógica, à participação e intervenção de instituições e de entidades exteriores ao sistema educativo, imbuída numa lógica de participação, de negociação e de diversificação dos actores educativos fez emergir no campo da educação: o conceito de *Parcerias Educativas*.

Este conceito, no que refere ao enquadramento legal no nosso sistema de ensino, tem a sua génese, ainda que de forma embrionária, na Lei de Bases do Sistema Educativo, no seu artigo 7º, relativo aos objectivos e finalidades da escolaridade obrigatória, onde se refere que:

e) facultar contactos e experiências com o mundo do trabalho, fortalecendo os mecanismos de aproximação entre a escola, a vida activa e a comunidade e dinamizando a função inovadora e interventora da escola;

f) favorecer a orientação e a formação profissional dos jovens através da preparação técnica e tecnológica, com vista à entrada no mundo do trabalho.

Pretendia-se, desta forma, introduzir no sistema educativo o desenvolvimento das experiências de trabalho ao nível do 3º ciclo do ensino básico e também ao nível do ensino secundário, a melhoria da orientação profissional e a integração no mercado de trabalho, a educação para a empresa e a cooperação escola/empresa no contexto local e regional. Estavam assim dados os primeiros passos, de ligação entre as escolas e as empresas e que se consubstanciavam na realização de visitas de estudo e de estágios dos alunos dos cursos tecnológicos.

A Reforma Curricular de 1989 tinha como objectivo assegurar que os alunos concluíssem a escolaridade obrigatória, de forma a prosseguirem estudos, ou, caso enveredassem pelo mundo do trabalho, não sentissem dificuldades. Nesse sentido, foi criada, em todos os anos de escolaridade, a Área-Escola, como componente não curricular, destinada ao desenvolvimento de projectos multidisciplinares e de articulação entre a escola e o meio. No 3º ciclo, foi criada a disciplina de Educação Tecnológica e no ensino secundário, foi criada a formação técnica para todos os cursos, o que correspondia à necessidade do sistema educativo responder às solicitações do sistema empresarial e reforçar a cooperação atrás referida.

O Decreto-Lei nº 115-A/98, de 15 de Maio, vai mais longe nesta relação, quando refere no preâmbulo *“O desenvolvimento da autonomia das escolas exige, porém, que se tenham em consideração as diversas dimensões da escola, quer no tocante à sua organização interna e às relações entre os níveis central, regional e local da Administração, quer assumir pelo poder local de novas competências com adequados meios, quer ainda na constituição de parcerias socioeducativas que garantam a iniciativa e a participação da sociedade civil.”* A escola por si só não poderá assumir e encontrar as respostas educativas para tantos problemas sociais e, nesse sentido, outras organizações, instituições ou serviços com intervenção na comunidade, podem participar e intervir activamente na educação, colaborando na definição de objectivos, estratégias e metas a atingir, como *parceiros da escola*. Esta ideia é reforçada no mesmo decreto-lei, no artigo 4º, ponto 2, sobre o desenvolvimento da autonomia quando refere que:

- a) *A integração comunitária, através da qual a escola se insere numa realidade social concreta, com características e recursos específicos;*
- b) *A iniciativa dos membros da comunidade educativa, na dupla perspectiva de satisfação dos objectivos do sistema educativo e da realidade cultural em que a escola se insere.*

Mais recentemente, o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, no artigo 58º, sobre a atribuição de competências, nos contratos de autonomia, estabelece:

- i) *Associação com outras escolas ou agrupamentos de escolas e estabelecimento de parcerias com organizações e serviços locais.*

As parcerias poderão, face à crescente complexidade da missão dos sistemas educativos, aliviar a responsabilidade que a sociedade atribui à escola na educação/formação dos seus alunos, e potenciar a qualidade das aprendizagens, *“quando as parcerias se desenvolvem, têm efeito positivo no sucesso escolar das crianças, na estabilidade das famílias e no apoio dos pais e da comunidade para a escola”* (Davies, 1994: 385). O mesmo autor sustenta ainda que a ideia de parcerias se baseia no pressuposto de que as famílias, as comunidades e as escolas têm uma responsabilidade partilhada e sobreposta no que se refere ao desenvolvimento e à aprendizagem das crianças, ainda que se apresentem ao mesmo tempo, distintas e partilhadas.

De acordo com Rodrigues & Stoer (1998) o termo parceria é a designação portuguesa do termo partenariado, em que este conduz o poder do Estado na direcção das comunidades e a parceria encoraja as comunidades locais a obrigar os partenariados a serem eficazes. A parceria surge assim no sentido de desenvolver projectos locais de desenvolvimento, através duma orgânica informal e vocacionada para o desenvolvimento comunitário, enquanto o partenariado requer uma cooperação mais formal entre os intervenientes e é assente em processos formais organizados.

Os mesmos autores referem que, actualmente, existe uma articulação entre os conceitos, com predomínio do segundo.

Segundo Canário (1995: 151), partenariado educativo *“é a associação da escola aos diferentes parceiros mobilizáveis para assegurar a educação das novas gerações, assim como, a aquisição de novas competências para o trabalho”*. Assim sendo, deve a acção educativa, de forma articulada, identificar e otimizar recursos educativos endógenos à escola e à comunidade, promovendo a sua gestão integrada.

Marques (1994: 35), focaliza o partenariado nos fins da sua criação, definindo o conceito *“como a associação de parceiros sociais com fins educativos.”* Nesta nova relação social, a escolha dos parceiros é uma das etapas, se não a mais importante, para o sucesso do projecto, pelo que as parcerias devem ser

equacionadas em função dos contextos: sociais, económicos culturais e institucionais em que estas se desenvolvem.

Para Macedo (1996: 41), o partenariado sócio-educativo “*apresenta-se como uma forma organizativa de participação dos actores sociais na realização de projectos educativos no campo das relações entre o sistema educativo e o sistema económico e social*”, assumindo-se como uma parceria de parceiros sociais com fins educativos que pressupõe a existência de um processo dinâmico entre os actores implicados, um jogo de estratégias entre os diversos actores e os seus projectos e uma negociação como instrumento das diferentes estratégias.

Num quadro de relacionamento entre uma escola e uma empresa, Macedo (1996) distingue 3 graus nesse partenariado:

- a escola faz uma procura junto de uma empresa ou empresas locais;
- a escola e a empresa partem de um acordo sobre o interesse de chegar a um projecto comum, a negociar, em que a empresa e a escola terão um interesse explícito;
- a escola e a empresa associam-se para um projecto comum, com objectivos exteriores, mais globais, que têm a ver, por exemplo, com uma participação mais efectiva num programa de desenvolvimento local.

Como conclusão, entendemos que a realidade local deve ser o ponto de partida na adequação dos objectivos e políticas educativas de cada agrupamento de escolas, ou numa perspectiva mais ampla, concelho ou mesmo região. A participação da administração regional e local e das diferentes instituições na definição de políticas de educação locais, bem como a respectiva monitorização, não só é desejável como efectivamente recomendada. O apoio das empresas locais e o envolvimento das autarquias é um dado a reter. Sendo a educação um assunto de todos, consideramos que a relação entre parceiros se deve pautar pela igualdade com o mesmo tipo de direitos e responsabilidades. O interesse na realização da parceria deve ser mútuo e deverá ser formalizado através da assinatura de protocolos que estabeleçam os termos concretos dessa colaboração.

1.9 – A Construção da Carta Educativa

“A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospectivo de edifícios e equipamentos educativos o localizar no

concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada concelho” (Artº 10º do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro).

Sendo os alunos o centro do sistema educativo, é com eles que nos devemos preocupar. Todos aprendemos uns com os outros, e a diversidade cultural é essencial ao desenvolvimento das crianças de forma a consolidar o seu crescimento.

Neste processo devem os territórios organizar-se e estruturar-se de forma a darem respostas a essas necessidades de aprendizagem e de aculturação. É numa procura de melhoria de aprendizagens, de vivências e numa crescente melhoria de qualidade de vida das crianças que a escola deve, em parceria com as forças vivas do território, unir esforços.

Confrontado com as estatísticas, o Estado viu-se na necessidade de desenvolver novas medidas que visassem o combate ao insucesso e ao abandono escolar, considerando urgente a transmissão de poderes e responsabilidades em matéria educativa para as autarquias e as escolas, para que estas as assumam.

Gradualmente, o Estado foi reconhecendo o papel que os municípios poderiam desempenhar como parceiros na definição e gestão da política educativa, passando a ter assento através da estrutura que os representa no Conselho Nacional de Educação, em 1987, e posteriormente no Conselho Consultivo das Escolas Básicas e Secundárias (1989).

No sentido de favorecer decisivamente a dimensão local das políticas educativas e a partilha de responsabilidades, o Decreto-Lei n.º 115-A/98 de 4 de Maio, no seu preâmbulo refere, *“prevê-se igualmente o desenvolvimento de estratégias de agrupamento de escolas resultantes das dinâmicas locais e do levantamento rigoroso das necessidades educativas, designadamente através das cartas escolares concelhias.”* Como forma de operacionalizar e monitorizar este processo prevê-se, no mesmo diploma, a criação, por iniciativa do município, do Conselho Local de Educação, órgão consultivo e onde estão representados diversos agentes e parceiros sociais para se proceder à articulação da política educativa e outras políticas sociais de âmbito local, em matéria de apoio sócio-educativo, actividades de enriquecimento curricular, rede escolar, horários e transportes escolares. Esta situação viria a ser

regulamentada pela Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, quando transfere do poder central para as Câmaras Municipais a responsabilidade pela elaboração da carta escolar e a criação dos Conselhos Locais de Educação, passando assim os municípios a assumir de pleno direito a sua quota-parte nas responsabilidades na administração da educação básica pública.

Através do Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, são criados os Conselhos Municipais de Educação, (sendo extintos os Conselhos Locais de Educação) e as Cartas Educativas (são extintas as Cartas Escolares).

Ultrapassado o conceito teórico de Carta Escolar, instrumento que inventariava apenas os edifícios escolares existentes e a necessidade de novas construções, havia a necessidade investir num documento de planeamento dinâmico, que correlaciona a educação, a cultura, o urbanismo e o social como variáveis estruturantes de um desenvolvimento local sustentável.

Desta forma, a Carta Educativa estabelecerá uma interligação estreita entre os recursos educativos, físicos e humanos, de acordo com o diagnóstico objectivo da realidade e a planificação de medidas de intervenção futuras que permitam uma melhoria significativa do sistema educativo.

A Carta Educativa, constitui-se, assim, como um documento complementar ao Plano Director Municipal, sendo um instrumento orientador dos municípios nas suas decisões em matéria educativa e o concretizar duma política de descentralização. Esta descentralização vem trazer vantagens no domínio da eficiência dos serviços prestados pela administração pública e responder a um conjunto de situações e problemas de ordem local, permitindo que os serviços se adequem às suas necessidades, tomando decisões em questões próprias e específicas das suas realidades escolares.

De acordo com este normativo, a Carta Educativa passa a ser entendida como o principal instrumento de apoio à decisão por parte de quem tem a responsabilidade de gerir os destinos da educação e formação num determinado território.

A elaboração da Carta Educativa, de acordo com artigo 11º, Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, tem em vista alcançar os seguintes objectivos:

“1 - A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas

disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar”.

“2 - A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas”.

“3 - A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis”.

4 - A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo.”

“5 - A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município “.

A Carta Educativa incide sobre os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária e sobre a concretização da acção social escolar no município e tem por objecto identificar a nível municipal, os edifícios e equipamentos educativos, e respectiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, do ensino básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extra-escolar. A Carta Educativa inclui ainda, de acordo com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar uma identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas e deve prever os termos da contratualização entre os municípios e o Ministério da Educação, ou outras entidades, relativamente à prossecução pelo município de competências na área das actividades complementares de acção educativa e do desenvolvimento do desporto escolar.

O “Manual para a Elaboração da Carta Educativa” elaborada pelo Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema de Educação (GIASE) do Ministério da Educação (ME), estabelece a seguinte metodologia para a elaboração do documento:

- enquadramento teórico e legislativo e princípios orientadores;
- recolha de informação, cartográfica e estatística, que permite caracterizar o município sob o ponto de vista demográfico, social e económico;
- evolução e caracterização do Sistema Educativo segundo duas importantes componentes: procura e oferta. Neste ponto são realizadas projecções para os diferentes ciclos de ensino, de modo, a constatar a evolução do número de alunos e, assim, programar os equipamentos escolares;
- confronto entre oferta e procura resultando, desse confronto, um diagnóstico da situação real. Nesta fase, passa-se a conhecer as reais potencialidades e debilidades do actual Sistema de Educação através da análise das taxas de cobertura, escolarização; aproveitamento, repetência e abandono. Com base neste diagnóstico, e atendendo às projecções efectuadas, é apresentado um conjunto de propostas que norteiam o reordenamento da rede escolar do Município, apresentando-se o plano de execução e o plano financeiro – o principal objectivo de uma Carta Educativa.
- última fase que consiste na constante avaliação e monitorização do plano relativamente ao sistema, de forma a manter actualizado o Sistema Educativo do Município.

A elaboração da Carta Educativa é da competência da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respectiva, após discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação. O apoio técnico necessário à elaboração da Carta Educativa compete ao Ministério da Educação, que disponibiliza toda a informação necessária, bem como a prestação dos serviços adequados.

A revisão das Cartas Educativas é obrigatória quando a rede educativa do município fique desconforme com os princípios, objectivos e parâmetros

técnicos do ordenamento da rede educativa, devendo o processo de revisão ser iniciado a solicitação do Ministério da Educação ou das Câmaras Municipais. O Ministério da Educação e as Câmaras Municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da Carta Educativa.

Face às actuais exigências do sistema educativo e da sociedade, da crescente transferência de competências para os municípios em matéria educativa e da amplitude de respostas necessárias nos diferentes territórios educativos, este documento parece-nos bastante incompleto, pouco dinâmico e concebido mais na óptica dos recursos físicos do que dos humanos. Registamos os progressos verificados aquando da transição das cartas escolares para as cartas educativas, mas os novos tempos, trouxeram consigo novas solicitações, que aguardam novas soluções.

Capítulo 2 – Educação e Comunidade Educativa: Disposições Legais

Neste capítulo analisamos os normativos que regulamentam o funcionamento das escolas e o progressivo desenvolvimento da autonomia escolar e os instrumentos legais locais de política educativa.

Iniciamos esta análise a partir da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), ponto de partida de todo o enquadramento legal a abordar.

Sobre o funcionamento das escolas, iremos centrar a nossa análise no reforço da identidade da instituição escolar, da autonomia, da participação das famílias e comunidade e das lideranças das escolas, no sentido de assegurar a democratização da vida da escola, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público.

Através da reorganização curricular do Ensino Básico, pretende-se criar as condições para se concretizar uma formação de base para todos com qualidade.

A descentralização da administração educativa é condição essencial para a construção da autonomia escolar, para a promoção da escola a tempo inteiro, para o desenvolvimento do espírito e da prática democrática e para a promoção do sucesso educativo baseado numa cultura de responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa. Parece-nos ser importante esta descentralização de forma a transferir competências efectivas do nível central para o nível local, sendo neste caso, a autarquia parceiro por excelência.

2.1– A Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei nº 115/97, de 19 de Setembro

Volvidos onze anos após a revolução de Abril e a conseqüente massificação do ensino, o país foi finalmente dotado de uma lei de bases para o sistema educativo.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, no capítulo relativo aos direitos e deveres do cidadão, é assegurado que todos têm direito à educação e à cultura, sendo que o *“Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.”*

A então recente adesão à Comunidade Económica Europeia, o crescente pulsar das escolas e a necessidade de partir em busca de novos horizontes, o vislumbrar, já no horizonte, de uma reforma educativa de que o país necessitava, tornava necessário um documento que estabelecesse o quadro geral do sistema educativo português.

A Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), nos seus princípios gerais, procura assegurar a universalidade do direito à educação e à cultura, a democratização do ensino e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

O sistema educativo passa a organizar-se por princípios organizativos que colocam o aluno no centro da aprendizagem, reconhecem a importância da comunidade no processo ensino/aprendizagem e acenam para uma descentralização, reforçando a coesão nacional, o ensino extra-escolar e a reconversão profissional e que se transcreve:

b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;

f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;

g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;

h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;

i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas,

nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

De acordo com o artigo 4º, da LBSE o sistema educativo passa a organizar-se segundo três níveis: a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.

A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, devendo ser complementar da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação, no sentido dum desenvolvimento harmonioso da criança.

De entre os objectivos da educação pré-escolar (artigo 5º), destacamos:

a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;

c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;

e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sua sociabilidade;

f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;

h) Proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

A educação escolar compreende o ensino básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres. De acordo com o interesse do nosso estudo, vamos abordar mais detalhadamente a educação básica.

O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito, tem a duração de nove anos e organiza-se em três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos.

A articulação entre os três ciclos de ensino deve obedecer a uma sequencialidade progressiva, cabendo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior.

De entre os objectivos do ensino básico (artigo 7º), destacamos:

b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;

e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;

h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;

i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;

n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral.

Pretende-se, desta forma, fornecer aos alunos as ferramentas e as competências geradoras de sucesso educativo e de inclusão social. Cabe à escola organizar-se e proporcionar as condições necessárias à promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.

Sabendo-se que, à partida nem todos os alunos estão em condições de igualdade, consagram-se, nesta lei, as modalidades especiais de educação escolar, nas quais destacamos:

- a educação especial;
- a formação profissional;
- o ensino recorrente de adultos.

A educação especial visa a recuperação e integração sócio-educativa dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais. Este tipo de ensino deve ter em conta as necessidades de atendimento específico, ter currículos e programas adaptados às características de cada tipo e grau de deficiências e formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas, devendo recorrer ao apoio de educadores especializados. A

integração profissional do deficiente e inserção na vida activa, caso seja possível, deve ser preocupação permanente.

A formação profissional visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho que passa pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais.

Como refere o artigo 19º da LBSE têm acesso à formação profissional:

- a) *Os que tenham concluído a escolaridade obrigatória;*
- b) *Os que não concluíram a escolaridade obrigatória até à idade limite desta;*
- c) *Os trabalhadores que pretendam o aperfeiçoamento ou a reconversão profissionais.*

Neste sentido, devem as escolas organizar-se de forma a diversificar a sua oferta formativa e implementar cursos de formação profissional adequados às necessidades conjunturais nacionais e regionais de emprego. A este tipo de resposta devem as escolas articular esforços com as forças vivas da comunidade, recorrendo a protocolos com empresas, autarquias e instituições.

Tendo como objectivo a eliminação do analfabetismo e enquadrar no sistema de educação escolar os indivíduos que já não se encontram na idade normal de frequência do ensino básico e secundário, é organizado um ensino recorrente.

A educação extra-escolar tem como objectivo a educação permanente, como complemento à formação escolar, de forma a permitir que cada indivíduo aumente os seus conhecimentos e desenvolva as suas potencialidades – aprendizagem ao longo da vida, englobando aprendizagens formais, não formais e informais.

De acordo com o ponto 5, do artigo 23º, da LBSE, *“Compete ao Estado promover a realização de actividades extra-escolares e apoiar as que, neste domínio, sejam da iniciativa das autarquias, associações culturais e recreativas, associações de pais, associações de estudantes e organismos juvenis, associações de educação popular, organizações sindicais e comissões de trabalhadores, organizações cívicas e profissionais e outras”*.

Pretende-se, desta forma, eliminar o analfabetismo, desenvolver o espírito de participação na vida da comunidade, e proceder à reconversão e aperfeiçoamento profissional dos indivíduos.

Como forma de contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares são estabelecidas as seguintes medidas: apoios e

complementos educativos, apoio a alunos com necessidades escolares específicas, apoio psicológico e orientação escolar e profissional, acção social escolar, apoio de saúde escolar e apoio a trabalhadores estudantes.

A organização curricular da educação escolar preconizada deverá privilegiar um desenvolvimento sequencial e harmonioso da pessoa humana nos domínios físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral. Como refere o artigo 47º do diploma legal, *“Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito”*.

Como complemento das actividades curriculares, visando a realização pessoal dos educandos e uma utilização criativa e formativa dos seus tempos livres, são propostas actividades de complemento curricular e de desporto escolar.

Consciente da realidade educativa do país e das suas limitações estruturais, a Lei de Bases do Sistema Educativo vem colocar à escola novos desafios e um novo patamar de exigência. Vem reforçar o sentido universal e democrático da educação, tornando-a mais abrangente e acessível, dotando a escola de mecanismos e recursos de que até aí não dispunha. O desafio é enorme, as oportunidades ainda maiores.

2.2 – O Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Pré - Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário

2.2.1 – O Decreto-Lei nº43/89, de 3 de Fevereiro

A autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais de uma nova organização educativa.

A autonomia não constitui, pois, um fim em si mesmo, mas uma forma das escolas desempenharem melhor o serviço público de educação, cabendo à administração educativa uma intervenção de apoio e regulação, com vista a assegurar uma efectiva igualdade de oportunidades e a correcção das desigual-

dades existentes.

A autonomia das escolas surge, na maioria dos países, como reforço das atribuições, competências e recursos dos órgãos de gestão das escolas. Estas medidas de reforço da autonomia das escolas tendem a ser encaradas como processo de descentralização, onde as soluções se gerem onde estão os problemas, nos próprios estabelecimentos de ensino.

As ideias de autonomia, participação, democraticidade e descentralização da administração e gestão das escolas perpassam em muitos dos diplomas da área da educação. Assim, se verifica, na própria Lei de Bases do Sistema Educativo, quando se definem os princípios organizativos do sistema educativo no artigo 3º, alínea, g) *“Descentralizar e diversificar as estruturas e acções educativas de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes”*.

No reforço dos objectivos da reforma educativa, na altura em curso, tornava-se necessária a reorganização da administração educacional, visando inverter a tradição de uma gestão demasiado centralizada transferindo poderes de decisão para os planos regional e local, emanando daí o Decreto-Lei nº 43/89, no sentido de definir um quadro (genérico) orientador da autonomia da Escola. Para a época, ainda que bastante limitado nos horizontes e nas acções a que se propunha, este documento era inovador nos seus conceitos, como se pode depreender do seu preâmbulo *“A autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projecto educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere”*.

A implementação da autonomia concretiza-se através do exercício de competências próprias nos seguintes domínios: gestão de currículos e programas e actividades de complemento curricular, orientação e acompanhamento de alunos, gestão de espaços e tempos de actividades educativas, gestão e formação do pessoal docente e não docente, gestão de apoios educativos, de instalações e equipamentos e gestão administrativa e financeira.

Sem práticas de competências de gestão neste domínio, resultante duma acção centralizadora do Estado, este processo transferência de competências e poderes para a escola deve ser progressivo, de forma a evitar o risco de rupturas,

sendo lançado primeiramente a título experimental em algumas escolas para, em fase posterior, se proceder à sua generalização.

De acordo com o artigo 2º, entende-se por autonomia da escola *“a capacidade de elaboração e realização de um projecto educativo em benefício dos alunos e com a participação de todos os intervenientes no processo educativo”*.

Este projecto educativo consubstancia-se na formulação de prioridades de desenvolvimento pedagógico, no plano anual de actividades e na elaboração do regulamento interno. Pretende-se, desta forma, redimensionar a actuação da escola nos planos cultural, pedagógico, administrativo e financeiro, e alargar a sua capacidade de diálogo com a comunidade em que se insere.

A autonomia cultural exerce-se em colaboração com entidades locais, designadamente autarquias, colectividades ou associações, organizando ou participando em acções de extensão educativa, difusão cultural e animação sócio-comunitária.

A autonomia pedagógica exerce-se, designadamente na gestão de currículos, programas e actividades educativas, na avaliação, na orientação e acompanhamento dos alunos, na gestão de espaços e tempos escolares e na formação e gestão do pessoal docente.

A autonomia administrativa exerce-se nos serviços de admissão de alunos, de exames e de equivalências e nos domínios da gestão e formação de pessoal não docente, na gestão dos apoios sócio-educativos e das instalações e equipamentos.

Na gestão financeira serão tidos em consideração os princípios da gestão por objectivos, devendo a direcção da escola apresentar anualmente o seu plano de actividades, o qual incluirá o programa de formação do pessoal e o relatório de resultados.

Para a concretização do exercício pleno da autonomia está prevista a formação adequada dos agentes educativos e administrativos.

Cabe ao Ministério da Educação, em conformidade com os princípios e exigência da autonomia da escola, monitorizar a implementação deste processo, procedendo à avaliação sistemática da qualidade pedagógica e dos resultados educativos destas escolas.

2.2.2 – O Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio

A autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais de uma nova organização educativa, preconizada pelo Decreto-Lei nº115A/98. Este Decreto-Lei regulamenta ainda a administração e gestão dos estabelecimentos de educação do ensino básico e secundário.

Ao nível da gestão, este modelo remete-nos para uma nova concepção de gestão, integrando o ensino pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico como membros de pleno direito na nova dinâmica organizacional – os agrupamentos de escolas.

No quadro da autonomia, este normativo, no preâmbulo, já aponta para um modelo de gestão estratégica assente numa cultura de qualidade, partilhada por toda a comunidade escolar, quando refere que *“o desenvolvimento da autonomia das escolas exige, porém, que se tenham em consideração as diversas dimensões da escola quer no tocante à sua organização interna e às relações entre os níveis central, regional e local da Administração, quer assumir pelo poder local de novas competências com adequados meios, quer ainda na constituição de parcerias sócio-educativas que garantam a iniciativa e a participação da sociedade civil.”*

No artigo 2º, refere-se a criação dos Conselhos Locais de Educação, órgão municipal a ser constituído por iniciativa do município, integrando os diversos agentes e parceiros sociais, com vista à articulação da política educativa com outras políticas sociais, em matéria de transportes escolares, actividades de complemento curricular, rede educativa e horários.

Constituem **instrumentos do processo de autonomia das escolas:**

- **o projecto educativo** - documento que consagra a orientação educativa da escola;
- **o regulamento interno** - documento que define o regime de funcionamento da escola;
- **o plano anual de actividades** - documento de planeamento, que define, em função do projecto educativo, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades. Estes instrumentos, a par das competências que lhes estão consignadas, permitem aos órgãos de administração das escolas tomar decisões devidamente enquadradas nos planos estratégico, pedagógico, administrativo, financeiro e administrativo.

De acordo com o nº2, do artigo 4º, os princípios orientadores da administração das escolas devem, no processo de desenvolvimento da autonomia da escola, ter em atenção: a integração comunitária, a iniciativa dos membros da comunidade educativa, a diversidade e a flexibilidade de soluções; o gradualismo no processo de transferência de competências da administração educativa para a escola, a qualidade do serviço público de educação prestado, a equidade e a sustentabilidade do processo de autonomia.

São regulamentados os agrupamentos de escolas, como unidades organizacionais, englobando diferentes estabelecimentos de ensino de um ou mais níveis de ensino, a partir de um projecto educativo comum, visando as seguintes finalidades: favorecer um percurso sequencial e articulado, superar as situações de isolamento de estabelecimentos, em especial do 1º ciclo, combater a exclusão social, reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos e o aproveitamento de recursos. Estas finalidades visam ainda a sustentabilidade da aplicação do regime de autonomia.

Este modelo enfatiza a necessidade de fazer acompanhar os processos de autonomia, segundo um processo faseado em que lhe são conferidos níveis de competência e responsabilidade acrescidos, com dinâmicas rigorosas de avaliação e de «*prestação de contas*» à comunidade. Neste diploma, na alínea d), do n.º 3 do artigo 48.º, é previsto, entre os princípios orientadores da celebração e desenvolvimento dos contratos de autonomia, o “*reforço da responsabilização dos órgãos de administração e gestão, designadamente através do desenvolvimento de instrumentos e de avaliação do desempenho da escola que permitam a melhoria do serviço público de educação*”.

A administração e gestão das escolas, passa a ser assegurada por órgãos próprios: a assembleia, órgão responsável pelas linhas orientadoras da actividade da escola; o conselho executivo ou director, órgão de administração e gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira; conselho pedagógico, órgão de coordenação e orientação educativa da escola e conselho administrativo, órgão deliberativo em matéria administrativa-financeira da escola.

Enquanto órgão responsável pelas linhas orientadoras da actividade da escola, a assembleia é o órgão de participação e representação da comunidade educativa, devendo aí participar os representantes dos docentes, pais e encarregados de educação, dos alunos, pessoal não docente, da autarquia e

representantes das actividades de carácter cultural, económico, científico, ambiental, com relevo para o projecto educativo da escola.

2.2.3 – O Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de Abril

Este decreto-lei aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré -escolar e dos ensinos básico e secundário.

Esta revisão do regime jurídico da autonomia, administração e gestão das escolas surge no sentido do reforço da participação das famílias e comunidade na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino e no favorecimento da constituição de lideranças fortes. Este documento aponta ainda como linha estruturante o reforço da autonomia e capacidade de intervenção dos órgãos de direcção das escolas para aumentar a eficácia da execução das medidas de política educativa e a prestação do serviço público de educação, sua verdadeira missão.

O prosseguimento deste caminho faz-se, de acordo com este normativo, em três direcções: reforçar a participação das famílias e comunidades na direcção estratégica dos estabelecimentos de ensino; reforçar as lideranças das escolas e reforçar a autonomia das escolas.

Este decreto-lei estipula as condições para essa melhoria de serviço prestado, conferindo maior capacidade de intervenção ao órgão de gestão e administração, o director, e instituindo um regime de avaliação e de prestação de contas. A prestação de contas organiza -se pela participação determinante dos interessados e da comunidade no órgão de direcção estratégica, na escolha do director e pelo desenvolvimento de um sistema de auto-avaliação e avaliação externa. Só com estas duas condições preenchidas é possível avançar de forma sustentada para o reforço da autonomia das escolas.

Como refere o nº2 do artigo 3º, a autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas subordinam-se aos seguintes princípios e objectivos:

“Integrar as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais, culturais e científicas;

a) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos;

b) *Assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das actividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino;*

c) *Assegurar o pleno respeito pelas regras da democraticidade e representatividade dos órgãos de administração e gestão da escola, garantida pela eleição democrática de representantes da comunidade educativa”.*

De acordo com nº1 do artigo 8, entende-se por autonomia “*a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da gestão dos recursos humanos, da acção social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos”.*

Constituem instrumentos do processo de autonomia dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas:

- i) **o projecto educativo** - documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada;
- ii) **o regulamento interno** - documento que define o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada;
- iii) **os planos anual e plurianual de actividades** - documentos de planeamento, que definem, em função do projecto educativo, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades;
- iv) **o orçamento** - documento em que se prevêem, de forma discriminada, as receitas a obter e as despesas a realizar pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.
- v) **o relatório anual de actividades** - documento que relaciona as actividades efectivamente realizadas e identifica os recursos utilizados nessa realização;
- vi) **a conta de gerência** - documento que relaciona as receitas obtidas e

despesas;

- vii) **o relatório de auto-avaliação** - documento que procede à identificação do grau de concretização dos objectivos fixados no projecto educativo, à avaliação das actividades realizadas no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo.

Como refere o nº3 do artigo 9, “*o contrato de autonomia constitui o instrumento de desenvolvimento e aprofundamento da autonomia dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas*”.

De acordo com o nº2 do artigo 10º, passam a ser os seguintes os órgãos de direcção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas: o conselho geral; órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola; o director; o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial; o conselho pedagógico, órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa e o conselho administrativo, órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira.

No Conselho Geral, deve ser salvaguardada a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local.

No sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das actividades escolares, promover o trabalho colaborativo e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente, prevê-se a constituição de estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica, as quais visam: a articulação e gestão curricular na aplicação do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares e programáticas definidas a nível nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada; a organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades de turma ou grupo de alunos; a coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso e a avaliação de *desempenho do pessoal docente*.

No artigo 56º, nº2, refere-se que “*a autonomia dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas desenvolve-se e aprofunda -se com base na sua iniciativa e segundo um processo ao longo do qual lhe podem ser*

reconhecidos diferentes níveis de competência e de responsabilidade, de acordo com a capacidade demonstrada para assegurar o respectivo exercício”.

Estes níveis de competência e de responsabilidade, após objecto de negociação entre a escola, o Ministério da Educação e a câmara municipal, mediante a participação dos Conselhos Municipais de Educação, podem conduzir à celebração de um Contrato de Autonomia.

O desenvolvimento dos contratos de autonomia a celebrar processa -se pela atribuição de competências nos seguintes domínios, de acordo com o artigo 58º:

a) Gestão flexível do currículo, com possibilidade de inclusão de componentes regionais e locais, respeitando os núcleos essenciais definidos a nível nacional;

b) Gestão de um crédito global de horas de serviço docente, destinado ao exercício de cargos e desenvolvimento de projectos de acção e inovação;

c) Adopção de normas próprias sobre horários, tempos lectivos, constituição de turmas ou grupos de alunos e ocupação de espaços;

d) Recrutamento e selecção do pessoal docente e não docente,

e) Extensão das áreas que integram os serviços técnicos e técnico-pedagógicos e suas formas de organização;

f) Gestão e execução do orçamento, através de uma afectação global de meios;

g) Possibilidade de auto-financiamento e gestão de receitas que lhe estão consignadas;

h) Aquisição de bens e serviços e execução de obras, dentro de limites a definir;

i) Associação com outras escolas ou agrupamentos de escolas e estabelecimento de parcerias com organizações e serviços locais.

2.3 – A Reorganização Curricular do Ensino Básico

2.3.1 – O Decreto de Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro, rectificado pela Declaração de Rectificação nº4A/2001, de 28 de Fevereiro e Decreto-Lei nº209/2002 de 17 de Outubro

No sentido de assegurar uma educação de base com qualidade para todos, combater as situações de exclusão e promover um processo clarificador em relação às aprendizagens mais importantes, este normativo tem como objectivo estabelecer os princípios orientadores da organização e gestão curricular do Ensino Básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

De entre as medidas apontadas para a prossecução destes objectivos, destaca-se a reorganização do currículo do ensino básico, que procura reforçar a articulação entre os três ciclos no plano curricular e na organização de processos de acompanhamento e indução que assegurem, sem perda das respectivas identidades e objectivos, uma maior qualidade das aprendizagens. Procura-se, desta forma, criar uma nova perspectiva do currículo, tornando-o mais flexível, adequando-o à individualidade dos alunos e aos contextos concretos em que os professores trabalham diariamente.

No âmbito desta reorganização, assumem especial importância:

- a criação no currículo de três áreas curriculares não disciplinares (área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica);
- a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências;
- o aprofundamento da aprendizagem das línguas modernas;
- o desenvolvimento da educação artística e da educação para a cidadania
- o reforço do núcleo central do currículo nos domínios da língua materna e da matemática.

Assumem-se como formações transdisciplinares, e como tal, potenciadoras das aprendizagens dos diferentes currículos, a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa, a valorização da dimensão humana do trabalho e a utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Decorre do disposto no artigo 2º, no seu ponto 3, no quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas, que o currículo nacional deve ser alvo de uma operacionalização que o adegue ao contexto de cada escola ou agrupamento de escolas. Tal operacionalização concretiza-se neste documento que pretende não apenas adequar o currículo nacional ao contexto de cada escola, mas também, implementar as orientações emanadas do Projecto Educativo de Escola.

O Projecto Curricular de Escola pretende que a única visão possível não seja a do currículo nacional, devendo cada conselho de turma e cada escola reflectir sobre a adequação das orientações aqui expressas e a realidade dos alunos. Desta forma, surge o Projecto Curricular de Turma, última instância na definição das estratégias de concretização do currículo nacional.

Neste contexto, o Projecto Curricular de Escola deve ser único para todas as escolas do agrupamento, embora a realidade envolvente de cada escola imponha condicionalismos dos quais não se podem alhear.

De acordo com o artigo 3º, a organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e sua articulação com o ensino secundário;
- a avaliação constitui-se como o elemento do ensino e da aprendizagem;
- a educação para a cidadania assume carácter transversal em todas as áreas curriculares;
- reconhecimento da importância da autonomia da escola, através da construção do projecto curricular de escola, de acordo com os objectivos do projecto educativo;
- recurso à utilização sustentada das tecnologias de informação e comunicação apostando na diversidade de metodologias, estratégias de ensino e diferenciação de actividades de aprendizagem;
- diversificar as ofertas educativas, de acordo com as necessidades dos alunos, como garantia que todos os alunos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes definidas para cada um dos ciclos e concluir a escolaridade obrigatória.

De acordo com artigo 9º, como forma de consolidação das aprendizagens curriculares, podem as escolas: *“proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incluindo nomeadamente, os domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação”*.

2.4 – Os Instrumentos Locais de Política Educativa

2.4.1 – A Lei nº159/99, de 14 de Setembro

A Lei nº159/99, de 14 de Setembro, concretizando os princípios da descentralização administrativa e da autonomia do poder local estabelece, para as autarquias locais, as atribuições e competências na área educativa.

Conforme refere o artigo 13º, os municípios passam a dispor, entre outras, de atribuições nos seguintes domínios:

- d) Educação;*
- e) Património, cultura e ciência;*
- f) Tempos livres e desporto;*
- h) Acção social.*

De acordo com o artigo 14º, as freguesias passam a dispor, entre outras, de atribuições nos seguintes domínios:

- c) Educação;*
- d) Cultura, tempos livres e desporto;*
- f) Acção social.*

O artigo 19º, estabelece as seguintes competências dos órgãos municipais em matéria de educação:

- a) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar;*
- b) Construção, apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos das escolas do ensino básico.*

É igualmente da competência dos órgãos municipais:

- a) Elaborar a carta escolar a integrar nos Planos Directores Municipais;*
- b) Criar os conselhos locais de educação.*

Compete ainda aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública:

- a) *Assegurar os transportes escolares;*
- b) *Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação Pré-Escolar e do ensino básico;*
- c) *Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico, como alternativa ao transporte escolar, nomeadamente, em residências, centros de alojamento e colocação familiar;*
- d) *Comparticipar no apoio às crianças da educação Pré-Escolar e aos alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar;*
- e) *Apoiar o desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa na educação Pré-Escolar e no ensino básico;*
- f) *Participar no apoio à educação extra-escolar;*
- g) *Gerir pessoal não docente de educação Pré-Escolar e do 1º ciclo do ensino básico.*

Quatro dias depois surgiu a Lei nº 169/99, de 18 de Setembro que veio aumentar a responsabilidade das autarquias ao nível da educação.

Nos termos do artigo 64º, devem as autarquias:

- *n.º1, l) Apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei;*
- *n.º1 ,m) Organizar e gerir os transportes escolares;*
- *n.º4, d) Deliberar em matéria de acção escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes.*

Posteriormente, a Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias alterando, assim, a Lei nº169/99 de 18 de Setembro.

2.4.2 – O Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro, alterado pela Lei nº41/2003 de 22 de Agosto

A Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, no nº 2 do seu artigo 19º, transfere do poder central para as Câmaras Municipais a responsabilidade pela elaboração da carta escolar e a criação dos Conselhos Locais de Educação. Esta lei, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, veio reforçar a

necessidade da transferência de atribuições e competências da administração central para as autarquias locais, com o objectivo de criar um instrumento de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, com vista à melhor utilização dos recursos educativos, de acordo com a realidade sócio-económica e demográfica de cada município (carta educativa).

Neste sentido, são criados com o este diploma, o Conselho Municipal de Educação, (sendo extintos os Conselhos Locais de Educação) e as Cartas Educativas (são extintas as Cartas Escolares).

Como refere o artigo 3º, do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de Janeiro, o Conselho Municipal de Educação:

“é uma instância de coordenação e consulta, que tem por objectivo promover, a nível municipal, a coordenação da política educativa, articulando a intervenção, no âmbito do sistema educativo, dos agentes educativos e dos parceiros sociais interessados, analisando e acompanhando o funcionamento do referido sistema e propondo as acções consideradas adequadas à promoção de padrões de eficiência e eficácia do mesmo “.

De entre as competências deste órgão, assinalam-se: acompanhar o processo de elaboração e actualização da Carta Educativa, participação na negociação e execução dos contratos de autonomia, adequar as diferentes modalidades de acção social escolar às necessidades locais, apreciação dos projectos educativos a desenvolver no município e intervenções de qualificação e requalificação do parque escolar.

Os vários elementos que integram o Conselho Municipal de Educação, representam a autarquia, o Ministério da Educação, as instituições dos ensinos superior público e privado, o pessoal docente da educação pré-escolar, básica e secundária pública, estabelecimentos de ensino privado, as associações de pais e encarregados de educação, as associações de estudantes, os serviços de saúde, os serviços de emprego e formação profissional, os serviços públicos da área da juventude e do desporto e as forças de segurança. Esta representatividade faz-se, desde que as estruturas referidas existam no concelho. Este órgão, pode no entanto, deliberar que estejam presentes nas reuniões personalidades de

reconhecido mérito de acordo com os assuntos em agenda. Parece-nos que, dadas as competências deste órgão, faria sentido a representatividade dos estabelecimentos de ensino público, do pessoal não docente e das estruturas económicas do concelho (associação comercial, núcleo empresarial).

A elaboração da Carta Educativa, de acordo com artigo 11º, tem em vista alcançar os seguintes objectivos:

“1 - A carta educativa visa assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, por forma que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efectiva que ao mesmo nível se manifestar”.

“2 - A carta educativa é, necessariamente, o reflexo, a nível municipal, do processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respectivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projectos educativos das escolas”.

“3 - A carta educativa deve promover o desenvolvimento do processo de agrupamento de escolas, com vista à criação nestas das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis “.

“4 - A carta educativa deve incluir uma análise prospectiva, fixando objectivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazo.”

“5 - A carta educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município “.

A Carta Educativa, constitui-se, assim, como um documento complementar ao Plano Director Municipal, sendo um instrumento orientador dos municípios nas suas decisões em matéria educativa e o concretizar numa política de descentralização. Esta descentralização vem trazer vantagens no domínio da eficiência dos serviços prestados pela administração pública e responder a um conjunto de situações e problemas de ordem local, permitindo que os serviços se

adequem às suas necessidades, tomando decisões em questões próprias e específicas das suas realidades escolares.

Neste decreto-lei é ainda definido, no artigo 13º, o ordenamento da rede educativa afecta aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, no sentido de assegurar a igualdade de oportunidades a todas as crianças, independentemente do meio sócio-económico de onde provêm.

2.4.3 – O Despacho nº22251/2005, II Série, de 25 de Outubro

A promoção de uma escola a tempo inteiro foi considerada uma das apostas estratégicas do actual governo, no âmbito da sua política educativa. Este propósito, ainda na perspectiva do Ministério da Educação, surge de uma necessidade reclamada por todos os intervenientes no processo educativo e também, diga-se, de uma necessidade social reclamada pelos Pais/Encarregados de Educação.

Na concepção do Ministério da Educação, uma escola a tempo inteiro não significa apenas o seu funcionamento em horário alargado. É também convocado o requisito da criação de novos enquadramentos educativos – curriculares e não curriculares – particularmente estimulantes, para conseguir elevar o nível de proficiência de todas as nossas crianças e jovens. Facultar aos alunos uma escola a tempo inteiro é uma forma de proporcionar a todos um trabalho educativo mais rico e mais abrangente, favorecendo a formação diversificada e global dos alunos, contribuindo, assim, para a valorização da escola pública - um dos grandes objectivos assumidos, bem como a função de assegurar dos Pais/Encarregados de Educação a possibilidade de ocupação dos seus educandos enquanto trabalham.

Essa perspectiva é também assumida nos Despachos nºs 12599/2006, de 28 de Agosto e 12590/2006, de 16 de Junho. É assim reiterado que a escola, enquanto espaço de socialização e de educação das crianças e jovens, deve responder às necessidades das famílias, nomeadamente durante o período de ocupação laboral dos pais.

Tendo presente que a maioria dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico não tinha, na altura, acesso a refeições escolares, ao contrário do que acontecia com os alunos dos restantes níveis de ensino, importava garantir-lhes o acesso ao fornecimento de refeições escolares, também como resposta ao recém-criado

programa de generalização do ensino do inglês no 1º Ciclo do Ensino Básico, que obrigava a uma permanência prolongada dos alunos nos estabelecimentos de ensino.

Tendo em consideração que este direito é um factor que influencia positivamente as condições de aprendizagem de crianças e jovens num espaço educativo, refere o nº1 do Despacho nº22251/2005, II Série, de 25 de Outubro: “*É aprovado o Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, que visa garantir a todas as crianças que frequentam o 1º ciclo do ensino básico uma refeição equilibrada.*”

Como forma de operacionalização do referido programa, poderiam os municípios estabelecer parcerias com os agrupamentos, associações de pais ou outras entidades que tenham condições de apresentar projectos nessa área.

2.4.4 – O Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de Junho

Para fazer face a problemas como a pobreza e a exclusão social, fenómenos que atingem transversalmente a sociedade portuguesa, tornou-se necessária a tomada de decisões que viabilizem estratégias de intervenção.

Tornou-se necessário implementar um planeamento social de carácter local, apoiado na rentabilização dos recursos concelhios.

Neste sentido, foram criadas estas condições legais que estabelecem os princípios, finalidades e objectivos da rede social, bem como a constituição, funcionamento e competência dos seus órgãos.

No quadro do funcionamento da rede social, as decisões devem ser primeiramente tomadas ao nível mais próximo das populações, através da congregação dos recursos da comunidade. Torna-se necessário que se proceda à articulação da acção dos diferentes agentes com actividade na área territorial, através do desenvolvimento do trabalho em parceria, da cooperação e da partilha de responsabilidades.

Refere o artigo 11º, do Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de Junho, sobre as comissões sociais de freguesia e conselhos locais de acção social “*As medidas necessárias à prossecução dos objectivos e das acções de intervenção, no âmbito da rede social, são assumidas localmente pelos conselhos locais de acção social, adiante designados por CLAS, e pelas comissões sociais de freguesia, adiante designadas por CSF.*”

O âmbito territorial das CSF corresponde, em regra, ao das freguesias e o dos CLAS ao dos municípios.

Entre outros organismos, integram as CSF o Presidente da Junta de Freguesia, os serviços públicos, nomeadamente os tutelados pelos membros do Governo nas áreas do emprego, segurança social, educação, saúde, justiça, administração interna, obras públicas e ambiente.

De acordo com o artigo 20º compete às CSF:

- a) Sinalizar as situações mais graves de pobreza e exclusão social existentes na freguesia e definir propostas de actuação a partir dos seus recursos, mediante a participação de entidades representadas ou não na comissão;*
- b) Promover mecanismos de rentabilização dos recursos existentes na freguesia.*

Dado o carácter das matérias em discussão nestes órgãos torna-se evidente a mais-valia da representação das escolas como forma de combate ao abandono, insucesso e exclusão social dos alunos.

2.4.5 – O Despacho nº14460/2008, de 26 de Maio

Este despacho define as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico, bem como na oferta das actividades de enriquecimento curricular e de animação e de apoio à família.

Esta oferta educativa traz evidentes benefícios para o desenvolvimento das crianças e na prevenção dum sucesso escolar, pelo que importa assegurar que os tempos de permanência na escola são pedagogicamente ricos e complementares das aprendizagens associadas à aquisição das competências básicas.

Para a concretização dum projecto desta dimensão, é reconhecida a acção que as autarquias, as associações de pais e as instituições particulares de solidariedade social desempenham ao nível da promoção de respostas diversificadas em função das realidades locais, de apoio às escolas, às famílias e aos alunos.

Neste sentido, estabelece o presente despacho:

- As actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico são seleccionadas de acordo com os objectivos definidos no*

projecto educativo do agrupamento de escolas e devem constar do respectivo plano anual de actividades;

- Consideram -se actividades de enriquecimento curricular no 1.º ciclo do ensino básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação, nomeadamente:

- a) Actividades de apoio ao estudo;*
- b) Ensino do Inglês;*
- c) Ensino de outras línguas estrangeiras;*
- d) Actividade física e desportiva;*
- e) Ensino da música;*
- f) Outras expressões artísticas;*
- g) Outras actividades que incidam nos domínios identificados.*

No ponto 14º, refere-se que podem ser promotoras das actividades de enriquecimento curricular as seguintes entidades:

- a) Autarquias locais;*
- b) Associações de pais e de encarregados de educação;*
- c) Instituições particulares de solidariedade social (IPSS);*
- d) Agrupamentos de escolas.*

Tendo em vista o desenvolvimento destas actividades, são apontadas as seguintes orientações:

- A planificação das actividades de animação e de apoio à família bem como de enriquecimento curricular deve envolver obrigatoriamente os educadores titulares de grupo e os professores do 1.º ciclo titulares de turma;

- Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta e obrigatoriamente mobilizados os recursos humanos, técnico -pedagógicos e de espaços existentes no conjunto de escolas do agrupamento.

- Na planificação das actividades de enriquecimento curricular devem ser tidos em conta os recursos existentes na comunidade, nomeadamente escolas de música, de teatro, de dança, clubes recreativos, associações culturais e IPSS.

- Além dos espaços escolares referidos no número anterior, podem ainda ser utilizados outros espaços não escolares para a realização das actividades de enriquecimento curricular, nomeadamente quando tal disponibilização resulte de protocolos de parceria.

- Nas situações de parceria, os recursos humanos necessários ao funcionamento das actividades de enriquecimento curricular podem ser disponibilizados por qualquer dos parceiros.

2.4.6 – A Carta das Cidades Educadoras

“Todos os habitantes de uma cidade terão o direito de desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidade de formação, entretenimento e desenvolvimento pessoal que ela lhes oferece. O direito a uma cidade educadora é proposto como uma extensão do direito fundamental de todos os indivíduos à educação. A cidade educadora renova permanentemente o seu compromisso em formar nos aspectos, os mais diversos, os seus habitantes ao longo da vida ...”. In Carta de Princípios das Cidades Educadoras

As cidades subscritoras assumem este princípio como uma prioridade política para a sua intervenção em matéria sócio-educativa, implementando-o com base em articulações estabelecidas com as diferentes associações e instituições sociais, culturais e desportivas do concelho através do estabelecimento de parcerias dinâmicas e estáveis e no princípio da subsidiariedade, que prevê a cooperação e partilha de tarefas e responsabilidades.

Os municípios subscritores deverão exercer com eficácia as competências que lhes cabem em matéria de educação, desenvolvendo uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal, assim como as diferentes manifestações culturais, fontes de informação e vias de descoberta da realidade que se produzam na cidade.

Estes municípios devem ainda *“definir estratégias de formação que tenham em conta a procura social e colaborar com as organizações sindicais e empresas na criação de postos de trabalho e de actividades formativas de carácter formal e não formal, sempre ao longo da vida”.*

O município de Évora, enquanto subscritor da Carta das Cidades Educadoras, constituiu como linhas estratégicas de desenvolvimento das políticas de educação/formação:

- *“Combater o insucesso escolar e o abandono precoce de alunos;*
- *promover condições de plena integração, para que todos possam sentir-se respeitados, suprimindo os diferentes obstáculos, incluindo as barreiras físicas que impedem o exercício do direito à igualdade e à liberdade de acção;*
- *apostar na educação para a cidadania, partilhando com as escolas, as famílias e instituições sócio-culturais a responsabilidade de educar para o saber, conhecer, compreender, partilhar, criar e inovar;*
- *dotar o parque escolar das estruturas essenciais à implementação de uma resposta homogénea de qualidade, na vertente de apoio à família, que engloba o fornecimento de refeições e o desenvolvimento de actividades lúdico-pedagógicas em tempo não lectivo: biblioteca, refeitório e polivalente;*
- *requalificar os equipamentos escolares e educativos;*
- *rentabilizar os equipamentos e recursos humanos existentes;*
- *afectar uma sala de aula por turma, garantindo a igualdade de oportunidades educativas e culturais a todos os alunos;*
- *transformar a informação em capacidade crítica e criativa tendo em vista uma resposta educativa mais qualificada;*
- *encorajar o diálogo e o encontro entre gerações;*
- *disponibilizar aos cidadãos informação para um conhecimento adequado da realidade e do concelho;*
- *avaliar junto dos diferentes órgãos de educação como o Conselho Municipal de Educação, os Agrupamentos de Escolas, a Federação das Associações de Pais, entre outros grupos e instituições com actividade na área sócio-educativa, o impacto das acções realizadas, a fim de planear as intervenções futuras de forma concertada e assertiva”.*

Capítulo 3 – Contexto e Caracterização Geral do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

3.1 – Da EB 2/3 de Évora ao Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

Neste capítulo, vamos caracterizar e analisar o Agrupamento nos seus quadrantes pedagógicos, organizacionais, humanos, materiais e de aproveitamento escolar dos alunos, em relação ao ano lectivo 2006/2007, por ser o último ano lectivo em que dispomos de dados completos. Vamos ainda analisar a estrutura organizativa dos órgãos de administração e de gestão intermédia do Agrupamento.

Nos termos do nº 1 do artigo 37º e nº3 do artigo 39º da Lei nº 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), *compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino com a densidade e dimensão ajustadas às características regionais de molde a satisfazer as necessidades verificadas*. Através da Portaria nº 587/93, de 11 de Junho foi criada a Escola EB 2/3 de Évora, tipologia T30, para entrar em funcionamento em 1 de Setembro desse ano. A criação desta escola teve como objectivo dar resposta à população escolar residente nos bairros das Pites, Coronheiras, Bacelo, Canaviais, Malagueira e ainda das freguesias de S. Bento do Mato, Nossa Senhora da Graça do Divor, Nossa Senhora de Machede e S. Miguel de Machede.

Durante o ano lectivo de 1999/2000, decorreu o processo de escolha do patrono para a escola. Com base no decreto-lei nº 387/90, de 10 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 314/97, de 15 de Novembro, procedeu-se, através de inquéritos efectuados a toda a comunidade educativa, à recolha de nomes para o patrono da escola, num universo de personalidades locais de relevo cultural, científico e filantrópico. Procedeu-se de seguida à análise quantitativa dos inquéritos e foi apurado com o maior número de votos o nome do Conde de Vilalva. Este resultado teve como base o reconhecido valor filantrópico, cultural, social, económico e humano, demonstrado pelo Conde de Vilalva, enquanto pessoa e único titular e administrador da Fundação Eugénio de Almeida. Enviado o apuramento verificado para a Câmara Municipal de Évora, o mesmo foi aprovado por unanimidade na Comissão Municipal de Educação. Comunicados os procedimentos à Direcção Regional de Educação do Alentejo e posterior encaminhamento, a Escola EB 2/3 de Évora passou a ter a designação de Escola EB 2/3 Conde de Vilalva, pelo Despacho nº 21175, II série, de 20/10/2000.

A entrada em vigor do Decreto-Lei nº 115A/98, de 4 de Maio provocou uma profunda alteração na rede escolar uma vez que implementou os Agrupamentos de Escolas (verticais e horizontais). Como resultado da aplicação do decreto-lei

referido, a rede escolar do concelho de Évora ficou organizada em três agrupamentos verticais (cada um constituído por uma escola EB2/3 e várias escolas EB1 e jardins-de-infância. Por despacho do senhor Director Regional de Educação do Alentejo, datado de 6 de Abril de 2001, e nos termos do nº3 do artigo 6º do decreto regulamentar nº 12/2000, foi criado o Agrupamento de Escolas Nº 5 de Évora de acordo com o quadro seguinte.

Tabela 1 – Constituição do Agrupamento de Escolas Nº 5 de Évora

Escola	Localização
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Conde de Vilalva	Évora – Freguesia de Bacelo
Escola Básica do 1.º Ciclo de Canaviais	Évora – Freguesia de Canaviais
Escola Básica do 1.º Ciclo de Nossa Senhora Machede	Freguesia de Nossa Senhora de Machede
Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Miguel de Machede	Freguesia de S. Miguel de Machede
Escola Básica do 1.º Ciclo de Azaruja	Freguesia de S. Bento do Mato
Escola Básica do 1.º Ciclo de Graça do Divor	Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor
Jardim-de-Infância de Canaviais	Évora - Freguesia de Canaviais
Jardim-de-Infância de Nossa Senhora de Machede	Freguesia de Nossa Senhora de Machede
Jardim-de-Infância de Azaruja	Freguesia de S. Bento do Mato
Jardim-de-Infância de Graça do Divor	Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor
Escola do EBM de S. Miguel de Machede	Freguesia de S. Miguel de Machede
Escola do EBM de Nossa Senhora de Machede	Freguesia de Nossa Senhora de Machede
Escola do EBM de Azaruja	Freguesia de S. Bento do Mato

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

Devido à construção da Escola EBI da Malagueira em 2004, conjuntamente com a implementação do Despacho nº 13313/2003, II série de 8 de Julho que privilegia a constituição dos agrupamentos verticais, surgiu a necessidade de uma reorganização na rede escolar do concelho de Évora. Tendo em consideração o referido, a partir do ano lectivo 2004/2005, foram extintos os 2 agrupamentos horizontais existentes, passando a existir 4 agrupamentos verticais, com sede na respectiva EB2/3. Em 9 de Junho de 2004, por despacho da senhora Directora Regional de Educação do Alentejo, nos termos do previsto do nº 3 do artigo 6º do

Decreto-Regulamentar nº 12/2000, de 29 de Agosto, foi homologada a proposta de constituição do AE4E, com sede na Escola EB 2/3 Conde de Vilalva, de acordo com o quadro seguinte.

Tabela 2 – Constituição do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

Escola	Localização
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos Conde de Vilalva	Évora – Freguesia de Bacelo
Escola Básica do 1.º Ciclo de Bairro do Frei Aleixo	Évora - Freguesia de Bacelo
Escola Básica do 1.º Ciclo de Canaviais	Évora – Freguesia de Canaviais
Escola Básica do 1.º Ciclo de Azaruja	Freguesia de S. Bento do Mato
Escola Básica do 1.º Ciclo de Nossa Senhora da Graça do Divor	Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor
Escola Básica do 1.º Ciclo de Nossa Senhora de Machede	Freguesia de Nossa Senhora de Machede
Escola Básica do 1.º Ciclo de S. Miguel de Machede	Freguesia de S. Miguel de Machede
Jardim-de-Infância de Bairro do Bacelo	Évora - Freguesia de Bacelo
Jardim-de-Infância de Penedo de Ouro	Évora - Freguesia de Bacelo
Jardim-de-Infância de Canaviais	Évora - Freguesia de Canaviais
Jardim-de-Infância de Azaruja	Freguesia de S. Bento do Mato
Jardim-de-Infância de Nossa Senhora da Graça do Divor	Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor
Jardim-de-Infância de Nossa Senhora de Machede	Freguesia de Nossa Senhora de Machede

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

3.2 – Contextualização Territorial

O AE4E é constituído por 6 jardins-de-infância, 6 escolas do 1º ciclo e uma escola do 2º e 3º ciclo, distribuídos um pouco por todo o concelho de Évora.

A Escola EB 2/3 Conde de Vilalva, sede do Agrupamento, fica localizada um pouco distante do centro da cidade de Évora (cerca de 1,5Km) num bairro eminentemente habitacional, o Bairro das Pites, englobado na freguesia do Bacelo. Embora a cidade de Évora seja considerada de média dimensão, esta freguesia apresenta características semelhantes às freguesias suburbanas das grandes cidades, uma vez que é fundamentalmente habitada por pessoas que trabalham noutra zona da cidade, apresentando características de “dormitório”.

Além do Bacelo, a zona de incidência do Agrupamento abrange também a freguesia semi-urbana de Canaviais e as freguesias rurais de Nossa Senhora de Machede, Nossa Senhora de Graça do Divor, S. Miguel de Machede e S. Bento do Mato. Aqui, ainda persiste a figura da vizinha e dos avós, como apoio educativo no acompanhamento das crianças e jovens, na ausência dos pais.

A dispersão dos estabelecimentos de ensino tem impacto na organização interna do Agrupamento. As escolas das freguesias rurais enquadram-se no conceito de «escola a tempo inteiro», enquanto que a Escola EB1 de Frei Aleixo e a Escola EB1 de Canaviais têm regime de desdobramento, de forma a corresponder às necessidades da população. A distância dos vários espaços físicos do agrupamento torna difícil a gestão das diferentes realidades e a comunicação entre si, sendo esta mais acentuada nos jardins-de-infância, uma vez que não possuem Internet.

A escola sede reflecte as diferentes características sociológicas dos vários núcleos populacionais, o que se manifesta na gestão do seu funcionamento e nas actividades promovidas. Por conseguinte, não só os horários estão adaptados às crianças do meio rural, de forma a facilitar o transporte para a zona de residência, como também as actividades curriculares e extracurriculares (como por exemplo, projectos Eco - escolas e Promoção e Educação para a Saúde, Desporto Escolar, Clubes Temáticos) vão ao encontro da heterogeneidade da população alvo e dos objectivos e finalidades do Projecto Educativo.

Quanto às instalações, estas apresentam um nível de segurança e qualidade adequadas. Existem equipamentos de 1.ª intervenção em locais específicos (extintores, luz de emergência, bocas de incêndio e sistema de iluminação e sinalética, meios de alarme e alerta), que se encontram em boas condições técnicas. Os espaços específicos (laboratórios, salas de Educação Visual e Tecnológica e Educação Musical, ginásios) encontram-se devidamente apetrechados, em boas condições de manutenção e segurança. A Biblioteca está acessível a todos os alunos e apresenta uma organização funcional, de forma a facilitar a utilização por parte destes. Relativamente à gestão do espaço, existem actividades dirigidas aos docentes e discentes do primeiro ciclo e jardins-de-infância, que decorrem neste espaço.

Cada escola tem uma especificidade muito própria e uma individualidade muito rica que importa conhecer, preservar e fomentar, ou não fosse da diversidade com interactividade que resulta um melhor respeito pelo outro e uma

cidadania responsável e respeitadora das diferenças. No entanto, apesar das diferenças, existem semelhanças entre os estabelecimentos de ensino que constituem o agrupamento, o que confere uma certa identidade à comunidade educativa.

3.3 – Recursos Humanos

3.3.1 – Alunos

A população discente é relativamente homogénea, não se verificando impacto de diversidade linguística ou étnica, uma vez que quase todos os alunos de origem estrangeira são filhos de imigrantes que já se encontram em Portugal há muitos anos (exceptua-se um ou outro aluno). Para estes alunos, foram direccionadas medidas ao abrigo do Despacho 50/2005, de 9 de Novembro.

Tabela 3 – Alunos do Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora, por ciclo de ensino e escalão de acção social escolar

Nível de ensino	Nº de alunos	Nº de grupos/ turmas	Nº de alunos NEE	Escalão A	Escalão B
Pré - Escolar	179	9	1	19	5
1º Ciclo	505	26	29	86	20
2º Ciclo	273	14	39	77	15
3º Ciclo	283	13	6	45	16
CEF	48	3	-	13	-
TOTAL	1288	65	75	240	56

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

O agrupamento regista uma frequência de 1288 alunos, distribuídos pelos diferentes ciclos de ensino de forma mais ou menos estável, assim como o número de grupos/turmas desde o início do seu funcionamento.

Os alunos enquadrados no regime educativo especial, representam 7,7% do universo dos alunos e todos eles são acompanhados por um elemento da equipa de ensino especial e o respectivo plano educativo individual monitorizado por altura de cada processo de avaliação sumativa.

Quanto aos apoios sócio-educativos, constatamos que o nível sócio-económico das famílias é revelador de algumas carências, uma vez que 23% dos alunos são beneficiários deste tipo de apoio.

Tabela 4 – Proveniência, por freguesia, dos alunos do Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora

Freguesia	Nº de alunos	%
S. Bento do Mato	58	4,5%
Bacelo	620	48,1%
Canaviais	273	21,2%
Nossa Senhora da Graça do Divor	37	2,9%
Nossa Senhora de Machede	52	4,0%
S. Miguel de Machede	42	3,3%
Fora da área do Agrupamento	206	16,0%
Total	1288	100%

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

A maioria dos alunos que frequenta o Agrupamento reside nas freguesias de Bacelo (48,1%) e de Canaviais (21,2%), registando um tempo de deslocação casa – escola muito reduzido, fazendo a maior parte dos alunos da freguesia de Bacelo o percurso a pé. Estes alunos deslocam-se à hora do almoço a casa, regressando depois para o período da tarde a pé. O acompanhamento pelos pais e avós neste período de tempo é evidenciado pelo feed-back que os alunos fazem chegar à escola. A frequência das freguesias rurais é bastante idêntica, variando entre 2,9% e 4,5%. Os alunos residentes fora da área territorial do Agrupamento, representam 16% da população escolar.

3.3.2 - Pessoal Docente

Tabela 5 – Pessoal docente do Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora

Nível de Ensino	Com funções lectivas	Com funções não lectivas	Total
Pré - escolar	9	1	10
1º Ciclo	35	2	37
2º Ciclo	41	1	42
3º Ciclo	40	2	42
Total	125	6	131

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

O quadro docente é estável, pertence quase na totalidade ao quadro de nomeação definitiva da escola e a sua larga maioria conta com mais de quinze anos de experiência profissional. Para a distribuição do serviço, o órgão de gestão segue os critérios definidos no projecto educativo e no projecto curricular de

escola, dando prioridade à continuidade pedagógica e às propostas dos conselhos de turma.

O Agrupamento dispõe de um corpo docente muito estável, são conhecidas as competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente. Assim, o órgão de gestão tem em conta essas características na distribuição do serviço e gestão do crédito horário; por exemplo, as direcções de turma são atribuídas considerando o perfil e a relação pessoal do professor director de turma com os alunos.

Quanto ao nível de assiduidade dos docentes, a grande maioria é assídua; por este motivo, a organização de actividades não é afectada significativamente.

3.3.3 - Pessoal não Docente

O número de funcionários, e a respectiva distribuição pela escola sede e EB1 (com excepção do pessoal do refeitório e dos jardins-de-infância que é da responsabilidade autárquica), não é suficiente e limita a capacidade de se fazer uma vigilância mais activa ao pessoal discente, sobretudo nas horas de almoço na escola sede. Muitas vezes, também não é adequado, uma vez que se verificam alguns problemas originados pela total falta de formação das pessoas vindas ao abrigo do projecto POC (Programa Ocupacional para Desempregados).

Em cada serviço, as áreas funcionais (administrativas e de suporte ao ensino) estão organizadas de acordo com a sua especificidade.

Áreas funcionais administrativas:

Secretaria:

- Chefe dos serviços administrativos
- 1.º Ciclo e Jardim-de-Infância (área de professores)
- 2.º e 3.º Ciclos (área de professores)
- Tesouraria
- Contabilidade
- Expediente
- Alunos e Pessoal não Docente
- PRODEP / Património
- ASE

Áreas funcionais de suporte ao ensino:

- Bar, Sala de Convívio e Refeitório
- Papelaria e Reprografia
- Portaria e PBX
- Vigilância dos corredores
- Apoio a docentes e discentes
- Ginásio
- Biblioteca

Tabela 6 – Pessoal não docente do Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora

Nível de ensino	Pessoal Técnico Superior	Pessoal Administrativo	Pessoal Auxiliar	Total
Pré - escolar	-	-	17	17
1º Ciclo	-	-	12	12
2º / 3º ciclos	1	11	24	36
Total	1	11	53	65

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

O número de funcionários dos serviços administrativos é suficiente para responder às necessidades da escola / agrupamento.

Os auxiliares de acção educativa são distribuídos não só de acordo com os conteúdos funcionais, mas também segundo o perfil pessoal e relação com os alunos. Existem algumas dificuldades na conjugação de horários, nomeadamente na hora de almoço, para que todos os serviços estejam a funcionar em pleno. Com a nova legislação e filosofia de escola a tempo inteiro, é necessária uma mudança do *ratio alunos / auxiliares de acção educativa*.

Em relação à assiduidade, os funcionários não docentes são, no geral, assíduos, o que não compromete a organização das actividades da escola.

3.4 – Projecto Educativo

3.4.1 – Prioridades e Objectivos

O Agrupamento assume-se como um espaço privilegiado de educação para a cidadania e para a formação integral do aluno, quer a nível sócio-afectivo, quer cognitivo e psicomotor. As prioridades mais pertinentes têm em linha de conta o meio envolvente, a escola propriamente dita e todos aqueles que, de uma forma ou outra, intervêm na acção educativa (alunos, pessoal docente e não docente,

pais e encarregados de educação). Como prioridades subjacentes ao projecto educativo salientam-se:

- *“Contribuir para a protecção do meio ambiente e preservação do património local e cultural, através de acções conjuntas com organismos afins, promovendo a cooperação interinstitucional;*
- *Envolver e responsabilizar os alunos na vida escolar, através da fomentação de hábitos de estudo e da procura da melhoria do seu desempenho escolar;*
- *Promover projectos de ocupação dos tempos livres dos alunos, através de clubes ou outras actividades;*
- *Incentivar os alunos do Quadro de Excelência ou de Mérito Desportivo a dinamizarem actividades em benefício da escola;*
- *Promover e desenvolver nos alunos atitudes de respeito e solidariedade, estabelecendo regras de convivência, para que sejam cidadãos responsáveis e intervenientes, criando neles atitudes positivas e hábitos de vida saudáveis, incrementando, assim, auto-estima e valorização pessoal;*
- *Contribuir para a melhoria da qualidade da vida escolar, bem como para a valorização do papel da escola no meio a que pertence, através da promoção de actividades de articulação entre a escola, a família e a comunidade;*
- *Promover o sucesso escolar de todos através de medidas e estratégias que diluam as diferenças sócio-económicas e as dificuldades específicas de aprendizagem (ASE, medidas do regime educativo especial, planos de recuperação, de acompanhamento e desenvolvimento, SPO; cursos de educação e formação; percursos curriculares alternativos; actividades de enriquecimento curricular...)”.*

De acordo com o projecto educativo, foram consideradas três áreas relevantes, com objectivos definidos:

a) *Dimensão pessoal*

- *Favorecer o desenvolvimento progressivo de sentimentos de autoconfiança.*
- *Promover a criação de situações que favoreçam o conhecimento de si próprio e um relacionamento positivo com*

os outros, no apreço pelos valores da Justiça, da Verdade e da Solidariedade.

- *Proporcionar, em colaboração com os parceiros educativos, situações de ensino/aprendizagem formais e não formais que fomentem a expressão de interesses e aptidões nos diversos domínios da formação.*
- *Incentivar o reconhecimento pelo valor social do trabalho e promover o sentido de entreajuda e cooperação.*
- *Promover uma educação sexual esclarecida e saudável.*

b) Dimensão das aquisições intelectuais fundamentais

- *Promover:*
 - *o domínio progressivo dos meios de expressão e comunicação (verbais e não verbais);*
 - *o conhecimento dos valores da língua, história e cultura portuguesas;*
 - *o uso das línguas estrangeiras enquanto veículos de informação e comunicação.*
- *Garantir a aquisição e estruturação de conhecimentos básicos sobre a Natureza, Sociedade e Cultura e desenvolver a interpretação e a análise crítica dos fenómenos naturais, sociais e culturais.*
- *Incentivar a aquisição de competências para seleccionar, interpretar e organizar informação.*
- *Estimular a iniciação / desenvolvimento do conhecimento tecnológico e informático.*
- *Combater o insucesso / abandono escolar, disponibilizando meios de complemento educativo e/ou criando formas alternativas de ensino.*
- *Promover a informação e orientação escolar/profissional, em colaboração com as famílias e outras estruturas de apoio.*

c) Dimensão para a cidadania

- *Contribuir para a construção da identidade e o desenvolvimento da consciência cívica.*

- *Promover o conhecimento dos direitos e dos deveres de cada interveniente no processo educativo.*
- *Promover o respeito pelas regras estabelecidas.*
- *Promover o desenvolvimento de atitudes e hábitos de trabalho autónomo e em grupo.*
- *Assegurar, em colaboração com as entidades adequadas, designadamente as famílias, a criação de condições para uma informação correcta e desenvolvimento de valores e atitudes positivas em relação à sexualidade.*
- *Sensibilizar a população escolar para a preservação e defesa do património histórico e cultural.*
- *Desenvolver o respeito pelo meio ambiente, numa perspectiva ecológica.*
- *Promover a construção de uma consciência plurilingue e pluricultural, conforme o Quadro Europeu Comum de Referência.*

3.4.2 – Estratégias e Planos de Acção

Para a concretização das prioridades subjacentes ao projecto educativo, destaca - se um conjunto de acções, que operacionalizam a política educativa que se definiu para o agrupamento.

a) Prioridades relativamente ao Meio

- *Promover a preservação e conservação do património local através de acções conjuntas com organismos afins.*
- *Promover a cooperação interinstitucional.*

b) Prioridades relativamente às escolas do Agrupamento

- *No final de cada ano lectivo, proporcionar o conhecimento da realidade do 1º ciclo aos alunos do pré-escolar, através de visitas à escola.*
- *Articulação, no início do ano lectivo, entre o pré-escolar / educadora (final de ciclo) e 1º ciclo / professor (início de ciclo); entre os professores do 4º ano e os directores de turma do 5º*

ano; entre os directores de turma do 6º ano e os directores de turma do 7º ano.

- *Articulação programática entre os diferentes anos de escolaridade.*
- *Continuidade pedagógica do serviço lectivo.*
- *Reuniões entre os professores (conselhos de turma e reuniões de departamento) de forma a promover a articulação, sequencialidade entre níveis de ensino e estratégias a desenvolverem, bem como estimular hábitos de reflexão assentes em pedagogias activas, contribuindo desta forma para a construção de uma escola eficaz e estimulante para todos.*
- *Criação de equipas pedagógicas para identificar, analisar e propor medidas para solucionar problemas.*
- *Desenvolver a escola digital, melhorando a página da Internet do agrupamento, com os contributos mensais do pré-escolar e dos três ciclos do ensino básico.*

c) Prioridades relativamente aos alunos

- *Envolver, responsabilizando, os alunos na vida da escola.*
- *Fomentar hábitos de estudo.*
- *Estimular a melhoria do desempenho escolar, no quadro das expectativas criadas.*
- *Incrementar a auto-estima e a valorização pessoal.*
- *Incentivar as relações de cordialidade e respeito entre todos.*
- *Incentivar o aparecimento dos “alunos tutores”.*
- *Promover o acesso igualitário de todos os alunos do Agrupamento às diversas actividades de enriquecimento curricular, de expressão física e artística.*

d) Prioridades relativamente ao pessoal docente

- *Promover práticas pedagógicas assentes em pedagogias activas.*
- *Fomentar e estimular hábitos de reflexão participada das práticas, de cooperação, produção e intercâmbio de materiais didácticos entre docentes do Agrupamento.*

- *Fomentar a participação na construção de uma escola eficaz e estimulante para todos.*
- *Incrementar formação interna, nas áreas das necessidades educativas especiais e tecnologias da informação e comunicação.*
- *Promover acções de sensibilização sobre obesidade, diabetes, etc.*

e) Prioridades relativamente ao pessoal não docente

- *Organizar formação inicial, contínua e específica, nas áreas da saúde, dos primeiros socorros, higiene e segurança no trabalho.*
- *Fomentar a participação na construção de uma escola eficaz e estimulante para todos.*
- *Promover acções de sensibilização sobre obesidade, diabetes, etc.*

f) Prioridades relativamente aos encarregados de educação

- *Continuar a promover a aproximação do Agrupamento com os encarregados de educação, através de actividades tais como:*
- *Reuniões periódicas, sempre que possível em horários ajustados entre as partes.*
- *Sessões de informação sobre o processo educativo;*
- *Envolvimento dos encarregados de educação em actividades extracurriculares / convívios.*
- *Promover acções de sensibilização sobre obesidade, diabetes, etc.*
- *Incentivar a Associação de Pais a desenvolver actividades em consonância com o Agrupamento e participar activamente na concretização das mesmas.*

Em suma, as acções atrás descritas podem ser sintetizadas na seguinte tipologia:

- *Relações interpessoais;*
- *Educação para a cidadania;*
- *Educação para a saúde;*
- *Educação para a preservação do ambiente;*

- Acções dirigidas aos pais / encarregados de educação.

Os modos de comunicação privilegiados para o desenvolvimento das acções são convites, divulgação na Internet; reuniões, conferências e debates programados; organização de actividades comemorativas.

Para a concretização dos planos de acção, são envolvidas as diferentes estruturas e órgãos de administração e gestão, através do Conselho Pedagógico, Conselho de Directores de Turma, Conselho de Docentes do 1.º ciclo e Pré-Escolar, Conselho Executivo, Assembleia de Escola e Associação de Pais. São criadas equipas pedagógicas e/ou de trabalho, com responsabilidades definidas, de acordo com as suas funções.

Em relação à formação contínua de docentes e não docentes, em primeiro lugar, é feito um levantamento de necessidades e, posteriormente, estabelecido um plano de acção, que inclui:

- reuniões trimestrais entre o Conselho Executivo e o pessoal não docente;
- estabelecimento de parcerias com o Centro de Saúde, para acções de formação relacionadas com alimentação, saúde, segurança e higiene no trabalho;
- avença com uma empresa de higiene e segurança no trabalho, que faz formação nesta área.

3.5 - Organização e Gestão do Agrupamento

3.5.1 – Estruturas de Gestão

A administração e gestão da escola / agrupamento são asseguradas por órgãos próprios, que se orientam segundo os princípios do artigo 4º do Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio.

São órgãos de administração e gestão da escola / agrupamento os seguintes:

- a) Assembleia de Escola
- b) Conselho Executivo
- c) Conselho Pedagógico
- d) Conselho Administrativo

A Assembleia de Escola é o órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, com respeito pelos princípios consagrados na Constituição da República e na Lei de Bases do Sistema Educativo. Fazem parte deste órgão os seguintes elementos: Presidente do Conselho Executivo, Presidente do Conselho Pedagógico, um representante do Ensino Pré-Escolar, dois representantes do 1º Ciclo, três representantes do 2º Ciclo, três representantes do 3º Ciclo, um representante da Autarquia, três representantes das actividades económicas e culturais, quatro representantes dos Pais e Encarregados e Encarregados de Educação e dois representantes do pessoal não docente.

A Direcção Executiva do Agrupamento é assegurada por um Conselho Executivo, que é o órgão de administração e gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa e financeira. Este órgão é constituído pelos seguintes elementos: Presidente e três Vice-Presidentes, sendo um do Ensino Pré-Escolar e outro 1º Ciclo do Ensino Básico.

O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa do Agrupamento, nomeadamente no domínio pedagógico - didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente. Fazem parte deste órgão os seguintes elementos: Presidente, seis coordenadores dos departamentos curriculares, coordenador do Ensino Pré-Escolar, coordenador do 1º Ciclo do Ensino Básico, coordenador dos Directores de turma do 2º Ciclo, coordenador dos Directores de turma do 3º Ciclo, e representantes da Biblioteca Escolar, Ensino Especial, Pais e Encarregados e Encarregados de Educação e pessoal não docente.

O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do agrupamento, nos termos da legislação em vigor. Compõem este órgão o Presidente do Conselho Executivo, um Vice-Presidente e a Chefe dos Serviços de Administração Escolar.

3.5.2 – Gestão Pedagógica

As estruturas pedagógicas da escola são importantes, têm como missão funções educativas de modo a que a escola atinja, de forma eficiente e eficaz, as suas finalidades.

A crescente complexidade dos sistemas educativos fez emergir a necessidade de uma eficiente coordenação, particularmente no que concerne ao trabalho dos professores. Estes, com o aumento da população escolar e da burocratização, foram chamados a exercer outras funções, para além da acção educativa na sala de aula, nomeadamente no âmbito da coordenação pedagógica da escola. Este novo contexto obriga a repensar a organização escolar e, conseqüentemente, a organização do trabalho dos professores.

As várias estruturas e órgãos do Agrupamento funcionam de forma articulada, tendo em conta o pleno desenvolvimento das competências e abrangência das suas acções.

O Conselho Pedagógico assume-se claramente como órgão de coordenação pedagógica, reúne ordinariamente à primeira quarta-feira de cada mês e traça as linhas orientadoras para as acções a serem desenvolvidas nos departamentos curriculares, conselhos de directores de turma e conselhos de turma.

O AE4E rege-se por princípios de equidade e justiça, procurando para cada caso soluções específicas adequadas. Existe um professor responsável, em cada ciclo, pela instrução dos procedimentos disciplinares, de forma a seguir uma linha de actuação comum. A Presidente do Conselho Executivo, depois de analisar cada caso, nem sempre opta pela solução mais fácil, reunindo muitas vezes o Conselho de Turma, para que a decisão seja tomada em conjunto.

Os horários dos alunos são elaborados tendo em conta o transporte utilizado na deslocação casa-escola. Além disso, os alunos são integrados em turmas, considerando a continuidade do grupo-turma e respeitando o parecer do Conselho de Turma do ano lectivo anterior. O órgão de gestão preocupa-se com a inclusão de todos os alunos com problemas de aprendizagem, emocionais e de integração pessoal e social, procedendo-se ao reajustamento de horários (inclusão de apoios educativos, integração em clubes, apoio no ensino especial e no Serviço Psicologia e Orientação).

O Agrupamento disponibiliza as seguintes ofertas educativas:

- duas turmas com Percurso Alternativo (6.º ano e 7.º ano);
- três Cursos de Educação e Formação (Técnicos Comerciais, Serralharia Mecânica e Práticas Administrativas).

O AE4E dispõe de um Departamento de Ensino Especial, que sinaliza e acompanha alunos com necessidades educativas específicas, superintende a

prosecução do plano educativo individual desses alunos e no caso de desenvolverem componente funcional, a equipa faz a ponte entre a escola e a entidade com quem foi feito o protocolo de colaboração.

Para monitorização dos resultados, são pedidos trimestralmente relatórios do desenvolvimento das actividades dos clubes e dos projectos, além das avaliações presentes nas actas dos conselhos de turma.

Como estratégia de melhoria do desempenho das estruturas intermédias de gestão consideramos pertinente a avaliação interna, mediante a realização de inquéritos, que transmitam indicadores do grau de consecução do desenvolvimento organizacional

3.6 – Ligação à Comunidade

3.6.1- Participação dos Pais e Encarregados de Educação na Vida do Agrupamento

O Agrupamento tenta incentivar os pais / encarregados de educação a participarem na vida da escola e acompanhamento dos seus educandos. Relativamente ao acolhimento, estão destinados vários espaços e são promovidas actividades de incentivo: conferência sobre o Dia Mundial da Alimentação, comemorações diversas, arraiais e realização de jantares de final de ano lectivo dos directores de turma com os pais dos alunos.

Procura-se que os horários de atendimento do Director de Turma sejam compatíveis com o horário de trabalho dos pais (8h15, 11h50, 13h00, 13h55, 16h35 e 17h30). No caso de não ser possível, há sugestões do órgão de gestão para flexibilização no atendimento.

Nas reuniões, e através da página web do Agrupamento, os pais são informados sobre o Regulamento Interno, o Projecto Educativo, o Projecto Curricular de Escola, as estratégias educativas previstas para a turma e as actividades da escola. Em cada turma, enquanto parceiros educativos, os pais são convidados a participar activamente na procura de soluções para os problemas da turma.

Apesar das tentativas efectuadas, o nível de envolvimento dos pais e encarregados de educação nas actividades do Agrupamento é relativamente baixo; no entanto, quando são convocados para reuniões para comunicação dos

resultados da avaliação, no geral, os encarregados de educação comparecem. Sempre que os educandos participam em actividades extracurriculares e de intervenção na comunidade, os pais sentem prazer em colaborar.

3.6.2 - Participação da Autarquia e Instituições Locais na Vida do Agrupamento

Através da Assembleia de Escola e do Conselho Municipal de Educação, a autarquia participa na vida da escola. Concretamente, a sua cooperação é mais visível no desenvolvimento das actividades de enriquecimento curricular (com a colocação de monitores ao nível do 1.º ciclo); apoio logístico ao nível do apetrechamento dos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo (material, higiene e limpeza), colocação de auxiliares, cozinheira e animadoras (pré-escolar) e cozinheiras (1.º ciclo).

Com a autarquia são estabelecidos protocolos sobre a utilização do pavilhão gimnodesportivo, colaboração na formação de pessoal docente e não docente sobre segurança rodoviária (Educação para a Segurança), parceria no processo de avaliação do pessoal não docente e participação nos projectos «A Fada Palavrinha» e «Comemoração do Dia da Pessoa com Deficiência».

Não existe uma participação activa das instituições locais na vida do Agrupamento. Todavia, em situações específicas, estabeleceram-se protocolos pontuais com a Câmara Municipal de Évora, Juntas de Freguesia, Cercidiana, Associação Portuguesa de Pais de Apoio à Criança com Deficiência Mental, Centro Dramático de Évora, Universidade de Évora (supervisão pedagógica), Centro de Saúde, Programa Escola Segura e Fundação Eugénio de Almeida. Existem parcerias com empresas da região, Fialho & Irmãos, Tyco, Electrilar, Universidade de Évora, Novabit, Epcos, etc), nomeadamente nas áreas de metalurgia, serviços, comércio e instituições, para locais de estágios para os alunos dos Cursos de Educação e Formação.

3.7 – Resultados

3.7.1 – Avaliação Sumativa

A análise dos resultados é feita, primeiramente, pelo professor titular de turma ou pelo Conselho de Turma, após a avaliação sumativa, de forma a

assegurar o carácter globalizante e integrador da avaliação dos alunos. Desta forma, são desenvolvidas modalidades de trabalho colaborativo na adopção de estratégias de diferenciação pedagógica que favoreçam as aprendizagens, nomeadamente no âmbito do Despacho 50/2005, de 9 de Novembro (integração dos alunos em planos de recuperação / desenvolvimento). Todas as estratégias inerentes ao processo de ensino-aprendizagem fazem parte do projecto curricular de turma.

Em Conselho Pedagógico, a análise do sucesso dos alunos é feita de uma forma transversal e comparativa, sendo realçada a organização das aulas de recuperação e de apoios diversificados nas disciplinas de maior insucesso. Em seguida, as estatísticas do sucesso / insucesso são encaminhadas para os departamentos curriculares, com os seguintes objectivos: contextualizar a análise dos resultados, elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didácticas específicas das disciplinas, e formular propostas indutoras da melhoria do rendimento escolar dos alunos.

Tabela 7 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07

Ano de escolaridade	Transitou	Não Transitou	Abandonou
1º ano	105 (100%)		
2º ano	109 (80,1%)	27 (19,9%)	
3º ano	131(99,2%)	1 (0,8%)	
4º ano	121 (91%)	12 (9%)	
5º ano	125 (89,9%)	13 (9,4%)	1 (0,7%)
6º ano	119 (88,8%)	15 (11,2%)	
7º ano	88 (80%)	20 (18,2%)	2 (1,8%)
8º ano	73 (85,9%)	9 (10,6%)	3 (3,5%)
9º ano	77 (84,6%)	12 (13,2%)	2 (2,2%)
CEF	40 (83,3%)		8 (16,7%)

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

A taxa de retenção assume valores preocupantes no 2º e 7ºanos de escolaridade. No primeiro caso, derivam do facto de, no 1º ano, não haver retenções e as dificuldades manifestam-se no final do 3º período do 2º ano de escolaridade. No 7º ano de escolaridade, os valores voltam a subir, devido à transição de ciclo e ao conseqüente aumento do número de disciplinas e dificuldades inerentes. Os valores sensivelmente mais baixos no 8º e 9º ano de escolaridade estão relacionados com a existência dos Cursos de Educação

Formação e da deslocação dos alunos com mais dificuldades de aprendizagem e maior número de repetências para esses cursos.

Tabela 8 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07, por disciplina – 5º ano

Disciplinas / NAC	Níveis					% < 3	% >= 3	NS	S/ SB
	1	2	3	4	5				
Área de Projecto								5,15 %	94,85 %
Ciências da Natureza	3	22	64	30	16	18,38 %	81,62 %		
Educação Física	3	5	72	47	8	5,88 %	94,12 %		
Educação Moral e Religiosa	3		2	9	20	8,57 %	91,43 %		
Educação Musical	3	15	69	37	10	14,07 %	85,93 %		
Educação Visual e Tecnológica	3		78	34	19	2,22 %	97,78 %		
Estudo Acompanhado								8,89 %	91,11 %
Formação Cívica								4,41 %	95,59 %
História e Geografia de Portugal	2	18	60	39	16	14,71 %	85,29 %		
Inglês	3	17	59	37	19	14,71 %	85,29 %		
Língua Portuguesa	3	17	63	43	9	14,71 %	85,29 %		
Matemática	3	21	69	21	21	17,78 %	82,22 %		

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

Legenda: NS (Não satisfaz), S/SB (Satisfaz/Satisfaz Bastante)

As disciplinas que apresentam resultados mais fracos são: Ciências da Natureza com 18,38%, e Matemática, 17,78%. As disciplinas de História e Geografia de Portugal, Inglês e Língua Portuguesa apresentam valores idênticos, 14,71%. Face ao resultado apresentado pela disciplina de Ciências da Natureza, foi decidido que, a partir do ano lectivo 2007/2008, esta funcione em regime de desdobramento.

Tabela 9 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07, por disciplina – 6º ano

Disciplinas / NAC	Níveis					% < 3	% >= 3	NS	S/ SB
	1	2	3	4	5				
Área de Projecto								5,00 %	95,00 %
Ciências da Natureza	1	3	64	36	14	3,33 %	96,67 %		
Educação Física	3	4	76	42	6	5,97 %	94,03 %		
Educação Moral e Religiosa	1			14	13	3,57 %	96,43 %		
Educação Musical	1	4	50	40	23	4,96 %	95,04 %		
Educação Visual e Tecnológica	1	3	88	16	10	3,31 %	96,69 %		
Estudo Acompanhado								2,50 %	97,50 %
Formação Cívica								2,24 %	97,76 %
História e Geografia de Portugal	1	11	61	28	17	10,74 %	89,26 %		
Inglês	7	18	55	26	12	21,19 %	78,81 %		
Língua Portuguesa	2	20	74	24	11	16,42 %	83,58 %		
Matemática	2	45	55	15	14	35,82 %	64,18 %		

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

Legenda: NS (Não satisfaz), S/SB (Satisfaz/Satisfaz Bastante)

As disciplinas que apresentam resultados mais baixos são: Matemática com 35,82%, e Inglês, 21,19%. Seguem-se as disciplinas de Língua Portuguesa com 16,42% e História e Geografia de Portugal com 10,74%. A oscilação dos valores destas disciplinas face aos valores apresentados para o 5º ano de escolaridade deve-se sobretudo ao nível de complexidade dos conteúdos programáticos.

Tabela 10 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07, por disciplina – 7º ano

Disciplinas / NAC	Níveis					% < 3	% >= 3	NS	S/ SB
	1	2	3	4	5				
Área de Projecto								2,80 %	97,20 %
Ciências Físico-Químicas		16	71	18	1	15,09 %	84,91 %		
Ciências Naturais		11	54	31	10	10,28 %	89,72 %		
Educação Física		4	65	37		3,74 %	96,26 %		
Educação Moral e Religiosa				4	7	0,00 %	100,00 %		
Educação Musical			12	10	2	0,00 %	100,00 %		
Educação Tecnológica		2	79	23		1,92 %	98,08 %		
Educação Visual		5	68	24	9	4,67 %	95,33 %		
Espanhol 1		7	22	4	4	18,42 %	81,58 %		
Estudo Acompanhado								15,09 %	84,91 %
Formação Cívica								1,87 %	98,13 %
Francês 1		16	34	15	4	23,19 %	76,81 %		
Geografia		8	63	26	9	7,48 %	92,52 %		
História		19	51	27	9	17,92 %	82,08 %		
Inglês 3		28	39	24	15	26,42 %	73,58 %		
Língua Portuguesa		14	64	22	6	13,08 %	86,92 %		
Matemática	3	41	45	13	4	41,12 %	58,88 %		
Oficina de Criação Artística		2	51	26	3	2,41 %	97,59 %		

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

Legenda: NS (Não satisfaz), S/SB (Satisfaz/Satisfaz Bastante)

As disciplinas que apresentam resultados mais baixos são: Matemática, 41,12%; Inglês, 26,42% e Francês, 23,19%. Seguem-se as disciplinas de Espanhol, 18,42%; História, 17,92% e Ciências Físico-Químicas, 15,09%. Apesar de todas as medidas levadas a cabo pelo Plano de Acompanhamento para a Matemática (aulas de recuperação, atribuição das aulas de Estudo Acompanhado

a professores de Matemática, criação de salas de estudo para apoio individualizado, apetrechamento de recursos materiais), os resultados são bastante insatisfatórios.

Tabela 11 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07 por disciplina – 8º ano

Disciplinas / NAC	Níveis					% < 3	% >= 3	NS	S/ SB
	1	2	3	4	5				
Área de Projecto								1,22 %	98,78 %
Ciências Físico-Químicas	2	5	32	34	9	8,54 %	91,46 %		
Ciências Naturais	1	1	42	33	5	2,44 %	97,56 %		
Educação Física	1		44	30	7	1,22 %	98,78 %		
Educação Moral e Religiosa				1	6	0,00 %	100,00 %		
Educação Tecnológica		1	57	21	3	1,22 %	98,78 %		
Educação Visual	1	6	50	14	11	8,54 %	91,46 %		
Espanhol 2		1	8	7	2	5,56 %	94,44 %		
Estudo Acompanhado								4,88 %	95,12 %
Formação Cívica								1,22 %	98,78 %
Francês 2	2	16	24	14	8	28,13 %	71,88 %		
Geografia		6	58	11	7	7,32 %	92,68 %		
História		6	56	14	6	7,32 %	92,68 %		
Inglês 4	1	18	48	8	7	23,17 %	76,83 %		
Língua Portuguesa	1	7	53	20	1	9,76 %	90,24 %		
Matemática	6	25	36	14	1	37,80 %	62,20 %		
Oficina de Criação Artística	1		50	25	6	1,22 %	98,78 %		

Fonte: Agrupamento de Escolas N° 4 de Évora

Legenda: NS (Não satisfaz), S/SB (Satisfaz/Satisfaz Bastante)

As disciplinas que apresentam resultados mais baixos são: Matemática, 37,80%; Francês, 28,13% e Inglês, 23,17%. Todas as restantes disciplinas

apresentam taxas de insucesso inferiores a 10%. Apesar de todas as medidas levadas a cabo pelo Plano de Acompanhamento para a Matemática (aulas de recuperação, atribuição das aulas de Estudo Acompanhado a professores de Matemática, criação de salas de estudo para apoio individualizado, apetrechamento de recursos materiais), os resultados são ainda bastante insatisfatórios.

Tabela 12 – Resultados escolares no final do 3º período, ano 2006/07, por disciplina – 9º ano

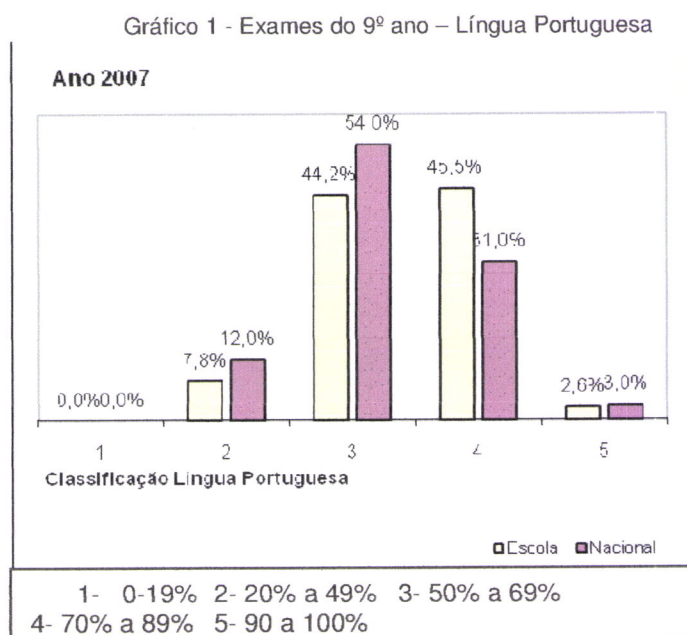
Disciplinas / NAC	Níveis					% < 3	% >= 3	NS	S/ SB
	1	2	3	4	5				
Alemão 5					1	0,00 %	100,00 %		
Área de Projecto								0,00 %	100,00 %
Ciências Físico-Químicas		7	44	30	6	8,05 %	91,95 %		
Ciências Naturais		1	38	38	10	1,12 %	98,88 %		
Educação Física		1	42	35	9	1,14 %	98,86 %		
Educação Moral e Religiosa			4	7	6	0,00 %	100,00 %		
Educação Visual		1	51	30	5	1,14 %	98,86 %		
Espanhol 3			13	3	2	0,00 %	100,00 %		
Estudo Acompanhado								14,77 %	85,23 %
Formação Cívica								0,00 %	100,00 %
Francês 3		11	37	16	4	16,18 %	83,82 %		
Geografia		8	39	30	10	9,09 %	90,91 %		
História		3	42	23	19	3,45 %	96,55 %		
Inglês 3					1	0,00 %	100,00 %		
Inglês 5		16	41	17	12	18,39 %	81,61 %		
Língua Portuguesa		7	46	30	4	7,87 %	92,13 %		
Matemática		36	35	14	2	40,45 %	59,55 %		
TIC		1	46	35	5	1,14 %	98,86 %		

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

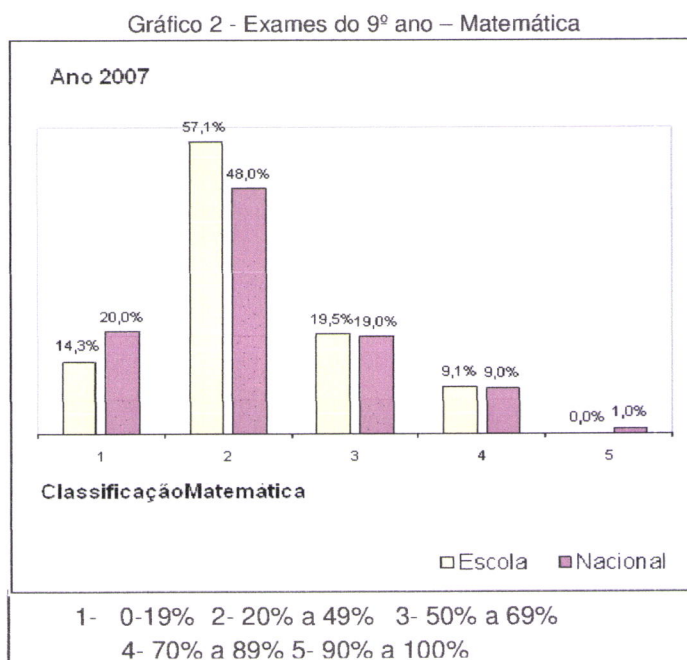
As disciplinas que apresentam resultados mais baixos são: Matemática, 40,45%; Inglês, 18,39%; e Francês, 16,18%. Todas as restantes disciplinas apresentam taxas de insucesso inferiores a 10%. Apesar de todas as medidas levadas a cabo pelo Plano de Acompanhamento para a Matemática (aulas de recuperação, atribuição das aulas de Estudo Acompanhado a professores de Matemática, criação de salas de estudo para apoio individualizado, apetrechamento de recursos materiais), os resultados negativos são bastante elevados.

3.7.2 – Exames Nacionais

Os exames nacionais do Ensino Básico, aplicam-se nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática e permitem clarificar os procedimentos que devem ser seguidos na avaliação sumativa externa e a certificação da conclusão neste nível de ensino.



Fonte: Júri Nacional de Exames



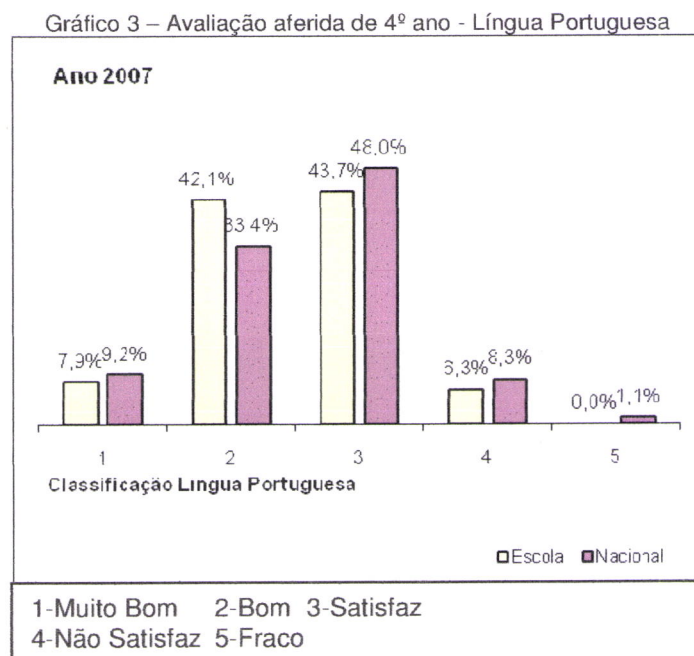
Fonte: Júri Nacional de Exames

No ano de 2007, nos exames nacionais do 3º ciclo, as classificações médias dos alunos foram coincidentes (2,2), na disciplina de Matemática, tendo-a superado em Língua Portuguesa (3,2 / 3,4).

3.7.3 – Avaliação Aferida

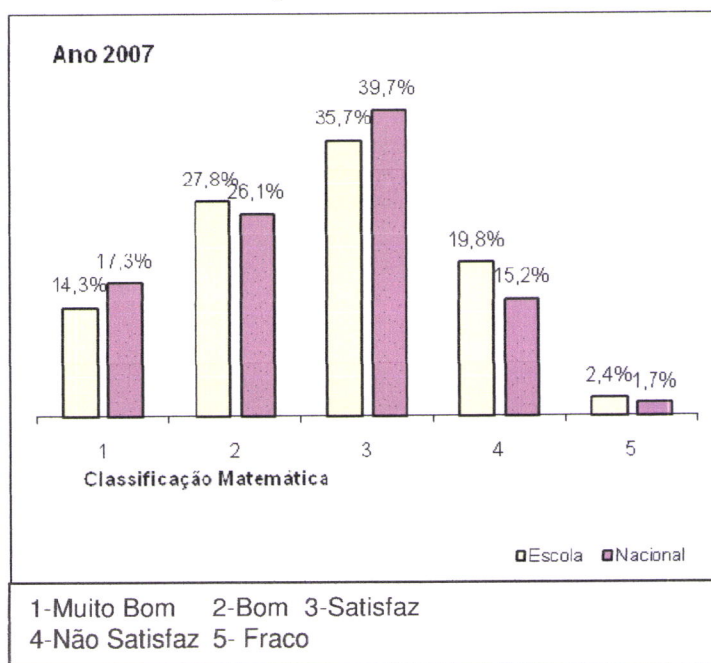
A avaliação de aferição, de acordo com o estipulado no art.º 17º do Decreto-Lei nº 6/2001, de 18 de Janeiro, visa a recolha de dados relevantes sobre os níveis de desempenho dos alunos, no que respeita às aprendizagens desenvolvidas. Constitui ainda um instrumento de diagnóstico posto à disposição das escolas e dos professores, no sentido de possibilitar uma reflexão colectiva e individual sobre a adequação das práticas lectivas, com o propósito de contribuir para a tomada de decisões no sentido de melhorar a qualidade do ensino e aumentar a confiança social no sistema educativo. Os resultados desta avaliação são muito importantes para as escolas e para os professores, para efeito de suporte à tomada de decisões, em matéria de planificação, orientação das práticas pedagógica e revestem-se também de grande utilidade para os serviços responsáveis pela concepção do currículo e investigadores.

Avaliação Aferida 4.ºano



Fonte: Júri Nacional de Exames

Gráfico 4 – Avaliação aferida de 4º ano – Matemática

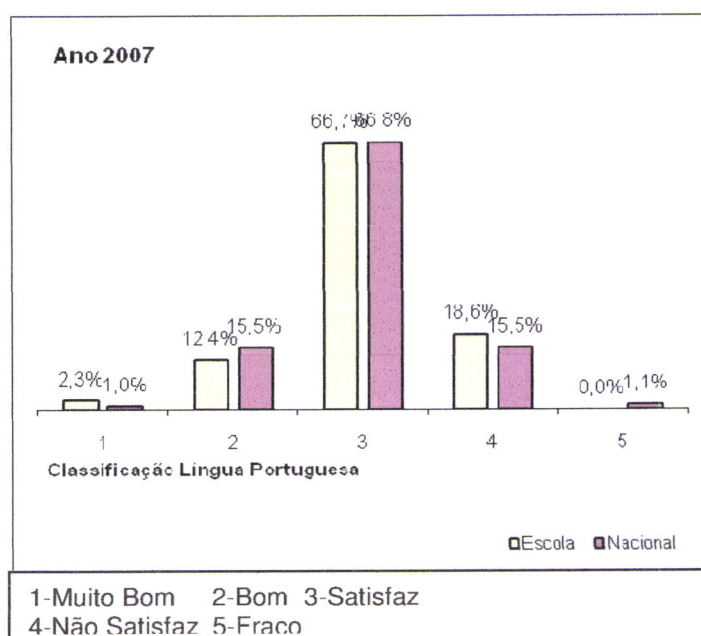


Fonte: Júri Nacional de Exames

Em 2007, nas provas de aferição, as classificações positivas, no 4º ano, em Língua Portuguesa (93,7%), foram superiores à média nacional (90,6%) e, em Matemática (77,8%), inferiores ao mesmo parâmetro de referência (83,1%).

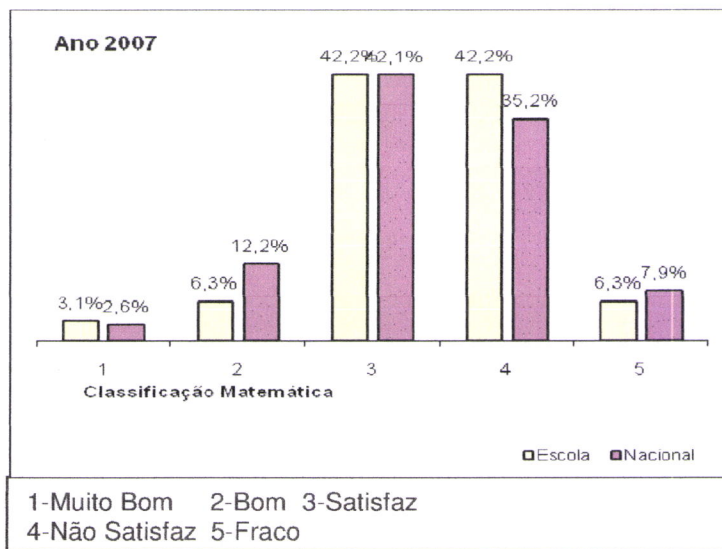
Avaliação Aferida 6.ºano

Gráfico 5 – Avaliação aferida de 6º ano - Língua Portuguesa



Fonte: Júri Nacional de Exames

Gráfico 6 – Avaliação aferida de 6º ano – Matemática



Fonte: Júri Nacional de Exames

Em 2007, nas provas de aferição, os resultados positivos obtidos pelos alunos do 6º ano, em Língua Portuguesa, (81,4%) e em Matemática (51,5%), ficam aquém das médias nacionais (83,3%) e (56,9%).

3.7.4 – Resultados Sociais da Educação

O Agrupamento tem tentado construir uma imagem cada vez mais positiva junto da comunidade local, criando expectativas elevadas nas famílias, cumprindo a sua função educativa e prevenindo o abandono. Por conseguinte, os filhos são colocados na escola, não só devido à abrangência da área de residência, como também devido ao facto de a escola ser atractiva e haver um efectivo reconhecimento e aceitação da autoridade.

A taxa de abandono, no agrupamento, é relativamente baixa. Têm sido prosseguidas várias estratégias de remediação do abandono, das quais destacamos:

- detecção precoce do abandono, através de indicadores escolares e sociais;
- aulas de recuperação / apoios educativos no início do ano lectivo (Setembro);

- oferta diversificada de clubes, em horário que os alunos possam frequentar;
- divulgação, junto dos encarregados de educação, do concurso de subsídio escolar para o ano lectivo seguinte;
- oferta de pequeno almoço para os alunos mais carenciados do escalão A;
- trabalho de proximidade com a CPCJ (Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, Segurança Social, e Câmara municipal de Évora, através do Conselho Municipal de Educação;
- ofertas educativas diferenciadas: duas turmas de percursos alternativos (6.º e 7.º anos), três turmas dos Cursos Educação e Formação (8.º e 9.º anos);
- dinamização do Desporto Escolar, diferenciando as modalidades;
- formação interna ao pessoal não docente, para detectar sinais indicadores de situações de precariedade social;
- aceitação de estagiários de Psicologia e Enfermagem.

A escola tem conhecimento informal do percurso escolar e/ou profissional dos alunos após a saída da escola.

Os alunos que vão para as escolas secundárias da cidade obtêm sucesso. Muitos dos alunos dos cursos de educação e formação prosseguem estudos. Outros estão em empresas relacionadas com a sua formação e outros estão já inseridos no mercado de trabalho, em empregos diversos.

Em relação à assiduidade dos alunos, assiste-se, desde o início do Agrupamento, a uma diminuição ligeira do excesso de faltas injustificadas e do abandono escolar.

No geral, os alunos apresentam um comportamento disciplinado, existindo procedimentos disciplinares esporádicos. A escola dispõe do Espaço Multisaberes, para onde os alunos com ordem de saída da sala de aula são encaminhados, de forma a, por um lado, não prejudicarem as aprendizagens dos outros alunos e, por outro lado, reflectirem sobre as suas atitudes e comportamento. No caso de infracções disciplinares mais graves, dá-se maior relevância às medidas de integração, sendo, na sua maioria com autorização

dos encarregados de educação, os dias de suspensão substituídos por actividades na escola (conforme estipulado no Regulamento Interno).

Tabela 13 – Assiduidade e procedimentos disciplinares

Nível de ensino	Excesso de faltas	Abandono	Procedimentos disciplinares
Pré – escolar	-	-	-
1º ciclo	-	-	-
2º ciclo	1	4	3
3º ciclo	6	1	4
CEF	8	1	4
Total	15	7	11

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

3.8 – Plano de Acção para a Melhoria do Sucesso

Conforme o estipulado no projecto educativo, implementam-se práticas de avaliação interna que visam a recolha de indicadores, para um melhor conhecimento do agrupamento, do seu grau de desenvolvimento organizacional e das aprendizagens dos alunos. Nesta avaliação são atendidos não só resultados mensuráveis (resultados obtidos nas provas de aferição, exames nacionais / exames a nível de escola, taxas de insucesso e de abandono), como também dados subjectivos do desenvolvimento das aprendizagens e do clima educacional.

A qualidade da acção das escolas do agrupamento é o reflexo da organização pedagógica, da gestão curricular, dos apoios e complementos educativos existentes, da capacidade de envolvimento da e na comunidade.

Como resultado da auto-avaliação efectuada, destacam-se, como **pontos fortes**:

- Promoção de ofertas educativas diversificadas;
- Análise do sucesso / insucesso, com o fim de diversificar estratégias de remediação e acções de melhoria;
- Empenho e preocupação dos professores com a gestão do currículo e a promoção do sucesso;

- Desenvolvimento de projectos conducentes à interdisciplinaridade, nomeadamente na dimensão artística, de promoção para a saúde, dimensão social e profissional;
- Preocupação do órgão de gestão pelo cumprimento da legislação em vigor;
- Articulação entre as estruturas intermédias de gestão, com vista a uma escola de excelência;
- Preocupação da Assembleia de Escola em verificar o cumprimento das suas competências, através da entrega e análise de projectos, planos, regulamentos e orçamento, bem como análise do sucesso e insucesso;
- Actividades extracurriculares que dinamizam e projectam positivamente a escola na comunidade;
- Boa articulação entre todos os ciclos de ensino (reuniões inter-ciclos);
- Informatização dos documentos pedagógicos/administrativos (Quiosque e Intranet);
- Apetrechamento da Biblioteca quer a nível documental, quer a nível pedagógico;
- Bom clima e ambiente educativos;
- Articulação entre o currículo e a melhoria e conservação dos espaços escolares;
- Instalação de uma logística de comunicação entre todo o agrupamento;
- Assessoria técnico-pedagógica responsável e preocupada com a gestão e acompanhamento pedagógico do agrupamento.

Destacam-se, como **pontos fracos**:

- Dificuldade em consciencializar a gestão intermédia da sua importância no vértice organizacional, onde deverão desenvolver papéis estruturantes para o desenvolvimento das práticas educacionais do e para o agrupamento;
- Transmissão e tratamento de informações;
- Alguma dificuldade, por parte do órgão de gestão, na recolha de planificações, critérios de avaliação, relatórios e projectos curriculares de

turma. Apostamos nas boas práticas, mas, por vezes, temos dificuldades em passá-las a texto escrito;

- Gestão do Conselho de Docentes do 1.º ciclo do Ensino Básico, quer pelo elevado número de docentes, quer pela logística diferencial entre o meio urbano (muitos alunos/professores/turmas) e o meio rural (poucos alunos/professores/turmas);
- Dificuldade na adopção de metodologias de trabalho cooperativo, tendo em vista o passar de testemunho e a interdisciplinaridade;
- Distanciamento da escola sede face às realidades rurais. Os docentes que trabalham perto do órgão de gestão sentem-se mais acompanhados e colocam mais facilmente dúvidas que os docentes do meio rural;
- Falta de resolução de problemas do quotidiano do agrupamento pela administração central. Como exemplo salientamos:
 - Horas para as áreas técnicas dos alunos dos Cursos Educação Formação (restrição de 11 horas face à necessidade de 16 horas da componente prática);
 - Tardia colocação de funcionários ao abrigo do projecto POC (Programa Ocupacional para Desempregados);
 - Falta de funcionários de acção educativa;
- Constrangimento devido à abundância legislativa e cruzamento interpretativo da mesma;
- Falta de professores do ensino especial face às necessidades;
- Demora na atribuição de horários / substituição dos professores aposentados;
- Falta de recursos humanos para suprir necessidades em caso de ausência dos professores titulares / educadores;
- Dificuldade dos encarregados de educação em manterem viva a Associação de Encarregados de Educação. Na generalidade, os encarregados de educação participam pontualmente e/ou quando são chamados à escola;
- Falha na rede de ligação do agrupamento, através da Internet, aos JI (inexistente) e problemas de ligação nas escolas do 1.º ciclo.

Face ao exposto propôs-se o seguinte plano de acção para melhoria do sucesso para o ano lectivo 2007/2008, de acordo com os indicadores de referência, referidos na tabela que se segue.

Tabela 14 – Indicadores de referência e objectivos do plano de melhoria

Indicador de referência:	Objectivo
Redução do insucesso escolar	15% nas disciplinas que apresentam uma taxa de sucesso inferior a 50%.
	10% nas disciplinas que apresentam uma taxa de sucesso entre 50% e 80%.
	1 aluno nas disciplinas que apresentam uma taxa de sucesso superior a 80%
Redução do abandono escolar	1,5% nas turmas onde o mesmo se manifeste.

Fonte: Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

Capítulo 4 – A Comunidade Educativa: Caracterização Demográfica, Sócio - Económica e Institucional do Território do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

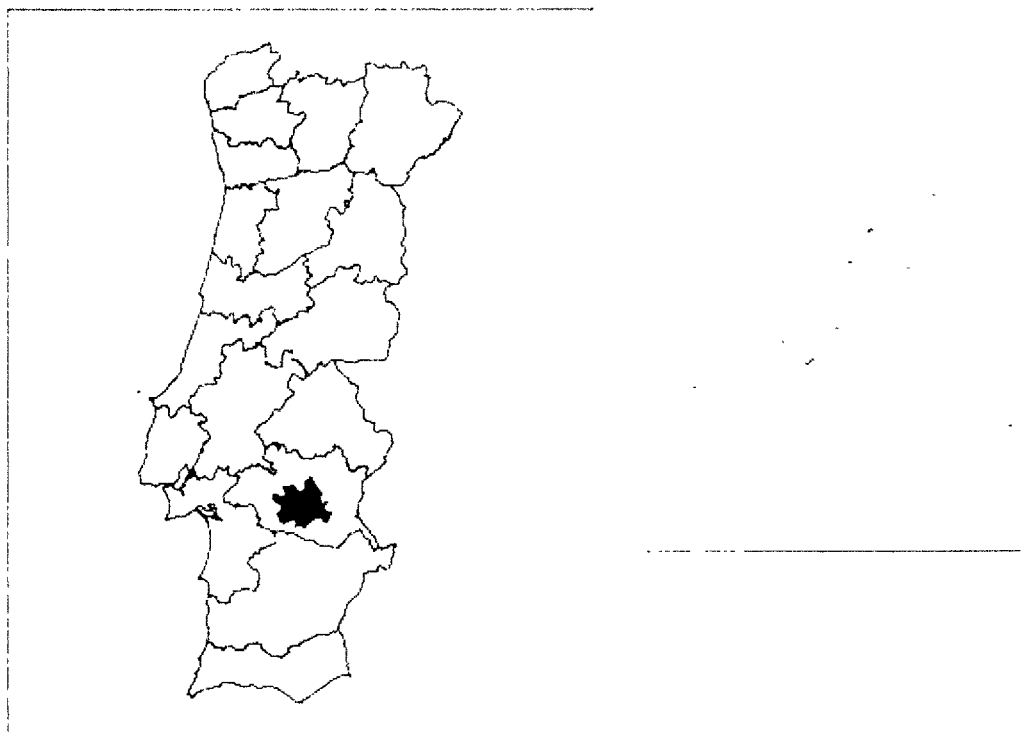
4.1 – O Concelho de Évora

4.1.1 - Enquadramento Territorial

O concelho de Évora encontra-se inserido na Região Alentejo (NUT II) e na sub-região Alentejo Central (NUT III).

O concelho de Évora faz fronteira com os concelhos de Arraiolos e Estremoz a Norte, Redondo e Reguengos de Monsaraz a Nascente, Portel a Sul, Viana do Alentejo e Montemor-o-Novo a Poente.

Mapa 1 - Enquadramento do Concelho de Évora



Fonte: Carta Educativa do concelho de Évora

4.1.2 – Distribuição Geográfica das Freguesias

O concelho de Évora, com uma área de 1306,3 Km², ocupa cerca de 4,1% da superfície do Alentejo, sendo constituído por dezanove freguesias que se distribuem pelas seguintes unidades geográficas:

Tabela 15 - Unidades Geográficas e Freguesias do Concelho de Évora

Unidades Geográficas	Freguesias
Centro Histórico	Sé e São Pedro São Mamede Santo Antão
Cidade Extra – Muros e Zona de Transição	Malagueira Bacelo Senhora da Saúde Canaviais Horta das Figueiras
Área Rural	S. Bento do Mato S. Miguel de Machede Nossa Senhora de Machede S. Vicente do Pigeiro S. Manços Torre de Coelheiros Nossa Senhora da Tourega Nossa Senhora de Guadalupe Nossa Senhora da Graça do Divor S. Sebastião da Giesteira Nossa Senhora da Boa Fé

Fonte: Carta Educativa do concelho de Évora

Mapa 2 – Freguesias do Concelho de Évora/ Freguesias do território do AE 4 E



Fonte: Carta Educativa do concelho de Évora (adaptado)

4.1.3 – Análise Demográfica: Evolução da População Residente

O concelho de Évora contava com uma população de 56 519 habitantes, em 2001, o que representa 11 % do total de residentes na Região. A densidade populacional do concelho (43,3 habitantes/Km²) revelou-se significativamente inferior à média nacional (112 habitantes/Km²), contudo bastante superior à registada no conjunto do Alentejo (cerca de 25 habitantes por Km²).

Tabela 16 – Evolução da população e das famílias residentes (1960-2001)

	Valores Absolutos					Variação (%)			
	1960	1970	1981	1991	2001	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Concelho de Évora									
População Residente	50095	46900	51572	53754	56519	-6,4	10,0	4,2	5,1
Famílias	13857	14190	15927	16519	20954	3,8	19,4	9,4	13,1
Dimensão média da Família	3,7	3,3	3,0	2,9	2,7	-	-	-	-
Região do Alentejo									
População Residente	780916	697345	678430	643442	605753	-22,9	-1,5	-6,0	-1,4
Famílias	213172	193785	195712	193693	202257	-13,9	7,0	-1,5	4,4
Dimensão média da Família	3,6	3,2	2,9	2,8	2,8	-	-	-	-
Continente									
População Residente	8292975	8123310	9336760	9375926	9669349	-2,0	14,9	0,4	5,3
Famílias	2222750	2224015	2903026	3020329	3505292	0,1	26,0	7,9	16,1
Dimensão média da Família	3,7	3,7	3,3	3,1	2,9	-	-	-	-

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1960, 1970, 1981, 1991 e 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

Desde a década de 70 que a população portuguesa tem vindo a aumentar, embora com taxas de variação diferentes. A retoma do crescimento populacional, na década de 90, (5,3%), deveu-se quase que exclusivamente ao saldo migratório positivo registado para todo o País (4,1%), uma vez que o crescimento natural nessa década foi de apenas 0,9%. Este crescimento não se fez de forma equitativa por todas as regiões, apresentando a região Alentejo, durante este período uma situação sucessivamente deficitária.

Destoando da realidade demográfica da região, o concelho de Évora registou, nos anos 70, um aumento de 4672 residentes (taxa de variação de 10%), de 2182 residentes nos anos 80 (taxa de variação de 4,2%) e de 2800 habitantes nos anos 90 (taxa de variação de 5,1%). A este crescimento populacional estão associadas as migrações como o factor mais importante.

Tabela 17 - Evolução da população residente no concelho de Évora, (1960 – 2001)

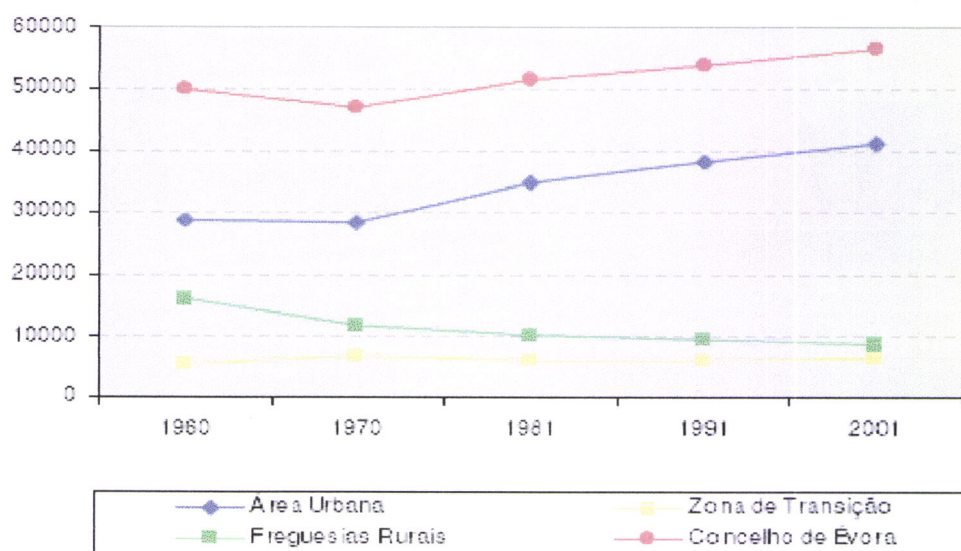
	1960	1970	1981	1991	2001
Área Urbana	28652	28166	34851	38094	41278
Zona de Transição	5493	6768	6251	6263	6528
Freguesias Rurais	15950	11946	10470	9397	8713
Concelho de Évora	50095	46900	51572	53754	56519

	Variação da População Residente (%)			
	1960-1970	1970-1981	1981-1991	1991-2001
Área Urbana	-1,6	23,6	9,3	8,4
Zona de Transição	23,2	-7,6	0,2	4,2
Freguesias Rurais	-25,1	-12,4	-10,2	-7,3
Concelho de Évora	-6,4	10,0	4,2	5,1

Fonte: Carta Educativa do concelho de Évora

Actualmente, a população do concelho de Évora concentra-se no Centro Histórico e Cidade Extra-Muros (73 %). Na zona de transição, habitam 11,5 % dos eborenses e, nas freguesias rurais, 15,5 %.

Gráfico 7 - Evolução da população residente no concelho de Évora, (1960 – 2001)



Fonte: Carta Educativa do concelho de Évora

A população na Área Urbana, a partir da década de 70, tem vindo sucessivamente a aumentar, embora de forma mais moderada nos últimos 20 anos.

Entre 1970 e 1981, registou-se, no concelho, uma variação na ordem dos 24% (correspondente a cerca de 6 670 residentes). Entre 1981 e 1991, registou-se uma variação na ordem dos 9% (correspondente a cerca de 3243 residentes) e, entre 1991 e 2001, registou-se uma variação na ordem dos 8% (correspondente a cerca de 3184 residentes). Este constante crescimento populacional está associado à capacidade de atracção que a cidade exerce sobre as zonas rurais, a oferta de melhores condições de emprego e de vida. A proximidade de melhores cuidados de saúde, escolas, local de emprego e serviços públicos contribuíram também para esta situação.

As taxas de crescimento da população, verificadas na Área Urbana, desde os anos 70, são significativamente superiores às da média concelhia (4,0 % para os anos 80 e de 5 % para os anos 90). A Área Urbana sofreu apenas um decréscimo populacional nos anos 60 (perda de 1,6 %, correspondente a cerca de 500 residentes), num contexto em que o concelho perdeu mais de 3 000 habitantes. Esta diminuição da população nesta década encontrará explicação nos movimentos migratórios, considerados como elemento determinante da evolução da população (Lemos, J. et al: 1995), *“cabendo-lhes, em exclusivo, a diminuição da população na década de 60 e a quase estabilização dos anos 80 e sendo responsáveis por 40% do crescimento da população no período 70/81 (...), decorrente do afluxo de residentes nas ex-colónias e de emigrantes.”*

A zona de transição, desde a década de 60, até 2001, tem registado ligeiras oscilações: aumento significativo na década de 60 (23,2%), uma quebra no crescimento na década de 70 (- 7,6%), uma estagnação na década de 80 e uma taxa de variação positiva na década de 90 (4,2%).

As Freguesias Rurais encontram-se numa situação de declínio populacional desde a década de 60, vindo sucessivamente a perder habitantes (nos últimos 40 anos, perderam aproximadamente 7240 residentes), sendo que a população residente, em 2001, era pouco mais de metade da existente nos anos 60. Este despovoamento das áreas rurais, resulta primeiramente dos elevados e continuados fluxos migratórios e, nas últimas décadas, do processo de envelhecimento demográfico (124% em 1991 e 193% em 2001).

A maior diminuição de população residente na área rural ocorreu durante a década de 60, (- 25,1%), encontrando-se relacionada com os seguintes factores: deslocação das pessoas destas áreas para a cidade de Évora e dos movimentos migratórios para a área metropolitana de Lisboa, para o litoral e para o estrangeiro. Nas décadas seguintes esta redução populacional foi significativamente menor (não atingindo os 1 500 residentes até aos anos 90, e cerca de 700 pessoas entre 1991 e 2001), distinguindo-se claramente do comportamento do concelho, que demonstrou uma capacidade atractiva (acréscimo entre 10 % a 5 %).

Tabela 18 - Evolução da população residente nas freguesias da área rural (1970-2001)

	1970	1981	1991	2001	VAR 1991-2001
ÁREA RURAL	11525	10406	9307	8713	-7,3%
São Bento do Mato	990	1503	1447	1343	-7,2%
São Miguel de Machede	1285	1157	1058	983	-7,1%
Nossa Senhora de Machede	1515	1473	1283	1180	-8,0%
São Vicente do Pigeiro	850	804	499	436	-12,6%
São Manços	1405	1103	1141	1018	-11,0%
Torre de Coelheiros	1230	852	957	817	-14,6%
Nossa Senhora da Torega	1385	1473	870	804	-7,6%
Nossa Senhora de Guadalupe			517	495	-4,3%
Nossa Senhora da Graça do Divor	1300	1034	434	473	9,0%
São Sebastião da Giesteira		849	796	780	-1,0%
Nossa Senhora da Boa Fé	1865	488	393	376	-4,3%

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991 e 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

Desde o início da década de 80 que a Área Rural, vem, generalizada e progressivamente, perdendo habitantes. Entre 1981 e 1991, a Área Rural perdeu aproximadamente 1000 residentes, (-10,5%) e na última década, 684 habitantes (-7,3%). Em toda a área rural apenas uma das freguesias, Nossa Sr.^a da Graça do Divor, apresenta um ligeiro aumento de residentes, resultante de um saldo migratório positivo, cerca de 40 habitantes (9%), que decorre da sua proximidade (localizada a Norte de Évora, a cerca de 10,5 Km), da disponibilização de um grande número de lotes de terreno para construção a custos controlados e da boa acessibilidade à cidade. Esta freguesia apresentou, na última década, uma tendência para manter o número de residentes e de famílias. Esta tendência assume algum significado dado que nos anos 70, na freguesia, residiam 1 300 pessoas, tendo perdido entre 1981 e 1991 mais de metade dessa população; o número de alojamentos tem aumentado, cerca de 40 % por decénio, sendo admissível que tal dinâmica se mantenha. As freguesias onde, na última década,

se registou uma maior diminuição de residentes foram: Torre de Coelheiros (-14,6%), S. Vicente do Pigeiro (-12,6%), S. Manços, (-11%), Nossa Senhora de Machede (-8%), Nossa Senhora da Tourega (-7,6%), S. Bento do Mato (-7,2%) e S. Miguel de Machede (-7,1%).

4.1.4 – Estrutura Etária da População Residente

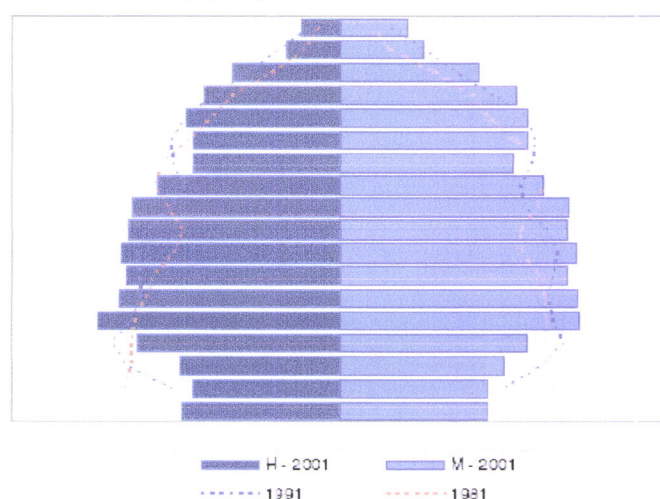
Pela análise da Tabela 19 e da Figura 1, pode verificar-se que o concelho de Évora está em processo lento de envelhecimento. Entre 1981 e 2001, sofreu um aumento da população idosa (com 65 anos e mais anos), na ordem dos 3% por década, passando de um valor de 12,3% em 1981, para 18,4% em 2001. Por outro lado a população jovem (0-14 anos), registou um decréscimo na ordem de 2,5% por década, passando de um valor de 22,4% em 1981, para 19,1% em 1991 e 14,9%, em 2001.

Tabela 19 – Estrutura etária da população residente no concelho de Évora de 1981 a 2001

Grupos Etários	1981		1991		2001	
	V. A.	%	V. A.	%	V. A.	%
0-4	3953	7,7	2723	5,1	2788	4,9
5-9	3892	7,5	3293	6,1	2700	4,8
10-14	3694	7,2	4247	7,9	2934	5,2
15-19	3648	7,5	3373	7,4	3568	6,3
20-24	3641	7,1	3709	6,9	4390	7,8
25-29	3621	7,0	3702	6,9	4159	7,4
30-34	3407	6,8	3810	7,1	3996	7,1
35-39	2918	5,7	3811	7,1	4141	7,3
40-44	3199	6,2	3476	6,5	3988	7,1
45-49	3521	6,8	2965	5,5	3962	7,0
50-54	3592	7,0	3179	5,9	3518	6,2
55-59	3321	6,4	3362	6,3	2903	5,1
60-64	2605	5,1	3265	6,1	3039	5,4
65-69	2425	4,7	2998	5,6	3123	5,5
70-74	1888	3,8	2104	3,9	2893	5,0
75-79	1150	2,2	1674	3,1	2243	4,0
80-84	629	1,2	937	1,7	1246	2,2
85 e -	298	0,6	526	1,0	988	1,7
Concelho de Évora	51572	100,0	53754	100,0	56519	100,0

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1981, 1991 e 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

Figura 1 - Estrutura etária da população residente no concelho de Évora de 1981 a 2001



Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1981, 1991 e 2001
(in Carta Educativa do concelho de Évora)

Tabela 20 – Índice de envelhecimento (1) e de dependência (2) por grandes grupos etários, em 2001

Freguesias	População Residente				TOTAL	Índice de Envelhecimento	Índice de Dependência
	0-14	15-24	25-64	+ de 65			
Centro Histórico	487	624	2566	1991	5668	408,8	77,7
Sé e São Pedro	164	210	922	729	2025	444,5	78,9
São Mamede	205	241	990	734	2170	358,0	76,3
Santo Antão	118	173	654	528	1473	447,5	78,1
Cidade Extra-muros e Zona Transição	6769	6291	22907	6171	42138	91,2	44,3
Canavais	556	402	1584	448	3000	80,6	50,3
Malagueira	2174	2230	7174	1543	13121	71,0	38,5
Bacelo	1516	1276	4721	764	8297	51,7	38,4
Horta das Figueiras	1476	1150	4544	1135	8305	76,9	45,9
Senhora da Saúde	1047	1233	4874	2261	9415	218,0	54,2
Área Rural	1166	1043	4283	2251	8713	193,1	64,5
São Bento do Mato	161	169	634	379	1343	235,4	67,2
São Miguel de Machede	131	125	430	294	980	224,4	76,2
Nossa Senhora de Machede	163	129	592	296	1180	161,6	63,7
São Vicente do Pigeiro	56	38	192	150	436	267,9	68,6
São Manços	139	122	534	221	1016	159,0	54,9
Torre de Coelheiros	117	103	391	206	817	178,1	65,4
Nossa Senhora da Tourega	103	91	418	194	804	188,3	58,8
Nossa Senhora de Guadalupe	87	65	259	104	495	155,2	52,8
Nossa Senhora da Graça do Divor	71	88	233	101	473	142,3	57,1
S. Sebastião da Giesteira	100	103	398	169	790	189,0	57,7
Nossa Senhora da Boa Fé	56	30	171	117	376	201,7	67,1
Concelho de Évora	8422	7958	29726	10413	56519	123,6	50,0

Legenda: (1) – Índice de envelhecimento: população com 65 e + anos / população com 0 – 14 anos * 100

(2) – Índice de dependência: população com 0 – 14 e 65 e + anos / população com 15 – 64 anos * 100

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

As diferentes áreas geográficas do concelho apresentam uma estrutura etária dos residentes desigual:

- o centro histórico tem uma população bastante envelhecida, o que se traduz num índice de envelhecimento de 408% e de dependência de 77,7%;
- a cidade extra-muros e zona de transição apresentam uma população mais jovem e uma menor população no grupo de 65 e mais anos, reflectindo-se num índice de envelhecimento de 91% e de dependência de 44,3%, os valores mais baixos do concelho;
- a área rural tem uma população envelhecida, apresentando um índice de envelhecimento de 193,1% e de dependência de 64,5%. Estes valores situam-se bastante acima da média do concelho, respectivamente 123,6% (índice de envelhecimento) e 50% (índice de dependência).

4.1.5 – Nível de Instrução

A população residente no concelho de Évora, apresenta níveis de escolaridade, favoráveis quando comparados com os do Continente, apesar de 55,6% da população não possuir mais que o 2º ciclo. Há uma ligeira melhoria na taxa de analfabetismo, na ordem de 2,9% entre 1991 e 2001, o que não deixa de ser um valor preocupante, pelas consequências sociais que acarreta e pelo facto de o valor estar ainda acima da média nacional (8,9%).

Tabela 21 – População residente, segundo o nível de instrução, por freguesia, em 2001

Freguesias	Total	Nenhum	Nível de Ensino Atingido					Analfabetos com 10 ou mais anos	Taxa de Analfabetismo	
			Básico			Secundário	Médio ou Superior		Em 1991	Em 2001
			1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo					
Centro Histórico	5668	10,9	34,8	8,3	9,9	19,6	17,5	7,6		8,0
Sé e São Pedro	2025	10,5	33,6	7,9	8,5	19,4	19,2	7,5	8,2	7,9
São Manede	2170	10,9	35,8	8,4	10,2	18,9	15,9	7,0	9,6	7,5
Santo Antão	1473	11,1	35,1	9,0	10,0	17,2	17,7	8,5	9,6	8,9
Cidade Extra-muros e Zona Transição	42138	13,0	28,4	10,0	10,5	20,0	18,1	6,7		7,4
Malagueira	13121	12,1	27,1	10,6	10,9	20,1	19,2	6,3	7,9	7
Bacelo	9297	12,8	27,3	10,0	11,7	22,8	15,7	5,3	8,5	6
Horta das Figueiras	6305	14,9	27,4	9,7	9,7	20,2	18,1	7,3	12,9	6,3
Canavieiras	3000	17,7	29,5	10,9	9,2	19,2	13,5	9,7	16,2	11,1
Senhora de Saúde	9415	11,3	31,6	9,2	10,1	17,7	20,1	6,6	9	7,3
Área Rural	8713	23,9	39,3	13,4	9,6	9,8	5,0	19,0		20,7
São Bento do Mato	1343	19,5	43,9	11,9	7,7	10,1	7,9	15,1	21,5	16,4
São Miguel de Machete	993	21,9	43,7	12,8	9,6	7,5	4,3	19,4	23,9	21,1
Nossa Senhora de Machete	1180	22,4	38,6	14,9	10,6	9,5	4,0	16,8	26,2	18,1
São Vicente do Pigeiro	496	25,0	48,6	9,2	6,7	7,6	3,0	20,0	29,3	21,9
São Marços	1016	23,5	37,6	14,9	8,9	10,4	4,7	17,1	22,2	18,8
Torre de Coelheiros	817	30,7	34,6	16,9	7,5	8,6	1,7	25,5	29,3	27,8
Nossa Senhora da Torreça	804	25,2	34,3	10,8	8,7	13,3	7,6	20,1	25	22
Nossa Senhora de Guadalupe	495	27,1	32,1	12,1	9,5	12,7	6,5	22,0	30,7	24,4
Nossa Senhora da Graça do Divor	473	23,5	32,3	11,4	7,5	14,4	10,6	16,5	29	18,2
São Sebastião da Giesteira	790	24,9	39,5	17,2	8,9	7,0	2,5	20,3	31	22,2
Nossa Senhora da Boa Fé	376	29,7	44,9	10,9	6,4	7,2	1,9	21,8	27,5	24,2
Concelho de Évora	56519	14,5	30,7	10,4	10,2	18,3	16,0	8,6	12,5	9,6

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

Pela análise da Tabela 21, verificamos:

- no centro histórico, 34% da população residente concluiu apenas o 1º Ciclo, 8,3% o 2º ciclo, 9,9% o 3º ciclo, 18,8% o ensino secundário e 17,5% um curso médio ou superior. A percentagem de analfabetos com 10 ou mais anos é de 7,6%;
- na cidade extra-muros e zona de transição, 28,4% da população residente concluiu apenas o 1º Ciclo, 10% o 2º ciclo, 10,5% o 3º ciclo, 20% o ensino secundário e 18,1% um curso médio ou superior. A percentagem de analfabetos com 10 ou mais anos é de 6,7%;
- na área rural, 39,3% da população residente concluiu apenas o 1º Ciclo, 13,4% o 2º ciclo, 8,6% o 3º ciclo, 9,6% o ensino secundário e 5% um curso médio ou superior. A percentagem de analfabetos com 10 ou mais anos é muito elevada, apresentando um valor de 20,7%.

4.1.6 – Análise Sócio – Económica

De acordo com PIB per capita, a região Alentejo situa-se entre as regiões mais pobres da União Europeia, sendo que o seu valor se encontra bastante afastado das regiões Norte, Centro e Lisboa.

Tabela 22 – Produto Interno Bruto Regional

Regiões	2005		2006		Variação Anual %	
	10ª Euros	%	10ª Euros	%	Valor	Volume
Norte	41.799	28,0	43.641	28,1	4,4	1,7
Centro	28.427	19,1	29.558	19,0	4,0	1,6
Lisboa	55.140	37,0	57.150	36,8	3,6	0,6
Alentejo	10.051	6,7	10.626	6,8	5,7	1,5
Algarve	6.169	4,1	6.493	4,2	5,2	2,5
R.A. Açores	3.018	2,0	3.204	2,1	6,2	3,3
R.A. Madeira	4.348	2,9	4.599	3,0	5,8	2,8
Extra-Regional	182	0,1	175	0,1	-4,1	-6,8
Total	149.123	100,0	155.446	100,0	4,2	1,4

Fonte: INE, Contas Regionais (in Carta Educativa do concelho de Évora)

Apesar de verificar nas últimas décadas um crescimento negativo, o sector primário ocupa na região Alentejo, ainda, um peso relativamente elevado, quando comparado com as outras regiões do país.

O sector secundário revela-se menos dinâmico na região, ao passo que o sector terciário se assume com maior expressão na estrutura sectorial, acompanhando a dinâmica de crescimento do país. Neste sector de actividade, o turismo apresenta fortes potencialidades de desenvolvimento.

Tabela 23 - Distribuição dos estabelecimentos por sector, em Évora, segundo a dimensão (em nº de trabalhadores), em 2001

Ramos de Actividade	Trabalhadores (nº)										TOTAL
	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-199	200-399	400-499	500-999	1000 e +	
Agricultura, Silvicultura e Caça	182	70	9	3	0	0	0	0	0	0	264
Sector Primario	182	70	9	3	0	0	0	0	0	0	264
em % do total	14%	18%	5%	4%	0%	0%	0%	---	0%	0%	13%
Industria Extractiva e Transformadora	86	45	29	8	5	2	1	0	1	1	179
Construção Civil e Obras Publicas	93	58	24	23	4	0	0	0	0	0	202
Sector Secundario	179	103	53	31	9	2	1	0	1	1	380
em % do total	14%	27%	32%	38%	5%	4%	100%	---	100%	100%	19%
Comércio a retalho	341	87	33	19	1	1	0	0	0	0	482
Comércio por grosso	81	28	19	6	1	0	0	0	0	0	135
HORECA	185	41	20	2	2	0	0	0	0	0	250
Transportes e Telecomunicações	56	3	1	2	0	0	0	0	0	0	62
Interm. Financeira e Seguros	2	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4
Act. Imob. Alug. Serviços	23	4	1	0	0	0	0	0	0	0	28
Educação, Saúde, Acção Social	66	22	18	16	4	2	0	0	0	0	130
Actividades associativas, recreativas,	45	6	6	2	0	0	0	0	0	0	61
Actividades informáticas e conexas	9	4	2	0	0	0	0	0	0	0	14
Administração pública, defesa e seg	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Outras actividades de serviços	146	17	6	2	0	0	0	0	0	0	173
Sector Terciario	955	215	106	51	8	3	0	0	0	0	1338
em % do total	79%	55%	63%	60%	47%	60%	0%	---	0%	0%	68%
TOTAL	1316	386	168	85	17	5	1	0	1	1	1982

Fonte: Quadros de Pessoal 2001, DETEFP, MTS (in Carta Educativa do concelho de Évora)

Devido à sua condição de capital de distrito e pólo regional, determinante na instalação de diversos serviços públicos, o concelho de Évora, apresenta-se como um concelho fortemente terciário, tanto pelo número de activos que ocupa, como pelo número de estabelecimentos existentes. Esta situação encontra ainda explicação noutros factores: a progressiva perda de importância do sector agrícola, o abandono dos campos em busca de melhores salários noutros ramos de actividade e o envelhecimento da população activa do sector primário.

A situação do concelho de Évora, no que respeita aos sectores de actividade, tem-se caracterizado nas últimas décadas:

- pela perda de postos de trabalho no sector primário, devido à crescente mecanização deste sector e à procura, noutros sectores de actividade, de melhores salários e condições de trabalho. Apesar do declínio, este sector mantém ainda importância na economia do concelho;
- pela relativa estabilidade do emprego industrial, aliado a um forte aumento do número de estabelecimentos. A instalação de pequenas unidades em novos ramos de actividade, tem contribuído para uma maior diversidade e oferta do tecido industrial;
- um importante peso do sector terciário, em qualquer dos ramos considerados, destacando-se o comércio a retalho, a restauração e as actividades ligadas à Administração Pública.

De acordo com a Tabela 23, verificamos que dos 1982 estabelecimentos registados em 2001, apenas 25 empregavam mais de 50 trabalhadores, o que pressupõe uma predominância de unidades de pequena dimensão.

Dos estabelecimentos registados, 13% desenvolviam a sua actividade no sector primário, 19% no sector secundário e 68% no sector terciário. Estas empresas empregavam um total de 13957 trabalhadores, repartidos do seguinte modo: 7% no sector primário, 41% no sector secundário e 52% no sector terciário.

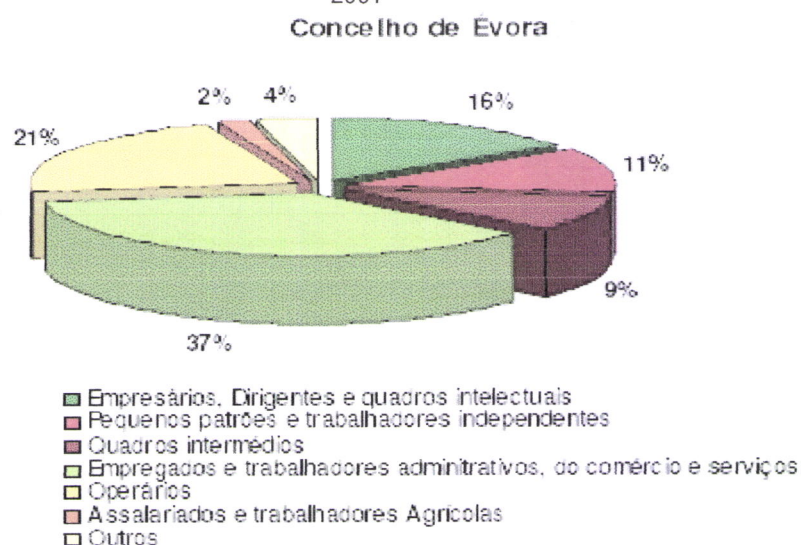
Tabela 24 – Desemprego registado no concelho de Évora, em Dezembro de 2007, segundo o nível etário

Idade	< 25 anos	25-34 anos	35-54 anos	55 ou mais anos	Total
Nº desempregados	352	652	702	254	1960

Fonte: <http://www.iefp/estatisticas.pt> (acedido a 19/10/2008)

De acordo com a Tabela 24, verificamos que no concelho de Évora o desemprego é uma realidade actual e preocupante e verifica-se de forma acentuada em todos os níveis etários.

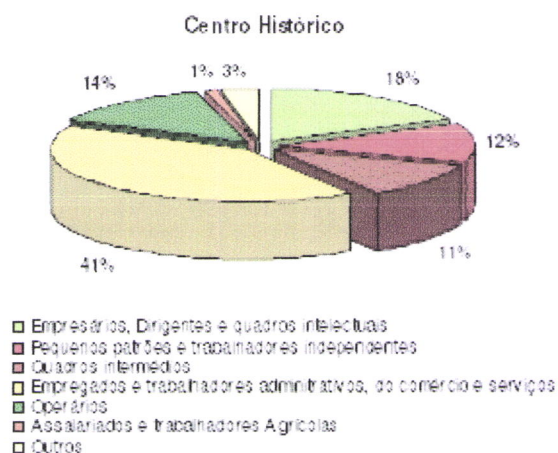
Gráfico 8 – Distribuição dos principais grupos sócio – económicos, no concelho de Évora, em 2001



Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

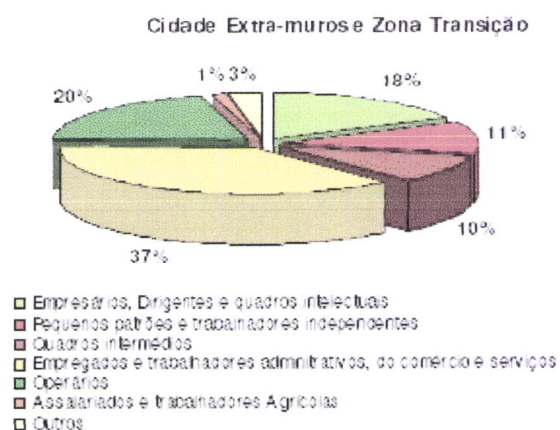
Pela análise do Gráfico 8, constatamos o peso que o sector terciário desempenha no mercado de trabalho no nosso concelho, dado que 37% da população empregada são empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços. O segundo grupo sócio - económico com maior importância é o grupo dos operários que representa 21%, seguido dos empresários, dirigentes e quadros intelectuais (16%). Os pequenos patrões e trabalhadores independentes representam 11%, os quadros intermédios 9%, os assalariados e trabalhadores agrícolas, representam apenas 2% da população com actividade económica.

Gráfico 9 – Distribuição dos principais grupos sócio – económicos, no Centro Histórico, em 2001



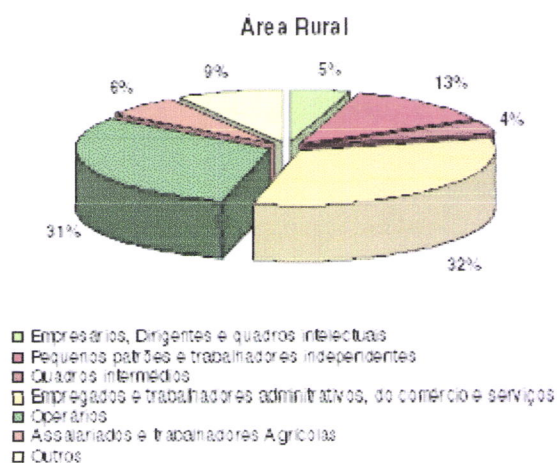
Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

Gráfico 10 – Distribuição dos principais grupos sócio – económicos, na Cidade Extra-muros e Zona de Transição, em 2001



Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

Gráfico 11 – Distribuição dos principais grupos sócio – económicos, na Área Rural, em 2001



Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

As diferentes áreas geográficas do concelho apresentam taxas de actividade dos diferentes grupos sócio - económicos:

- no centro histórico, 41% da população empregada são empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços. O segundo grupo sócio - económico com maior importância é o dos empresários, dirigentes e quadros intelectuais com 18%, seguindo-se o grupo dos operários com 14%, os pequenos patrões e trabalhadores independentes com 12%, e os quadros intermédios com 9%;
- na cidade extra-muros e zona de transição, 37% da população empregada são empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e

serviços. O segundo grupo sócio - económico com maior importância é o grupo dos operários com 20%, seguindo-se o dos empresários, dirigentes e quadros intelectuais com 18%, os pequenos patrões e trabalhadores independentes com 13%, e os quadros intermédios com 10%;

- na área rural, 32% da população empregada são empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços. O segundo grupo sócio-económico com maior importância é o grupo dos operários com 31%, seguindo-se o dos pequenos patrões e trabalhadores independentes com 11%, outros com 9%, assalariados e trabalhadores agrícolas com 6% e quadros intermédios com 4%.

4.2 - Freguesia de S. Bento do Mato

S. Bento do Mato é uma vila e sede de freguesia, que dista 18km de Évora. É uma freguesia com origem no século XVI, data em que o seu território foi separado da freguesia de Nossa Senhora de Machede. Pertenceu ao extinto concelho de Évoramonte até cerca de 1836, data em que passou a fazer parte do concelho de Évora. Cerca de 1848, ingleses e catalães instalaram aqui as suas fábricas de cortiça, transformando a freguesia no maior centro corticeiro do Alentejo naquela época. Durante o século XIX, a Azaruja teve o nome de Vila Nova do Príncipe. Para o desenvolvimento da freguesia, contribuiu a acção do Conde de Azaruja, que no final do século XIX aforou as suas propriedades em courelas, permitindo a fixação de reideiros. O antigo Santuário de Nossa Senhora do Carmo, que até às duas primeiras décadas do século passado foi um importante centro de peregrinações, em muito contribuiu para o conhecimento e divulgação do nome da freguesia.

Existem alguns monumentos importantes como o Pelourinho, o Palácio dos Condes de Azaruja, algumas igrejas, três Antas e a Praça de Touros.

Faz parte desta freguesia o lugar de Courelas da Azaruja.

4.2.1 – Análise Demográfica

A freguesia tem uma área de 66,5 km² e 1343 habitantes, organizados em 563 famílias, possui uma densidade populacional de 20,2hab/km². Desde os

Censos de 1981 que é a freguesia rural do concelho com maior número de residentes.

A população está envelhecida e em fase de regressão, mantendo-se o número de famílias estável, apesar da diminuição de pessoas por agregado familiar.

Tabela 25 - Evolução da população residente na freguesia de S. Bento do Mato, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo em 1991 e 2001

Ano	1970	1981	1991	2001	Varição 1991/2001
População residente	980	1503	1447	1343	- 7,2%
Índice de envelhecimento				235,4	
Índice de dependência				67,2	
Taxa de analfabetismo			21,5%	16,4%	

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991 e 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora, adaptado)

Tabela 26 - Projecção da população residente na freguesia de S. Bento do Mato para 2006, 2011 e 2016

Grupos Etários	POP. 2001	ESTIMATIVAS POPULAÇÃO		
		2006	2011	2016
0-4 anos	53	53	57	56
5-9 anos	50	53	58	59
10-14 anos	55	53	57	60
15-19 anos	68	55	60	60
20-24 anos	101	68	64	65
25-29 anos	79	101	77	89
30-34 anos	93	79	107	80
35-39 anos	66	93	83	110
40-44 anos	68	66	96	95
45-49 anos	89	68	68	97
50-54 anos	78	88	69	67
55-59 anos	76	76	98	68
60-64 anos	85	74	73	96
65-69 anos	110	80	70	70
70-74 anos	109	101	73	86
75 e anos	160	198	141	144
TOTAL	1343	1296	1241	1242

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora)

No ano de 1950, a freguesia contava com 2190 habitantes. A partir da década de 60 entrou em regressão demográfica, devido à emigração e à crise corticeira. Com a retoma económica deste sector, o número de residentes volta a

subir em 1981, para entrar novamente numa fase de regressão (aproximadamente 100 por década), que se manteve até à actualidade e as estimativas apontam essa tendência.

O índice de envelhecimento, o segundo maior das freguesias da área rural (235,4%) é bastante alto, com tendência para subir. A taxa de analfabetismo, apesar de ter regredido cerca de 5% na última década é muito alta (16,4%) e está directamente relacionada com o índice de envelhecimento. O nível de qualificações da população é baixo.

4.2.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional

A actividade económica na freguesia tem algum dinamismo e capacidade de iniciativa, em especial na indústria corticeira, fazendo da localidade a mais industrializada do concelho de Évora. São indicadores reveladores da capacidade de desenvolvimento económico da freguesia a fixação de alguns serviços e estabelecimentos comerciais especializados.

Tabela 27 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de S. Bento do Mato, em 2001

População Residente	1343	
População com 15 ou mais anos	N.A.	1182 (100%)
	%	88,0%
Principal meio de vida	Trabalho	47,0%
	Rendimento de Propriedades	0,3%
	Pensões e apoios sociais	38,5%
	A cargo da família	12,8%
	Outros casos	1,4%

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

Tabela 28 – Principais grupos económicos, na freguesia de S. Bento do Mato, em 2001

População Residente	1343
População com actividade económica	606
Empresários, dirigentes e quadros intelectuais	42
Pequenos patrões e trabalhadores independentes	83
Quadros Intermédios	26
Empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços	215
Operários	206
Assalariados e trabalhadores agrícolas	8
Outros	26

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

A taxa de actividade é de 45,1%, trabalhando a grande maioria da população como empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços e operários. Assume especial relevo o número de pequenos patrões e trabalhadores independentes (83) e de empresários, dirigentes e quadros intelectuais (42), referenciados na freguesia o que reflecte o dinamismo empreendedor existente.

Com uma população envelhecida, as pensões e apoios sociais, constituem o principal meio de vida para 38,5% da população.

Tabela 29 – Caracterização institucional da freguesia de S. Bento do Mato

Natureza das instituições	Nº de instituições existentes
Equipamentos e Serviços	37
Actividade Industrial	25
Actividade Agrícola	2
Saúde e Segurança Social	5
Actividade Desportiva	3
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	7
Transportes e Comunicações	-
Educação	4
Total	83

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de S. Bento do Mato; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jazaruja>, (2008)

Institucionalmente, a freguesia de S. Bento do Mato apresenta uma apreciável quantidade de entidades (cf. Tabela 29 e Anexo 2), sendo bastante diversificadas as respectivas áreas de actividade. Conta também com infra-

estruturas comerciais, fábricas, oficinas, banco, posto de correios, Junta de Freguesia, posto médico, consultórios particulares e uma farmácia.

Existem várias entidades de apoio à população, destacando-se o apoio à terceira idade, às crianças e aos jovens. A oferta de recursos disponibilizados pelas diversas associações e grupos são uma mais-valia para manter vivas as tradições da terra e manter ocupados os jovens. A dinâmica sócio-cultural tem vindo a decair nos últimos anos, no entanto, denota-se uma certa vontade, por parte da população mais jovem, de preservar as tradições da vila.

A Escola de Música e a Banda do Grupo União e Recreio Azarujense são um dos pilares da identidade cultural da freguesia.

4.3 - Freguesia de Bacelo

A freguesia de Bacelo situa-se na zona de transição e apresenta características comuns às freguesias suburbanas das grandes cidades. A freguesia foi criada pelo Decreto-Lei nº 26/97, de 12 de Julho, tendo o seu território sido desmembrado da antiga freguesia da Sé.

4.3.1 - Análise Demográfica

A freguesia tem uma área de 10,15 km² e 8297 habitantes, organizados em 2552 famílias, possui uma densidade populacional de 817hab/km².

Esta freguesia é fundamentalmente habitada por pessoas que trabalham noutra zona da cidade, apresentando características de “dormitório”. A freguesia assiste a um êxodo dos seus habitantes de manhã (8/9 horas) com um regresso em massa ao final do dia (18/19 horas).

Tabela 30 - Evolução da população residente na freguesia de Bacelo, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo em 1991 e 2001

Ano	1970	1981	1991	2001	Varição 1991/2001
População residente			5849	8297	30%
Índice de envelhecimento				51,7	
Índice de dependência				38,4	
Taxa de analfabetismo			8,5%	6%	

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991 e 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora, adaptado)

Tabela 31 - Projecção da população residente na freguesia de Bacelo para 2006, 2011 e 2016

Grupos Etários	POP. 2001	ESTIMATIVAS POPULAÇÃO		
		2006	2011	2016
0-4 anos	485	462	528	525
5-9 anos	475	485	527	561
10-14 anos	454	475	542	555
15-19 anos	561	454	568	589
20-24 anos	628	560	584	632
25-29 anos	573	626	677	642
30-34 anos	675	571	698	711
35-39 anos	740	672	618	721
40-44 anos	694	736	707	634
45-49 anos	608	688	763	718
50-54 anos	471	599	702	766
55-59 anos	314	460	604	699
60-64 anos	289	304	454	594
65-69 anos	247	274	294	441
70-74 anos	175	225	255	278
75 e anos	237	289	279	384
TOTAL	8267	8551	9471	10211

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001
(in Carta Educativa do concelho de Évora)

De 1991 a 2001, esta freguesia registou um aumento de 30% da população residente e, de acordo com as estimativas apontadas, o número de residentes tem tendência a aumentar. Com a recente revisão do Plano Director Municipal, está previsto para a zona da freguesia um elevado volume de construção habitacional, prevendo-se a fixação na zona de muitos casais jovens.

O índice de envelhecimento é o mais baixo de todas as freguesias do concelho (51,7%), assim como o índice de dependência (38,4%). A taxa de analfabetismo regrediu cerca de 2,5% na última década, sendo a mais baixa do concelho. Cerca de 49% dos residentes possuem a escolaridade básica obrigatória, ou qualificação acima.

4.3.2 - Análise Sócio – Económica e Institucional

A actividade económica na freguesia tem bastante dinamismo e capacidade de iniciativa, em especial na área do comércio e serviços dotando a zona duma oferta bastante significativa.

Tabela 32 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de Bacelo, em 2001

População Residente	8297	
População com 15 ou mais anos	N.A.	6781 (100%)
	%	81,7%
Principal meio de vida	Trabalho	62,9%
	Rendimento de Propriedades	0,4%
	Pensões e apoios sociais	18,3%
	A cargo da família	16,9%
	Outros casos	1,5%

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

Tabela 33 – Principais grupos económicos, na freguesia de Bacelo, em 2001

População Residente	8297
População com actividade económica	4518
Empresários, dirigentes e quadros intelectuais	632
Pequenos patrões e trabalhadores independentes	516
Quadros Intermédios	479
Empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços	1730
Operários	1022
Assalariados e trabalhadores agrícolas	35
Outros	104

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

No que diz respeito ao principal meio de vida, 62,9% da população depende do trabalho e 18,3% depende de pensões e apoios sociais.

A taxa de actividade é a segunda maior do concelho (54,5%), trabalhando a grande maioria da população como empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços e operários. Assume também especial relevo o número de pequenos patrões e trabalhadores independentes (516), de empresários, dirigentes e quadros intelectuais (632) e quadros intermédios (479), referenciados na freguesia e que reflecte o dinamismo económico existente na freguesia.

Tabela 34 – Caracterização institucional da freguesia de Bacelo

Natureza das instituições	Nº de instituições existentes
Equipamentos e Serviços	157
Actividade Industrial	33
Actividade Agrícola	2
Saúde e Segurança Social	14
Actividade Desportiva	5
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	9
Transportes e Comunicações	-
Educação	11
Total	231

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Bacelo; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfbacelo>, (2008)

Institucionalmente a freguesia de Bacelo apresenta uma apreciável quantidade de entidades, sendo bastante diversificadas as respectivas áreas de actividade (cf. Tabela 34 e Anexo 3). A freguesia tem uma vivência muito rica, que se deve sobretudo à acção desenvolvida por muitos agentes sociais, culturais, educativos e desportivos, que promovem regularmente actividades que vão de encontro às necessidades da população. Existe uma grande proliferação de espaços comerciais, cafés e restaurantes, oficinas, prestação de serviços e de estruturas de apoio social que contribuem para um constante dinamismo da freguesia.

4.4 - Freguesia de Canaviais

A freguesia de Canaviais é uma freguesia urbana, que se situa na zona de transição e dista da sede de concelho 4Km. As suas origens remontam ao início do século XX, quando começaram a surgir as primeiras quintas derivadas da fixação de reideiros no local, na altura conhecido por Quinta do Canavial de Fora e Quinta do Canavial de Dentro. Em 1927, foi criada a Sociedade Operária de

Instrução e Recreio do Povo (actual Casa do Povo), tendo sido a primeira agremiação local dos seus habitantes.

A freguesia foi criada por Decreto da Assembleia da República em 4 de Outubro de 1985. A freguesia pode dividir-se em duas partes: uma mais urbanizada e outra formada por pequenas quintas.

4.4.1– Análise Demográfica

A freguesia tem uma área de 14,43 km² e 3000 habitantes, organizados em 1027 famílias e possui uma densidade populacional de 208hab/km².

Existe um forte peso da população jovem, tendo-se registado um aumento populacional de cerca de 1050 habitantes entre 1991 e 2001. Durante o mesmo período de tempo, quase duplicou o número de famílias residentes.

A maioria dos seus habitantes desloca-se para Évora onde trabalha essencialmente na área dos serviços; outra parte dedica-se ao pequeno comércio e pequenas empresas.

Tabela 35 - Evolução da população residente na freguesia de Canaviais, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo em 1991 e 2001

Ano	1970	1981	1991	2001	Varição 1991/2001
População residente			1958	3000	35%
Índice de envelhecimento				80,6	
Índice de dependência				50,3	
Taxa de analfabetismo			18,2%	11,1%	

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991 e 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora, adaptado)

Tabela 36 - Projecção da população residente na freguesia de Canaviais para 2006, 2011 e 2016

Grupos Etários	POP.	ESTIMATIVAS POPULAÇÃO		
	2001	2006	2011	2016
0-4 anos	201	155	188	198
5-9 anos	189	201	182	202
10-14 anos	166	189	224	194
15-19 anos	175	166	228	243
20-24 anos	227	175	221	255
25-29 anos	254	226	225	246
30-34 anos	259	253	256	239
35-39 anos	235	258	272	265
40-44 anos	211	234	272	279
45-49 anos	193	209	246	276
50-54 anos	153	190	216	248
55-59 anos	133	150	194	216
60-64 anos	156	128	149	191
65-69 anos	139	147	125	145
70-74 anos	136	127	136	119
75 e anos	173	216	177	220
TOTAL	3000	3024	3311	3536

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001
(in Carta Educativa do concelho de Évora)

De 1991 a 2001, esta freguesia registou um aumento de 35% da população residente e, de acordo com as estimativas apontadas, esse número tem tendência a aumentar. Este crescimento populacional tem a ver com o custo da habitação, a saída do centro da cidade, a proximidade à área urbana e a procura nesta zona de pequenas e médias quintas.

O índice de envelhecimento é dos mais baixos do concelho (80,6%), assim como o índice de dependência (50,3%). A taxa de analfabetismo (11,1%), regrediu cerca de 7% na última década, sendo a mais alta da zona de transição e cidade extra-muros. Cerca de 51% dos residentes possui o 2º ciclo do ensino básico ou qualificação superior a esta.

4.4.2- Análise Sócio – Económica e Institucional

A actividade económica na freguesia assenta sobretudo nos serviços às empresas e no comércio de produtos essenciais, nomeadamente restauração, bebidas, alimentação e vestuário, destinados a satisfazer algumas necessidades do quotidiano da população local.

Tabela 37 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de Canaviais, em 2001

População Residente	3000	
População com 15 ou mais anos	N.A.	2444 (100%)
	%	81,5%
Principal meio de vida	Trabalho	60,1%
	Rendimento de Propriedades	0,5%
	Pensões e apoios sociais	25,8%
	A cargo da família	12,7%
	Outros casos	0,9%

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

No que diz respeito ao principal meio de vida, 60,1% da população depende do trabalho e 25,8% depende de pensões e apoios sociais.

Tabela 38 – Principais grupos económicos, na freguesia de Canaviais, em 2001

População Residente	3000
População com actividade económica	1550
Empresários, dirigentes e quadros intelectuais	225
Pequenos patrões e trabalhadores independentes	191
Quadros Intermédios	142
Empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços	579
Operários	349
Assalariados e trabalhadores agrícolas	25
Outros	39

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

Com uma taxa de actividade de 51,7%, a grande maioria das pessoas trabalha como empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços (579) e operários (349). Assume também especial relevo o número de empresários, dirigentes e quadros intelectuais (225), pequenos patrões e trabalhadores independentes (191) e quadros intermédios (142), referenciados na freguesia.

Tabela 39 – Caracterização institucional da freguesia de Canaviais

Natureza das instituições	Nº de instituições existentes
Equipamentos e Serviços	52
Actividade Industrial	23
Actividade Agrícola	3
Saúde e Segurança Social	7
Actividade Desportiva	2
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	3
Transportes e Comunicações	3
Educação	10
Total	103

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Canaviais; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfcanaviais>, (2008)

Institucionalmente, a freguesia de Canaviais apresenta uma apreciável quantidade de entidades, (cf. Tabela 39 e Anexo 4), sendo bastante diversificadas as respectivas áreas de actividade. A panificação, a carpintaria, indústria de lacticínios, a reparação automóvel e distribuição de produtos, são actividades desenvolvidas na freguesia. Existem várias entidades que prestam apoio à população, destacando-se o apoio à terceira idade, às crianças e aos jovens.

4.5 - Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor

Nossa Senhora Graça do Divor é uma aldeia rural e sede de freguesia, que dista 12km de Évora. Existem numerosos vestígios do megalitismo e do período da romanização, que demonstram o intenso povoamento nesta altura. A freguesia já existia no século XVI, de acordo com os registos da época e o facto de estar perto de Évora, conferia-lhe importância estratégica. Em 1750, tinha 59 fogos e estavam-lhe agregadas as actuais freguesias de S. Sebastião da Giesteira, Boa-Fé, Guadalupe, S. Brás de Regedouro, S. Matias, e Nossa Senhora da Tourega. Em 1926, todas as estas freguesias foram desmembradas de Nossa Senhora da Graça de Divor, à excepção de S. Matias que aí se manteve até 1985.

Na freguesia destaca-se um conjunto de edifícios monumentais e de grande valor arquitectónico nomeadamente o Solar da Sempre Noiva, o Morgado da Oliveira, a Fonte do Pomar e a Igreja Paroquial.

4.5.1 – Análise Demográfica

A freguesia tem uma área de 85 km² e 473 habitantes, possui uma densidade populacional de 5,5hab/km².

A população está envelhecida e com tendência para manter o número de residentes em consequência de um saldo migratório positivo, devido à disponibilidade de terrenos para construção, à sua proximidade e facilidade de acesso a Évora. O número de famílias permanece estável.

Tabela 40 - Evolução da população residente na freguesia de Graça de Divor, taxa de variação 1991 – 2001, índices de envelhecimento e de dependência, em 2001 e taxa de analfabetismo, em 1991 e 2001

Ano	1970	1981	1991	2001	Varição 1991/2001
População residente	1300	1034	434	473	9%
Índice de envelhecimento			142,3		
Índice de dependência			57,1		
Taxa de analfabetismo			29%	18,2%	

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991 e 2001
(in Carta Educativa do concelho de Évora, adaptado)

Tabela 41 - Projecção da população residente na freguesia de Graça de Divor para 2006, 2011 e 2016

Grupos Etários	POP. 2001	ESTIMATIVAS POPULAÇÃO		
		2006	2011	2016
0-4 anos	23	22	29	29
5-9 anos	21	23	27	31
10-14 anos	27	21	27	29
15-19 anos	28	27	28	31
20-24 anos	40	28	37	33
25-29 anos	26	40	37	42
30-34 anos	32	26	46	40
35-39 anos	40	32	29	48
40-44 anos	23	40	35	31
45-49 anos	30	23	42	37
50-54 anos	25	30	25	42
55-59 anos	18	25	31	25
60-64 anos	39	18	24	30
65-69 anos	29	37	17	23
70-74 anos	26	26	34	16
75 e anos	46	50	35	50
TOTAL	473	468	503	537

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001
(in Carta Educativa do concelho de Évora)

Entre 1970 e 1991, a freguesia perdeu 866 residentes. Este facto está relacionado com a entrega das terras aos antigos proprietários e a desactivação da linha de caminho de ferro, dando origem a um êxodo rural.

Em 2001, contrariando a tendência de descida de população em toda a área rural, esta freguesia apresenta um ligeiro aumento de residentes, resultante de um saldo migratório positivo (cerca de 40 habitantes), e de acordo com as estimativas esta tendência é para manter. O índice de envelhecimento, o mais baixo da zona rural (142,3) é relativamente alto, com ligeira tendência para subir. A taxa de analfabetismo, apesar de ter regredido cerca de 11% na última década, é muito alta e está directamente relacionada com o índice de envelhecimento. O nível de qualificações da população é relativamente baixo, sendo no entanto a freguesia da zona rural com mais qualificações a nível do ensino secundário e superior.

4.5.2 - Análise Sócio – Económica e Institucional

A actividade económica na freguesia é pouco significativa, assentando sobretudo na pequena indústria familiar e no pequeno comércio, empregando os equipamentos locais, pessoas da terra.

Tabela 42 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de Graça de Divor, em 2001

População Residente	473	
População com 15 ou mais anos	N.A.	402 (100%)
	%	85%
Principal meio de vida	Trabalho	58,7%
	Rendimento de Propriedades	0,2%
	Pensões e apoios sociais	28,9%
	A cargo da família	11,9%
	Outros casos	0,2%

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

A taxa de actividade é de 58,7%, trabalhando a grande maioria da população em Évora, como operários e empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços.

Tabela 43 – Principais grupos económicos, na freguesia de Graça de Divor, em 2001

População Residente	473
População com actividade económica	246
Empresários, dirigentes e quadros intelectuais	30
Pequenos patrões e trabalhadores independentes	14
Quadros Intermédios	15
Empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços	79
Operários	83
Assalariados e trabalhadores agrícolas	11
Outros	14

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

A actividade agrícola é pouco frequente, apesar de ainda existirem algumas pessoas que se dedicam ao cultivo da terra e à criação de gado.

Com uma população envelhecida, as pensões e apoios sociais, constituem o principal meio de vida para 28,9% da população.

Tabela 44 – Caracterização institucional da freguesia de Graça de Divor

Natureza das instituições	Nº de instituições existentes
Equipamentos e Serviços	8
Actividade Industrial	3
Actividade Agrícola	1
Saúde e Segurança Social	4
Actividade Desportiva	1
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	3
Transportes e Comunicações	-
Educação	2
Total	22

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Graça de Divor; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jgracadivor>, (2008)

Institucionalmente, a freguesia de Graça de Divor apresenta uma fraca quantidade de entidades (cf. Tabela 44 e Anexo 5). Esta freguesia dispõe de equipamentos de carácter social, de campo de jogos, atelier de artes plásticas, um centro de dia, uma associação juvenil e um centro de saúde, contribuindo assim para o desenvolvimento social e humano da comunidade.

4.6 - Freguesia de Nossa Senhora de Machede

Nossa Senhora de Machede é uma aldeia e sede de freguesia, que dista 15km de Évora.

Machede é a alatinação do termo árabe «madchas», que significa Terra do Senhor ou Lugar Santo. Aglomerado rural desde tempos remotos, levando Pinho Leal a atribuir a data da fundação da paróquia ao ano de 672.

No início da nacionalidade, esta povoação era administrada pela igreja Eborense e a sua área englobava também as actuais freguesias de S. Miguel de Machede e de S. Bento do Mato, aí se mantendo até meados do século XVI.

Desta freguesia faz parte o lugar de S. Vicente de Valongo, outrora sede de freguesia.

4.6.1 – Análise Demográfica

A freguesia tem uma área de 185 km² e 1180 habitantes, possui uma densidade populacional de 6,4hab/km².

A população está envelhecida e em fase de regressão, mantendo-se o número de famílias estável, apesar da diminuição de pessoas por agregado familiar.

Tabela 45 - Evolução da população residente na freguesia de Nossa Senhora de Machede, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo em 1991 e 2001

Ano	1970	1981	1991	2001	Varição 1991/2001
População residente	1515	1473	1283	1180	- 8%
Índice de envelhecimento				181,6	
Índice de dependência				63,7	
Taxa de analfabetismo			26,2%	18,1%	

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991 e 2001 (in Carta Educativa do concelho de Évora, adaptado)

Tabela 46 - Projecção da população residente na freguesia de Nossa Senhora de Machede para 2006, 2011 e 2016

Grupos Etários	POP. 2001	ESTIMATIVAS POPULAÇÃO		
		2006	2011	2016
0-4 anos	41	51	50	45
5-9 anos	48	41	51	50
10-14 anos	74	48	41	51
15-19 anos	74	74	48	41
20-24 anos	55	74	74	48
25-29 anos	71	55	74	74
30-34 anos	92	71	55	74
35-39 anos	92	82	71	55
40-44 anos	70	82	82	71
45-49 anos	62	70	81	82
50-54 anos	72	61	69	80
55-59 anos	64	70	60	68
60-64 anos	89	62	67	58
65-69 anos	91	84	59	64
70-74 anos	84	83	76	56
75 e anos	121	142	112	131
TOTAL	1180	1150	1070	1048

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001
(in Carta Educativa do concelho de Évora)

Desde 1970, a freguesia tem vindo a perder aproximadamente 100 habitantes por década, sendo das freguesias do concelho onde se registou uma maior diminuição de residentes, neste período de tempo. De acordo com as estimativas, esta tendência é para manter. O índice de envelhecimento (186,1%) é alto, com tendência para subir. A taxa de analfabetismo, apesar de ter regredido cerca de 8% na última década, é muito alta e está directamente relacionada com o índice de envelhecimento. O nível de qualificações da população é baixo.

4.6.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional

A actividade económica na freguesia é pouco significativa, assentando sobretudo na pequena indústria familiar e no pequeno comércio e serviços, empregando os equipamentos locais e pessoas da terra.

Tabela 47 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de Nossa Senhora de Machede, em 2001

População Residente	1180	
População com 15 ou mais anos	N.A.	1017 (100%)
	%	86,2%
Principal meio de vida	Trabalho	49,2%
	Rendimento de Propriedades	0,2%
	Pensões e apoios sociais	38,8%
	A cargo da família	10,2%
	Outros casos	1,6%

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

Tabela 48 – Principais grupos económicos, na freguesia de Nossa Senhora de Machede, em 2001

População Residente	1180
População com actividade económica	521
Empresários, dirigentes e quadros intelectuais	28
Pequenos patrões e trabalhadores independentes	54
Quadros Intermedios	18
Empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços	181
Operários	169
Assalariados e trabalhadores agrícolas	31
Outros	40

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

A actividade comercial está pouco desenvolvida. Há duas pequenas fábricas, ambas do tipo familiar, uma que se dedica ao tratamento de peles, confecção de vestuário e acessórios em pele, e outra ao fabrico do queijo.

A taxa de actividade é de 49,2%, trabalhando a grande maioria da população em Évora, como empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços e operários.

A actividade agrícola é pouco frequente, apesar de ainda existirem algumas pessoas que se dedicam ao cultivo da terra e à criação de gado.

Com uma população envelhecida, as pensões e apoios sociais, constituem o principal meio de vida para 38,8% da população.

Tabela 49 – Caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora de Machede

Natureza das instituições	Nº de instituições existentes
Equipamentos e Serviços	17
Actividade Industrial	13
Actividade Agrícola	3
Saúde e Segurança Social	5
Actividade Desportiva	2
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	5
Transportes e Comunicações	-
Educação	3
Total	48

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfnsmachede>, (2008)

Institucionalmente, a freguesia de Nossa Senhora de Machede apresenta uma apreciável quantidade de entidades (cf. Tabela 49 e Anexo 6), sendo bastante diversificadas as respectivas áreas de actividade. Existem várias entidades de apoio à população, destacando-se o apoio à terceira idade, às crianças e aos jovens. A oferta de recursos disponibilizados pelas diversas associações e grupos são uma mais-valia para manter vivas as tradições da terra e manter ocupados os jovens.

A Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede, recebendo os contributos da Escola de Música, é um dos pilares da identidade cultural da freguesia e assume-se como embaixadora dentro e fora do concelho.

4.7 - Freguesia de S. Miguel de Machede

S. Miguel de Machede é uma vila rural, e sede de freguesia, que dista 17km de Évora.

A história de S. Miguel de Machede remonta ao tempo em que os romanos dominavam na Península Ibérica, encontrando-se vestígios dessa presença na herdade da Morgada e lugar de Courelas da Toura. Até ao ano de 1200, aproximadamente, a população de S. Miguel fez parte da freguesia de Nossa Senhora de Machede, Em 1534, aparece já o seu nome, a partir da criação do registo paroquial da freguesia, pelo então Bispo de Évora. Em 1923, a sede de freguesia foi elevada à categoria de vila. Fazem parte da freguesia, os lugares de

Courelas da Toura, Courelas das Mascarenhas, Foros do Queimado e Foros das Pombas.

4.7.1 – Análise Demográfica

A freguesia tem uma área de 81 km² e 983 habitantes e possui uma densidade populacional de 12,1 hab/km².

A população está bastante envelhecida e em fase de regressão, mantendo-se o número de famílias estável. Assiste-se a um êxodo dos jovens, para a sede do concelho, estando neste momento a decorrer alguns projectos para os ajudar a permanecer na freguesia.

Tabela 50 - Evolução da população residente na freguesia de S. Miguel de Machede, taxa de variação 1991 - 2001, índices de envelhecimento e de dependência em 2001 e taxa de analfabetismo em 1991 e 2001

Ano	1970	1981	1991	2001	Varição 1991/2001
População residente	1285	1157	1050	983	- 7,1%
Índice de envelhecimento				224,4	
Índice de dependência				76,2	
Taxa de analfabetismo			23,9	21,1	

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 1970, 1981, 1991 e 2001
(in Carta Educativa do concelho de Évora, adaptado)

Tabela 51 - Projecção da população residente na freguesia de S. Miguel de Machede para 2006, 2011 e 2016

Grupos Etários	POP.	ESTIMATIVAS POPULAÇÃO		
	2001	2006	2011	2016
0-4 anos	42	42	40	37
5-9 anos	37	42	42	40
10-14 anos	52	37	42	42
15-19 anos	54	52	37	42
20-24 anos	71	54	52	37
25-29 anos	51	71	54	52
30-34 anos	59	51	71	54
35-39 anos	66	59	51	71
40-44 anos	61	66	59	51
45-49 anos	52	61	66	59
50-54 anos	47	51	60	65
55-59 anos	40	46	50	59
60-64 anos	57	39	44	49
65-69 anos	81	54	36	42
70-74 anos	90	74	49	33
75 e anos	120	148	108	104
TOTAL	983	947	861	837

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001
(in Carta Educativa do concelho de Évora)

Desde 1970, a freguesia tem vindo a perder cerca de 100 habitantes por década e, de acordo com as estimativas, essa tendência é para manter. O índice de envelhecimento (224,4%) é bastante alto, com tendência para subir. A taxa de analfabetismo, apesar de ter regredido cerca de 3% na última década, é muito alta e está directamente relacionada com o índice de envelhecimento. O nível de qualificações da população é baixo.

4.7.2 – Análise Sócio – Económica e Institucional

A actividade económica na freguesia é pouco significativa, sendo o tecido empresarial praticamente inexistente.

O pouco comércio e indústria existentes na freguesia resumem-se a pequenas unidades de exploração familiar.

Tabela 52 – População com 15 ou mais anos, segundo o principal meio de vida na freguesia de S. Miguel de Machede, em 2001

População Residente	983	
População com 15 ou mais anos	N.A.	852 (100%)
	%	86,7%
Principal meio de vida	Trabalho	46,9%
	Rendimento de Propriedades	0,1%
	Pensões e apoios sociais	41,8%
	A cargo da família	10,6%
	Outros casos	0,6%

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

Tabela 53 – Principais grupos económicos, na freguesia de S. Miguel de Machede, em 2001

População Residente	983
População com actividade económica	424
Empresários, dirigentes e quadros intelectuais	20
Pequenos patrões e trabalhadores independentes	38
Quadros Intermédios	20
Empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços	174
Operários	130
Assalariados e trabalhadores agrícolas	25
Outros	17

Fonte: I.N.E. – Recenseamento Geral da População 2001 (adaptado)

A taxa de actividade é de 46,9%, trabalhando a grande maioria da população em Évora, como empregados e trabalhadores administrativos, do comércio e serviços e operários. A agricultura, que outrora ocupou a grande maioria da população, ocupa hoje uma percentagem da população meramente residual, tendo já esse valor sido ultrapassado pelo dos pequenos patrões e trabalhadores independentes. Com uma população bastante envelhecida, as pensões e apoios sociais, constituem o principal meio de vida para 41,8% da população.

Tabela 54 – Caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora de Machede

Natureza das instituições	Nº de instituições existentes
Equipamentos e Serviços	16
Actividade Industrial	8
Actividade Agrícola	5
Saúde e Segurança Social	6
Actividade Desportiva	3
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	6
Transportes e Comunicações	-
Educação	6
Total	50

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfnsmiguelmachede>, (2008)

Institucionalmente, a freguesia de S. Miguel de Machede apresenta uma apreciável quantidade e abrangência de entidades (cf. Tabela 54 e Anexo 7). Nesta freguesia, existem várias entidades de apoio à população, destacando-se o apoio à terceira idade e às crianças e ainda uma Associação para o Desenvolvimento Comunitário - “Suão”. Esta associação tem por objectivo a promoção do desenvolvimento comunitário integrado e sustentado no âmbito da educação, cultura, saúde, economia, desporto, lazer, logística e solidariedade. Pretende-se, desta forma, que a população micaelense tenha as mesmas oportunidades de ser feliz que outros cidadãos, iguais em direitos, mas bastante mais favorecidos em termos de oportunidades. A Suão tem ainda como premissa a preservação do património humano, perante os apelos constantes da sede do concelho, através da criação de bem-estar para as pessoas aí residentes.

Assume também um papel de relevo na freguesia a Escola de Música que tem tido um contributo benéfico para a Banda Filarmónica «24 de Junho» da Casa

do Povo, porque é dela que vão saindo novos músicos. A Banda conta já com 27 anos de actividade e já actuou um pouco por todo o país, divulgando a música e o nome da terra.

Parte II – A Investigação

Capítulo 5 – Metodologia e Técnicas Utilizadas

5.1 – Metodologia do Trabalho de Campo

Após termos analisado e caracterizado o Agrupamento nos seus quadrantes pedagógicos e organizacionais e o território educativo em que se insere, nos seus aspectos demográficos, sociais, económicos e institucionais, iremos, nesta segunda parte, apresentar o resultado de um processo de investigação empírica localizado no território educativo de que faz parte o AE4E.

O presente capítulo visa explicitar os passos que nos acompanharam ao longo do trabalho empírico. Esse trabalho era importante para iluminar o caminho do nosso estudo, para nos esclarecer sobre as dúvidas, as opções de actuação, o estado actual das instituições na área geográfica do AE4E e aferir das aprendizagens aí realizadas, da sua oferta educativa e disponibilidade para trabalhar em conjunto com este Agrupamento.

Para C. Azevedo & A. Azevedo (2004:17), o conhecimento científico “*é apresentado como um conhecimento baseado em factos reais, que se podem constituir em problemas de investigação, é verificável por processos experimentais e organizado sistematicamente em corpos lógicos que formam as teorias*”, pelo que a aplicação de metodologia científica é uma das suas principais características do conhecimento científico. Nestas circunstâncias, a metodologia a adoptar numa investigação é sempre uma tarefa difícil para quem inicia um trabalho desta envergadura, já que tem de se adaptar à natureza do estudo, procurar métodos, estratégias e instrumentos que permitam alcançar os fins desejados.

Como referem (Anderson & Burns, 1989, cit. Neto, 1998: 259) a «*metodologia está relacionada com a forma de obtenção e recolha de dados e com o modo como deles se derivam significados*», ou seja, a maneira como se pesquisam os dados e o modo de pensar sobre esses mesmos dados.

A metodologia a seguir será tendencialmente qualitativa, cada vez mais referenciada em Ciências Sociais. Como referem Huberman & Miles (1991: 22), “*les données qualitatives sont séduisantes. Elles permettent des descriptions et explications riches e solidement fondées de processus ancrés dans un contexte local. Avec les données qualitatives, on peut respecter la dimension temporelle, évaluer la causalité locale et formuler des explications féconds*”. Esta escolha tem ainda em vista a adequação do tema aos objectivos do trabalho, facto esse

determinante para optar também por uma metodologia quantitativa, acabando estes dois paradigmas por se complementarem.

Para Bogdan & Biklen, (1994: 16), utiliza-se a expressão investigação qualitativa *“como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características. Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”*.

De acordo com Bell (2004: 20), *“classificar uma pesquisa como quantitativa, qualitativa ou etnográfica, como inquérito ou investigação – acção, etc, não significa que o investigador uma vez escolhido um determinado tipo de abordagem, não possa mudar os métodos normalmente associados a esse estilo”*. Ainda segundo a mesma autora, *“a abordagem adoptada e os métodos de recolha de informação seleccionados dependerão da natureza do estudo e do tipo de informação que se pretenda obter”*.

O paradigma qualitativo apresenta cinco características principais de acordo com (Bogdan & Biklen, 1994, cit. Tuckmam, 2002: 507):

1. *“A situação natural constitui a fonte de dados, sendo o investigador o instrumento chave da recolha de dados”*. Os investigadores que optam pela abordagem qualitativa entendem que o comportamento humano e as acções são significativamente influenciados pelo contexto em que ocorrem, daí o deslocarem-se ao local de estudo, para que melhor compreender. Esta posição também é sustentada por (Wilson, 1977, cit. Tuckmam, 2002: 508), *“os acontecimentos devem estudar-se em situações naturais, ou seja, integrados no terreno”*. Neste modelo de investigação, a compreensão é a dimensão e o objectivo fundamental.

2. *“A sua primeira preocupação é descrever e só secundariamente analisar os dados”*, porque este tipo de investigação é descritiva. Os investigadores tentam analisar os dados, respeitando ao máximo a forma como foram captados no seu contexto. A interpretação descritiva situa-se no paradigma interpretativo, no qual *«a realidade psico-educativa é como mais dinâmica, fenomenológica, associada à história individual e aos contextos»* (Almeida & Freire, 2003: 27). Nesta perspectiva, um estudo não pode ser realizado sem recorrer à perspectiva dos sujeitos, o que pensam, fazem e sentem, que significados atribuem à realidade.

3. *“A questão fundamental é todo o processo, ou seja, o que aconteceu, bem como o produto e o resultado final”*, uma vez que tudo tem potencial para constituir uma pista que permita uma melhor compreensão e esclarecimento da situação em estudo: história natural da actividade, expectativas, procedimentos e processos de interacções diárias.

4. *“Os dados são analisados indutivamente, como se reunissem em conjunto, todas as partes de um puzzle”*, em que à medida que se recolhem e examinam as partes, o quadro vai ganhando forma e assim se procede à elaboração de uma teoria sólida sobre o objecto em estudo.

5. *“Diz respeito essencialmente ao significado das coisas, ou seja, ao porquê e ao quê”*, uma vez que os investigadores qualitativos estão interessados no modo como as pessoas dão significado às suas vidas. De acordo com (Psathas, 1973, cit. Bogdan & Biklen, 1994:51), *“ os investigadores qualitativos em educação estão continuamente a questionar os sujeitos de investigação, com o objectivo de perceber aquilo que eles experimentam, o modo como eles interpretam as suas experiências e o modo como eles próprios estruturam o mundo social em que vivem”*. Este tipo de investigação pressupõe que o diálogo entre investigador e sujeito não se processe de forma neutra, que a relação sujeito/objecto é de interacção porque, *“ os acontecimentos só podem compreender-se se compreendermos a percepção e a interpretação feita pelas pessoas que neles participam”*, (Wilson, 1977, cit. Tuckman, 2002: 508).

As limitações à investigação qualitativa são várias e devem ser tidas em conta nesta reflexão: é demorada; a síntese dos dados é difícil; os procedimentos não são standartizados; há dificuldade em estudar populações de grandes dimensões e a proximidade entre o investigador e o sujeito pode provocar o *“efeito de observador”*, sendo que geralmente todas as investigações são afligidas por este problema, *“ ... por exemplo, os inquiridos que pretendem obter as opiniões das pessoas. O facto de pedir às pessoas que se sentem e que preenchem um questionário modifica o seu comportamento”*, (Bogdan & Biklen, 1994: 68).

Em relação às potencialidades da investigação qualitativa, atendendo às técnicas utilizadas, permite-nos gerar boas hipóteses de investigação.

As limitações à investigação quantitativa são várias, como por exemplo: o controlo das variáveis, a reificação, a intrusão e a validade. Quanto à investigação

quantitativa, permite-nos estudar populações de grandes dimensões e, tendo em atenção os instrumentos utilizados, permite uma maior facilidade na síntese dos dados.

Trabalhar com os dois tipos de metodologia parece-nos ser o caminho adequado a seguir na nossa investigação, opinião corroborada por Favinha (2006) quando refere *“Foi com base na opção que tomámos pela harmonia e complementaridade, em detrimento da ruptura e do antagonismo, (...) porque este espírito se enquadra, pensamos nós, na actual actividade e postura da própria comunidade científica”* (p. 262). Segundo a mesma autora, a dicotomia entre métodos quantitativos e qualitativos deixa assim de fazer sentido e hoje procuram-se sinergias onde antes se procuravam rupturas num continuum entre quantitativo e qualitativo, pelo que *“a atitude mais correcta para melhorar a investigação educacional será tirar partido da complementaridade, da cooperação e do diálogo entre ambas as orientações metodológicas”* (idem, p. 274).

Esta opinião também é defendida por Pires (2007) quando refere, *“tomando em consideração as particularidades da investigação descritiva que nos propusemos realizar, assim como os objectivos subjacentes à mesma, optámos por uma abordagem recorrendo à utilização de procedimentos quantitativos e qualitativos”* (p. 123), no que concerne à recolha e ao tratamento dos dados, a investigação privilegiou a utilização simultânea de métodos quantitativos e de métodos qualitativos. Nesta linha de investigação e, atendendo aos objectivos do trabalho cujo produto se pretendia que tivesse uma natureza descritiva e interpretativa, refere Calhau (2006), *“optámos por uma metodologia integrada em que as abordagens qualitativas e quantitativas se apresentam como complementares uma da outra”* (p. 65).

Neste sentido, exemplificamos na Tabela que se segue a dimensão, instrumentos e técnicas utilizadas na nossa investigação.

Tabela 55 - Dimensão, instrumentos e técnicas utilizadas na investigação

Dimensão	Dimensão Qualitativa	Dimensão Quantativa
Instrumentos	Análise documental Observação	Questionário das Aprendizager QAI (I e II)
Técnicas	Análise de conteúdo	SPSS

5.2 – Estudo de Caso

«Não é por acaso que a maioria dos investigadores escolhe, para seu primeiro projecto, um estudo de caso», (Bogdan & Biklen, 1994:89).

O nosso trabalho será um estudo de caso, que pretende compreender problemas específicos em profundidade, um fenómeno em particular e o seu contexto. O estudo de caso é definido como uma abordagem empírica que *“investiga um fenómeno actual no seu contexto real; quando os limites e entre determinados fenómenos e o seu contexto não são claramente evidentes; e no qual, são utilizadas muitas fontes de dados”* (Yin, 1988, cit Hermano & Ferreira, 1998: 216).

O estudo de caso que adoptámos será conduzido por várias perspectivas: qualitativas e quantitativas: *“Bien qu`elle soit souvent de nature qualitative, dans la collecte et le traitement des donnés, elle peut aussi se centrer sur l`examen de certaines propriétés spécifiques, et de leurs variations, et recourir à des méthodes quantitatives”* (Bruyn, 1991: 212). Além do mais, e segundo Bassegy (1981, cit. Bell, 2004: 23), este método tem o mérito de *“considerar até que ponto os pormenores são suficientes e apropriados para um professor que trabalhe numa situação semelhante, de forma a poder relacionar a sua tomada de posição com a descrita no estudo”*.

O estudo de caso apresenta como vantagens, o contacto directo com a realidade, a possibilidade de constituir a base para uma tomada de decisões, impulsionando assim a acção, no nosso caso a promoção de parcerias entre as instituições, diversificação da oferta formativa, melhoria na qualidade de ensino no AE4E. Esta situação posiciona-se, a nosso ver, no seguinte enquadramento *“o método de estudo de caso particular é especialmente indicado para investigadores isolados, dado que proporciona oportunidade para estudar, de uma forma mais ou menos aprofundada, um determinado aspecto de um problema em pouco tempo-embora alguns estudos sejam desenvolvidos durante um período longo”*, (Bell, 2004: 23).

A posição que ocupamos (no caso presente, o investigador faz parte do contexto social em estudo e está com ele fortemente familiarizado) no AE4E e delimitação geográfica em estudo, tem-nos dado a oportunidade de uma observação directa, de conversas informais e a participação natural, no quotidiano do instrumento de pesquisa do tipo etnográfico. É com naturalidade que vamos

fazendo uma análise do que vamos observando. O conhecimento dos factos dá-nos ainda facilmente a entender a realidade vivida.

O nosso estudo, realizado em 2007, centrou-se no levantamento de aprendizagens formais, não formais e informais nas instituições da área geográfica do AE4E.

5.3 – Identificação do Problema

“Embora a selecção de um problema seja, muitas vezes, uma das fases mais difíceis num processo de investigação, constitui, infelizmente, uma daquelas fases a que apenas se pode dar uma orientação mínima” (Tuckman, 2002: 37). Na realidade, segundo o autor referenciado, podemos destacar cinco características relativas à formulação de um problema, a saber:

- 1- *“ Deve estabelecer uma relação entre duas ou mais variáveis”.*
- 2- *“ Deve ser formulado de forma clara e sem ambiguidade”.*
- 3- *“ Deve ser formulado em forma de questão (ou em alternativa, em forma de uma questão implícita, tal como: o objectivo deste estudo foi verificar se ...”.*
- 4- *“ Deve ser testável por métodos empíricos; ou seja deve ser possível recolher dados que correspondam à questão formulada”.*
- 5- *“ Não deve representar qualquer atitude moral ou ética”.*

A escolha de um estudo / problema, segundo Bogdan & Biklen (1994) deve ter em conta certos critérios, tais como: uma oportunidade surgida, pertinência do tema, curiosidade, importância para o encontro de novas estratégias, obtenção de informação sólida e concreta, a localização das fontes, questão de interesses, ver *“o estado da arte”* do campo em que trabalha e a importância potencial do problema a investigar.

A nossa investigação iniciou-se a partir da identificação do problema/ questão de partida: De que forma é que a existência de ambientes de aprendizagem não formal e informal no território/comunidade pode enquadrar e reforçar as aprendizagens formais e a relação com a escola?

Pretendeu-se apresentar a pergunta de forma precisa, de modo a poder ser facilmente compreendida da mesma maneira por todos os sujeitos e ao mesmo tempo permitir ser o fio condutor do tema de toda a nossa investigação – “A

importância da promoção de parcerias no território educativo e sua contribuição para o sucesso escolar”.

5.4 – Objectivos da Investigação

Os objectivos da nossa investigação são:

1. Efectuar a cartografia institucional do território educativo do AE4E, em relação ao ano de 2007;
2. Proceder à organização da recolha realizada de acordo com o critério da utilidade para o AE4E;
3. Identificar instituições que possibilitem novas ofertas educativas promotoras e potenciadoras do sucesso educativo;
4. Caracterizar as instituições com carácter educativo em cada freguesia, tendo em atenção a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais e não formais e informais nessas instituições;
5. Relacionar / avaliar a oferta local de ambientes de aprendizagem e a sua disponibilidade, tendo em vista a possível promoção de parcerias educativas com o AE4E;
6. Obter informações que possam contribuir para outros estudos similares.

Para a prossecução dos objectivos a atingir, definimos as seguintes questões orientadoras da investigação:

1. Que potencial educativo existe nas associações e instituições da área do AE4E?
2. Estarão essas associações e instituições interessadas na formação de parcerias educativas com o AE4E?
3. Será possível definir (e como) caminhos conjuntos que possam ser percorridos nesse projecto de parcerias?

5.5 – Identificação das Várias Fases do Processo

Definido o contexto territorial em que iríamos trabalhar, chegou o momento de alinharmos o percurso até aqui feito, no sentido da nossa entrada no terreno ou trabalho de campo o que obedece a um sistema de normas que toma

possíveis a selecção e articulação de técnicas no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica.

No desenvolvimento deste processo, foram percorridas as seguintes etapas:

1. Selecionámos a matriz de caracterização institucional do estudo concretizado por Bravo Nico, denominado, *Cartografia Educacional das Aprendizagens de S. Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede e Torre de Coelheiros, entre 2002 e 2005* ⁽¹⁾, para o levantamento das instituições no território educativo do Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora, (cf. Anexo 1).

2. Elaborámos, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2008, a cartografia institucional do território educativo do AE4E, em relação ao ano de 2007, (cf. Anexos 2 a 7) e recorrendo às fontes aí mencionadas. Os dados foram rectificadas por parte de membros e funcionários das juntas de freguesia, uma vez que têm o melhor conhecimento do seu território.

3. Procedemos ao apuramento dos resultados da caracterização institucional oriunda da cartografia, (cf. Anexo 8).

4. Procedemos, de acordo com a recolha realizada, à categorização das entidades em oito classes de actividade. Foi decidido utilizar esta grelha, seguindo um critério próprio, em consequência do universo a estudar, (cf. Anexo 9).

5. Selecionámos a matriz de caracterização institucional a utilizar, de acordo com o critério da utilidade formativa actual do AE4E, (cf. Anexo 10).

6. Após a recolha realizada por freguesia, organizámos a informação, de acordo com o critério da utilidade. Foi feito o cruzamento entre as classes de actividade económica identificadas e a oferta formativa actual do AE4E, nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional, (cf. Anexos 11 a 16).

7. Procedemos, de acordo com a recolha realizada, ao nível do AE4E, à sua organização de acordo com o critério da utilidade. Foi feito o cruzamento entre as classes de actividade económica identificadas com a oferta formativa actual do AE4E, nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional, (cf. Anexo 17).

8. Procedemos, de acordo com a recolha realizada, ao nível do AE4E, à sinalização e identificação de novas ofertas educativas, potenciadoras da

melhoria e consolidação das aprendizagens no desenvolvimento do currículo do Ensino Básico, na área dos Cursos de Educação Formação (CEF), Ensino Especial (EE) e Estatuto do Aluno (EA), consubstanciado no cumprimento de medida disciplinar sancionatória, devidamente enquadrado por plano de acompanhamento e supervisão, (cf. Anexo 18).

9. Seleccionámos as instituições com carácter educativo em cada freguesia. Esta selecção teve em conta a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais e não formais, nestas instituições que permitissem gerar novas ofertas educativas, potenciadoras da melhoria e consolidação das aprendizagens (cf. Anexo 19).

10. Procedemos nessas instituições, durante os meses de Março e Abril de 2008 à aplicação do Questionário das Aprendizagens Institucionais Q.A.I. I e II (*Universidade de Évora - Centro de Investigação em Educação e Psicologia*), (cf. Anexos 21 e 22).

Pretendemos com esta aplicação:

- conhecer as instituições em análise;
- identificar os ambientes de aprendizagem;
- caracterizar os ambientes de grupos existentes;
- identificar futuras situações de parcerias educativas;
- caracterizar os ambientes de grupos que possam vir a existir.

5.6 – Universo e Amostra

Dada a impossibilidade física, temporal e económica de inquirir todas as instituições, optámos por seleccionar e inquirir uma amostra que fosse significativa do universo. Sabíamos que *“se a amostra dos dados for retirada do universo de modo a ser representativa, é possível aceitar, com razoável confiança, que as conclusões obtidas, utilizando a amostra, possam ser extrapoladas para o universo”*, (Hil, 2005:42). Esta teoria é também sustentada por Tuckman (2002: 338), uma vez que *“A população (ou grupo alvo) utilizada num estudo em que se recorra ao questionário ou à entrevista, é o grupo sobre o qual o investigador tem interesse em recolher informações e extrair conclusões”*, situação que se encaixa perfeitamente no nosso estudo, dado que seleccionámos apenas as instituições com carácter educativo em cada freguesia,

independentemente das classes de actividade em que se inserem. Esta selecção teve em conta a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais e não formais, nessas instituições, objectivo primordial do nosso estudo e tema estruturante do conteúdo do Questionário das Aprendizagens Institucionais (Q.A.I. I e II).

No nosso trabalho de campo, foram identificadas 537 instituições no território em estudo, tendo 59 sido alvo do nosso estudo (pelas razões anteriormente expostas) e nelas foi aplicado o Questionário das Aprendizagens Institucionais (Q.A.I. I), de acordo com as seguintes classes de actividade, indicadas na seguinte Tabela:

Tabela 56 – Instituições estudadas, segundo a classe de actividade

Classe de Actividade	Nº de Instituições estudadas
Equipamentos e Serviços	24
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	11
Actividade Industrial	8
Saúde e Segurança Social	6
Actividade Desportiva	5
Educação	5
Total	59

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de S. Bento do Mato; Junta de Freguesia de Bacelo; Junta de Freguesia de Canaviais; Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor; Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede; Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jazaruja>; <http://www.evora.net/jfbacelo>; <http://www.evora.net/jfcanaviais>; <http://www.evora.net/jgracadivor>; <http://www.evora.net/jfnsmachede>; <http://www.evora.net/jfnsmiguelmachede>, (2008)

Uma vez aplicado o referido questionário nestas instituições, detectámos a existência de 159 ambientes estruturados de aprendizagem, para os quais aplicámos o Questionário das Aprendizagens Institucionais (Q.A.I. II).

5.7 – Inquérito por Questionário Aplicado

Nesta fase do nosso estudo, havia que definir e conceber o instrumento de avaliação, capaz de produzir as informações adequadas para testar as hipóteses. Após análise dos meios à nossa disposição, a técnica de recolha de dados

utilizada por nós foi o inquérito por questionário aplicado, porque de acordo com Hébert. (1996: 100), “*o inquérito é uma maneira indirecta de recolher dados sobre a realidade*”. A razão da nossa escolha foi termos considerado que era o instrumento que melhor se adaptava porque se enquadrava nos paradigmas da investigação educativa, e possibilitava explicitar da forma mais rigorosa possível os aspectos com interesse vital para a nossa investigação.

Por outro lado, o questionário é um instrumento que permite dar resposta aos objectivos que pretendíamos alcançar: identificar a realidade institucional, caracterizar as aprendizagens que aí decorrem e aferir em que medida esse potencial pode ser benéfico para o AE4E. Seguindo o raciocínio de Lima (2000: 18), “*os métodos devem adaptar-se aos objectivos da investigação e podem ser combinados em função das exigências impostas pela concretização daqueles. Torna-se indispensável um grande controlo crítico dos procedimentos metodológicos, das suas potencialidades e limitações, para que os instrumentos de pesquisa se adequem à realidade social visada*”.

Outra razão que nos levou a optar pelo questionário aplicado, enquanto técnica de recolha de dados, foi poder atingir uma vasta população num curto espaço de tempo e facilitar o seu tratamento estatístico. De acordo com Hill (2005: 94), neste caso “*a informação das respostas é menos rica, mas é possível analisar os dados de maneira sofisticada e é fácil aplicar análises estatísticas para analisar as respostas*”. Ainda de acordo com a mesma autora, o questionário aplicado é especialmente útil “*quando o investigador conhece bem a natureza das variáveis mais relevantes e mais importantes na área da investigação e quer obter informação quantitativa sobre elas*”, Hill (2005: 95), facto este que se adequa à nossa situação.

De modo a atendermos às características do estudo, o facto de conhecermos o terreno e a natureza das variáveis mais relevantes, levou-nos a utilizar o Questionário das Aprendizagens Institucionais, nas suas versões Q.A.I. I e II, (cf. Anexos 21 e 22) desenvolvido pelo Centro de Investigação em Educação e Psicologia, da Universidade de Évora, tendo sido adequado na parte final do Q.A.I. II, para melhor responder às nossas necessidades. Da nossa parte não foram feitas propostas de melhoria ao questionário, em virtude de já estar testado e validado e por entendermos da sua perfeita adequação aos objectivos do estudo. A este propósito, refere Nunes:

“(..) é aconselhável recorrer, sempre que possível, a instrumentos padronizados em anteriores investigações, desde que os mesmos satisfaçam os critérios normais de validade e permitam medir as variáveis relevantes para a nossa investigação. No entanto, a adequação ao campo de estudo exige, normalmente, a realização de um estudo exploratório que possibilite um melhor domínio dos instrumentos em causa” (2001: 10).

O pré-teste dos questionários foi realizado um mês antes da aplicação dos questionários validados, com a finalidade de se comprovar a sua legibilidade e a pertinência das respostas. Para o efeito, servimo-nos de uma amostra mais reduzida, doze instituições da freguesia da Horta das Figueiras (cf. Anexo 20), com as mesmas características das que iriam ser objecto do nosso estudo.

Os questionários foram entregues directamente aos interlocutores e explicados os objectivos dos mesmos. Houve da nossa parte o cuidado de criar, junto dos indivíduos a inquirir, uma atitude e disposição favoráveis para responder ao inquérito. Seguimos o pensamento de Quivy quando o investigador afirma que:

“doit vaincre la résistance naturelle ou l’inertie des individus. Il ne suffit pas de concevoir un bon instrument, il faut encore le mettre en oeuvre de manière à obtenir un taux de réponses suffisants pour que l’analyse soit valable. Les gens ne sont pas forcément disposés à répondre, sauf s’ils y trouvent un avantage, ou s’ils pensent que leur avis peut aider à faire avancer les choses dans un domaine auquel ils attachent de l’importance” (1995: 185).

Por isso, era necessário motivar os interlocutores, falando-lhes da razão do processo de investigação, de forma a criar uma atitude positiva para que o preenchimento do inquérito fosse feito de forma o mais consciente possível. Foram esclarecidos que se garantiria o anonimato e se solicitava abertura e sinceridade na informação. Bogdan & Biklen (1994: 48), sustentam que “os investigadores qualitativos frequentam os locais de estudo porque se preocupam com o seu contexto”, daí a necessidade de estar sempre presente.

A aplicação do questionário foi feito por “*administração directa*” (Quivy, 1995: 190) pelo que foram os próprios inquiridos a preenchê-lo, mas sempre na nossa presença, para proceder a eventuais esclarecimentos, sem no entanto interferir nas respostas dos nossos interlocutores. Nesta aplicação do questionário, privilegiámos sempre que possível o responsável máximo da instituição.

Dos 59 Questionários das Aprendizagens Institucionais Q.A.I. I distribuídos, foram devolvidos 59, o que equivale a 100%.

Dos 157 Questionários das Aprendizagens Institucionais Q.A.I. II distribuídos, foram devolvidos 157, o que equivale a 100%.

Ao todo, foram recolhidos, devidamente preenchidos, 216 questionários dos 216 distribuídos, pelo que todos os intervenientes se disponibilizaram e colaboraram para a realização do nosso estudo.

Para uma melhor organização dos dados, a informação recolhida será introduzida numa base de dados e tratada estatisticamente através de um programa para o efeito (SPSS), utilizando escalas de frequências e apresentando os resultados através de tabelas, evidenciando-se assim o recurso à metodologia quantitativa.

5.8 – A Fiabilidade e Validade da Investigação

A fiabilidade e validade da investigação, tratando-se de uma investigação qualitativa, com uma componente quantitativa, são determinantes no grau de confiança que a investigação proporcionará e são qualidades essenciais num estudo que apresenta um carácter científico, *“seja qual for o procedimento de recolha de dados que adoptar, deverá sempre examiná-lo criticamente e ver até que ponto ele será fiável e válido”*, (Bell, 2004: 97).

Segundo a mesma autora, a fiabilidade de um teste ou de outra técnica de recolha de dados, *“consiste na sua capacidade de fornecer resultados semelhantes sob condições constantes em qualquer ocasião”*, enquanto que a validade *“diz-nos se um método mede ou descreve o que supostamente deve medir ou descrever”* (Bell, 2004: 97-98).

Diversos autores, de acordo com Serrano (1994: 169) colocam o problema da fiabilidade externa e a fiabilidade interna. Na fiabilidade externa, *“nos estudos do tipo qualitativo não pode existir uma fiabilidade que seja perfeita, devido à complexidade dos fenómenos investigados, assim como a peculiar idiosincrasia dos mesmos”*. Em relação à fiabilidade e validade da investigação qualitativa quase sempre fazemos referência à triangulação, na procura de tentar ganhar uma certa objectividade.

Segundo Serrano (1994: 189) *“A triangulação implica reunir uma variedade de dados de distintos pontos de vista, realizar comparações múltiplas de um*

fenómeno único, para através de diversas intersubjectividades, tentar chegar à objectividade". Procederemos, no capítulo 8, à utilização desta técnica, como forma de validação externa do nosso estudo.

Capítulo 6 – Análise e Interpretação dos Dados

6.1 – Dados relativos à análise e interpretação dos inquéritos por questionário aplicado

Após a recolha dos dados, ocorrida nos meses de Março e Abril de 2008, relativa às actividades que envolveram aprendizagens nas instituições durante o ano de 2007, procedeu-se ao respectivo tratamento informático.

De acordo com Bell (2004: 183), *“Os dados em estado bruto, provenientes de inquéritos, esquemas de entrevistas, listas, etc., têm de ser registados, analisados e interpretados ... o trabalho do investigador consiste em procurar continuamente semelhanças e diferenças, agrupamentos, modelos e questões de importância significativa”*. Já Miles & Huberman (1984, cit. Lessard (1990: 118), *“definem a fase de tratamento de dados como a estruturação de um conjunto de informações que vai permitir tirar conclusões e tomar decisões”*. Para estes autores, a organização dos dados corresponde a uma fase determinante da análise porque permite ao investigador:

- *representar os dados num espaço visual reduzido;*
- *auxiliar na planificação de outras análises;*
- *facilitar a comparação entre diferentes conjuntos de dados;*
- *garantir a utilização directa dos dados no relatório final.*

Uma vez compilados e apresentados os resultados, deve o investigador proceder à sua análise e depois à sua interpretação. Para Lessard (1996: 137), *“a análise é uma operação intelectual, que consiste na decomposição de um todo nas suas partes, com o propósito de fazer a descrição e procurar as relações entre essas partes”*. Segundo a mesma autora (1996: 138), *“a interpretação é uma investigação e uma identificação dos factores, que podem explicar os resultados obtidos, tendo em conta que a análise permitirá dizer se o efeito procurado foi atingido e em que medida”*. Para a autora, esta operação deve ser realizada com prudência.

Depois dos inquéritos realizados e feita a sua compilação, procedeu-se ao tratamento, sendo os dados convertidos em tabelas e elaboradas as respectivas análises descritivas, que apresentamos de seguida. Decidimos apresentar os dados em tabelas, porque estas permitem reagrupar em colunas e em linhas, num mesmo espaço visual, um grande número de dados quantitativos ou qualitativos recolhidos, em relação a um ou mais sujeitos. Nos dados quantitativos, como foi o

nosso caso, as tabelas permitem ainda facilitar o estudo, a comparação e a análise.

6.2 – Cartografia Institucional do Agrupamento Nº 4 de Escolas de Évora

Conforme referimos no capítulo anterior, em cada freguesia seleccionámos as instituições com carácter educativo, tendo em conta a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais e não formais nestas instituições. Outro aspecto tido em conta foi que esses ambientes de aprendizagem permitissem gerar novas ofertas educativas, potenciadoras da melhoria e consolidação das aprendizagens. Pela análise dos dados recolhidos e respectivo tratamento, pretendemos neste capítulo:

- conhecer as instituições em estudo;
- identificar as actividades que envolvem aprendizagens e os objectivos;
- caracterizar os ambientes de grupos existentes;
- identificar futuras situações de parcerias educativas;
- caracterizar os ambientes de grupos que possam vir a existir.

6.2.1 - Caracterização do tipo de instituição

Tabela 57 - Caracterização das instituições constituintes da amostra seleccionada

Tipo de Instituição	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Equipamentos e Serviços	24	41,0
Actividade Recreativa, Cultural e Lazer	11	18,6
Actividade Industrial	8	13,5
Saúde e Segurança Social	6	10,1
Actividade Desportiva	5	8,4
Educação	5	8,4
Actividade Agrícola	0	0,0
Transportes e Comunicações	0	0,0
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

A maioria das instituições (41%) situa-se na classe de actividade equipamentos e serviços, visto tratar-se duma área bastante diversificada. Aqui,

analisámos a prestação de serviços, lojas, cafés/restaurantes, distribuição de produtos e autarquias. A classe de actividade recreativa, cultural e lazer, representa 18,6% do nosso estudo e situam-se nesta classe os grupos e as associações. A classe de actividade saúde e segurança social constitui 10,1% da nossa amostra e analisámos nesta classe oficinas e fábricas. A classe de actividade industrial constitui 13,5% da nossa amostra e analisámos nesta classe os lares de Idosos e centros de dia. As classes de actividade desportiva e educação constituem cada uma 8,4% da nossa amostra e analisámos na primeira clubes desportivos e, na segunda, escolas de músicas, escolas comunitárias e escolas de ensino especial. As classes de actividade agrícola e transportes e comunicações não fizeram parte da amostra por não serem relevantes para o nosso estudo, dado que não se cruzam com a actual oferta e não são potenciadoras de novas ofertas educativas para o Agrupamento. No total, foram objecto do nosso estudo, 59 instituições.

6.2.2 - Distribuição das instituições por freguesia

Tabela 58 - Distribuição das instituições inquiridas por freguesia

Freguesia	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Bacelo	12	20,7
Canaviais	12	20,7
Azaruja	9	15,5
Graça do Divor	9	15,5
Nossa Senhora de Machede	9	15,5
S. Miguel de Machede	8	13,8
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Pela diversidade de instituições aí existentes e pela residência dos nossos alunos, todas as freguesias do Agrupamento garantem a sua representatividade na nossa análise. As freguesias que se situam na zona de transição (Bacelo e Canaviais) são as mais representativas no nosso estudo por serem as de maior concentração populacional e que apresentam uma maior oferta, variedade e vitalidade de instituições. Nas freguesias rurais, apesar da oferta ser menor, as

instituições com interesse para o nosso estudo estão em pleno funcionamento e constituem-se como um pólo de desenvolvimento económico e social dessas comunidades.

6.2.3 - Distribuição do número de associados / proprietários

Tabela 59 - Distribuição do número de associados / proprietários

Número de associados/prorietários	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
1 - 50	35	59,3
51 - 100	5	8,5
101 - 150	2	3,4
151 - 200	4	6,8
+ de 201	13	22,0
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Pela análise da Tabela 59, verificamos que 59,3% das instituições possuem entre 1-50 associados / proprietários. Esta situação deriva do facto de estarem consideradas neste intervalo todas as empresas inquiridas registadas em nome individual ou com um máximo de 4 proprietários. Com um valor de 22% aparecem as instituições com mais de 201 associados. Integram este universo as associações e os grupos desportivos.

6.2.4 - Data de fundação

Tabela 60 - Data de fundação das instituições

Data de Fundação	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
1925 - 1950	7	11,9
1951 - 1975	8	13,6
1976 - 2000	30	50,8
2001 - 2007	14	23,7
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Quanto à data de fundação podemos registar dois períodos distintos: antes e depois de 1975. Anteriormente a esta data, foram fundadas 25,5% das instituições. Posteriormente a esta data, deu-se a fundação das restantes instituições. Esta situação está associada ao desenvolvimento do associativismo e à abertura económica, resultantes da revolução de 25 de Abril de 1974, dando origem a uma maior participação e mobilização da sociedade civil.

6.2.5 - Interrupção de actividade

Tabela 61 - Interrupção de actividade por parte das instituições

Interrupção de actividade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Não	59	100,0
Sim	0	0,0
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Desde a sua fundação, nenhuma das instituições inquiridas interrompeu a sua actividade. Podemos concluir que existe solidez e continuidade no desenvolvimento dos projectos e actividades destas instituições.

6.2.6 - Natureza estatutária

Tabela 62 - Natureza estatutária das instituições

Natureza Estatutária	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Privado	46	77,9
Público	12	20,4
Outra	1	1,7
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Em relação à natureza estatutária, verificamos que a maioria das instituições (77,9%), é de natureza estatutária privada e 20,4% de natureza pública.

6.2.7 - Natureza jurídica e funcional

Tabela 63 - Natureza jurídica e funcional das instituições

Natureza jurídica e funcional	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Empresa	26	44,1
Autarquia	6	10,2
Instituição Particular de Solidariedade Social	9	15,3
Associação de Desenvolvimento Local	12	20,3
Cooperativa	1	1,7
Outra	1	1,7
Associação Juvenil	4	6,8
Estabelecimento de ensino	0	0,0
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

As instituições inquiridas são na sua maioria empresas (44%) e associações de desenvolvimento local (20,4%). As instituições particulares de solidariedade social, autarquias e associações juvenis, apresentam valores na ordem de 15,2%, 10,2% e 6,8%, respectivamente.

6.2.8 - Área de actividade

Tabela 64 - Área de actividade desenvolvida pelas instituições

Área de Actividade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Social	19	32,2
Comercial / Restauração	15	25,4
Industrial	8	13,6
Recreativa / Lazer	6	10,2
Desportiva	4	6,8
Cultural	3	5,1
Educacional	3	5,1
Outra	1	1,7
Religiosa	0	0,0
Agrícola	0	0,0
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Pela análise da Tabela 64, verificamos haver dispersão de oferta em relação à área de actividade desenvolvida. A maioria das instituições inquiridas desenvolve a sua actividade na área social (32,2%) e comercial / restauração (25,4%). Assumem ainda valores relevantes as instituições que desenvolvem a sua actividade nas áreas industrial (13,6%), recreativa/lazer (10,2%), desportiva (6,8%) e cultural e educacional (5,1%).

6.2.9 – Plano de Actividades

Tabela 65 – Elaboração do Plano de Actividades

Plano de Actividades	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Sim	32	54,2
Não	27	45,8
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Dada a natureza jurídica e funcional das instituições inquiridas existem, em relação à formalização de plano de actividades, duas situações distintas: as associações, grupos desportivos e autarquias apresentam plano de actividades (54,2%), enquanto que as empresas não o apresentam (45,8%).

6.2.10 – Funcionamento

Tabela 66 – Tipo de funcionamento das instituições

Funcionamento	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Contínuo (ao longo de todo o ano)	53	89,8
Em determinada altura do ano (sazonal)	3	5,1
Pontual	3	5,1
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

A grande maioria (89,8%) das instituições funciona continuamente ao longo do ano. Este facto, aliado à permanência da actividade de todas as instituições, constatado na tabela 59, vem reforçar mais uma vez a solidez dos projectos e actividades aí desenvolvidos. Com um funcionamento sazonal e pontual existem 5,1% das instituições inquiridas.

Tabela 67 - Horário de funcionamento das instituições

Horário de Funcionamento	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Geral	48	81,4
Pontual	7	11,9
Reduzido	4	6,8
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Todas as instituições inquiridas têm contacto com o público. A maioria (81,4%), tem um horário de funcionamento nos períodos da manhã e da tarde. Com um horário de funcionamento pontual e reduzido, registámos valores de 11,9% e 6,8%, respectivamente.

Tabela 68 - Forma de acesso do público às instituições

Acesso do público	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Geral	52	88,1
Condicionado	7	11,9
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

O acesso do público faz-se de forma não condicionada em 88,1% das instituições, por se entender ser uma mais-valia para a instituição e para a comunidade. Em relação às instituições que desenvolvem uma actividade económica, esta situação não é considerada. Apenas 11,9% das instituições têm acesso condicionado ao público, englobando-se nesta situação, as associações de reformados e pensionistas inquiridas.

6.2.11 – Organização, Contabilidade e Administração

Tabela 69 - Recursos humanos existentes nas instituições

Pessoal	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Voluntário	33	55,9
Renumerado	26	44,1
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Em relação ao pessoal registámos duas situações distintas: nas associações e grupos desportivos o pessoal é voluntário (55,9%), enquanto que nas empresas e autarquias é renumerado (44,1%).

Tabela 70 – Contabilidade e administração

Contabilidade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Organizada por uma entidade exterior	39	66,1
Organizada pela própria Instituição	13	22,0
Não Organizada	7	11,9
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

A grande maioria das instituições (88,1%), tem contabilidade organizada, recorrendo destas a uma entidade exterior (Técnico Oficial de Contas) 66,1%. Dada a simplicidade das transacções e os montantes movimentados, 22% das instituições organizam a sua contabilidade, cabendo essa função, a título gratuito, geralmente aos órgãos sociais ou a pessoas da sua confiança, geralmente associados.

Tabela 71 – Realização de reuniões de Direcção

Reuniões de direcção	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Periódicas	35	59,3
Não existem	24	40,7
Pontuais	0	0,0
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

As reuniões de Direcção realizam-se periodicamente (mensalmente) em 59,3% das instituições, por determinação estatutária e dada a sua importância para o desenvolvimento de projectos e cumprimento do plano de actividades. Nestas instituições, a Direcção representa o motor da instituição e é o pólo dinamizador da maioria das acções. Em 40,7% das instituições, não existem reuniões de Direcção, dada a sua natureza estatutária e área de actividade desenvolvida.

Tabela 72 – Realização de actas de reuniões de Direcção

Actas de reuniões de direcção	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Com actas	34	97,1
Sem actas	1	2,9
Total	35	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Por determinação estatutária e para consolidação e salvaguarda da informação e dos assuntos tratados, em 97,1% das reuniões de direcção, são lavradas actas.

Tabela 73 – Realização de reuniões de Assembleia

Reuniões de Assembleia	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Periódicas	35	59,3
Não existem	24	40,7
Pontuais	0	0,0
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

As reuniões de Assembleia realizam-se com periodicidade anual em 59,3% das instituições, por determinação estatutária para a apresentação da actividade desenvolvida aos associados, apresentação e aprovação do relatório e contas, aprovação do plano de actividades e apresentação do projecto de orçamento. De acordo com os estatutos, nestas assembleias são eleitos os corpos sociais, de acordo com a duração dos mandatos. Dada a sua natureza estatutária, em 40,7% das instituições não existem reuniões de Assembleia.

Tabela 74 – Realização de actas de reuniões de Assembleia

Actas de reuniões de Assembleia	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Com actas	34	97,1
Sem actas	1	2,9
Total	35	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Por determinação estatutária e para consolidação e salvaguarda da informação e dos assuntos tratados, em 97,1% das reuniões de Assembleia, são lavradas actas.

Tabela 75 – Ocorrência de outro tipo de reuniões

Outro tipo de reuniões	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Sim	39	66,1
Não	11	18,6
Não respondem	9	15,3
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Além destas reuniões de Direcção e de Assembleia, realizam-se em 66,1% das instituições, reuniões de trabalho e sectoriais. Estas reuniões ocorrem sempre que haja necessidade de avançar com a concretização de um projecto ou no caso nas empresas para aferir procedimentos e a logística.

6.3 – Estabelecimento de parcerias

Tabela 76 - Estabelecimento de parcerias com outras instituições

Estabelecimento de parcerias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Sim	41	69,5
Não	18	30,5
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Das instituições inquiridas, 69,5% estabelece parcerias com outras entidades para o desenvolvimento de projectos. Das 41 instituições que responderam afirmativamente, apenas 10 estabelecem parceria com o AE4E. Não deixa de ser significativo o facto de 30,5% das instituições inquiridas não estabelecer parcerias com outras entidades.

6.3.1 – Parcerias estabelecidas com protocolo

Tabela 77 - Estabelecimento de parcerias com protocolo

Parcerias com protocolo	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Sim	31	52,5
Não responde	20	33,9
Não	8	13,6
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

A formalização de protocolos para as parcerias desenvolvidas consubstancia-se em 52,5% das instituições, enquanto que 13,6% das instituições estabelece a parceria mas não a formaliza em documento assinado por ambas as partes.

6.3.2 – Outro tipo de relacionamento

Tabela 78 - Outro tipo de relacionamento institucional

Outro relacionamento	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Não	42	71,2
Sim	17	28,8
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

O estabelecimento de parcerias com outras entidades para o desenvolvimento de projectos é o procedimento mais utilizado pelas instituições inquiridas para formalizarem as suas relações. Existem outras formas de relacionamento em 28,8% das instituições, enquanto que 71,2% das instituições não desenvolvem outro tipo de relacionamento, além das parcerias.

6.4 – Projectos envolvendo aprendizagens

Tabela 79 – Existência de projectos que envolvem aprendizagens

Nº de projectos com aprendizagens	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
1 - 3	44	81,3
4 - 6	11	11,9
7 - 9	3	5,1
+ de 10	1	1,7
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

De acordo com a Tabela 79, todas as instituições desenvolveram no último ano projectos que envolveram aprendizagens. Estes projectos têm em conta a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais e não formais e informais nestas instituições. 81,3% das instituições desenvolve entre 1 e 3 projectos com aprendizagens; 11,9%, entre 4 e 6 projectos; 5,1%, entre 7 e 9 projectos e apenas 1,7%, desenvolve mais de 10.

6.5 - Caracterização da actividade que envolve a aprendizagem

No total das 59 instituições inquiridas foram detectados 157 projectos envolvendo actividades que envolvem aprendizagens não formais e informais, sendo muitas as oportunidades educativas disponíveis nas duas freguesias situadas na zona de transição e nas comunidades rurais em estudo.

6.5.1 - Responsabilidade da concepção da actividade

Tabela 80 - Responsabilidade pela concepção das actividades que envolvem aprendizagens

Responsabilidade da concepção da actividade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Própria instituição	143	91,1
Uma parceria envolvendo a instituição	12	7,6
Outra instituição	2	1,3
Outra responsabilidade	0	0,0
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Em 91,1% das actividades que envolvem aprendizagens, quem assume a responsabilidade da sua concepção é a própria instituição. Em 7,6% dos casos essa concepção envolve uma parceria com outra instituição e em 1,3% das situações essa responsabilidade é de outra instituição.

6.5.2 - Responsabilidade pela concretização da actividade

Tabela 81 – Responsabilidade pela concretização das actividades que envolvem aprendizagens

Responsabilidade pela concretização da actividade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Da própria instituição	138	87,9
Uma parceria envolvendo a instituição	9	5,7
Outra responsabilidade	6	3,8
Outra instituição	4	2,5
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Em 87,9% das actividades que envolvem aprendizagens (87,9%), quem assume a responsabilidade pela sua concretização é a própria instituição. Em 5,7% dos casos essa concretização envolve uma parceria com outra instituição,

em 3,8% essa concretização assume outra responsabilidade e em 2,5% das situações outra instituição assume a responsabilidade pela sua concretização.

6.5.3 – Formadores

Tabela 82 – Formadores das actividades que envolvem aprendizagens

Formadores	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Da instituição	141	89,8
De outra instituição de outra freguesia do concelho	13	8,3
De outra instituição da freguesia	3	1,9
Exterior ao concelho	0	0,0
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Quase 90% dos formadores são das próprias instituições. Raramente se recorre a formadores externos às instituições e quando tal se verifica, são de outra instituição, de outra freguesia do concelho (8,3%) ou de outra instituição da freguesia (1,9%).

6.5.4 – Objectivos da actividade

Tabela 83 – Objectivos das actividades

Objectivos da actividade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Carácter lúdico / recreativo	81	21,6
Promoção do apoio social	46	12,3
Promoção da cultura	45	12,0
Formação profissional	45	12,0
Desenvolvimento local	40	10,7
Modernização da própria instituição	39	10,4
Formação do pessoal da instituição	36	9,6
Outros objectivos	21	5,6
Promoção da informação	15	4,0
Formação escolar	4	1,1
Formação profissional e escolar	3	0,8
Total	375	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

A realização das actividades visa a prossecução dos mais variados objectivos: carácter lúdico e recreativo (21,6%), promoção do apoio social (12,3%), formação profissional (12%), promoção da cultura (12%), desenvolvimento local (10,7%), modernização da própria instituição (10,4%), formação do pessoal da instituição (9,6%), outros objectivos (5,6%), promoção da informação (4%), formação escolar (1,1%) e formação profissional e escolar 0,8%.

6.6 - Intervenientes na actividade

6.6.1 – Público – alvo

Tabela 84 – Público – alvo das actividades

Público - alvo	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Toda a comunidade local	36	22,9
Grupo específico	121	77,1
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

6.6.2 – Grupo específico

Tabela 85 – Grupo específico envolvido nas actividades

Grupo específico	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Adultos em idade activa	71	45,2
Jovens	65	41,4
Sector profissional em particular	18	11,5
Famílias	3	1,9
Empresários	0	0
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

A maioria das actividades tem como público-alvo um grupo específico (77,1%), enquanto que em 22,9% das ocasiões, a aprendizagem se destina a toda a comunidade local. Quanto ao grupo específico, os adultos em idade activa (45,2%) e os jovens (41,4%) são os mais representativos. As actividades

destinadas a um sector profissional em particular registam um valor de 11,5% e as famílias merecem 1,9% das aprendizagens organizadas.

6.6.3 – Faixa etária

Tabela 86 – Faixa etária dos participantes nas actividades

Faixa etária específica	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Jovens	64	43,8
Adultos em idade activa	62	42,5
Idosos	20	13,7
Total	146	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

As actividades são frequentadas maioritariamente por jovens (43,8%) e por adultos em idade activa (42,5%). Os idosos frequentam 13,7% das actividades desenvolvidas.

6.6.4 – Número de participantes

Tabela 87 – Número de participantes nas actividades

Número de participantes	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Até10	47	29,9
11-20	24	15,3
21-30	23	14,6
Mais de 30	63	40,1
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Tabela 88 – Número de participantes nas actividades, por sexo

Género	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Ambos	116	73,9
Masculino	23	14,6
Feminino	18	11,5
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Em relação ao número de participantes, 40,1% das actividades envolvem mais de 30 indivíduos. Até 10 participantes foi registado um valor de 29,9%; entre 11 e 20 participantes, 15,3% e entre 21 e 30, 14,6%.

A maior parte das actividades é frequentada por ambos os sexos (73,9%).

6.7 – Local de realização, duração e horário da actividade

Tabela 89 – Local de realização das actividades

Local de realização	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Na própria instituição	136	86,6
Noutro local da freguesia	17	10,8
Noutra freguesia	4	2,5
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

De acordo com a Tabela 89, a maioria das actividades que envolvem aprendizagens (86,6%), decorrem na própria instituição. Noutro local da freguesia ou noutra freguesia, envolvendo parcerias ou acordos estabelecidos desenvolvem-se, respectivamente, 10,8% e 2,5% dessas actividades.

Tabela 90 – Duração das actividades

Duração da actividade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
1 dia	9	5,7
1 semana	20	12,7
2 semanas	3	1,9
Mais 14 dias	12	7,6
Permanente	89	56,7
Pontual	24	15,3
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Tabela 91 – Horário em que as actividades decorrem

Horário	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Geral (laboral)	75	47,8
Pontual	42	26,8
Reduzido (extra laboral)	38	24,2
Outro horário	2	1,3
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Quanto à frequência das actividades, 56,7% destas assume um carácter permanente e são as que se relacionam com a actividade profissional; 15,3%, apresentam-se com carácter pontual, englobando-se nesta situação as actividades sazonais, realizadas nas associações e grupos desportivos; 12,7%, realizam-se semanalmente, estando associadas à formação profissional; 7,6%, mais de 14 dias, as quais correspondem às actividades lúdicas e desportivas) e 5,7%, um dia, geralmente envolvendo visitas de estudo. Em relação ao horário, a maioria das actividades tem um horário geral. Existe ainda um número razoável de actividades que decorrem em horário pontual e reduzido.

6.8 – Avaliação e certificação da aprendizagem

Tabela 92 – Avaliação das aprendizagens

Avaliação da aprendizagem	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Ao longo da aprendizagem	64	40,8
No final da aprendizagem	64	40,8
Aprendizagem não avaliada	29	18,5
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

De acordo com a Tabela 92, 81,5% das aprendizagens são avaliadas e 18,5% não são avaliadas. Em relação às aprendizagens que são avaliadas, 40,8% são-no ao longo da aprendizagem e 40,8% no final da aprendizagem.

Tabela 93 – Certificação das aprendizagens

Certificação das aprendizagens	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Equivalência social	54	34,4
Não há certificação	52	33,1
Equivalência profissional	31	19,7
Certificado de participação	16	10,2
Equivalência académica	4	2,5
Equivalência académica e profissional	0	0,0
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

A grande maioria das instituições procede à certificação das aprendizagens, embora de maneira informal e no contexto social. A equivalência social certifica 34,4% das aprendizagens e a equivalência profissional certifica 19,7% das aprendizagens. A entrega de certificado de participação ocorre em 10,2% das aprendizagens e a equivalência profissional certifica 2,5% das aprendizagens. Não existe certificação em 33,1% das aprendizagens.

6.9 – Financiamento da actividade

Tabela 94 – Financiamento das actividades

Financiamento da actividade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Actividade financiada	153	97,5
Actividade não financiada	4	2,5
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Para a realização das actividades que envolvem aprendizagens, as instituições recorrem a financiamento. Neste sentido, a grande maioria das actividades (97,5%) é financiada, ao passo que apenas 2,5% não são financiadas.

Tabela 95 – Natureza do financiamento das actividades

Financiamento da actividade	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Própria instituição	143	63,3
Institucional	37	16,4
Subsídio	24	10,6
Particular	21	9,3
Contrato resultante de candidatura	1	0,4
Total	226	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Cerca de 97,5% das actividades são financiadas, sendo esse financiamento suportado pela própria instituição em 63,3% das situações. Com um financiamento institucional surgem 16,4% das actividades e resultante de subsídio 10,6%. O financiamento particular assume um valor de 9,3% e o financiamento resultante de contrato de candidatura assume um valor pouco significativo, apenas 0,4%.

6.10 – Estabelecimento de parcerias

6.10.1 – Parcerias estabelecidas

Tabela 96 – Estabelecimento de parcerias para a concretização das actividades

Estabelecimento de parcerias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Inexistência de parcerias	81	51,6
Existência de parcerias	76	48,4
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Pela análise da Tabela 96, verificámos que, das instituições inquiridas, 69,5% estabelecem parcerias com outras entidades para o desenvolvimento de projectos.

Para o desenvolvimento das actividades, as instituições inquiridas estabeleceram parcerias em 48,4% dos casos, não o estabelecendo em 51,6%, ficando essa responsabilidade a cargo da instituição.

6.10.2 - Natureza estatutária das instituições parceiras

Tabela 97 – Natureza estatutária das instituições parceiras

Natureza estatutária das instituições parceiras	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Pública	49	64,5
Privada	27	35,5
Outra	0	0
Total	76	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

O estabelecimento de parcerias é feito preferencialmente com entidades públicas, (64,5%), visto que maior parte destas instituições depende de subsídios, como forma de garantia dessas actividades e, em muitos casos a sua própria sobrevivência. O sector privado privilegia, nas suas parcerias, instituições privadas (35,5%) e preferencialmente na área em que desenvolve a sua actividade económica.

6.10.3 – Localização das instituições parceiras

Tabela 98 – Localização das instituições parceiras

Localização das instituições parceiras	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Outra freguesia	44	57,9
Freguesia	21	27,6
Exterior ao concelho	11	14,5
Total	76	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

O factor de proximidade geográfica é determinante para a formalização de parcerias. Normalmente as instituições têm um bom conhecimento do meio envolvente e estabelecem as parcerias ou acordos de colaboração com as entidades que mais lhes convêm para o desenvolvimento de determinada actividade.

Quanto à localização das instituições com quem estabeleceram as parcerias, a maior parte (85,5%) realizou-as com outras instituições do concelho e, em 14,5% das situações, com instituições fora da área geográfica do concelho. Na

área da freguesia, estabeleceram-se parcerias em 27,6% dos casos e fora da área da freguesia em 57,9%.

6.10.4 – Grau de formalidade da parceria

Tabela 99 – Grau de formalidade das parcerias estabelecidas

Grau de formalidade da parceria	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Formal com protocolo	43	56,6
Formal sem protocolo	21	27,6
Informal	12	15,8
Total	76	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Em relação ao grau de formalidade das parcerias, na maioria das situações (56,6%), procedeu-se à formalização de protocolo. Em 27,6% das situações a parceria assumiu um carácter formal sem protocolo e em 15,8% assumiu um carácter informal.

6.11 – Recursos utilizados

Tabela 100 – Recursos utilizados na concretização das actividades

Recursos utilizados	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Humanos	157	39,3
Materiais	151	37,7
Tecnológicos	87	21,8
Outros recursos	5	1,2
Total	400	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Para o desenvolvimento das actividades foram utilizados os seguintes recursos: humanos (em todas as aprendizagens), materiais (151 frequências), tecnológicos (87 frequências) e outros recursos (5 frequências).

6.12 - Natureza da participação

Tabela 101 – Natureza da participação dos intervenientes nas actividades

Natureza da participação	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Não obrigatoriedade	102	65,0
Obrigatoriedade	55	35,0
Total	157	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

De acordo com a Tabela 101, em 65% das actividades que envolvem aprendizagens a participação não é obrigatória. Nesta tendência estão incluídas todas as actividades que decorrem nas associações de carácter recreativo, comunitário, juvenil e cultural, e grupos desportivos. Em 35% das actividades que envolvem aprendizagens a participação é obrigatória. Nestas, estão incluídas todas as actividades que decorrem nas empresas e as associações que prestam apoio social.

6.13 – Relevância das aprendizagens

Tabela 102 – Relevância das aprendizagens realizadas

Relevância das aprendizagens	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Pessoais	145	37,4
Sociais	136	35,1
Profissionais	52	13,4
Familiares	39	10,0
Escolares / Académicas	12	3,1
Outras	4	1,0
Total	388	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

De acordo com a Tabela 102, as aprendizagens pessoais (37,4%) e sociais (35,1%) são as que apresentam maior representatividade. As aprendizagens profissionais representam 13,4% dos casos e as familiares 10%. As aprendizagens escolares / académicas, apresentam pouca relevância (3,1%).

6.14 - Parcerias com o Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora

6.14.1 – Disponibilidade para formalização de parcerias

Tabela 103 – Disponibilidade para formalização parcerias com o Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora

Disponibilidade para parcerias	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Sim	52	88,1
Não	7	11,9
Total	59	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

Numa primeira fase do nosso trabalho, nas instituições inquiridas, foram detectados em curso 10 projectos de parcerias com o AE4E. Após responderem ao Inquérito Institucional das Aprendizagens (I e II), as instituições, quando inquiridas sobre essa eventualidade num futuro próximo, manifestaram, na grande maioria (88,1%), a sua disponibilidade para o desenvolvimento de projectos de parcerias educativas com este Agrupamento, enquanto que 11,9%, não estão de momento interessadas.

6.14.2 – Projectos de parcerias educativas

Tabela 104 – Projectos a desenvolver com o Agrupamento de Escolas Nº4 de Évora através de parcerias educativas

Projectos de parcerias educativas	Frequência	
	Absoluta	Relativa (%)
Desenvolvimento do currículo	27	23,7
Estágio profissional	22	19,3
Instalações e equipamentos	21	18,4
Consolidação das aprendizagens	20	17,5
Serviço comunitário	15	13,2
Componente funcional do currículo	9	7,9
Total	114	100

Fonte: Inquérito por questionário aplicado (2008)

As instituições que manifestaram a sua disponibilidade em promover parcerias educativas com o AE4E, quando inquiridas sobre os caminhos que possam ser percorridos em conjunto, identificaram as seguintes áreas:

desenvolvimento do currículo (23,7%), estágio profissional para os alunos dos Cursos de Educação Formação (19,3%), utilização de instalações e equipamentos (18,4%), consolidação das aprendizagens (17,5%), serviço comunitário/cívico destinado aos alunos em incumprimento do estatuto de aluno (13,2%) e desenvolvimento da componente funcional do currículo para os alunos integrados no ensino especial (7,9%).

Capítulo 7 – Cartografia Educacional do Agrupamento de Escolas Nº 4 de Escolas de Évora: Conclusões

7.1 – Identificação das Instituições

Elaborámos a cartografia institucional do território educativo do AE4E, durante os meses de Janeiro e Fevereiro de 2008, tendo sido identificadas todas as instituições existentes nas seis freguesias.

Através deste levantamento, foi possível identificar as empresas, serviços, estabelecimentos de ensino, associações, grupos desportivos. Isso permitiu-nos definir com precisão o universo do nosso estudo, conhecer as instituições em análise e seleccionar uma amostra que fosse significativa do universo, tendo em conta a existência de ambientes estruturados de aprendizagem, formais e não formais.

O facto de classificarmos as instituições de acordo com a classe de actividade, seguindo um critério próprio de acordo com a realidade, permitiu-nos uma caracterização das instituições da área do AE4E, do ponto de vista económico, educativo, associativo, desportivo e cultural, consentânea com os objectivos do nosso estudo.

Classificadas as instituições apuradas, por sector de actividade, podemos concluir que o sector terciário, com 77,5% das instituições, é o sector predominante. Pelo número de estabelecimentos existentes, destaca-se o comércio a retalho, a restauração e as actividades ligadas à Administração Pública. Esta situação deve-se ao importante peso do sector terciário, no concelho de Évora.

O sector secundário representa 19,5% das instituições, sendo numerosos e diversificados os estabelecimentos nesta área.

O sector primário representa 3% das instituições, apesar da perda de muitos postos de trabalho, mantém ainda importância económica.

As freguesias situadas na área de transição (Bacelo e Canaviais), pelas suas características demográficas e de proximidade com a cidade de Évora, registam uma grande quantidade de entidades, sendo bastante diversificadas as respectivas áreas de actividade. Proliferam os espaços comerciais, cafés e restaurantes, oficinas, prestação de serviços e estruturas de apoio social que contribuem para um constante dinamismo destas freguesias.

As freguesias situadas na zona rural (S.Bento de Mato, Nossa Senhora da Graça de Divor, Nossa Senhora de Machede e S. Miguel de Machede), registam uma menor quantidade de entidades, sendo no entanto diversificadas as

respectivas áreas de actividade, ajustando-se às necessidades básicas diárias das respectivas populações.

7.2 – Caracterização das Instituições

As instituições foram organizadas segundo um critério próprio, em consequência do universo estudado e integradas nas seguintes classes de actividade económica: equipamentos e serviços, actividade industrial, actividade agrícola, saúde e segurança social, actividade desportiva, actividade recreativa, cultural e lazer, transportes e comunicações e educação.

Foram caracterizadas as 59 instituições que constituíam a nossa amostra, através da aplicação do Questionário das Aprendizagens Institucionais Q.A.I. (I), sempre que possível junto dos seus responsáveis máximos. Todas as freguesias foram abrangidas pelo nosso estudo.

Com base na aplicação do questionário, chegámos às seguintes conclusões:

- as instituições inquiridas são na sua maioria empresas (44%) e associações de desenvolvimento local (20,4%), existindo dispersão de oferta em relação à área de actividade desenvolvida;
- desde a sua fundação, nenhuma das instituições inquiridas interrompeu a sua actividade;
- a maioria das instituições (74,5%) foi fundada depois de 1975;
- todas as instituições inquiridas têm contacto com o público e a grande maioria (89,8%) funciona continuamente ao longo do ano e nos períodos da manhã e da tarde (81,4%);
- o acesso do público faz-se de forma não condicionada em 88,1% das instituições;
- nas associações e grupos desportivos, o pessoal é maioritariamente voluntário, enquanto que nas empresas e autarquias é sempre remunerado;
- a maioria das instituições (88,1%) tem contabilidade organizada;
- as reuniões de direcção e de assembleia realizam-se periodicamente (mensalmente) em 59,3% das instituições. Além destas reuniões, realizam-se em 66,1% das instituições, reuniões de trabalho e sectoriais;

- das instituições inquiridas, 69,5%, estabelecem parcerias com outras entidades para o desenvolvimento de projectos, estabelecendo-se protocolos em 52,5% das situações;
- das 41 instituições que responderam estabelecer parcerias, apenas 10 estabelecem parceria com o AE4E.

Face às conclusões apresentadas, verificamos que as instituições objecto do nosso estudo constituem um recurso do qual o Agrupamento não pode prescindir para a prossecução da sua acção educativa. As empresas, as associações culturais e desportivas representam a cultura local e os valores da comunidade, não podendo nunca a escola alienar-se dessa realidade, *“em pequenas comunidades, a integração da escola primária, da associação cultural e recreativa e da Junta de Freguesia num sistema articulado de gestão de espaços disponíveis e da sua animação, bem poderia contribuir para transformar a escola num centro educativo de características comunitárias e como tal, aberto a todos e a todas as horas”* (Lima, 1989: 86).

Estamos, no Agrupamento em estudo, muito longe da efectivação prática desta linha de pensamento.

7.3 - Caracterização das Actividades que Envolvem Aprendizagens

A aprendizagem nunca foi um processo exclusivo dos sistemas educativos formais. Na área geográfica do AE4E, existem diversos espaços e tempos de aprendizagem que funcionam fora do nosso sistema educativo. De acordo com Nico (2004: 1), *“Na realidade, são várias as oportunidades educativas disponíveis nas pequenas comunidades do meio rural português: as de índole musical das escolas de música das bandas filarmónicas; as de natureza religiosa das paróquias; as de natureza desportiva dos clubes e associações; as de natureza recreativa e cultural dos grupos de teatro e das instituições culturais”*.

Caracterizadas todas as instituições que constituíam a nossa amostra, procedemos, posteriormente, à aplicação do Questionário das Aprendizagens Institucionais Q.A.I. (II), de modo a identificar os ambientes de aprendizagem, caracterizar os ambientes de grupos existentes e identificar futuras situações de parcerias educativas. Com base na aplicação do questionário, chegámos às seguintes conclusões:

- i) **instituições** – todas as instituições implementaram, no último ano (2007) projectos que envolveram aprendizagens, estabelecendo parcerias ou acordos estabelecidos, sendo sua a responsabilidade da concepção e concretização das actividades, na maioria das situações. Os formadores são geralmente membros dos corpos sociais e sócios em regime de voluntariado, nas associações sem fins lucrativos ou os gerentes e pessoal contratado, no caso das empresas;
- ii) **actividades que envolvem aprendizagens** – a realização das actividades visa a prossecução dos seguintes objectivos: carácter lúdico e recreativo, promoção do apoio social, formação profissional, promoção da cultura, desenvolvimento local, modernização da própria instituição, formação do pessoal da instituição, formação escolar e formação profissional e escolar;
- iii) **participantes** – na grande maioria dos projectos, participam mais de 10 pessoas e a maior parte das actividades é frequentada por ambos os sexos. As actividades são frequentadas por todos os grupos etários e assumem um carácter obrigatório, se for em formação profissional e em contexto de trabalho. São não obrigatórias, no caso de actividades que decorram nas associações de carácter recreativo, comunitário, juvenil e cultural e grupos desportivos;
- iv) **avaliação e certificação** – a grande maioria das aprendizagens é avaliada, sendo-o ao longo do respectivo processo ou no final do mesmo. A certificação das aprendizagens, processa-se de maneira informal e no contexto social, na maioria das instituições;
- v) **relevância das aprendizagens** – as aprendizagens pessoais, sociais, profissionais e familiares são as que apresentam maior representatividade, enquanto que as aprendizagens escolares / académicas apresentam pouca relevância;
- vi) **financiamento** – a grande maioria das actividades é financiada recorrendo as instituições, a subsídios da autarquia ou dos diferentes ministérios, desencadeando as instituições os procedimentos para despoletar esses recursos;
- vii) **recursos** – são utilizados os seguintes recursos para o desenvolvimento das actividades: humanos, materiais, e tecnológicos.



Face às conclusões apresentadas, regista-se que as instituições objecto do nosso estudo desenvolvem no seu seio uma considerável quantidade de actividades que envolvem aprendizagens “*A aprendizagem sempre foi, entre muitas outras coisas, um poderoso instrumento de adaptação dos indivíduos e dos grupos às circunstâncias específicas de cada território e de cada momento das respectivas existências*” (Nico, 2004).

Face a este recurso na área de intervenção educativa do AE4E, estes ambientes de aprendizagem pressupõem uma aproximação entre escola e comunidade. O processo ensino/aprendizagem, pela amplitude de recursos que exige, pela partilha de saberes e experiências que implica, pela quantidade e qualidade de desafios com que as sociedades modernas se confrontam, não pode continuar a ser responsabilidade exclusiva das escolas. O sistema educativo deve interagir com os sistemas económico, social, associativo e cultural na procura conjunta de soluções. De acordo com Marques (1994: 12) “*assiste-se, assim, a uma mudança de paradigmas de análise das relações educação/sociedade*”.

7.4 – Estabelecimento de Parcerias

As acções estabelecidas entre o Agrupamento e a comunidade envolvente, os protocolos e as formas de cooperação que se têm estabelecido, à escala das potencialidades até agora detectadas no nosso estudo, são de expressão muito reduzida (conforme constatado no Capítulo 3), contribuindo para caracterizar a comunidade educativa como cristalizada e virada para si mesma.

Questionadas as instituições sobre o interesse na formação de parcerias educativas com o AE4E e na definição de caminhos conjuntos que possam ser percorridos nesse projecto de parcerias foram apuradas as seguintes conclusões:

- o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento de projectos com outras entidades, verifica-se em 69,5% das instituições inquiridas;
- para o desenvolvimento das actividades, as instituições inquiridas estabeleceram parcerias em 48,4% dos casos, preferencialmente com entidades públicas, (64,5%), visto que maior parte destas instituições depende de subsídios. As instituições do sector privado privilegiam, nas suas parcerias, instituições na área em que desenvolve a sua actividade económica;

- o factor de proximidade geográfica é determinante para a formalização de parcerias, estabelecendo a grande maioria das instituições (85,5%), parcerias com outras instituições do concelho;
- quanto ao grau de formalidade das parcerias, na maioria das situações (56,6%), procedeu-se à realização de protocolo. Em 27,6% das situações, a parceria assumiu um carácter formal sem protocolo e, em 15,8%, assumiu um carácter informal;
- nas instituições inquiridas, foram detectados em curso 10 projectos de parcerias com o AE4E, relacionados com os estágios dos alunos dos Cursos de Educação Formação, utilização de espaços (refeitório) e desenvolvimento de um projecto de Ensino Especial;
- em relação ao desenvolvimento de projectos de parcerias educativas num futuro próximo com o Agrupamento, a grande maioria (88,1%) manifestou a sua disponibilidade, não estando, de momento, as restantes interessadas;
- sobre as áreas em que essas parcerias poderiam ser desenvolvidas foram identificadas as seguintes: desenvolvimento do currículo (23,7%), estágio profissional para os alunos dos Cursos de Educação Formação (19,3%), utilização de instalações e equipamentos (18,4%), consolidação das aprendizagens (17,5%), serviço comunitário/cívico (13,2%) e desenvolvimento da componente funcional do currículo (7,9%).
- as actividades relacionadas com o desenvolvimento do currículo referem-se a: visitas de estudo às suas instalações, deslocação dos promotores das actividades com aprendizagens das instituições aos estabelecimentos de ensino, organização conjunta de visitas de estudo, desenvolvimento conjunto de projectos pontuais, disponibilização do *saber adquirido* nessas instituições para os alunos do Agrupamento e organização de cursos inseridos no Programa Novas Oportunidades;
- a utilização conjunta dos espaços e instalações foi muito referenciada, uma vez que as instalações nem sempre estão adequadas aos projectos das diferentes entidades e mesmo dos diferentes estabelecimentos de ensino do Agrupamento.

Podemos concluir que as instituições estão abertas à promoção de parcerias com o Agrupamento, pelo que chegou o momento de trabalhar em conjunto para atingir resultados que não seriam capazes de atingir em separado, o que, de acordo com (Marques, 2000: 112), *“as pessoas têm prazer em fazer algumas coisas em conjunto e partilham a responsabilidade e o benefício daquilo que é feito em conjunto”*.

Se bem que sempre presente nos normativos relativos ao modelo de gestão e autonomia dos estabelecimentos de ensino básico e secundário, este caminho conjunto torna-se agora mais facilitado através do estabelecimento de contratos de autonomia, conforme preconizado no Decreto-Lei nº 75/2008 de 22 de Abril, no artigo 58º, i), que estabelece a atribuição de competências, no domínio da *“associação com outras escolas ou agrupamentos de escolas e estabelecimento de parcerias com organizações e serviços locais”*.

7.5 – Nova Oferta Educativa

O objectivo de uma comunidade educativa será pois de criar e estimular ambientes de aprendizagem adequados para todos os membros dessa comunidade, disponibilizando alternativas educacionais, em parceria com as instituições dessa área de influência. O AE4E, sozinho, não tem meios para cumprir esse objectivo, pelo que deve existir uma maior cooperação e partilha de esforços, criando, assim, ambientes propícios de aprendizagem, geradores de sucesso educativo.

Uma vez identificadas todas as instituições e organizadas, segundo o nosso critério, de acordo com a realidade, procedemos ao seu cruzamento com a actual oferta educativa do Agrupamento (cf. Anexos 11 a 17) e concluímos haver muito pouco aproveitamento do potencial existente.

Sobre a diversificação das ofertas curriculares estabelece o Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro, artigo 11º, nº2, *“Compete às escolas, no desenvolvimento da autonomia e no âmbito do seu projecto educativo, conceber, propor e gerir outras medidas específicas de diversificação da oferta curricular”* e, no artigo 9º, relativo às actividades de enriquecimento do currículo *“as escolas, no desenvolvimento do seu projecto educativo devem proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios*

desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação”.

O passo seguinte foi identificar, na realidade institucional existente, entidades que, pela área de actividade desenvolvida ou pelo desenvolvimento de actividades com aprendizagem, fossem potenciadoras de novas ofertas educativas.

7.5.1 – Ensino Especial

De acordo com a declaração de Salamanca sobre os princípios e práticas na área das necessidades educativas especiais (UNESCO, 1994), as escolas devem *“reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma boa cooperação com as respectivas comunidades”.*

A Lei de Bases do Sistema Educativo, no artigo 7º, relativo aos objectivos do Ensino Básico, alínea j), *“Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, as deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades”.* Ainda, de acordo com a mesma lei, no artigo 18º, sobre a organização da Educação Especial, *“São também organizadas formas de educação especial visando a integração profissional do deficiente”.*

Procedemos à sinalização e identificação de novas ofertas educativas, potenciadoras da melhoria e consolidação das aprendizagens no Ensino Especial (cf. Anexo 18), tendo apurado as seguintes conclusões:

- o agrupamento realizou, no ano lectivo de 2006/2007, protocolos de cooperação com uma cabeleireira e com um jardim de infância, no sentido de duas alunas desenvolverem a componente funcional do currículo, ao abrigo de Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de Agosto, artigo nº11, nº1, alínea b);
- foram identificadas as seguintes potencialidades ao nível da oferta formativa: empregado de mesa / bar, carpintaria, auxiliar de acção educativa, exemplificado na seguinte Tabela:

Tabela 105 - Instituições com ambientes de aprendizagens disponíveis, potenciadoras de novas ofertas educativas, na dimensão Ensino Especial

Dimensão da oferta educativa	Instituição com ambientes de aprendizagens disponíveis	Freguesias com disponibilidade
Ensino Especial	Snack-Bar GURA	S. Bento do Mato
	Restaurante, Curva do Bacelo; Cercidiana CRL	Bacelo
	Cercidiana; Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade Social (ARASS)	Canaviais
	Café Popular	Nossa Senhora de Machede
	Café A Varanda; Vicente José Batista Galiano, carpintaria	S.Miguel de Machede

O desenvolvimento deste recurso enquadra-se no Decreto-Lei nº3/2008, de 7 de Janeiro, artigo 14º, relativo ao Plano Individual de Transição, que indica que *“Sempre que o aluno apresente necessidades educativas especiais de carácter permanente que o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo deve a escola complementar o programa educativo individual com um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma actividade profissional com adequada inserção profissional, familiar, ou numa instituição de carácter ocupacional.”*

Este plano inicia-se três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória e deve promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária. O mesmo normativo refere ainda, no artigo 30º, sobre cooperação e parceria *“as escolas ou agrupamentos de escolas devem, isolada ou conjuntamente desenvolver parcerias com instituições particulares de solidariedade social, centros de recursos especializados, ou outras visando os seguintes fins:*

a) *“A referenciação de avaliação das crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente”;*

f) *“ A transição para a vida pós-escolar, nomeadamente o apoio à transição da escola para o emprego”.*

Correia (1997: 34, 37) refere que *“... a escola, para além dos objectivos que a caracterizam, deve tornar-se, também, um centro para actividades comunitárias que se ajustem a todas as crianças e respectivas famílias (...) finalmente, também*

a Comunidade deve desempenhar um papel relevante na educação e transição para a vida activa do aluno com NEE”.

7.5.2 – Estatuto do Aluno

Sobre as questões de incumprimento por parte dos alunos dos seus deveres estipulados no Regulamento Interno, sempre a escola tem procurado, internamente, reflectir sobre a sua causa e aplicar as medidas adequadas: disciplinares preventivas e de integração, ou disciplinares sancionatórias, conforme a gravidade do incumprimento.

Esta situação resulta da aplicação dos normativos da lei (Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário) que sempre remeteu a resolução da questão para a comunidade educativa, nos casos do cumprimento das medidas de integração na comunidade educativa.

De acordo com o artigo 17º do Decreto-Lei nº270/98, de 1 de Setembro *“As actividades de integração na comunidade educativa consistem no desenvolvimento de tarefas de carácter pedagógico que contribuam para o reforço da formação cívica do aluno e promovam um bom ambiente educativo”*. A Lei nº 30/2002, de 30 de Dezembro, no nº1 do artigo 31º sobre as actividades de integração na escola *“ ... traduzem-se de um programa de carácter obrigatório, que contribuam para o reforço da sua formação cívica (...) da sua plena capacidade de integração na comunidade educativa, do seu sentido de responsabilidade e das suas aprendizagens”*.

Mais recentemente a Lei nº 3/2008, de 18 de Janeiro, no nº3 do artigo 24º, estabelece que *“as medidas correctivas e disciplinares sancionatórias devem ser aplicadas em coerência com as necessidades educativas do aluno e com os objectivos da sua educação e formação, no âmbito, tanto quanto possível, no desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projecto educativo da escola e de acordo com o regulamento interno”*, para no nº6 do artigo 26º, sobre medidas correctivas, referir *“ Compete à escola, no âmbito do regulamento interno, identificar as actividades, o local e período de tempo durante o qual as mesmas ocorrem e, bem assim, definir as competências e procedimentos a observar, tendo em vista a aplicação e posterior execução da medida correctiva”*.

Procedemos à sinalização e identificação de novas ofertas educativas, potenciadoras da melhoria e consolidação das aprendizagens em relação ao

Estatuto do Aluno, consubstanciado no cumprimento de medida disciplinar sancionatória/correctiva, devidamente enquadrado por plano de acompanhamento e supervisão, (cf. Anexo 18), tendo apurado as seguintes conclusões:

- existe uma grande abertura por parte das instituições, em especial, associações e autarquias, para colaborar com o Agrupamento, na execução destas medidas, mediante a colaboração do director de turma com um tutor local. A nosso ver não faz sentido que um aluno duma freguesia rural se desloque à escola, ou permaneça na escola por mais tempo, podendo cumprir serviço cívico ou voluntariado, na sua área de residência;
- foram identificadas potencialidades ao nível da oferta formativa nas seguintes áreas de actividade económica: equipamentos e serviços (nas juntas de freguesias e instituições com fins religiosos), actividade recreativa cultural e lazer (associações, bandas de música, casa do povo e grupos desportivos) e educação (noutros estabelecimentos de ensino, escolas de música, comunitárias e de ensino especial), exemplificado na seguinte

Tabela:

Tabela 106 - Instituições com ambientes de aprendizagens disponíveis, potenciadoras de novas ofertas educativas, na dimensão Estatuto do Aluno

Dimensão da oferta educativa	Instituições com ambientes de aprendizagens disponíveis	Freguesias com disponibilidade
Estatuto do Aluno	Grupo União e Recreio Azarujense; EB1 de Azaruja; Núcleo Associado Jovens Azarujenses (NAJA); Associação de Defesa dos Interesses e Cultura da Azaruja (ADICA); Associação de Desenvolvimento e Solidariedade de Azaruja (ADSA); Junta de Freguesia de S. Bento do Mato	S. Bento do Mato
	Cercidiana; Escola EB1 de Frei-Aleixo; Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português, Agrupamento Nº 37; Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima; Associação Moradores do Bairro do Bacelo; 4ª Dimensão - Associação Paroquial; Junta de Freguesia de Bacelo	Bacelo
	Casa do Povo de Canaviais; EB1 de Canaviais; Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade Social (ARASS); Associação Sócio-Terapêutica de Évora; Junta de Freguesia de Canaviais	Canaviais
	Casa do Povo de Graça de Divor; EB1 de Graça de Divor; Associação de Idosos e Reformados Nossa Senhora Graça de Divor; Associação Juvenil de Graça de Divor; Junta de Freguesia de Graça do Divor	Graça de Divor

Dimensão da oferta educativa	Instituições com ambientes de aprendizagens disponíveis	Freguesias com disponibilidade
	Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede; EB1 de Nossa Senhora de Machede; Grupo de Jovens de Nossa Senhora de Machede; Corpo Nacional de Escutas, Agrupamento 1191 de Nossa Senhora de Machede; Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede	Nossa Senhora de Machede
	Associação para o Desenvolvimento Comunitário – Suão; Casa do Povo de S. Miguel de Machede; Escola EB1 de S. Miguel de Machede; Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede	S.Miguel de Machede

Em nosso entender, seria positivo a criação do papel de **tutor-local** de educação, em estreita colaboração entre a escola, as associações, os grupos desportivos e as autarquias, assumindo-se este como uma referência de valor educativo acrescentado ao nível do território em que o aluno se insere.

7.5.3 – Cursos de Educação Formação

É longo o historial do AE4E em relação à dinamização desta oferta educativa, como forma de combate ao insucesso e abandono escolar.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, no artigo 19, nº1, refere que “*A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida activa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.*”

O Despacho Conjunto nº453/2004, de 27 de Julho, de acordo com o nº 2 (...) “*os cursos de tipo 2, com a duração de dois anos e conferindo o nono ano de escolaridade e uma qualificação profissional de nível 2 destinam-se a jovens, em risco de abandono, que completaram o sexto ano de escolaridade ou frequentaram, com ou sem aproveitamento, o sétimo ano de escolaridade ou ainda aqueles que frequentaram, sem aproveitamento, o oitavo ano de escolaridade*”.

Esta é uma excelente forma de consolidar conhecimentos teóricos adquiridos. Os alunos podem ter acesso a outro tipo de fontes de informação, contactar com tecnologias e técnicas que se encontram para além das situações simuláveis, durante a formação face aos meios disponíveis na escola, têm a oportunidade de experimentar actividades concretas, no mundo real do trabalho. Estas práticas dão sentido aos conhecimentos adquiridos na escola, desenvolvendo os hábitos de trabalho, o espírito empreendedor, o sentido de responsabilidade profissional e o conhecimento de estratégias de procura activa de emprego.

Esta situação traz também, a nosso ver, vantagens para a comunidade, como sejam: preparar os alunos para a sua inserção na vida activa; dispor de jovens motivados para trabalhar para a comunidade e a possibilidade de incorporar como colaboradores qualificados jovens da comunidade.

Procedemos à sinalização e identificação de novas ofertas educativas, potenciadoras da melhoria e consolidação das aprendizagens na área dos Cursos de Educação Formação (cf. Anexo 18), tendo apurado as seguintes conclusões:

- em relação aos cursos em funcionamento (Técnico-Comerciais, Práticas Administrativas e Serralharia Civil), existem ainda muitas potencialidades por explorar. A nosso ver não faz sentido que um aluno duma freguesia rural se desloque a uma empresa localizada em Évora, podendo aí realizar o estágio profissional;
- face à experiência adquirida pelo Agrupamento nesta área de formação nos últimos anos e às potencialidades detectadas, podemos afirmar que existem boas perspectivas de serem criados novos cursos de educação formação nas seguintes áreas: geriatria, hotelaria, empregado de mesa / bar, recepção e atendimento; carpintaria e desporto, de acordo com a seguinte Tabela:

Tabela 107 - Instituições com ambientes de aprendizagens disponíveis, potenciadoras de novas ofertas educativas, na dimensão Cursos de Educação Formação

Dimensão da oferta educativa	Instituição com ambientes de aprendizagens disponíveis	Freguesias com disponibilidade
Cursos de Educação Formação	Snack-Bar GURA; Grupo União Recreio Azarujense;	S. Bento do Mato
	Grupo Futebol Eborense; Associação Moradores do Bairro do Bacelo; Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima, Associação de Idosos e Reformados do Bacelo (AIRB);	Bacelo
	Grupo Desportivo e Recreativo de Canaviais; Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos dos Canaviais (ARPIC); Adelino Ourives, móveis de cozinha, mobílias e restauro;	Canaviais
	Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Graça de Divor;	Graça de Divor
	União Desportiva Machedense;	Nossa Senhora de Machede
	Amigos, Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Miguel de Machede;	S. Miguel de Machede

Face a esta realidade, torna-se necessário reorientar e reforçar estas alternativas educativas, criando uma rede de colaboração entre todos os ambientes de aprendizagem, na área de influência do Agrupamento, como defende Dias & Sebastião (1999: 52) quando refere que *“No que respeita à abertura da educação e da formação a todas as formas de cooperação, os membros do Grupo de Reflexão consideram como fundamental o desenvolvimento de todos os tipos de associação com os demais actores sociais – em particular com as colectividades locais”*.

Parece-nos ainda pertinente a criação dum órgão municipal - **Conselho Municipal para a Formação** - que funcione em articulação com os agrupamentos de escolas, escolas secundárias e profissionais, as empresas, as Juntas de Freguesia, e o Instituto de Emprego e Formação Profissional, podendo surgir numa óptica de recomposição do actual Conselho Municipal de Educação. Este órgão teria como função regular a oferta formativa e potenciar uma nova dinâmica

de rotinas, uma vez que, neste momento, são as escolas que propõem os cursos, mediante os recursos físicos e humanos, e só depois é que contactam as empresas para estabelecer protocolos de estágios para os formandos para daí a dois anos. Nesse período não há qualquer contacto entre a escola e a empresa.

Este órgão teria também a função, a nível regional, de concertar a oferta formativa, dado que, actualmente, existem instituições que oferecem a mesma formação, concorrendo desnecessariamente entre si e de auscultar o tecido empresarial para verificar as necessidades de formação a médio e longo prazo. Outra competência que a nosso ver este órgão poderia desempenhar seria a de estabelecer uma continuidade na formação, garantindo assim a sequencialidade entre os diferentes níveis de ensino.

7.6 – Um Novo Paradigma de Carta Educativa

Os actuais projectos educativos nas escolas e as cartas educativas, ao nível dos concelhos, não se constituem como documentos estruturantes, são estáticos e, por isso, limitados. Por natureza dos normativos e por tradição, aquando da sua elaboração, consideram-se as partes, em detrimento do todo. Propõe-se, geralmente, trabalhar com a comunidade, de forma abstracta, sem a conhecer de forma empírica, sem conhecer as suas intenções e potencialidades, o que não nos parece o melhor método, acabando os resultados por ficarem sempre aquém dos desejáveis. As ligações entre escola e comunidade acontecem quase sempre de forma unilateral, desgarrada e sem um tronco comum de acção.

A nosso ver, deve procurar-se, para além da escola, novos recursos de forma sistémica e contínua, novas energias e outros ambientes de aprendizagem, que possam potenciar a acção educativa da escola. Eles existem e dão vida e dinâmica a essas comunidades.

Esta lógica é sustentada por Caride quando refere que:

“as novas dinâmicas comunitárias devem ser concebidas como um processo de transformações estruturais, em que participem e se responsabilizem todos os membros da comunidade, com finalidades auto construtivas que se sintonizam com uma aspiração de desenvolvimento endógeno e sustentável, cujo último objectivo é melhorar a qualidade de vida.” (1998: 238)

Esse caminho poderá fazer-se através da construção duma verdadeira **Carta Educativa de Agrupamento**. Esta tem como ponto de partida o Projecto Educativo de Escola, indo depois ao encontro do território em que se insere. Esta via conduzirá ao levantamento dos recursos existentes e à procura de parcerias com associações locais, que podem ajudar na integração dos alunos nos seus meios, auxiliá-los na consolidação das aprendizagens, na ocupação de tempos livres e na sua vida escolar.

As Cartas Educativas poderão proporcionar a autonomia das escolas, mas o importante não é deixar de depender dos serviços centrais ou regionais, mas facilitar o bem público da comunidade onde esta se insere. Ao assumir a sua autonomia, a escola define os seus objectivos, toma as suas decisões, opta por determinadas estratégias para as implementar e reflecte criticamente sobre os resultados que vai obtendo.

As Cartas Educativas apresentam-se como uma forte referência de mudança, permitindo a abolição do espectro de uma escola unicamente curricular e implementando estratégias para que esta se torne numa escola pluridimensional e extracurricular.

Neste processo, para uma verdadeira autonomia, devem os territórios organizar-se, estruturar-se, de forma a darem respostas a essas necessidades de aprendizagem e de aculturação. É numa procura de melhoria de aprendizagens, de vivências e numa crescente melhoria de qualidade de vida das crianças e jovens que a escola deve, em parceria com as instituições do território, unir esforços, contactando, em suma, com as dimensões plurais do acto educativo, na procura do mais elementar espírito de equidade, de cidadania e de justiça social. A escola que se pretende é uma escola criadora, ligada à vida e à exigência pessoal dos alunos, que chama a si as culturas regionais e a comunidade. Neste sentido, é necessário instituir uma escola com dupla dimensão: a curricular e a que dê verdadeiramente novas oportunidades à vasta heterogeneidade do seu público. Uma não deve prescindir da outra, de forma que, através dela, o conhecimento chegue aos alunos de forma mais fácil. A acção dos Conselhos Executivos/Director é dar voz a esta preocupação e procurar, no território do seu Agrupamento, as energias disponíveis, para em conjunto contribuir para a aprendizagem e promoção pessoal dos nossos alunos.

A nossa concepção de um novo paradigma de Carta Educativa, assenta nestes pressupostos:

- conhecer e caracterizar a realidade do Agrupamento;
- conhecer e caracterizar a realidade sócio-económica e demográfica da área geográfica do Agrupamento;
- conhecer e caracterizar as instituições existentes;
- identificar e caracterizar os ambientes de aprendizagem;
- procurar nesta realidade parcerias (ou convivências educativas), para o desenvolvimento de projectos;
- procurar promover no território constantes estímulos de aprendizagem, facilitadores da missão educativa da escola;
- entre todos, definir um caminho, tendo em vista o sucesso educativo, pessoal e profissional das pessoas do território.

Não querendo ser abusivos, avançamos com o conceito adequado a este novo paradigma *“documento estruturante com vista ao sucesso educativo e bem-estar da comunidade, envolvendo um compromisso entre a escola e seus actores: pessoal docente, alunos, pessoal não docente, pais e encarregados de educação e as instituições da comunidade”*.

Deve a escola ser a precursora desta aproximação escola/comunidade, devido à sua missão e pela especialização dos seus recursos humanos. Caber-lhe-á, face aos inúmeros desafios vindos do exterior, seleccionar os seus parceiros e, conjuntamente, partirem em busca do sucesso, na garantia de retorno desse mesmo sucesso.

Os caminhos que aqui apontamos procuram, na comunidade, através da aproximação de recursos e pessoas, um tempo educativo de excelência: a entreajuda onde o passado, o presente e o futuro se cruzam simultaneamente em torno do processo de ensino/aprendizagem. Entendemos ser possível, *“haver mais escola”*, fora do espaço da escola, criando assim ambientes escolares mais amplos geograficamente.

Antecipar o futuro, deve ser o papel da escola. O futuro, ainda que o imediato, carece já de novas competências a desenvolver pelos nossos alunos, devendo o papel da escola ser por eles devidamente entendido. Porque esse amanhã existe e corresponde sempre à vontade espelhada no imaginário dos nossos alunos.

Capítulo 8 – Considerações Finais

8.1 – Nível Crítico da Investigação

Finalizada esta investigação, pensamos que foram abordados e atingidos os objectivos inicialmente apresentados para a sua concretização.

Esta investigação sujeita-nos a pensar na realidade que o AE4E e a comunidade enfrentam e num caminhar paralelo no desenvolvimento do processo de aprendizagem. Uma realidade onde os conceitos de educação, aprendizagem e parceria poucas vezes se cruzam, situação essa contrária à vontade de quase todos os intervenientes.

A nossa investigação iniciou-se a partir da identificação do problema/ questão de partida: De que forma é que a existência de ambientes de aprendizagem não formal e informal no território/comunidade pode enquadrar e reforçar as aprendizagens formais e a relação com a escola?

Esta foi a luz que nos guiou desde o início até esta parte da investigação. Partimos ao encontro da comunidade, de acordo com a cartografia realizada, seleccionámos a amostra, tendo concluído da grande existência de actividades que envolvem aprendizagens generalizadas por todas as freguesias que integram a área geográfica do AE4E. Esta enorme disponibilidade abrange uma grande quantidade de intervenientes de todas as idades e cria, em muitas instituições, uma abertura para a manutenção e instalação de novos ambientes de aprendizagem. Constatámos que esses ambientes de aprendizagem podem ser relevantes no processo ensino/aprendizagem dos alunos do AE4E.

Em relação às questões orientadoras da investigação constatámos **os seguintes contributos:**

- existe um enorme potencial educativo nas instituições relativas à nossa amostra, sendo um factor potenciador das aprendizagens existentes e gerador de novas ofertas educativas para os alunos do AE4E;
- as instituições, além de já promoverem parcerias para a prossecução das suas actividades que envolvem aprendizagens com outras entidades, mostraram-se bastante receptivas em estabelecer parcerias com o AE4E;
- foram encontradas possíveis direcções a percorrer num projecto comum de parcerias entre a maioria dessas instituições e Agrupamento, sempre numa perspectiva reforçadora das aprendizagens e no fortalecimento dessas instituições e do AE4E.

Pelo exposto, julgamos que as nossas preocupações de partida, as linhas mestras de orientação que traçámos, foram atingidas.

A este facto não são alheios os seguintes aspectos:

- a abertura de todas as instituições que fizeram parte da nossa amostra em colaborar no estudo;
- a adequação dos instrumentos de pesquisa ao momento e ao objecto de estudo;
- a utilização do Questionário das Aprendizagens Institucionais (Q.A.I. I e II), do Centro de Investigação em Educação e Psicologia, da Universidade de Évora, já testado em estudos similares;
- a duração de cerca de um ano que durou a realização da investigação, tornando-a gradualmente complementar, não existindo quebra de ritmo e disfunção da informação;
- a nossa proximidade com a realidade em estudo.

Permitimo-nos, no entanto, realçar aqui algumas **limitações na nossa investigação:**

- as conclusões não são generalizáveis para outras comunidades educativas, embora em investigações por nós consultadas, face ao mesmo tipo de questões por nós levantadas se tenha chegado a conclusões semelhantes (Calhau, 2006⁽¹⁾ e Pires, 2007⁽²⁾);
- o limite temporal em que decorreu a investigação (ano de 2007), pode limitar algumas das conclusões a que chegámos pela pouca sustentação;
- ao longo da investigação foram levantadas hipóteses que, pelo limite temporal, não puderam ser analisadas e que poderiam contribuir para o enriquecimento da investigação;
- o desempenho da actividade profissional em simultâneo com a realização da dissertação de Mestrado, limitou-nos, na medida em que nem sempre dispúnhamos do tempo necessário para a realização da investigação;
- a inexistência no terreno de projectos concretos nesta área de forma a

⁽¹⁾ Parcerias entre Escolas e outras Instituições do Concelhos de Moura, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

⁽²⁾ Avaliar o Impacto das Novas Medidas de Política Educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na Oferta local dos Ambientes de Aprendizagem: o caso do Concelho de Gavião. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

aferir da sua viabilidade, podendo ser um elemento de referência para a investigação;

- não existir enquadramento legal para uma Carta Educativa de Agrupamento;
- o facto de ter sido o nosso primeiro estudo de investigação.

Temos a noção que a nossa investigação " *se pouco contribuirá para o estado geral da arte, contribuirá bastante, assim o esperamos, para o estado da arte no território em estudo*" (Nico, 2001:486).

Esta investigação foi focalizada na área de intervenção educativa do AE4E, pelo que os resultados aqui alcançados constituem um contributo importante na definição das linhas orientadoras da missão, projecto educativo, projecto curricular de escola e plano anual de actividades. Foram também, a nosso ver, criados os pressupostos teóricos e técnicos que consubstanciam a Carta Educativa do Agrupamento.

8.2 – Nível Crítico para o Investigador

Referimos, no Capítulo 6, a posição que ocupamos no AE4E e de como essa situação nos permitia mais facilmente entender a realidade com vantagens para a pesquisa de tipo etnográfico. Conforme referimos no Capítulo 5, este tipo de investigação tem ainda outra relação de proximidade com o investigador e que tem a ver com o associativismo, a que está ligado desde muito jovem. Crescer nesse meio, como membro associado de várias associações, posteriormente como membro dos órgãos sociais, em paralelo com a actividade docente e de gestão em vários estabelecimentos de ensino, foi também determinante para a escolha do tema em estudo, sabendo de antemão, das possibilidades e potencialidades que daí adviriam.

Convém que nos debrucemos mais sobre as potencialidades, com as quais, honestamente não contávamos, porque ao longo do trajecto de vida atrás referido sempre analisámos as partes, individualmente e somente de acordo com os seus objectivos. No nosso estudo partimos para o todo, sem preconceitos e concluímos que no território em estudo, o todo pode funcionar em conjunto, deixando ao nosso dispor um mar de oportunidades. Este estudo permitiu-nos encarar de outro prisma os nossos conceitos de escola, aprendizagem, educação, comunidade,

território e instituições e apercebermo-nos de que a vida pode ser melhor para todas as pessoas que aí vivem. Este projecto de investigação foi uma forma de aperfeiçoamento pessoal, procura de melhoria das nossas competências profissionais, mas acima de tudo uma grande lição de vida pelos novos horizontes criados. Pelo trabalho desenvolvido, pelos laços de afectividade criados no território, as potencialidades atrás referidas detectadas, um novo paradigma de actuação se instalou, quase sem querer nas nossas acções educativas vindouras. Disso, não duvidamos.

8.3 – Sugestões e Recomendações

Foi longo o caminho percorrido e por isso, ao longo da presente investigação, foram surgindo algumas questões que nos mereceram maior reflexão e também alguma preocupação. Aqui expressamos o seu registo, no sentido de que possam ser tidas em consideração ou o seu devido encaminhamento a quem de direito:

- Constatámos que nas freguesias rurais existe uma tendência acentuada de perda de população, uma alta taxa de envelhecimento associada a uma elevada taxa de analfabetismo nesta faixa etária. Torna-se urgente uma aposta em medidas concretas que invertam a situação: disponibilidade a baixo custo de terrenos para construção para fixação de novos casais jovens, revitalização das zonas industriais que promovam a instalação de pequenas e médias empresas, aposta crescente em projectos com carácter comunitário envolvendo as instituições locais e o AE4E como factor de criação de laços afectivos entre os jovens e a sua comunidade e a dinamização no âmbito do Programa Novas Oportunidades de cursos B1, B2 e B3;
- Verificámos que um grande número de instituições tem dificuldades na constituição dos órgãos sociais e estes, na sua maioria, não têm qualquer formação na área. Lançamos o desafio ao AE4E para a promoção de formação no âmbito do dirigismo associativo, de modo a que as dificuldades sejam ultrapassadas,
- Concluímos que existem associações que revelam muitas dificuldades no seu funcionamento diário, mas ao mesmo tempo muita vontade e determinação em desenvolver projectos e parcerias. A nosso ver esta

disponibilidade, poderia ser potenciada pelo AE4E e pela autarquia, sendo selectiva, aquando da atribuição de subsídios;

- Concluimos que existem empresas e associações que estão a funcionar bastante aquém das suas potencialidades. Neste sentido, parece-nos que seria vantajosa uma maior aproximação no caso das empresas com as associações do sector e em certos casos com o AE4E. No caso das associações, seria benéfico um trabalho conjunto com as Juntas de Freguesia e o AE4E;

- Constatámos que muitas das actividades que envolvem aprendizagens, sendo avaliadas, não são posteriormente certificadas. Como forma de valorização dessas aprendizagens e dos seus intervenientes, parece-nos ajustado que as instituições fizessem um esforço no sentido de certificar as aprendizagens, dando assim um contributo para um possível processo de RVCC desses formandos;

- Verificámos que a grande maioria das actividades que envolvem aprendizagens se destinam aos jovens e adultos em idades activa, destinando-se apenas uma pequena parte aos idosos. Não faz sentido a nosso ver que a situação se mantenha, dada a necessidade destes de acederem a projectos desta natureza;

- Outra preocupação que se tornou evidente foi que tanto as empresas como as associações e grupos recorrem frequentemente a formadores internos e voluntários, por não terem meios financeiros. Esta situação poderá tornar as actividades menos atractivas e a qualidade das mesmas aquém do desejado pelos intervenientes. Pensamos que o AE4E, recorrendo à actividade não lectiva de alguns docentes, em determinadas situações, poderia ser uma mais-valia nesta área;

- Constatámos que a formação oferecida pelo AE4E nem sempre é coincidente com as necessidades da comunidade. Pensamos que seria benéfico a criação dum grupo de trabalho que se debruçasse sobre as carências ao nível das necessidades de emprego a médio e longo prazo no concelho, promovesse a sua divulgação e articulação junto das entidades formadoras e favorecesse um percurso sequencial entre estas, os diferentes níveis de ensino, a Universidade e o mercado de trabalho;

- Face à actual situação demográfica e económica, e às difíceis condições de funcionamento de algumas instituições, não se torna sustentável que todas se mantenham em actividade. As autoridades competentes, parece-nos que deviam estar com atenção a este fenómeno, dada a importância deste tipo de instituições junto das comunidades.

Face ao desenvolvimento da nossa investigação, pelos dados recolhidos e conclusões apresentadas, julgamos estarem criadas as condições que possibilitem outras investigações. São essas possibilidades que aqui deixamos registo:

- Face à questão acima levantada, qual será a linha de tendência dos ambientes de aprendizagem oferecidos na área de influência do AE4E?
- Qual será a reacção dos intervenientes face à disponibilidade desses ambientes de aprendizagens e que consequências positivas para eles daí advirão?
- Face à diversidade de actividades que envolvem aprendizagens, será possível a criação dum plano de formação conjunto ao nível do concelho, de acordo com as necessidades e as escolhas dos intervenientes?
- Das associações e grupos desportivos analisados, nenhum apresenta, no plano de actividades, de forma contínua, projectos de actividades que envolvam aprendizagens em parceria com o AE4E. Estarão essas instituições dispostas a uma mudança de paradigma?
- Das empresas analisadas, nenhuma apresentou plano de actividades. Estarão as empresas dispostas a elaborar anualmente, um plano de actividades, e a integrar nesse plano o desenvolvimento de projectos conjuntos com as associações locais e o AE4E?
- Com outros recursos e mais tempo será possível a construção duma verdadeira carta Educativa do Concelho de Évora, de acordo com o enquadramento que aqui espelhámos?
- Estará o AE4E disponível para diversificar as suas práticas, adequando continuamente os seus currículos à realidade da comunidade local e aos projectos emergentes?
- Não será a construção duma verdadeira Carta Educativa um caminho a seguir por todos os Agrupamentos de Escolas? Estarão dispostos? Estarão disponíveis?

- Agora que se avizinham novas competências para as autarquias em matéria de educação, estará a autarquia de Évora disposta avançar para um novo paradigma de Carta Educativa para o concelho?

Ao terminarmos a nossa investigação, sabemos reconhecer as virtudes da natureza deste estudo, a potencialidade das informações recolhidas e das conclusões a que chegámos. Em consequência desse reconhecimento uma nova luz se fez sobre as relações escola e comunidade na área de intervenção do AE4E. É essa luz que iluminará os nossos sonhos, esforços e os passos numa breve e futura investigação.

Bibliografia

AAVV (1984). “Educação”. In *Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*, vol II. Lisboa: Editorial Verbo.

AAVV (2001). “Educação”. *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Editorial Verbo.

AAVV (s/d). “Educação”. In *Enciclopédia Luso – Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo.

Almeida, L. & Freire, T. (2003). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios.

Ausubel, D. (2003). *Aquisição e Retenção de Conhecimentos: Uma Perspectiva Cognitiva*. Lisboa: Paralelo Editora Lda.

Azevedo, C. & Azevedo, A. (2004). *Metodologia Científica, Contributos Práticos para a Elaboração de Trabalhos Académicos*. Lisboa: UCE.

Azevedo, J. (1995). “Educação e Comunidade Local”. In *Educação, Comunidade e Poder Local e Sociedade, Actas do Seminário*. Lisboa: CNE/ME.

Bandura, A. (1971). *Social Foundations of Thought and Action, A social Cognitive Theory*, New Jersey. Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs.

Barroso, J. (1992). *Fazer das Escolas um Projecto*. Lisboa: Educa.

Barroso, J. (1996). *Autonomia e Gestão das Escolas*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Barroso, J. (2006). “A Autonomia das Escolas: Retórica, Instrumento e Modo de Regulação da Acção Política”. In *Textos da*

Conferência Internacional. *A Autonomia das Escolas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Bell, J. (1997). *Como realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Edições Gradiva.

Berbaum, J. (1992). *Desenvolver a Capacidade de Aprender*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.

Berbaum, J. (1993). *Aprendizagem e Formação*. Porto: Porto Editora.

Bernet, J. (1993). *Otras Educaciones*. Barcelona: Editorial Anthropos.

Bogdan, R. & Biklen, Sari (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Bruner, J. (1998). *O Processo da Educação*. Lisboa: Edições 70.

Bruner, J. (1999). *Para uma teoria da Educação*. Lisboa: Relógio de Água Editores.

Bruner, J. (2000). *Cultura da Educação*. Lisboa: Edições 70.

Bruyn et al. (1991). *Dynamique de la Recherche en Sciences Sociales*. Vendôme: Presses Universitaires de France.

Cabanas, J. (2002). *Teoria da Educação, Concepção Antinómica da Educação*. Porto: Edições ASA.

Calhau, C. (2006). *Parcerias entre Escolas e outras Instituições do Concelhos de Moura*, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Canário, B. (1995). *Partenariado Local e Mudança Educativa*. Lisboa: Inovação.

Canário, R. & D`Espiney, R. (1994). *Uma Escola em Mudança com a Comunidade*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Canário, R. (1997). “Educação e Perspectivas de Desenvolvimento no Interior”. In *Debates da Presidência da República - Perspectivas de Desenvolvimento no Interior*. 31-45. Lisboa: INCM.

Canário, R. (2000). *Educação de Adultos, Um Campo e uma Problemática*. Coimbra: Educa e Autor.

Canário, R. (2006). *A Escola tem Futuro? Das Promessas às Incertezas*. Porto Alegre: Artmed Editora, SA.

Caride A. (1998). La Escuela en el Medio Rural. Crónica e Alternativas para la Reconstrucción de una Identidade in Crisis. In *Aula de Innovación Educativa*, nº 77.

Caride, A. (2000). Escolas e Comunidade na Construção de uma Sociedade Pluralista. In F. Trillo, (Coord.). *Os Valores da Escola e do Curriculum*. Lisboa: Instituto Piaget.

Carmo, H. & Ferreira, M. (1998). *Metodologia para a Investigação, Guia para a Auto-Aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta.

Carvalho, A. (2003). “Carta de Princípios de uma cidade educadora”. In *A Página da Educação*. Ano 12, nº129.

Cavaco, C. (2002). *Aprender Fora da Escola*. Lisboa: Educa e Autor.

Costa, J. (1991). *Gestão Escolar, Participação, Autonomia – Projecto Educativo da Escola*. Lisboa: Texto Editora.

Costa, J. (2004). *Gestão Curricular, Percursos de Investigação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Correia, L. (1997). *Alunos com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*. Porto: Porto Editora.

Davies, D. (1994). *Parcerias, Pais – Comunidade – Escola. Três Mensagens para Professores e Decisores Políticos*. Inovação.

Delors, J. (Org.) (1996). *Educação, um Tesouro a Descobrir - Relatório para a Unesco da Comissão Internacional para o Século XXI*. Lisboa: Edições Asa.

Dias, J. & Sebastião, L. (1999). *Educação e Construção Europeia no Dealbar do Terceiro Milénio*. Évora: A.E.D.E.

Estêvão, C. (2004). *Educação, Justiça e Autonomia – Os Lugares da Escola e o Bem Educativo*. Porto: Edições Asa.

Estêvão, C. (2004). *Globalização, Metáforas Organizacionais e Mudança Educacional*. Porto: Edições Asa.

Favinha, M. (2006). *A Direcção de Turma e a Mediação: a Coordenação da Gestão Curricular no 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutora em Ciências da Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Font, M. (1992). *Aprendo a Pensar 3ª*. Madrid: Pascal Investigación Educativa.

Font, M. (1992). *Aprendo a Pensar, Manual del professor III*. Madrid: Pascal Investigación Educativa.

Formosinho, J. (1986). *Organização e Administração Escolar, Área de Análise Social e Organizacional da Educação*. Braga: Universidade do Minho.

Formosinho, J. (1988). *Princípios Gerais da Direcção e Gestão das Escolas*. Lisboa: ME-GEP.

Formosinho, J. (1989). *De Serviço de Estado a Comunidade Educativa: Uma Nova Conceção Para A Escola Portuguesa*. In *Revista Portuguesa de Educação*, Volume 2, nº1. Braga: Universidade do Minho.

Formosinho, J. et al. (2000). *Políticas Educativas e Autonomia das Escolas*. Porto: Edições ASA.

Gal, R. (1976). *História da Educação*. Lisboa: Editorial Veja.

Gil, A. (1996). *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A.

Gomes, J. (1997). *O Projecto Educativo de Escola*. Braga: Edições APPACDM.

Gomes, J. (1997). *O Projecto Educativo de Escola e a sua Influência na Gestão dos Estabelecimentos de Ensino Básico e Secundário*. Braga: Edições APPACDM Distrital de Braga.

Hébert, M. et al. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.

Hill, M. & Hill, A. (2005). *Investigação por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.

Huberman, A. & Miles, M. (1991). *Analyse des donnés qualitatives: Recueil de Nouvelles Méthodes*. Bruxelas: De Boek Université.

INE (2001). *Censos 2001: Resultados Definitivos: XIV Recenseamento Geral da População: IV Recenseamento Geral da Habitação.* Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Leite, C. (2002). *O Currículo e o Multiculturalismo no Sistema Educativo Português.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Leite, C. (2003). *Para uma Escola Curricularmente Inteligente.* Lisboa: Edições ASA.

Lemos, J. et al. (1995). *Dinâmicas e Perspectivas Demográficas.* Colecção Divulgação n.º 8, DGOTDU.

Lessard, M. et al. (1990). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas.* Lisboa: Instituto Piaget.

Lessard, M. (1996). *Pesquisa em Educação.* Lisboa: Instituto Piaget.

Libâneo, J. (Org. (1998). *Pedagogia e Pedagogos, Para Qué?.* São Paulo: Cortez Editora.

Lima, L. (1989). *Gestão das Escolas Secundárias. A Participação dos Alunos.* Lisboa: Livros Horizonte.

Lima, L. (1989). Modelos de Organização na Escola Básica e Secundária. Para uma Direcção Democrática e uma Gestão Profissional. *In CRSE, A Gestão do Sistema Escolar.* Lisboa: Ministério da Educação.

Lima, L. & Afonso, A. (2002). *Reformas da Educação Pública, Democratização, Modernização, Neoliberalismo.* Porto: Edições Afrontamento.

Lima, M. (1995). *Inquérito Sociológico, Problemas de Metodologia.* Lisboa: Editorial Presença.

Macedo, B. (Org.) (1996). *O partenariado na Escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional

Marques, M. (1994). *A decisão Política em Educação. O Partenariado Sócio-Educativo como Modelo Decisional. O Caso das Escolas Profissionais*. Porto: Edições Afrontamento.

Marques, M. (2000). *O Partenariado na Escola*. Cadernos de Organização e Gestão Escolar nº 5. Instituto de Inovação Educacional.

Marques, R. (1997). *Educação Social na Escola Básica: Modelos e Métodos*. Lisboa: Livros Horizonte.

Moreira, A. & Pacheco, J. (2006). *Globalização e Educação. Desafios para Políticas e Práticas*. Porto: Porto Editora.

Neto, A. (s/d). *Diversidade e cooperação metodológica: Um imperativo na investigação educacional, Projecto Dianoia*. Lisboa: Departamento de Educação FCUL.

Neto, A. et al. (2002). *Linguagem e Pensamento, Aprendizagem e Desenvolvimento: Curso de Complemento de Formação*. Évora: Universidade de Évora.

Nico, B. (2001). *Tornar-se Estudante Universitário: contributo do Conforto Académico na definição de uma estratégia Curricular de Sucesso*. Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Nico, B. (2002). *Cartografia educacional das freguesias de S. Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede e Torre de Coelheiros*. Évora: Universidade de Évora (policopiado).

Nico, B. (2004). “Cartografia das aprendizagens da freguesia de Torre de Coelheiros - a dimensão institucional”. *In Actas do III Simpósio sobre a organização e gestão escolar – políticas e gestão local de educação*. Aveiro: Universidade de Aveiro

Nico, B. et al. (2004). *Aprender no Alentejo – I Encontro Regional de Educação*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Nico, B. et al. (2004). *Aprender no Alentejo – II Encontro Regional de Educação*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Nico, B. et al. (2005). *Aprender no Alentejo – III Encontro Regional de Educação*. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Nico, B. (Org.) (2008). *Aprendizagens do Interior: Reflexões e Fragmentos*. Mangualde: Edições Pedagogo.

Nunes, L. (2001). Normas de Elaboração de uma Tese de Mestrado. Lisboa: IDGE/ISCTE.

Oliveira B. et al (s/d). *Manual para Elaboração da Carta Educativa*. Lisboa: Ministério da Educação.

Patrício, M. (1983). *Teoria da Educação*. Évora: Universidade de Évora (edição policopiada).

Patrício, M. (1993). *Lições de Axiologia Educacional*. Lisboa: Universidade Aberta.

Patrício, M. (1996). *A Escola Cultural – Horizonte Decisivo da Reforma Educativa*. Porto: Texto Editora

Pires, P. (2007). *Avaliar o Impacto das Novas Medidas de Política Educativa para o 1º Ciclo do Ensino Básico e Educação de Adultos na Oferta local dos Ambientes de Aprendizagem: o caso do Concelho de Gavião.* Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Mestre em Educação. Évora: Departamento de Pedagogia e Educação da Universidade de Évora.

Quivy, R. & Campenhout, L. (1995). *Manuel de Recherche en Sciences Sociales.* Paris: Dunod.

Raths et al (1976). *Ensinar a Pensar.* S. Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.

Rego, A. (1999). *Uma Perspectiva Histórico – Cultural da Educação.* Petrópolis: Editora Vozes.

Ribeiro, A. (1990). *Desenvolvimento Curricular.* Lisboa: Texto Editora.

Rodrigues, F. & Stoer S. (1998). *Entre Parceria e Partenariado, Amigos, amigos, negócios à parte.* Oeiras: Celta Editora.

Roldão, M. (1995). *O Director de Turma e a gestão Curricular.* Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.

Sarmiento, T. & Marques, J. (org) (2002). *A Escola e os Pais.* Centro de Estudos da Criança.

Savater, F. (1997). *O Valor de Educar.* Lisboa: Editorial Presença.

Sebastião, L. (1998). “Fundamentar a Educação em Tempo de Crise”. In *Filosofia da Educação. Temas e Problemas.* Braga: Universidade do Minho.

Sebastião, L. (2001). “Escola: Aprender o Passado, Inventar o Futuro”. in Manuel Ferreira Patrício (Org.). *Escola, Aprendizagem e Criatividade*. Porto: Porto Editora.

Serrano, G. (1994). *Investigation Cualitativa. Retos e Interrogantes, I. Métodos*. Madrid: La Muralha, SA.

Silvestre, C. (2003). *Educação/Formação de Adultos como Dimensão Dinamizadora do Sistema Educativo/Formativo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Tripa, M. (1994). *O Novo Modelo de Gestão das Escolas Básicas e Secundárias*. Lisboa: Edições ASA.

Tuckman, B. (2002). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ulmann, J. (1982). *O pensamento Educativo Contemporâneo*. Paris : Vrin.

Vygotsky, L. (1978). *Pensamento e Linguagem*. Lisboa. Edições Antídoto.

Webliografia

<http://www.evora.net/jfazaruja/> (acedido a 05/01/2008)

<http://www.evora.net/jfbacelo/> (acedido a 05/01/2008)

<http://www.evora.net/jfcanaviais/> (acedido a 05/01/2008)

<http://www.evora.net/jfgracadivor/> (acedido a 05/01/2008)

<http://www.evora.net/jfnsmachede/> (acedido a 05/01/2008)

<http://www.evora.net/jfnsmiguelmachede/> (acedido a 05/01/2008)

www.cartasocial.pt (acedido a 15/02/2008)

www.cm-evora.pt (acedido a 15/02/2008)

www.cm-evora.pt/pdme (acedido a 15/02/2008)

www.giase.min-edu.pt (acedido a 23/02/2008)

<http://www.eca.usp.br/prof/moran/educatec.htm> (acedido a 23/01/2008)

<http://www.iefp/estatisticas.pt> (acedido a 19/10/2008)

Legislação Consultada

Lei nº 46/86, de 14 de Outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo

Decreto-Lei nº43/89, de 3 de Fevereiro - Regime de Autonomia das Escolas

Decreto-lei nº172/91, de 10 de Maio - Modelo de Direcção, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário.

Decreto-Lei nº 319/91, de 23 de Agosto - Regime Educativo Especial

Despacho Normativo nº27/97, de 2 de Junho - Regulamenta o reordenamento da rede escolar

Lei nº 115/97, de 19 de Setembro - Alteração à Lei nº46/86, de 14 de Outubro

Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio - Regime de autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário

Decreto-lei nº270/98, de 1 de Setembro - Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário

Lei nº24/99 de 22 de Abril - Alteração ao Decreto-Lei nº115-A/98, de 4 de Maio

Lei nº159/99, de 14 de Setembro - Descentralização Administrativa e Autonomia do Poder Local para as Autarquias locais e atribuições de competências na área educativa.

Lei nº169/99, de 18 de Setembro - Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias

Decreto-Lei nº6/2001, de 18 de Janeiro - Reorganização Curricular do Ensino Básico

Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro - Quadro de competências e regime jurídico de funcionamento, dos órgãos dos municípios e das freguesias alterando, a Lei nº169/99 de 18 de Setembro

Decreto-Lei nº209/2002, de 17 de Outubro - Alteração ao Decreto-Lei nº6/2001

Lei nº 30/2002, de 30 de Dezembro - Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário

Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro – Cria os Conselhos Municipais de Educação e elaboração de Cartas Educativas

Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto - Alteração ao Decreto-Lei nº7/2003, de 15 de Janeiro

Despacho conjunto nº453/2004, de 27 de Julho – Cria os Cursos de Educação Formação

Despacho nº22251/2005, II Série, de 25 de Outubro – Cria a escola a tempo inteiro

Decreto-Lei nº115/2006, de 14 de Junho – Estabelece os princípios, finalidades e objectivos da rede social

Despacho nº1259/2006, de 16 de Junho – Desenvolvimento das actividades de animação e de apoio às famílias na educação pré-escolar e de enriquecimento curricular no 1º ciclo

Lei nº 3/2008, de 18 de Janeiro - Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário

Decreto-Lei 3/2008, de 7 de Janeiro - Regulamenta o Ensino Especial

Decreto-Lei nº75/2008, de 22 de Abril - Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário

Despacho nº14460/2008, de 26 de Maio – Estabelece as normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico

Anexos

Anexo 1 – Matriz de caracterização institucional das freguesias

Anexo 1 – Matriz de caracterização institucional das freguesias

Equipamentos e Serviços	Identificação
1- Serviços e Comércio	
. Prestação de serviços	
. Loja	
. Café/Restaurante	
. Padaria	
. Distribuição de produtos	
. Autarquia	
. Guarda Nacional Republicana	
. Paróquia	
. Cabeleireira	
. Barbearia	
. Banco	
2- Actividade Industrial	
. Oficinas	
. Construção Civil	
. Fábrica	
3. Actividade Agrícola	
. Empresa	
. Cooperativa	
4- Transportes e Comunicação	
. Praça de Táxis	
. Transportadora	
5- Educação	
. Educação Pré-Escolar	
. Ensino Básico	
. Escola de Música	
. Escola Comunitária	
. Ensino Especial	
6- Saúde e Segurança Social	
. Centro de Saúde	
. Posto de Medicamentos	
. Lar de Idosos	
. Centro de Dia	
7- Desporto	
. Clube Desportivo	

8- Cultura e Lazer	
. Grupos	
. Associações	
Instituições com carácter educativo (identificar)	

Fonte: Bravo Nico, *Cartografia Educacional das Aprendizagens de S. Miguel de Machede, Nossa Senhora de Machede e Torre de Coelheiros* (adaptado)

**Anexo 2 - Matriz de caracterização institucional da
freguesia de S. Bento do Mato**

Anexo 2 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Bento do Mato

Equipamentos e Serviços	Identificação
1- Serviços e Comércio	
. Prestação de serviços	Caeiro, Administração de Propriedades, Lda; Rustitur - Planos Turísticos e Recreativos Lda; Cetambo, engenharia sanitária e ambiente; Açoreana Seguros; Hotel Rural Monte do Cabeço do Carmo; Trama Design, Marta Ricardo Unipessoal, Lda; Teresa Ricardo, contabilidade e serviços;
. Loja	Lofa das Flores Kiwi; Drogeria/Papelaria Chaveiro; Talho Nova Carnes; Drogeria Gaspar; Loja Filipe; Relojoaria Raposo; Móveis Carmar; Utilidades Mcláudia; Empadaria/Creparia, de Manuel Luís Duarte; Cooperativa Operária de Consumo Azarujense, SCRL; Loja Velharias; Mini-Mercado Camilo Acanhado Fernandes; Mini-Mercado,Rita; Pronto-a-vestir, Teófilo Santana;
. Café/Restaurante	Café/Restaurante Retiro do Caçador; Pastelaria Vasques; Restaurante Bolas; Restaurante Sobreiro; Café/Restaurante Nascer do Sol; Café Snack/Bar Adega Velha; Pastelaria/Cervejaria Snack-Bar, O Tinocas; Bar, os Unidos; Snack-Bar GURA;
. Padaria	
. Distribuição de produtos	
. Autarquia	Junta de Freguesia de S. Bento do Mato;
. Guarda Nacional Republicana	Posto Territorial de Azaruja,
. Paróquia	Igreja de S. Bento do Mato; Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima;
. Cabeleireira	Salão de Beleza;
. Barbearia	
. Banco	Millenium BCP;
2- Actividade Industrial	
. Oficinas	Herman Daamen, máquinas agrícolas; Oficina Auto-Azarujense; Carpintaria Jacinto Abadia; José F.C. Pequito, carpintaria; RF Rosado & Filhos, serralharia civil;
. Construção Civil	RF Rosado & Filhos, construção civil e obras públicas; Manuel Cosme, pintura e construção civil; Azarunível, sociedade de construções de Azaruja, Lda; Feles Inverno, materiais de construção civil;
. Fábrica	Cutelaria Joaquim André Silva Franzina, Herdeiros, Lda; TICA - transformação industrial corticeira Azarujense Lda; Juvenal M. Varela Mira & Filhos, Lda; Norberto dos Santos Ginó; Tiago Melro & Filhos, Lda; Adriano José Carapinha, Ginó & Filhos, Lda; Adriano Sureda Ferrão Tique, Herdeiros, Lda; António Pepe & Mª Lucinda, Lda; Cortiçarte, arte em cortiça Lda; J. Lobato, construções em pavimentos de madeira, Lda; Granaz; Pepe Duque Ferrão e Filhos, Lda; Canelas e Companhia, Lda; Felizardo Mira e Filhos, Lda; Prates Vasques, cortiça,Lda;
3. Actividade Agrícola	
. Empresa	Sociedade Agrícola Herdade da Venda, Lda; Sociedade Agrícola Paço de Camões, Lda;

. Cooperativa	
4- Transportes e Comunicação	
. Praça de Táxis	Táxis Pimpão, Lda; Táxis Godinho, Lda;
. Transportadora	
5- Educação	
. Educação Pré-Escolar	Jardim-de-Infância de Azaruja;
. Ensino Básico	Escola EB1 de Azaruja;
. Escola de Música	Escola de Música da Banda do Grupo União e Recreio Azarujense;
. Escola Comunitária	
. Ensino Especial	Associação Oficina da Courela;
6- Saúde e Segurança Social	
. Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de Azaruja; Flaviano Gusmão, posto de colheita de Azaruja;
. Posto de Medicamentos	Farmácia Santana Unipessoal, Lda;
. Lar de Idosos	Santa Casa da Misericórdia de Azaruja;
. Centro de Dia	Santa Casa da Misericórdia de Azaruja;
7- Desporto	
. Clube Desportivo	Grupo União Recreio Azarujense; Grupo Columbófilo Azarujense; Grupo Desportivo Azarujense;
8- Cultura e Lazer	
. Grupos	GOSMA - Grupo Orgulhoso de ser Motard Alentejano; Grupo Musical Azarujense, «Os Unidos»; Grupo de Amigos do TT; Grupo Cicloturismo Azarujense;
. Associações	Associação de Defesa dos Interesses e Cultura da Azaruja (ADICA); Associação de Desenvolvimento e Solidariedade de Azaruja (ADSA); Associação Sócio - cultural Terapêutica de Azaruja; Núcleo Associado Jovens Azarujenses (NAJA);

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de S. Bento do Mato; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jazaruja>, (2008)

**Anexo 3 - Matriz de caracterização institucional da
freguesia de Bacelo**

Anexo 3 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de Bacelo

Equipamentos e Serviços	Identificação
1- Serviços e Comércio	
Prestação de serviços	<p>Escola de Condução, Infante D'Évora, Laboratório do sono, estudo e planeamento de apneia do sono; Securitas Direct; Carvalheira e Associados, Seguros Zurich; Lancrome, laboratório de análises cromatográficas, Unipessoal, Lda; José Miguel Melro Cameirão, técnico oficial de contas; Direcção Regional de Educação do Alentejo; Informal, informática, formação e aplicações; Highlevel 2000, equipamentos informáticos; Imagem, SOS, PC, Internet; Casa das Pites, Unidade Residencial, Cercidiana; Pool, Solutions Évora; Altécnica, equipamento de escritório; Lavandaria Bacelo Oeste; Depileaser, Instituto de Beleza, Lda; Cinebank, clube vídeo 24h; Rota das Limpezas, sociedade limpezas, Unipessoal; Bétula, arquitectura paisagística e comércio de flores; Veterinária Eboravet; Clínica Veterinária Vétalamos; Recitonner Évora, reciclagem de consumos informáticos; Peritos Rigor - gabinete de peritagens, Lda; Bricomotor, aluguer de máquinas e equipamentos, Lda; Idade Virtual - formação informática; A.C. & Duarte, Lda; Assiscenter - comércio e serviços de informática, Lda; Paulo Nuno Silva, fotografias, Unipessoal, Lda; Passos Reais, actividades hoteleiras, sociedade unipessoal, Lda;</p>
Loja	<p>MR Lareiras; Tintas Sotinco; Planidoc, equipamento escritório; Centro de Jardinagem, Francisca Batista; Ecomarché, os mosqueteiros; Damencar, cozinhas e móveis; Mini-mercado do Granito; Vídeo Mania; Mini-Mercado, Granito Centro; JT Comunicações, Material eléctrico; Acqualem, Fonte Lusa, sistemas de filtragem de águas; Espaço Moderno, mobiliário para lojas; Casa das Tintas; Justino Confecções; Supermercado Godinho; Papelaria/Tabacaria Avenida; Mena, pronto-a-vestir, homem e senhora; Florista, O Raminho; Talho, António Manuel Eleutério Fernandes; Palmeira Videoclube, Tabacaria; Carlos Ramalhinho, arte e decoração; A. C. Hipólito, Salão de Exposição Automóvel; Elisa Luz, engomadeira; Bazar Preço Certo; José Martins Lopes, revenda ao público; José Martins Lopes, artigos para o lar e calçado; Eborclima, drogaria; Mini-Mercado S.L.; Loja da China; Bazar Poupança; Mini-Mercado Francisco D.S; Recanto do Monte, móveis rústicos e artigos decorativos; Maria Genoveva, Decorações; Peixaria Mini-Mercado, Golfinho; Mixcarnes, Talhos, Lda; Ervanária Cris; Mini-Mercado Arsénico;</p>

Café/Restaurante	Cafetaria Snack-Bar, Clérigos; Bar, Clube Futebol Eborense; Pastelaria, o Cebolinha; Snack-Bar/Restaurante Michel; Cafetaria Rico Doce; Restaurante Aviz; Cafetaria Centroa; Café Parreira; Café Rotunda do Marujo; Café/Restaurante, a Parreirinha; Café da Quinta; Cafetaria Garret; Restaurante Cruzeiro do Granito; Snack-Bar, Cafetaria do Granito; Cafetaria, a Coluna; Cafetaria/Charcutaria Ramos; Retiro do Cogumelo; Snack-Bar, Quiosque do Bacelo; Cafetaria Tulipa; Restaurante/Cervejaria Niki; Cafetaria Carvalho; Café-Snack/Bar, Raminho; Pastelaria das Corunheiras, Mina Doce; Café Petisqueira, o Corbie; Pastelaria/Charcutaria Vitória; Tasca das Pites; Tasca do Rijo; Churrasqueira Rei dos Frangos; Snack-Bar Ponto Azul; Restaurante a Fornalha; Cervejaria Patanisca; Cafetaria 4ª Dimensão; Café Snack-Bar, os Lusíadas; Mix Café; Restaurante, Curva do Bacelo; Chá de Café; Cafetaria Boa Nova; Pastelaria a Palmeira; Café/Restaurante, Associação de Moradores do Bairro do Bacelo; Café/Restaurante o Gugus; Snack-Bar, o Escondidinho do Bacelo; Pastelaria, a Tropical; Cafetaria Passos Reais; Manuel Galhetas, casamentos e baptizados; Cafetaria, o Pastor; Restaurante o Quintal D. Quixote; Cafetaria Dois Irmãos; Cafetaria Charcutaria e Tabacaria Suisse; Cafetaria St Moritz; Café Snack-Bar, o Puzzle; Snack-Bar, Luz Nova; Cervejaria/Marisqueira Magui; Restaurante Pôr do Sol;
Padaria	Panificadora Central Eborense; Padaria Francisco Lopes Carvalho;
Distribuição de produtos	Manuel António Leal Cortes, lenhas e aluguer de retroscavadoras; Mário Balsinhas, ar condicionado; Harp Rosa, Vinhos Lda; António Barrambana, peças auto; João Barrenho radiadores; MS Automóveis; Jodafe, Tintas; Marques & Rebelo, Lda; Eborclima, ar condicionado; Lucas Denso, baterias; João M. Alves Rosa, Lda, equipamentos para escritório e consumíveis; Voltisol, GPL; Maxi-Car, comércio de veículos e peças, Lda; J. J. Madeira, comércio e reparação de automóveis; Eurocerca, serviço de comércio de vedações; Joaquim M. V. Coelho, armazém de candeeiros, lanternas e iluminação; Rainbow; Frutas Tempero, comércio de frutas e produtos hortícolas, Lda; Loja das Rações; Miguel Piteira, máquinas e ferramentas; Sadpal, Sociedade Alentejana de Distribuição Alimentar; Hens, Rações Hens; Piscinas Carreu Bleu; Carlos Marques Santos, Unipessoal, Lda;
Autarquia	Junta de Freguesia do Bacelo;

Guarda Nacional Republicana	
Paróquia	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima;
Cabeleireira	Elsa Augusto, cabeleireiros; Cabeleireiros Unissexo, Nazaré Roxo; Cabeleireira, Depil Salud; Nita, cabeleireiros; Susana, cabeleireiros; Ju cabeleireiros; Mena, cabeleireiros; Carla Alexandre, cabeleireiros; Lena, cabeleireiros; Primavera, salão de cabeleireiros; Aida e Vitorino, Lda,
Barbearia	Barbearia Manuel Gaiato; Barbearia Velez;
Banco	Exchange, Especialistas em financiamento;
2- Actividade Industrial	
Oficinas	António Pica Encarnação, caixilharia, Lda; Lubridiana, comércio de lubrificantes e acessórios Lda; Tecnitornos, Eborense, Lda; Premetal, metalurgia de reparações e máquinas agrícolas agrícolas, Lda; Manuel Maria Filhos, Lda; Evagro, assistência técnica; A L. Amaral, oficina de bate-chapas, pinturas; Manuel Diogo Almeida, reparação de electrodomésticos; Francisco Catarino & António Barrambana, oficina auto; José Vilalva, oficina reparações auto; Evoracontrol, instalação de automatismos, Lda; Fernando Manuel Pardal Cardador, oficina e carpintaria; Adriano Hipólito, bate-chapas e pintura; Auto Roque Vinagre e José António, oficina de reparações; Canalizador, Simão Pereira; Anar Tintas; Tintas Potro, agente autorizado; Manuel Henrique Gomes Sobral, oficina auto; Instalévora, Lda; Manuel Fialho, Lda; Decor Jipe, acessórios todo-o-terreno; Manuel Santana, mecânico de máquinas de costura; Repclima, reparação, refrigeração e climatização;
Construção Civil	A V Modas, construção civil Lda; Borges e Pascoal Lda, empreiteiros de estuque; Pinturas Joaquim Saloio; Baião & Filhos, construção civil; Alémobra, sociedade de construção imobiliária; Marcelino Rego, construções, Lda; Saraiva & Letras, Lda;
Fábrica	Fialho, alfaías agrícolas - Fialho e Irmãos; Telheiro do Gaio;
3. Actividade Agrícola	
Empresa	Viveiro Florestal; Quinta/Adega da Cartuxa;
Cooperativa	
4- Transporte e Comunicação	
Praça de Táxis	Auto Táxis Ludovino Machado, Lda;
Transportadora	
5- Educação	
Educação Pré-Escolar	Jardim de Infância, Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima;

	Jardim-de-Infância, Escolinha D`Arte; Creche Palmo e Meio; Jardim-de-Infância do Bacelo; Jardim-de-Infância Penedo de Ouro; Creche, o Pequerrucho;
Ensino Básico	Escola EB1 de Frei-Aleixo; Escola EB 2/3 Conde de Vilalva;
Ensino Superior	Pólo da Universidade de Évora – Leões;
Escola de Música	
Escola Comunitária	Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima;
Ensino Especial	Cercidiana CRL;
6- Saúde e Segurança Social	
Centro de Saúde	I. D. T., Delegação Regional de Évora; Fresenius Medical Care; Fisiobacelo, Centro de Fisioterapia do Bacelo; Clínica de Enfermagem do Bacelo; Consultório Médico, Manuel Fialho Bento; Centro Dietético; Dentevora, Clínica Dentária de Évora; Centro Acupunctura Alentejo, Lda;
Posto de Medicamentos	Farmácia Teixeira;
Lar de Idosos	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima; Associação Moradores do Bairro do Bacelo; Lar de Idosos «Obra S. José Operário»;
Centro de Dia	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima; Associação de Idosos e Reformados do Bacelo (AIRB);
7- Desporto	
Clube Desportivo	Clube de Ténis de Évora; Clube Vólei de Évora; Clube de Caça Associativa Moderna; Clube de Caça e Pesca do Bacelo;
8- Cultura e Lazer	
Grupos	Grupo Futebol Eborense; Ciclotur; Grupo Motard do Templo; Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português, Agrupamento Nº 37;
Associações	Associação Moradores do Bairro do Bacelo; 4ª Dimensão - Associação Paroquial; Associação Portuguesa do Cavalo Luso-Árabe (APCLA); Associação Escolinha D`Arte; Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Nº 4 de Escolas de Évora; Associação de Surdos de Évora;

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Bacelo; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfbacelo>, (2008)

**Anexo 4 - Matriz de caracterização institucional da
freguesia de Canaviais**

Anexo 4 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de Canaviais

Equipamentos e Serviços	Identificação
1- Serviços e Comércio	
. Prestação de serviços	Amadeu José da Conceição Correia, máquinas de diversão; Maria Biscoito e Companhia, festas com magia; Hotel Convento do Espinheiro; Centro Hípico Vale Flor; Quinta do Pintor, turismo rural; Quinta da Nora, turismo rural; Novabit - Informática, Lda; Tqual,Lda, higiene e segurança no trabalho; Miguel Pinto, informática e multimédia; Fernando Pires, equitação, unipessoal, Lda; AE - Artes do Espectáculo, sociedade de reprodução e gestão de cultura, Lda; José Augusto da Costa Araújo - Sociedade Unipessoal, Lda; Dinjotur, organização de eventos, Unipessoal, Lda; Júlia Maria Costa Mendonça Mira, Cassilda Jesus Mendonça Mira e Ana Teresa Jesus, imobiliária;
. Loja	Adelino Ourives, móveis de cozinha, mobílias e restauro; Drogeria rações e sementes; Casa Bonito, artigos de caça, pesca e desporto; Joaquim Pedro Bizarro da Silva, máquinas agrícolas e acessórios; Mini-Mercado Quintinha; Mini-Mercado Paixão Mira; Mini-Mercado Irene Badagola; Mini-Mercado Nelson; Mini-Mercado Preço Certo; Mini-Mercado Susana Simões; Tintas Bardot; Lavandaria/Papelaria Canaviais;
. Café	Café o Inácio; Café o Apressado; Café/Restaurante da Paz; Café Gamezone; Café Solar, S. Martinho; Cafeteria Faisca; Café/Restaurante Bridon; Restaurante o Cozinheiro; Bar Casa do Povo de Canaviais; Pastelaria Rico Doce; Snack-Bar/Restaurante «O Toninho»; Quintal D. Quixote, restaurante catering; Café Clube Desportivo e Recreativo Canaviais;
. Padaria	Padaria Qualitus, Lda; Padaria/Pastelaria Vitória;
. Distribuição de produtos	Los Mares, importação e exportação de produtos alimentares, Lda; Sadpal, Sociedade Alentejana de Distribuição Alimentar; Hidronova, Nilo piscinas; Ricardo Fernandes, comércio produtos alimentares, unipessoal; António Barras, Unipessoal, Lda; Edgar Duarte Ferreira Afonso, Herdeiros;
. Autarquia	Junta de Freguesia dos Canaviais;
. Guarda Nacional Republicana	
. Paróquia	Paróquia de Nossa Senhora da Boa Esperança; Casa da Sagrada Família;
. Cabeleireira	Salão de cabeleireira - Laurinda Duarte Vicente; Salão de cabeleireira - Mena Luz;
. Barbearia	

. Banco	
2- Actividade Industrial	
. Oficinas	Dianatel, Montagens Eléctricas, Lda; Oficina de Mecânica Geral; J. J. Madeira, reparação e comércio de automóveis; Portas - António A.T. Correia; Expresso Glass, substituição e reparação vidros auto; Evorcontrol - instalação de automatismos, Lda; Nova Luz - montagem redes eléctricas; Sociedade Metalúrgica dos Canaviais, Lda; Lubriantas - comércio de lubrificantes, Lda;
. Construção Civil	Amândio e Godinho, Sociedade de Construções, Lda; Construções M. J. Cavaco; Construções M.J. Saragoça, Lda; Joaquim Carrasco, construção e recuperação de edifícios; Construções Tição, Lda; Sociedade de Construções Unipessoal, Lda; Vareta & Valente, Lda; Manuel José Barbeiro, construções; R.N.S. Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda; Ferreira & Dordio, Lda;
. Fábrica	Galerias Móveis S. Francisco Lda; Queijaria Cachopas; Batatas Fritas Artesanal Pura, de Catarina Costa Galego Godinho; Manuel Ramos da Silva, fabrico e venda de empadas;
3- Actividade Agrícola	
. Empresa	Sociedade Agro-Florestal Barrocal do Degebe, Lda; Sociedade Agrícola de Alpedriche, Lda; Sociedade Agrária de Transformacion, Los Gonzalez;
. Cooperativa	
4- Transportes e Comunicação	
. Praça de Táxis	Serman, serviços de táxis; Lda;
. Transportadora	Transportes Luís & Jerónimo, Lda; Translinhol, transportes de mercadorias, Lda; República das Viagens - viagens e turismo,Lda;
5- Educação	
. Educação Pré-Escolar	Jardim-de-Infância de Canaviais; Creche da Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano, Quinta dos Apóstolos; Jardim-de-Infância da Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano, Quinta dos Apóstolos; Creche, Casa do Sagrado Coração de Jesus, Quinta do Pio; Infantário, Casa do Sagrado Coração de Jesus, Quinta do Pio; Creche, O Ninho; Jardim-de-Infância, O Ninho;
. Ensino Básico	Escola EB1 de Canaviais;
. Escola de Música	
. Escola Comunitária	
. Ensino Especial	Cercidiana; Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade

	Social (ARASS);
6- Saúde e Segurança Social	
. Hospital	Hospital do Espírito Santo - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental;
. Centro de Saúde	
. Posto de Medicamentos	Posto Farmacêutico Móvel dos Canaviais - Farmácia Central;
. Lar de Idosos	Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Habitação e Lazer de São Leonardo;
. Centro de Dia	Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos dos Canaviais (ARPIC); Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Habitação e Lazer de São Leonardo;
7- Desporto	
. Clube Desportivo	Grupo Desportivo e Recreativo de Canaviais; Associação Desportiva de Caçadores e Pescadores dos Canaviais (Monte do Montinho);
8- Cultura e Lazer	
. Grupos	
. Associações	Casa do Povo de Canaviais; Associação Sócio - Cultural e Recreativa do Pessoal do Espírito Santo; Associação Columbófilos do Grupo Desportivo e Recreativo dos Canaviais.

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Canaviais; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/ifcanaviais>, (2008)

**Anexo 5 - Matriz de caracterização institucional da
freguesia de Graça de Divor**

Anexo 5 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de Graça de Divor

Equipamentos e Serviços	Identificação
1- Serviços e Comércio	
. Prestação de serviços	
. Loja	
. Café/Restaurante	Café/Restaurante «O Divor»; Café Moinho de Vento; Snack-Bar «O Bezica»; Bar Casa do Povo;
. Padaria	Jerónimo Coelho;
. Distribuição de produtos	J. B. Cavaco, Equipamentos Industriais;
. Autarquia	Junta de Freguesia de Graça do Divor;
. Guarda Nacional Republicana	
. Paróquia	Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça do Divor;
. Cabeleireira	
. Barbearia	
. Banco	
2- Actividade Industrial	
. Oficinas	A. J. Salvadinha, mecânico auto, Unipessoal, Lda;
. Construção Civil	
. Fábrica	Francisco Charrua, artesanato;
3- Actividade Agrícola	
. Empresa	Sociedade Agrícola de Vale das Marias, Lda
. Cooperativa	
4- Transportes e Comunicação	
. Praça de Táxis	Isidro José Lobo;
5- Educação	
. Educação Pré-Escolar	Jardim-de-Infância de Graça de Divor;
. Ensino Básico	Escola EB1 de Graça de Divor;
. Escola de Música	
. Escola Comunitária	
. Ensino Especial	
6- Saúde e Segurança Social	
. Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora - Extensão de Graça de Divor;
. Posto de Medicamentos	
. Lar de Idosos	Lar da 3ª Idade de Graça de Divor;
. Centro de Dia	Centro de Dia de Graça de Divor;
7- Desporto	
. Clube Desportivo	Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Graça de Divor;

8- Cultura e Lazer	
. Grupos	
. Associações	Associação de Idosos e Reformados Nossa Senhora Graça de Divor; Associação Juvenil de Graça de Divor; Casa do Povo de Graça de Divor; Associação de Caçadores de Graça de Divor;

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Graça de Divor; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jgracadivor>, (2008)

**Anexo 6 - Matriz de caracterização institucional da
freguesia de Nossa Senhora de Machede**

Anexo 6 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora de Machede

Equipamentos e Serviços	Identificação
1- Serviços e Comércio	
. Prestação de serviços	
. Loja	Electrodomésticos André Pereira; Comércio Produtos Alimentares António Dias; O Cabaz, comércio misto; Loja Lifer; Loja Electrodomésticos, Mobiliário Salvador Maximino; Loja Tecidos e Mercarias, Feliciano Ramos; Loja Mercarias, Ermelinda Alvorado; Loja Comércio Misto, Faustina Roberto Pimenta; Papelaria Piteira;
. Café/Restaurante	Café Popular; Café Central; Café Banha; Café Associação de Caçadores e Pescadores;
. Padaria	Panificadora de Nossa Senhora de Machede; Padaria André Balixa;
. Distribuição de produtos	
. Autarquia	Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede;
. Guarda Nacional Republicana	
. Paróquia	Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Machede;
. Cabeleireira	
. Barbearia	
. Banco	
2- Actividade Industrial	
. Oficinas	Valentim Pereira, mecânico auto e motociclos; Joaquim Barradas, reparação de máquinas agrícolas;
. Construção Civil	Diana Limpa, construção civil e limpezas; Damásio Peixe, empreiteiro de estuque; RVJ, Sociedade Construções Lda; JBP, construções; Adelino Fialho, construção civil; Piteira e Piteira, construção civil; Cachola e Cachola, Lda, construção civil; Joaquim Inácio Buchas, retroescavadoras e construção civil;
. Fábrica	Lidório & Fernandes,Lda; Maximus Power Box - Fabrico de Equipamentos Eléctricos, Unipessoal;
3- Actividade Agrícola	
. Empresa	
. Cooperativa	Coolma - Cooperativa Oleícola de Machede; Cooperativa Agrícola Nº 1 de Nossa Senhora de Machede; Unidade Colectiva de Produção Agrícola Povo Unido de S. Vicente de Valongo, SCRL;
4-Transportes e Comunicação	
. Praça de Táxis	Táxis Matos;

. Transportadora	
5- Educação	
. Educação Pré-Escolar	Jardim-de-Infância de Nossa Senhora de Machede;
. Ensino Básico	Escola EB1 de Nossa Senhora de Machede;
. Escola de Música	Escola de Música da Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede;
. Escola Comunitária	
. Ensino Especial	
6- Saúde e Segurança Social	
. Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora - Extensão de Nossa Senhora de Machede;
. Posto de Medicamentos	Posto Farmácia Galeno;
. Lar de Idosos	Obra S. José Operário;
. Centro de Dia	Obra S. José Operário; Associação para o Desenvolvimento e Bem-Estar de Nossa Senhora de Machede;
7- Desporto	
. Clube Desportivo	União Desportiva Machedense; Clube Desportivo de Caça e Pesca de Nossa Senhora de Machede;
8- Cultura e Lazer	
. Grupos	Grupo de Jovens de Nossa Senhora de Machede; Corpo Nacional de Escutas, Agrupamento 1191 de N. Sra Machede;
. Associações	Associação de Caçadores e Pescadores do Montinho e Anexos; Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede; Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede;

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfnsmachede>, (2008)

**Anexo 7 - Matriz de caracterização institucional da
freguesia de S. Miguel de Machede**

Anexo 7 - Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Miguel de Machede

Equipamentos e Serviços	Identificação
1- Serviços e Comércio	
. Prestação de serviços	
. Loja	Mini-Mercado «Gigante»; Jorge Manuel Cardoso Nunes;
. Café/Restaurante	Snack-Bar Central; Adega do Miguel; Cafeteria Bar da Vila; Café «A Varanda»; Bar da Casa do Povo;
. Padaria	Panificadora «A Flor»;
. Distribuição de produtos	João Francisco Carvalho Mestre; Tintas Leme, Lda;
. Autarquia	Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede;
. Guarda Nacional Republicana	Posto Territorial de S. Miguel de Machede;
. Paróquia	Igreja Matriz de S. Miguel de Machede; Igreja de S. Francisco;
. Cabeleireira	Teresa Margarida Prates Ramos de Carvalho; Cidália Lino;
. Barbearia	
. Banco	
2- Actividade Industrial	
. Oficinas	Vicente José Batista Galiano, carpintaria; Miguel Nunes, mecânica; Epifâneo Canha, pintura auto;
. Construção Civil	Construções Manuel Inácio Rico; Construções António José Bravo Canha, Construções A. Silva & Rego, Lda; João Romão & Filhos, assentamento de soalho e tacos;
. Fábrica	
3- Actividade Agrícola	
. Empresa	José Pacheco, Alfaias Agrícolas; Quinta da Pardiela; Sociedade Agro-Pecuária do Monviso Lda; Logovinha, Sociedade Agrícola, SA; Adega do Valério;
. Cooperativa	
4- Transportes e Comunicação	
. Praça de Táxis	Táxis Fonte-Boa, Lda;
. Transportadora	
5- Educação	
. Educação Pré-Escolar	Creche da Obra de S. José Operário; Jardim-de-Infância da Obra de S. José Operário;
. Ensino Básico	Escola EB1 de S. Miguel de Machede;
. Escola de Música	Escola de Música da Banda Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo;
. Escola Comunitária	Associação para o Desenvolvimento Comunitário - Suão;
. Ensino Especial	Associação Sócio - Terapêutica de Évora;
6- Saúde e Segurança Social	

. Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de S. Miguel de Machede;
. Posto de Medicamentos	Posto Farmácia Branco;
. Lar de Idosos	Lar Obra de S. José Operário;
. Centro de Dia	Centro de dia Obra de S. José Operário; Centro de Dia de S. Miguel de Machede; Associação, Amigos, Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Miguel de Machede;
7- Desporto	
. Clube Desportivo	Grupo Desportivo e Recreativo Micaelense; Associação Desportiva Cinegética das Lages Grandes; Clube de Caça e Pesca de S. Miguel de Machede;
8- Cultura e Lazer	
. Grupos	Grupo Musical Dependentes do Ritmo; Grupo the Grum; Grupo Musical Asas Latinas;
. Associações	Associação Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo de S. Miguel de Machede; Associação Cantinho dos Necessitados; Associação Cultural Desportiva e Recreativa das Courelas da Toura.

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfnsmiguelmachede>, (2008)

**Anexo 8 – Matriz dos resultados apurados da
caracterização institucional oriunda da cartografia**

Anexo 8 – Matriz dos resultados apurados da caracterização institucional oriunda da cartografia

Freguesia	Azaruja	Bacelo	Canaviais	Graça de Divor	Nossa Senhora de Machede	S. Miguel de Machede	Total
Equipamentos e Serviços	37	157	52	8	17	16	287
Actividade Industrial	25	33	23	3	13	8	105
Actividade Agrícola	2	2	3	1	3	5	16
Saúde e Segurança Social	5	14	7	4	5	6	41
Actividade Desportiva	3	5	2	1	2	3	16
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	7	9	3	3	5	6	33
Transportes e Comunicações	-	-	3	-	-	-	3
Educação	4	11	10	2	3	6	36
Total	83	231	103	22	48	50	537

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de S. Bento do Mato; Junta de Freguesia de Bacelo; Junta de Freguesia de Canaviais; Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor; Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede; Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jazaruja>, <http://www.evora.net/jibacelo>, <http://www.evora.net/jfcanaviais>, <http://www.evora.net/jgracadivor>, <http://www.evora.net/jfnsmachede>, <http://www.evora.net/jfnsmiguelmachede>, (2008)

Anexo 9 – Matriz de explicação da classificação

Anexo 9 – Matriz de explicação da classificação
(Categorização das entidades em oito classes de actividade)

Equipamentos e Serviços	Prestação de serviços, loja, café/restaurante, padaria, distribuição de produtos, autarquia, Guarda Nacional Republicana, paróquia, cabeleireira, barbearia, banco.
Actividade Industrial	Oficinas, construção civil, fábrica, praça de táxis.
Actividade Agrícola	Empresa, cooperativa.
Saúde e Segurança Social	Centro de Saúde, Posto de Medicamentos, Lar de Idosos, Centro de Dia.
Actividade Desportiva	Clube Desportivo.
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	Grupos, Associações.
Transportes e Comunicações	Transportadora.
Educação	Educação Pré-Escolar, Ensino Básico, Ensino Superior; Escola de Música, Escola Comunitária, Ensino Especial.

**Anexo 10 – Matriz de caracterização institucional
de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento**

Anexo 10 – Matriz de caracterização institucional de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional)

Classificação	Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Equipamentos e Serviços	Cabeleireira		Cabeleireira (EE)
	Comércio - Alimentação		Técnico-comerciais (CEF)
	Comércio - Artigos Desporto		
	Comércio - Distribuição Produtos		
	Comércio - Drograria/ Acessórios		
	Comércio - Mobiliário		
	Comércio - Vestuário		
	Contabilidade		Práticas Administrativas (CEF)
	Hotelaria		
	Informática		
	Instituição Pública		Práticas Administrativas (CEF)
	Lavandaria		Técnico-comerciais (CEF)
	Papelaria		
	Religião		
	Restauração		
	Serviços		Técnico-comerciais (CEF)
Turismo Rural			
Actividade Industrial	Batata frita		
	Caixilharia		
	Carpintaria		Carpintaria (EE)
	Construção Civil		
	Cutelaria		

	Curtumes		
	Electricidade		
	Indústria Corticeira		
	Mecânica		Serralharia Civil
	Metalomecânica		(CEF)
	Móveis		
	Panificadora		
	Pavimentos/ Soalhos		
	Pintura		
	Praça de Táxis		
	Queijaria		
	Serralharia Civil		Serralharia Civil (CEF)
Actividade Agrícola	Agricultura		
	Silvicultura		
	Viticultura		
Saúde e Segurança Social	Centro de Acupunctura		
	Centro de Dia		
	Centro Dietético		
	Centro de Fisioterapia		
	Centro de Saúde		
	Clínica Análises		
	Clínica Dentária		
	Clínica Enfermagem		
	Consultório Médico		
	Farmácia		
	Hospital		
	Lar		
	Posto de Medicamentos		
Actividade Desportiva	Associação		
	Clube		
	Grupo		
Actividade Recreativa	Associação		
	Banda		

Cultural e Lazer	Casa do Povo		
	Grupo		
	Núcleo		
Transportes e Comunicações	Agência de Viagens		Técnico-comerciais (CEF)
	Transporte de Mercadorias		
Educação	Creche		Animadora (EE)
	Jardim-de-Infância		
	Escola EB1		
	Escola EB2/3		Auxiliar Acção Educativa (EE)
	Universidade		
	Ensino Especial		Carpintaria/Jardinagem (EE)
	Escola Comunitária		
	Escola de Música		

Legenda: Classes de actividade com oferta formativa no Agrupamento
 Fonte: Agrupamento de Escolas N.º 4 de Évora

**Anexo 11 – Matriz de caracterização institucional
da freguesia de S. Bento do Mato de acordo com o
critério da utilidade do Agrupamento**

Anexo 11 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Bento do Mato de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional e sua relação com a freguesia de S. Bento do Mato)

Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Cabeleireira	Salão de Beleza;	Cabeleireira (EE)
Comércio - Alimentação	Talho Nova Carnes; Cooperativa Operária de Consumo Azarujense, SCRL; Mini-Mercado,Rita;	Técnico-comerciais (CEF)
Comércio - Artigos Desporto		
Comércio - Distribuição Produtos	Mini-Mercado Camilo Acanhado Fernandes;	
Comércio - Drogeria/Acessórios	Drogeria/Papelaria Chaveiro; Drogeria Gaspar; Loja das Flores Kiwi; Loja Velharias; Mini-Mercado Camilo Acanhado Fernandes;	
Comércio - Mobiliário	Móveis Carmar; Utilidades Mcláudia;	
Comércio - Vestuário	Pronto-a-vestir, Teófilo Santana; Loja Filipe;	
Contabilidade	Teresa Ricardo, contabilidade e serviços;	Práticas Administrativas (CEF)
Hotelaria	Hotel Rural Monte do Cabeço do Carmo;	
Informática		
Instituição Pública	Junta de Freguesia de S. Bento do Mato; Posto Territorial de Azaruja,	Práticas Administrativas (CEF)
Lavandaria		Técnico-comerciais (CEF)
Papelaria		
Religião	Igreja de S. Bento do Mato; Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima;	
Restauração	Café/Restaurante Retiro do Caçador; Pastelaria Vasques; Restaurante Bolas; Restaurante Sobreiro; Café/Restaurante Nascer do Sol; Café Snack/Bar Adega Velha; Pastelaria/Cervejaria Snack-Bar, O Tinocas; Bar, os Unidos; Snack-Bar GURA;	

Serviços	Millenium BCP; Caeiro, Administração de Propriedades, Lda; Rustitur - Planos Turísticos e Recreativos Lda; Cetambo, engenharia sanitária e ambiente; Açoreana Seguros; Trama Design, Marta Ricardo Unipessoal, Lda; Relojoaria Raposo,	Técnico-comerciais (CEF)
Turismo Rural		
Batata frita		
Caixilharia		
Carpintaria	Carpintaria Jacinto Abadia; José F.C. Pequito, carpintaria;	
Construção Civil	RF Rosado & Filhos, construção civil e obras públicas; Manuel Cosme, pintura e construção civil; Azarunível, sociedade de construções de Azaruja, Lda; Feles Inverno, materiais de construção civil;	
Cutelaria	Cutelaria Joaquim André Silva Franzina, Herdeiros, Lda;	
Curtumes		
Electricidade		
Indústria Corticeira	TICA - transformação industrial corticeira Azarujense Lda; Juvenal M. Varela Mira & Filhos, Lda; Norberto dos Santos Ginó; Tiago Melro & Filhos, Lda; Adriano José Carapinha, Ginó & Filhos, Lda; Adriano Sureda Ferrão Tique, Herdeiros, Lda; António Pepe & M ^a Lucinda, Lda; Cortiçarte, arte em cortiça Lda; Granaz; Pepe Duque Ferrão e Filhos, Lda; Canelas e Companhia, Lda; Felizardo Mira e Filhos, Lda; Prates Vasques, cortiça, Lda;	
Mecânica	Herman Daamen, máquinas agrícolas; Oficina Auto-Azarujense;	Serralharia Civil (CEF)
Metalomecânica		
Móveis	Empadaria/Creparia, de Manuel Luís Duarte;	
Panificadora		
Pavimentos/Soalhos	J. Lobato, construções em pavimentos de madeira, Lda;	
Pintura		
Praça de táxis	Táxis Pimpão, Lda; Táxis Godinho, Lda;	
Queijaria		
Serralharia Civil	RF Rosado & Filhos, serralharia civil;	Serralharia Civil (CEF)
Agricultura	Sociedade Agrícola Herdade da Venda, Lda;	

	Sociedade Agrícola Paço de Camões, Lda;	
Silvicultura		
Viticultura		
Centro de Acupunctura		
Centro de Dia	Santa Casa da Misericórdia de Azaruja;	
Centro Dietético		
Centro de Fisioterapia		
Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de Azaruja;	
Clínica Análises	Flaviano Gusmão, posto de colheita de Azaruja;	
Clínica Dentária		
Clínica Enfermagem		
Consultório Médico		
Farmácia		
Hospital		
Lar	Santa Casa da Misericórdia de Azaruja;	
Posto de Medicamentos	Farmácia Santana Unipessoal, Lda;	
Associação		
Clube		
Grupo	Grupo União Recreio Azarujense; Grupo Columbófilo Azarujense; Grupo Desportivo Azarujense;	
Associação	Associação de Defesa dos Interesses e Cultura da Azaruja (ADICA); Associação de Desenvolvimento e Solidariedade de Azaruja (ADSA); Associação Sócio-cultural Terapêutica de Azaruja;	
Banda	Banda Filarmónica do Grupo União e Recreio Azarujense;	
Casa do Povo		
Grupo	GOSMA - Grupo Orgulhoso de ser Motard Alentejano; Grupo Musical Azarujense, «Os Unidos»; Grupo de Amigos do TT; Grupo Cicloturismo Azarujense;	
Núcleo	Núcleo Associado Jovens Azarujenses (NAJA);	
Agência de Viagens		
Transporte de Mercadorias		

Creche		
Jardim-de-Infância	Jardim-de-Infância de Azaruja;	Animadora (EE)
Escola EB1	Escola EB1 de Azaruja;	
Escola EB2/3		
Universidade		
Ensino Especial	Associação Oficina da Courela;	
Escola Comunitária		
Escola de Música	Escola de Música da Banda do Grupo União e Recreio Azarujense;	

Legenda: Classes de actividade económica com oferta formativa no Agrupamento e sua relação com a freguesia de S. Bento do Mato

Fontes: Pesquisa no terreno; Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de S. Bento do Mato; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jazaruja>, (2008)

Anexo 12 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Bacelo de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

Anexo 12 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Bacelo de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional e sua relação com a freguesia de Bacelo)

Classificação	Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Equipamentos e Serviços	Cabeleireira	Elsa Augusto, cabeleireiros; Cabeleireiros Unissexo, Nazaré Roxo; Cabeleireira, Depil Salud; Nita, cabeleireiros; Susana, cabeleireiros; Ju cabeleireiros; Mena, cabeleireiros; Carla Alexandre, cabeleireiros; Lena, cabeleireiros; Primavera, salão de cabeleireiros; Aida e Vitorino, Lda:	Cabeleireira (EE)
	Comércio - Alimentação	Padaria Francisco Lopes Carvalho; Supermercado Godinho; Ecomarché, os mosqueteiros; Mini-mercado do Granito; Mini-Mercado, Granito Centro; Mini-Mercado Francisco D.S; Peixaria Mini-Mercado, Golfinho; Mixcarnes, Talhos, Lda; Mini-Mercado Arsénico; Talho, António Manuel Eleutério Fernandes; Mini-Mercado S.L.;	Técnico-comerciais (CEF)
	Comércio - Artigos Desporto		
	Comércio - Distribuição Produtos	Anar Tintas; Tintas Potro, agente autorizado; Harp Rosa, Vinhos Lda; António Barrambana, peças auto; João Barrenho radiadores; Jodafe, Tintas; Tintas Sotinco; Marques & Rebelo, Lda; Lucas Denso, baterias; João M. Alves Rosa, Lda, equipamentos para escritório e consumíveis; Voltisol, GPL; Maxi-Car, comércio de veículos e peças, Lda; J. J. Madeira, comércio e reparação de automóveis; Eurocerca, serviço de comércio de vedações; Joaquim M. V. Coelho, armazém de candeeiros, lanternas e iluminação; Rainbow; Frutas Tempero, comércio de frutas e produtos hortícolas, Lda; Loja das Rações; Miguel Piteira, máquinas e ferramentas; Planidoc, equipamento escritório; Sadpal, Sociedade Alentejana de Distribuição Alimentar; Hens, Rações Hens; Piscinas	

		Carreu Bleu; JT Comunicações, Material eléctrico; Casa das Tintas; MR Lareiras; Centro de Jardinagem, Francisca Batista; José Martins Lopes, revenda ao público; Altécnica, equipamento de escritório;	
	Comércio - Drogaria/ Acessórios	Eborclima, drogaria; Florista, O Raminho; Bazar Preço Certo; José Martins Lopes, artigos para o lar e calçado; Loja da China; Bazar Poupança;	Técnico-comerciais (CEF)
	Comércio - Mobiliário	Espaço Moderno, mobiliário para lojas; Recanto do Monte, móveis rústicos e artigos decorativos; Maria Genoveva, Decorações; Damencar, cozinhas e móveis; Carlos Ramalinho, arte e decoração;	
	Comércio - Vestuário	Justino Confecções; Mena, pronto-vestir, homem e senhora;	
	Contabilidade	José Miguel Melro Cameirão, técnico oficial de contas;	Práticas Administrativas (CEF)
	Hotelaria	Passos Reais, actividades hoteleiras, sociedade unipessoal, Lda;	
	Informática	Idade Virtual - formação informática; A.C. & Duarte, Lda; Assiscenter - comércio e serviços de informática, Lda; Informal, informática, formação e aplicações; Highlevel 2000, equipamentos informáticos; Imagem, SOS, PC, Internet; Recitonner Évora, reciclagem de consumos informáticos;	
	Instituição Pública	Junta de Freguesia do Bacelo; Direcção Regional de Educação do Alentejo;	Práticas Administrativas (CEF)
	Lavandaria	Lavandaria Bacelo Oeste;	Técnico-comerciais (CEF)
	Papelaria	Papelaria/Tabacaria Avenida;	
	Religião	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima;	
	Restauração	Cafetaria Snack-Bar, Clérigos; Bar, Clube Futebol Eborense; Pastelaria, o Cebolinha; Snack-Bar/Restaurante Michel; Cafetaria Rico Doce; Restaurante Aviz; Cafetaria Centroa; Café Parreira; Café Rotunda do Marujo; Café/Restaurante, a Parreirinha; Café da	

		<p>Quinta; Cafeteria Garret; Restaurante Cruzeiro do Granito; Snack-Bar, Cafeteria do Granito; Cafeteria, a Coluna; Cafeteria/Charcutaria Ramos; Retiro do Cogumelo; Snack-Bar, Quiosque do Bacelo; Cafeteria Tulipa; Restaurante/Cervejaria Niki; Cafeteria Carvalho; Café-Snack/Bar, Raminho; Pastelaria das Corunheiras, Mina Doce; Café Petisqueira, o Corbie; Pastelaria/Charcutaria Vitória; Tasca das Pites; Tasca do Rijo; Churrasqueira Rei dos Frangos; Snack-Bar Ponto Azul; Restaurante a Fornalha; Cervejaria Patanisca; Cafeteria 4ª Dimensão; Café Snack-Bar, os Lusíadas; Mix Café; Restaurante, Curva do Bacelo; Chá de Café; Cafeteria Boa Nova; Pastelaria a Palmeira; Café/Restaurante, Associação de Moradores do Bairro do Bacelo; Café/Restaurante o Gugus; Snack-Bar, o Escondidinho do Bacelo; Pastelaria, a Tropical; Cafeteria Passos Reais; Manuel Galhetas, casamentos e baptizados; Cafeteria, o Pastor; Restaurante o Quintal D. Quixote; Cafeteria Dois Irmãos; Cafeteria Charcutaria e Tabacaria Suisse; Cafeteria St Moritz; Café Snack-Bar, o Puzzle; Snack-Bar, Luz Nova; Cervejaria/Marisqueira Magui; Restaurante Pôr do Sol;</p>	
	<p>Serviços</p>	<p>Exchange, Especialistas em financiamento; Barbearia Manuel Gaiato; Barbearia Velez; Manuel Diogo Almeida, reparação de electrodomésticos; Canalizador, Simão Pereira; Repclima, reparação, refrigeração e climatização; Manuel António Leal Cortes, lenhas e aluguer de retroescavadoras; Mário Balsinhas, ar condicionado; MS Automóveis; Carlos Marques Santos, Unipessoal, Lda; Eborclima, ar condicionado; Acqualem, Fonte Lusa, sistemas de filtragem de águas; Vídeo Mania; Palmeira Videoclube, Tabacaria;</p>	<p>Técnico-comerciais (CEF)</p>

		Depileaser, Instituto de Beleza, Lda; Cinebank, clube vídeo 24h; Rota das Limpezas, sociedade limpezas, Unipessoal; A. C. Hipólito, Salão de Exposição Automóvel; Elisa Luz, engomadeira; Escola de Condução, Infante D'Évora; Securitas Direct; Carvalheira e Associados, Seguros Zurich; Pool, Solutions Évora; Bétula, arquitectura paisagística e comércio de flores; Veterinária Eboravet; Clínica Veterinária Vétalamos; Peritos Rigor - gabinete de peritagens, Lda; Bricomotor, aluguer de máquinas e equipamentos, Lda; Paulo Nuno Silva, fotografias, Unipessoal, Lda;	
	Turismo Rural		
Actividade Industrial	Batata frita		
	Caixilharia	António Pica Encarnação, caixilharia, Lda;	
	Carpintaria	Fernando Manuel Pardal Cardador, oficina e carpintaria;	
	Construção Civil	A V Modas, construção civil Lda; Borges e Pascoal Lda, empreiteiros de estuque; Pinturas Joaquim Saloio; Baião & Filhos, construção civil; Alémobra, sociedade de construção imobiliária; Marcelino Rego, construções, Lda; Saraiva & Letras, Lda; Telheiro do Gaio;	
	Cutelaria		
	Curtumes		
	Electricidade	Evoracontrol, instalação de automatismos, Lda; Instalévora, Lda;	
	Indústria Corticeira		
	Mecânica	Lubridiana, comércio de lubrificantes e acessórios Lda; Manuel Maria Filhos, Lda; Evagro, assistência técnica; A L. Amaral, oficina de bate-chapas, pinturas; Francisco Catarino & António Barrambana, oficina auto; José Vilalva, oficina reparações auto; Adriano Hipólito, bate-chapas e pintura; Auto Roque Vinagre e José António, oficina de reparações; Manuel Henrique Gomes Sobral, oficina auto; Decor Jipe, acessórios todo-o-terreno; Manuel	Serralharia Civil (CEF)

		Santana, mecânico de máquinas de costura;	
	Metalomecânica	Fialho, alfaias agrícolas - Fialho e Irmãos; Tecnitornos, Eborense, Lda; Premetal, metalurgia de reparações e máquinas agrícolas agrícolas, Lda; Manuel Fialho, Lda;	
	Móveis		
	Panificadora	Panificadora Central Eborense;	
	Pavimentos/Soalhos		
	Pintura		
	Praça de Táxis	Auto Táxis Ludovino Machado, Lda;	
	Queijaria		
	Serralharia Civil		
Actividade Agrícola	Agricultura		
	Silvicultura	Viveiro Florestal;	
	Viticultura	Quinta/Adega da Cartuxa;	
Saúde e Segurança Social	Centro de Acupuntura	Centro Acupuntura Alentejo, Lda;	
	Centro de Dia	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima, Associação de Idosos e Reformados do Bacelo (AIRB);	
	Centro Dietético	Centro Dietético do Bacelo;	
	Centro de Fisioterapia	Fisiobacelo, Centro de Fisioterapia do Bacelo;	
	Centro de Saúde	I. D. T., Delegação Regional de Évora; Fresenius Medical Care;	
	Clínica Análises	Laboratório do sono, estudo e planeamento de apneia do sono; Lancrome, laboratório de análises cromatográficas, Unipessoal, Lda;	
	Clínica Dentária	Dentevora, Clínica Dentária de Évora;	
	Clínica Enfermagem	Clínica de Enfermagem do Bacelo;	
	Consultório Médico	Consultório Médico, Manuel Fialho Bento;	
	Farmácia	Farmácia Teixeira;	
	Hospital		
	Lar	Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima; Associação Moradores do Bairro do Bacelo; Lar de Idosos «Obra s. José Operário»;	
	Posto de Medicamentos	Ervanária Cris;	
Actividade	Associação		

Desportiva	Clube	Clube de Ténis de Évora; Clube Vólei de Évora; Clube de Caça Associativa Moderna; Clube de Caça e Pesca do Bacelo;	
	Grupo	Grupo Futebol Eborense;	
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	Associação	Associação Moradores do Bairro do Bacelo; 4ª Dimensão - Associação Paroquial; Associação Portuguesa do Cavalo Luso-Árabe (APCLA); Associação Escolinha D'Arte; Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Nº 4 de Escolas de Évora; Associação de Surdos de Évora;	
	Banda		
	Casa do Povo		
	Grupo	Ciclotur; Grupo Motard do Templo;	
	Núcleo	Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português, Agrupamento Nº 37;	
Transportes e Comunicações	Agência de Viagens		
	Transporte de Mercadorias		
Educação	Creche	Creche Palmo e Meio; Creche, o Pequerrucho;	Animadora (EE)
	Jardim-de-Infância	Jardim de Infância, Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima; Jardim-de-Infância, Escolinha D'Arte; Jardim-de-Infância do Bacelo; Jardim-de-Infância Penedo de Ouro;	
	Escola EB1	Escola EB1 de Frei-Aleixo;	
	Escola EB2/3	Escola EB 2/3 Conde de Vilalva;	Auxiliar Acção Educativa (EE)
	Universidade	Pólo da Universidade de Évora – Leões;	
	Ensino Especial	Cercidiana CRL; Casa das Pites, Unidade Residencial, Cercidiana;	
	Escola Comunitária	Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima;	
	Escola de Música		

Legenda: Classes de actividade económica com oferta formativa no Agrupamento e sua relação com a freguesia de Bacelo

Fontes: Pesquisa no terreno; Agrupamento Nº 4 de Escolas de Évora; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Bacelo; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfbacelo>, (2008)

Anexo 13 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Canaviais de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

Anexo 13 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Canaviais de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional e sua relação com a freguesia de Canaviais)

Classificação	Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Equipamentos e Serviços	Cabeleireira	Salão de cabeleireira - Laurinda Duarte Vicente; Salão de cabeleireira - Mena Luz;	Cabeleireira (EE)
	Comércio - Alimentação	Padaria/Pastelaria Vitória; Mini-Mercado Quintinha; Mini-Mercado Paixão Mira; Mini-Mercado Irene Badagola; Mini-Mercado Nelson; Mini-Mercado Preço Certo; Mini-Mercado Susana Simões;	Técnico-comerciais (CEF)
	Comércio - Artigos Desporto	Casa Bonito, artigos de caça, pesca e desporto;	
	Comércio - Distribuição Produtos	Lubriantas - comércio de lubrificantes, Lda; Joaquim Pedro Bizarro da Silva, máquinas agrícolas e acessórios; Tintas Bardot; Los Mares, importação e exportação de produtos alimentares, Lda; Sadpal, Sociedade Alentejana de Distribuição Alimentar; Hidronova, Nilo piscinas; Ricardo Fernandes, comércio produtos alimentares, unipessoal; António Barras, Unipessoal, Lda; Edgar Duarte Ferreira Afonso, Herdeiros;	
	Comércio - Droguaria/Acessórios	Droguaria rações e sementes;	
	Comércio - Mobiliário		
	Comércio - Vestuário		
	Contabilidade		
	Hotelaria	Hotel Convento do Espinheiro;	
	Informática	Novabit - Informática, Lda; Miguel Pinto, informática e multimédia;	
	Instituição	Junta de Freguesia dos Canaviais;	

	Pública		Administrativas (CEF)
	Lavandaria	Lavandaria/Papelaria Canaviais;	Técnico- comerciais (CEF)
	Papelaria		
	Religião	Paróquia de Nossa Senhora da Boa Esperança; Casa da Sagrada Família;	
	Restauração	Café o Inácio; Café o Apressado; Café/Restaurante da Paz; Café Gamezone; Café Solar, S. Martinho; Cafeteria Faísca; Café/Restaurante Bridon; Restaurante o Cozinheiro; Bar Casa do Povo de Canaviais; Pastelaria Rico Doce; Snack-Bar/Restaurante «O Toninho»; Quintal D. Quixote, restaurante catering; Café Clube Desportivo e Recreativo Canaviais;	
	Serviços	Amadeu José da Conceição Correia, máquinas de diversão; Maria Biscoito e Companhia, festas com magia; Centro Hípico Vale Flor; Tqual, Lda, higiene e segurança no trabalho; Fernando Pires, equitação, unipessoal, Lda; AE - Artes do Espectáculo, sociedade de reprodução e gestão de cultura, Lda; José Augusto da Costa Araújo - Sociedade Unipessoal, Lda; Dinjotur, organização de eventos, Unipessoal, Lda; Júlia Maria Costa Mendonça Mira, Cassilda Jesus Mendonça Mira e Ana Teresa Jesus, imobiliária;	Técnico- comerciais (CEF)
	Turismo Rural	Quinta do Pintor, turismo rural; Quinta da Nora, turismo rural	
Actividade Industrial	Batata frita	Batatas Fritas Artesanal Pura, de Catarina Costa Galego Godinho;	
	Caixilharia		
	Carpintaria		
	Construção Civil	Amândio e Godinho, Sociedade de Construções, Lda; Construções M. J.	

		Cavaco; Construções M.J. Saragoça, Lda; Joaquim Carrasco, construção e recuperação de edifícios; Construções Tição, Lda; Sociedade de Construções Unipessoal, Lda; Vareta & Valente, Lda; Manuel José Barbeiro, construções; R.N.S. Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda; Ferreira & Dordio, Lda;	
	Cutelaria		
	Curtumes		
	Electricidade	Dianatel, Montagens Eléctricas, Lda; Evorcontrol - instalação de automatismos, Lda; Nova Luz - montagem redes eléctricas;	
	Indústria corticeira		
	Mecânica	Oficina de Mecânica Geral; J. J. Madeira, reparação e comércio de automóveis; Portas - António A.T. Correia; Expresso Glass, substituição e reparação vidros auto;	Serralharia Civil (CEF)
	Metalomecânica	Sociedade Metalúrgica dos Canaviais, Lda;	
	Móveis	Galerias Móveis S. Francisco Lda; Adelino Ourives, móveis de cozinha, mobílias e restauro;	
	Panificadora	Padaria Qualitus, Lda; Manuel Ramos da Silva, fabrico e venda de empadas;	
	Pavimentos/ Soalhos		
	Pintura		
	Praça de Táxis	Serman, serviços de táxis; Lda;	
	Queijaria	Queijaria Cachopas;	
	Serralharia Civil		
Actividade Agrícola	Agricultura	Sociedade Agro-Florestal Barrocal do Degebe, Lda; Sociedade Agrícola de Alpedriche, Lda; Sociedade Agrária	

		de Transformacion, Los Gonzalez;	
	Silvicultura		
	Viticultura		
Saúde e Segurança Social	Centro de Acupunctura		
	Centro de Dia	Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos dos Canaviais (ARPIC); Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Habitação e Lazer de São Leonardo;	
	Centro Dietético		
	Centro de Fisioterapia		
	Centro de Saúde		
	Clínica Análises		
	Clínica Dentária		
	Clínica Enfermagem		
	Consultório Médico		
	Farmácia		
	Hospital	Hospital do Espírito Santo - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental;	
	Lar	Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Habitação e Lazer de São Leonardo;	
	Posto de Medicamentos	Posto Farmacêutico Móvel dos Canaviais - Farmácia Central;	
Actividade Desportiva	Associação	Associação Desportiva de Caçadores e Pescadores dos Canaviais (Monte do Montinho);	
	Clube		
	Grupo	Grupo Desportivo e Recreativo de Canaviais;	
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	Associação	Associação Sócio - Cultural e Recreativa do Pessoal do Espírito Santo; Associação Columbófilos do Grupo Desportivo e Recreativo dos Canaviais;	

	Banda		
	Casa do Povo	Casa do Povo de Canaviais;	
	Grupo		
	Núcleo		
Transportes e Comunicações	Agência de Viagens	República das Viagens - viagens e turismo, Lda;	Técnico-comerciais (CEF)
	Transporte de mercadorias	Transportes Luís & Jerónimo, Lda; Translinhol, transportes de mercadorias, Lda;	
Educação	Creche	Creche da Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano, Quinta dos Apóstolos; Creche, Casa do Sagrado Coração de Jesus, Quinta do Pio; Creche,	Animadora (EE)
	Jardim-de-Infância	Jardim-de-Infância de Canaviais; Jardim-de-Infância da Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano, Quinta dos Apóstolos; Infantário, Casa do Sagrado Coração de Jesus, Quinta do Pio; Jardim-de-Infância, O Ninho;	
	Escola EB1	Escola EB1 de Canaviais;	
	Escola EB2/3		
	Universidade		
	Ensino Especial	Cercidiana; Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade Social (ARASS);	
	Escola Comunitária		
	Escola de Música		

Legenda: Classes de actividade económica com oferta formativa no Agrupamento e sua relação com a freguesia de Canaviais

Fontes: Pesquisa no terreno; Agrupamento Nº 4 de Escolas de Évora; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Canaviais; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfcanaviais>, (2008)

**Anexo 14 – Matriz de caracterização institucional
da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor de
acordo com o critério da utilidade do Agrupamento**

Anexo 14 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional e sua relação com a freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor)

Classificação	Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Equipamentos e Serviços	Cabeleireira		
	Comércio - Alimentação	Jerónimo Coelho;	Técnico-comerciais (CEF)
	Comércio - Artigos Desporto		
	Comércio - Distribuição Produtos	J. B. Cavaco, Equipamentos Industriais; Francisco Charrua, artesanato;	
	Comércio - Drogeria/ Acessórios		
	Comércio - Mobiliário		
	Comércio - Vestuário		
	Contabilidade		
	Hotelaria		
	Informática		
	Instituição Pública	Junta de Freguesia de Graça do Divor;	Práticas Administrativas (CEF)
	Lavandaria		
	Papelaria		
	Religião	Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça do Divor;	
	Restauração	Café/Restaurante «O Divor»; Café Moinho de Vento; Snack-Bar «O Bezica»; Bar Casa do Povo;	
	Serviços		
	Turismo Rural		
Actividade Industrial	Batata frita		
	Caixilharia		

	Carpintaria		
	Construção Civil		
	Cutelaria		
	Curtumes		
	Electricidade		
	Indústria Corticeira		
	Mecânica	A. J. Salvadinha, mecânico auto, Unipessoal, Lda;	Serralharia Civil (CEF)
	Metalomecânica		
	Móveis		
	Panificadora		
	Pavimentos/Soalhos		
	Pintura		
	Praça de Táxis	Isidro José Lobo;	
	Queijaria		
	Serralharia Civil		
Actividade Agrícola	Agricultura	Sociedade Agrícola de Vale das Marias, Lda	
	Silvicultura		
	Viticultura		
Saúde e Segurança Social	Centro de Acupunctura		
	Centro de Dia	Lar da 3ª Idade de Graça de Divor;	
	Centro Dietético		
	Centro de Fisioterapia		
	Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora - Extensão de Graça de Divor;	
	Clínica Análises		
	Clínica Dentária		
	Clínica Enfermagem		
	Consultório Médico		
	Farmácia		
	Hospital		
	Lar	Lar da 3ª Idade de Graça de Divor;	
	Posto de		

	medicamentos		
Actividade Desportiva	Associação		
	Clube		
	Grupo	Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Graça de Divor;	
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	Associação	Associação de Idosos e Reformados Nossa Senhora Graça de Divor; Associação Juvenil de Graça de Divor; Associação de Caçadores de Graça de Divor;	
	Banda		
	Casa do Povo	Casa do Povo de Graça de Divor;	
	Grupo		
	Núcleo		
Transportes e Comunicações	Agência de Viagens		
	Transporte de Mercadorias		
Educação	Creche		
	Jardim-de-Infância	Jardim-de-Infância de Graça de Divor;	Animadora (EE)
	Escola EB1	Escola EB1 de Graça de Divor;	
	Escola EB2/3		
	Universidade		
	Ensino Especial		
	Escola Comunitária		
	Escola de Música		

Legenda: Classes de actividade económica com oferta formativa no Agrupamento e sua relação com a freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Graça de Divor; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jgracadivor>, (2008)

Anexo 15 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora de Machede, de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

Anexo 15 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de Nossa Senhora de Machede, de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional e sua relação com a freguesia de Nossa Senhora de Machede)

Classificação	Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Equipamentos e Serviços	Cabeleireira		
	Comércio - Alimentação	Comércio Produtos Alimentares António Dias; O Cabaz, comércio misto; Loja Tecidos e Mercarias, Feliciano Ramos; Loja Mercarias, Ermelinda Alvorado; Loja Comércio Misto, Faustina Roberto Pimenta;	Técnico-comerciais (CEF)
	Comércio - Artigos Desporto		
	Comércio - Distribuição Produtos	Electrodomésticos André Pereira; Loja Lifer;	
	Comércio - Drogaria/ Acessórios		
	Comércio - Mobiliário	Loja Electrodomésticos, Mobiliário Salvador Maximino;	
	Comércio - Vestuário		
	Contabilidade		
	Hotelaria		
	Informática		
	Instituição Pública	Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede;	Práticas Administrativas (CEF)
	Lavandaria		
	Papelaria	Papelaria Piteira;	Técnico-comerciais (CEF)
	Religião	Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Machede;	
	Restauração	Café Popular; Café Central; Café Banha; Café Associação de Caçadores e Pescadores;	

	Serviços		
	Turismo Rural		
Actividade Industrial	Batata frita		
	Caixilharia		
	Carpintaria		
	Construção Civil	Diana Limpa, construção civil e limpezas; Damásio Peixe, empreiteiro de estuque; RVJ, Sociedade Construções Lda; JBP, construções; Adelino Fialho, construção civil; Piteira e Piteira, construção civil; Cachola e Cachola, Lda, construção civil; Joaquim Inácio Buchas, retroescavadoras e construção civil;	
	Cutelaria		
	Curtumes	Libório & Fernandes,Lda;	
	Electricidade	Lidório & Fernandes,Lda; Maximus Power Box - Fabrico de Equipamentos Eléctricos, Unipessoal;	
	Indústria Corticeira		
	Mecânica	Valentim Pereira, mecânico auto e motociclos; Joaquim Barradas, reparação de máquinas agrícolas;	Serralharia Civil (CEF)
	Metalomecânica		
	Móveis		
	Panificadora	Panificadora de Nossa Senhora de Machede; Padaria André Balixa;	
	Pavimentos/Soalhos		
	Pintura		
	Praça de Táxis	Táxis Matos;	
	Queijaria		
Serralharia Civil			
Actividade Agrícola	Agricultura	Coolma - Cooperativa Oleícola de Machede; Cooperativa Agrícola Nº 1 de Nossa Senhora de Machede; Unidade Colectiva de Produção Agrícola Povo Unido de S. Vicente de Valongo, SCRL;	

	Silvicultura		
	Viticultura		
Saúde e Segurança Social	Centro de Acupunctura		
	Centro de Dia	Obra S. José Operário; Associação para o Desenvolvimento e Bem-Estar de Nossa Senhora de Machede;	
	Centro Dietético		
	Centro de Fisioterapia		
	Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de Nossa Senhora de Machede;	
	Clínica Análises		
	Clínica Dentária		
	Clínica Enfermagem		
	Consultório Médico		
	Farmácia		
	Hospital		
	Lar	Obra S. José Operário;	
	Posto de Medicamentos	Posto Farmácia Galeno;	
	Actividade Desportiva	Associação	
Clube		Clube Desportivo de Caça e Pesca de Nossa Senhora de Machede;	
Grupo		União Desportiva Machedense;	
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	Associação	Associação de Caçadores e Pescadores do Montinho e Anexos;	
	Banda	Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede;	
	Casa do Povo	Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede;	
	Grupo	Grupo de Jovens de Nossa Senhora de Machede; Corpo Nacional de Escutas, Agrupamento 1191 de Nossa Senhora de Machede;	
	Núcleo		
Transportes e	Agência de Viagens		

Comunicações	Transporte Mercadorias		
Educação	Creche	Creche da Obra de S. José Operário;	Animadora (EE)
	Jardim-de-Infância	Jardim-de-Infância de Nossa Senhora de Machede;	
	Escola EB1	Escola EB1 de Nossa Senhora de Machede;	
	Escola EB2/3		
	Universidade		
	Ensino Especial		
	Escola Comunitária		
	Escola de Música	Escola de Música da Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede;	

Legenda: Classes de actividade económica com oferta formativa no Agrupamento e sua relação com a freguesia de Nossa Senhora de Machede

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/jfnsmachede>, (2008)

Anexo 16 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Miguel de Machede, de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

Anexo 16 – Matriz de caracterização institucional da freguesia de S. Miguel de Machede, de acordo com o critério da utilidade do Agrupamento

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional e sua relação com a freguesia de S. Miguel de Machede)

Classificação	Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Equipamentos e Serviços	Cabeleireira	Teresa Margarida Prates Ramos de Carvalho; Cidália Lino;	Cabeleireira (EE)
	Comércio - Alimentação	Mini-Mercado «Gigante»;	Técnico-comerciais (CEF)
	Comércio - Artigos Desporto		
	Comércio - Distribuição Produtos	Jorge Manuel Cardoso Nunes; João Francisco Carvalho Mestre; Tintas Leme, Lda;	
	Comércio - Drogeria/ Acessórios		
	Comércio - Mobiliário		
	Comércio - Vestuário		
	Contabilidade		
	Hotelaria		
	Informática		
	Instituição Pública	Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede; Posto Territorial de S. Miguel de Machede;	
	Lavandaria		
	Papelaria		
	Religião	Igreja Matriz de S. Miguel de Machede; Igreja de S. Francisco;	
	Restauração	Snack-Bar Central; Adega do Miguel; Cafeteria Bar da Vila; Café «A Varanda»; Bar da Casa do Povo;	
	Serviços		
Turismo Rural			

Actividade Industrial	Batata frita		
	Caixilharia		
	Carpintaria	Vicente José Batista Galiano, carpintaria;	
	Construção Civil	Construções Manuel Inácio Rico; Construções António José Bravo Canha, Construções A. Silva & Rego, Lda;	
	Cutelaria		
	Curtumes		
	Electricidade		
	Indústria Corticeira		
	Mecânica	Miguel Nunes, mecânica;	Serralharia Civil (CEF)
	Metalomecânica		
	Móveis		
	Panificadora	Panificadora «A Flor»;	
	Pavimentos/Soalhos	João Romão & Filhos, assentamento de soalho e tacos;	
	Pintura	Epifâneo Canha, pintura auto;	
	Praça de Táxis	Táxis Fonte-Boa, Lda;	
	Queijaria		
Serralharia Civil			
Actividade Agrícola	Agricultura	José Pacheco, Alaias Agrícolas; Sociedade Agro-Pecuária do Monviso Lda; Logovinha, Sociedade Agrícola, SA;	
	Silvicultura		
	Viticultura	Quinta da Pardiela; Adega do Valério;	
Saúde e Segurança Social	Centro de Acupunctura		
	Centro de Dia	Centro de dia Obra de S. José Operário; Centro de Dia de S. Miguel de Machede; Associação, Amigos, Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Miguel de Machede;	
	Centro Dietético		
	Centro de		

	Fisioterapia		
	Centro de Saúde	Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de S. Miguel de Machede;	
	Clínica Análises		
	Clínica Dentária		
	Clínica Enfermagem		
	Consultório Médico		
	Farmácia		
	Hospital		
	Lar	Lar Obra de S. José Operário;	
	Posto de Medicamentos	Posto Farmácia Branco;	
Actividade Desportiva	Associação	Associação Desportiva Cinegética das Lages Grandes;	
	Clube	Clube de Caça e Pesca de S. Miguel de Machede;	
	Grupo	Grupo Desportivo e Recreativo Micaelense;	
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	Associação	Associação Cantinho dos Necessitados; Associação Cultural Desportiva e Recreativa das Courelas da Toura;	
	Banda	Banda Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo;	
	Casa do Povo	Casa do Povo de S. Miguel de Machede;	
	Grupo	Grupo Musical Dependentes do Ritmo; Grupo the Grum; Grupo Musical Asas Latinas;	
	Núcleo		
Transportes e Comunicações	Agência de Viagens		
	Transporte de Mercadorias		
Educação	Creche	Creche da Obra de S. José Operário;	Animadora (EE)
	Jardim-de-Infância	Jardim-de-Infância da Obra de S. José Operário;	
	Escola EB1	Escola EB1 de S. Miguel de Machede;	
	Escola EB2/3		

	Universidade		
	Ensino Especial	Associação Sócio-Terapêutica de Évora;	
	Escola Comunitária	Associação para o Desenvolvimento Comunitário - Suão;	
	Escola de Música	Escola de Música da Banda Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo;	

Legenda: Classes de actividade económica com oferta formativa no Agrupamento e sua relação com a freguesia de S. Miguel de Machede

Fontes: Pesquisa no terreno; Governo Civil de Évora; Instituto de Segurança Social; Câmara Municipal de Évora; Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede; Ministério da Economia; Instituto Português da Juventude; Associação Comercial de Évora; Páginas Amarelas; <http://www.cartasocial.pt>; <http://www.evora.net/fjnsmiguelmachede>, (2008)



**Anexo 17 – Matriz de caracterização institucional do
Agrupamento de acordo com o critério da utilidade**

Anexo 17 – Matriz de caracterização institucional do Agrupamento de acordo com o critério da utilidade

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional)

Classificação	Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Equipamentos e Serviços	Cabeleireira	AZR - Salão de Beleza; BAC -Elsa Augusto, cabeleireiros; Cabeleireiros Unissexo, Nazaré Roxo; Cabeleireira, Depil Salud; Nita, cabeleireiros; Susana, cabeleireiros; Ju cabeleireiros; Mena, cabeleireiros; Carla Alexandre, cabeleireiros; Lena, cabeleireiros; Primavera, salão de cabeleireiros; Aida e Vitorino, Lda; CAN - Salão de cabeleireira - Laurinda Duarte Vicente; Salão de cabeleireira - Mena Luz; SMM - Teresa Margarida Prates Ramos de Carvalho; Cidália Lino;	Cabeleireira (EE)
	Comércio - Alimentação	AZR - Talho Nova Carnes; Cooperativa Operária de Consumo Azarujense, SCRL; Mini-Mercado,Rita; BAC - Padaria Francisco Lopes Carvalho; Supermercado Godinho; Ecomarché, os mosqueteiros; Mini-mercado do Granito; Mini-Mercado, Granito Centro; Mini-Mercado Francisco D.S; Peixaria Mini-Mercado, Golfinho; Mixcarnes, Talhos, Lda; Mini-Mercado Arsénico; Talho, António Manuel Eleutério Fernandes; Mini-Mercado S.L.; CAN - Padaria/Pastelaria Vitória; Mini-Mercado Quintinha; Mini-Mercado Paixão Mira; Mini-Mercado Irene Badagola; Mini-Mercado Nelson; Mini-Mercado Preço Certo; Mini-Mercado Susana Simões; GCD - Jerónimo Coelho; NSM - Comércio Produtos Alimentares António Dias; O Cabaz, comércio misto; Loja Tecidos e Mercarias, Feliciano Ramos;	Técnico-comerciais (CEF)

		Loja Mercarias, Ermelinda Alvorado; Loja Comércio Misto, Faustina Roberto Pimenta; SMM - Mini-Mercado «Gigante»;	
	Comércio - Artigos Desporto	CAN - Casa Bonito, artigos de caça, pesca e desporto;	
	Comércio - Distribuição Produtos	AZR - Mini-Mercado Camilo Acanhado Fernandes; BAC - Anar Tintas; Tintas Potro, agente autorizado; Harp Rosa, Vinhos Lda; António Barrambana, peças auto; João Barrenho radiadores; Jodafe, Tintas; Tintas Sotinco; Marques & Rebelo, Lda; Lucas Denso, baterias; João M. Alves Rosa, Lda, equipamentos para escritório e consumíveis; Voltisol, GPL; Maxi-Car, comércio de veículos e peças, Lda; J. J. Madeira, comércio e reparação de automóveis; Eurocerca, serviço de comércio de vedações; Joaquim M. V. Coelho, armazém de candeeiros, lanternas e iluminação; Rainbow; Frutas Tempero, comércio de frutas e produtos hortícolas, Lda; Loja das Rações; Miguel Piteira, máquinas e ferramentas; Planidoc, equipamento escritório; Sadpal, Sociedade Alentejana de Distribuição Alimentar; Hens, Rações Hens; Piscinas Carreu Bleu; JT Comunicações, Material eléctrico; Casa das Tintas; MR Lareiras; Centro de Jardinagem, Francisca Batista; José Martins Lopes, revenda ao público; Altécnica, equipamento de escritório; CAN - Lubriantas - comércio de lubrificantes, Lda; Joaquim Pedro Bizarro da Silva, máquinas agrícolas e acessórios; Tintas Bardot; Los Mares, importação e exportação de produtos	Técnico- comerciais (CEF)

		alimentares, Lda; Sadpal, Sociedade Alentejana de Distribuição Alimentar; Hidronova, Nilo piscinas; Ricardo Fernandes, comércio produtos alimentares, unipessoal; António Barras, Unipessoal, Lda; Edgar Duarte Ferreira Afonso, Herdeiros; GCD - J. B. Cavaco, Equipamentos Industriais; Francisco Charrua, artesanato; NSM - Electrodomésticos André Pereira; Loja Lifer; SMM - Jorge Manuel Cardoso Nunes; João Francisco Carvalho Mestre; Tintas Leme, Lda;	
	Comércio - Drogaria/ Acessórios	AZR - Drogaria/Papelaria Chaveiro; Drogaria Gaspar; Loja das Flores Kiwi; Loja Velharias; Mini-Mercado Camilo Acanhado Fernandes; BAC - Eborclima, drogaria; Florista, O Raminho; Bazar Preço Certo; José Martins Lopes, artigos para o lar e calçado; Loja da China; Bazar Poupança; CAN - Drogaria rações e sementes;	
	Comércio - Mobiliário	AZR - Móveis Carmar; Utilidades Mcláudia; BAC - Espaço Moderno, mobiliário para lojas; Recanto do Monte, móveis rústicos e artigos decorativos; Maria Genoveva, Decorações; Damencar, cozinhas e móveis; Carlos Ramalinho, arte e decoração; NSM - Loja Electrodomésticos, Mobiliário Salvador Maximino;	Técnico-comerciais (CEF)
	Comércio - Vestuário	AZR - Pronto-a-vestir, Teófilo Santana; Loja Filipe; BAC - Justino Confecções; Mena, pronto-a-vestir, homem e senhora;	
	Contabilidade	AZR - Teresa Ricardo, contabilidade e serviços; BAC - José Miguel Melro Cameirão, técnico oficial de contas;	Práticas Administrativas (CEF)

	Hotelaria	AZR - Hotel Rural Monte do Cabeço do Carmo; BAC - Passos Reais, actividades hoteleiras, sociedade unipessoal, Lda; CAN - Hotel Convento do Espinheiro;	
	Informática	BAC - Idade Virtual - formação informática; A.C. & Duarte, Lda; Assiscenter - comércio e serviços de informática, Lda; Informal, informática, formação e aplicações; Highlevel 2000, equipamentos informáticos; Imagem, SOS, PC, Internet; Recitoner Évora, reciclagem de consumos informáticos; CAN - Novabit - Informática, Lda; Miguel Pinto, informática e multimédia;	
	Instituição Pública	AZR - Junta de Freguesia de S. Bento do Mato; Posto Territorial de Azaruja; BAC - Junta de Freguesia do Bacelo; Direcção Regional de Educação do Alentejo; CAN - Junta de Freguesia dos Canaviais; GCD - Junta de Freguesia de Graça do Divor; NSM - Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede; SMM - Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede; Posto Territorial de S. Miguel de Machede;	Práticas Administrativas (CEF)
	Lavandaria	BAC - Lavandaria Bacelo Oeste; CAN - Lavandaria/Papelaria Canaviais;	Técnico-comerciais (CEF)
	Papelaria	BAC - Papelaria/Tabacaria Avenida; NSM - Papelaria Piteira;	
	Religião	AZR - Igreja de S. Bento do Mato; Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima; BAC - Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima; CAN - Paróquia de Nossa Senhora da Boa Esperança; Casa da Sagrada Família; GCD - Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça do Divor; NSM -	

		<p>de Moradores do Bairro do Bacelo; Café/Restaurante o Gugas; Snack-Bar, o Escondidinho do Bacelo; Pastelaria, a Tropical; Cafeteria Passos Reais; Manuel Galhetas, casamentos e baptizados; Cafeteria, o Pastor; Restaurante o Quintal D. Quixote; Cafeteria Dois Irmãos; Cafeteria Charcutaria e Tabacaria Suisse; Cafeteria St Moritz; Café Snack-Bar, o Puzzle; Snack-Bar, Luz Nova; Cervejaria/Marisqueira Magui; Restaurante Pôr do Sol; CAN - Café o Inácio; Café o Apressado; Café/Restaurante da Paz; Café Gamezone; Café Solar, S. Martinho; Cafeteria Faisca; Café/Restaurante Bridon; Restaurante o Cozinheiro; Bar Casa do Povo de Canaviais; Pastelaria Rico Doce; Snack-Bar/Restaurante «O Toninho»; Quintal D. Quixote, restaurante catering; Café Clube Desportivo e Recreativo Canaviais; GRD - Café/Restaurante «O Divor»; Café Moinho de Vento; Snack-Bar «O Bezica»; Bar Casa do Povo; NSM - Café Popular; Café Central; Café Banha; Café Associação de Caçadores e Pescadores; SMM - Snack-Bar Central; Adega do Miguel; Cafeteria Bar da Vila; Café «A Varanda»; Bar da Casa do Povo;</p>	
	<p>Serviços</p>	<p>AZR - Millenium BCP; Caeiro, Administração de Propriedades, Lda; Rustitur - Planos Turísticos e Recreativos Lda; Cetambo, engenharia sanitária e ambiente; Açoreana Seguros; Trama Design, Marta Ricardo</p>	<p>Técnico-comerciais (CEF)</p>

		<p>Unipessoal, Lda; Relojoaria Raposo; BAC - Exchange, Especialistas em financiamento; Barbearia Manuel Gaiato; Barbearia Velez; Manuel Diogo Almeida, reparação de electrodomésticos; Canalizador, Simão Pereira; Repclima, reparação, refrigeração e climatização; Manuel António Leal Cortes, lenhas e aluguer de retroscavadoras; Mário Balsinhas, ar condicionado; MS Automóveis; Carlos Marques Santos, Unipessoal, Lda; Eborclima, ar condicionado; Acqualem, Fonte Lusa, sistemas de filtragem de águas; Vídeo Mania; Palmeira Videoclube, Tabacaria; Depileaser, Instituto de Beleza, Lda; Cinebank, clube vídeo 24h; Rota das Limpezas, sociedade limpezas, Unipessoal; A. C. Hipólito, Salão de Exposição Automóvel; Elisa Luz, engomadeira; Escola de Condução, Infante D'Évora; Securitas Direct; Carvalheira e Associados, Seguros Zurich; Pool, Solutions Évora; Bétula, arquitectura paisagística e comércio de flores; Veterinária Eboravet; Clínica Veterinária Vétalamos; Peritos Rigor - gabinete de peritagens, Lda; Bricomotor, aluguer de máquinas e equipamentos, Lda; Paulo Nuno Silva, fotografias, Unipessoal, Lda; CAN - Amadeu José da Conceição Correia, máquinas de diversão; Maria Biscoito e Companhia, festas com magia; Centro Hípico Vale Flor; Tqual,Lda, higiene e segurança no trabalho; Fernando Pires, equitação, unipessoal, Lda; AE - Artes do Espectáculo, sociedade de reprodução e gestão de cultura, Lda;</p>	
--	--	--	--

		José Augusto da Costa Araújo - Sociedade Unipessoal, Lda; Dinjotur, organização de eventos, Unipessoal, Lda; Júlia Maria Costa Mendonça Mira, Cassilda Jesus Mendonça Mira e Ana Teresa Jesus, imobiliária;	
	Turismo Rural	CAN - Quinta do Pintor, turismo rural; Quinta da Nora, turismo rural;	
Actividade Industrial	Batata frita	CAN - Batatas Fritas Artesanal Pura, de Catarina Costa Galego Godinho;	
	Caixilharia	BAC - António Pica Encarnação, caixilharia, Lda;	
	Carpintaria	AZR - Carpintaria Jacinto Abadia; José F.C. Pequito, carpintaria; BAC - Fernando Manuel Pardal Cardador, oficina e carpintaria; SMM - Vicente José Batista Galiano, carpintaria;	
	Construção Civil	AZR - RF Rosado & Filhos, construção civil e obras públicas; Manuel Cosme, pintura e construção civil; Azarunível, sociedade de construções de Azaruja, Lda; Feles Inverno, materiais de construção civil; BAC - A V Modas, construção civil Lda; Borges e Pascoal Lda, empreiteiros de estuque; Pinturas Joaquim Saloio; Baião & Filhos, construção civil; Alémobra, sociedade de construção imobiliária; Marcelino Rego, construções, Lda; Saraiva & Letras, Lda; Telheiro do Gaio; CAN - Amândio e Godinho, Sociedade de Construções, Lda; Construções M. J. Cavaco; Construções M.J. Saragoça, Lda; Joaquim Carrasco, construção e recuperação de edifícios; Construções Tição, Lda; Sociedade de Construções Unipessoal, Lda; Vareta & Valente, Lda; Manuel José Barbeiro, construções;	

		R.N.S. Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda; Ferreira & Dordio, Lda; NSM - Diana Limpa, construção civil e limpezas; Damásio Peixe, empreiteiro de estuque; RVJ, Sociedade Construções Lda; JBP, construções; Adelino Fialho, construção civil; Piteira e Piteira, construção civil; Cachola e Cachola, Lda, construção civil; Joaquim Inácio Buchas, retroescavadoras e construção civil; SMM - Construções Manuel Inácio Rico; Construções António José Bravo Canha, Construções A. Silva & Rego, Lda;	
	Cutelaria	AZR - Cutelaria Joaquim André Silva Franzina, Herdeiros, Lda;	
	Curtumes	NSM - Lidório & Fernandes,Lda;	
	Electricidade	BAC - Evoracontrol, instalação de automatismos, Lda; Instalévora, Lda; CAN - Dianatel, Montagens Eléctricas, Lda; Evorcontrol - instalação de automatismos, Lda; Nova Luz - montagem redes eléctricas; NSM - Libório & Fernandes,Lda; Maximus Power Box - Fabrico de Equipamentos Eléctricos, Unipessoal;	
	Indústria Corticeira	AZR - TICA - transformação industrial corticeira Azarujense Lda; Juvenal M. Varela Mira & Filhos, Lda; Norberto dos Santos Ginó; Tiago Melro & Filhos, Lda; Adriano José Carapinha, Ginó & Filhos, Lda; Adriano Sureda Ferrão Tique, Herdeiros, Lda; António Pepe & M ^a Lucinda, Lda; Cortiçarte, arte em cortiça Lda; Granaz; Pepe Duque Ferrão e Filhos, Lda; Canelas e Companhia, Lda; Felizardo Mira e Filhos, Lda; Prates Vasques, cortiça,Lda;	

	Mecânica	<p>AZR - Herman Daamen, máquinas agrícolas; Oficina Auto-Azarujense;</p> <p>BAC - Lubridiana, comércio de lubrificantes e acessórios Lda; Manuel Maria Filhos, Lda; Evagro, assistência técnica; A L. Amaral, oficina de bate-chapas, pinturas; Francisco Catarino & António Barrambana, oficina auto; José Vilalva, oficina reparações auto; Adriano Hipólito, bate-chapas e pintura; Auto Roque Vinagre e José António, oficina de reparações; Manuel Henrique Gomes Sobral, oficina auto; Decor Jipe, acessórios todo-o-terreno; Manuel Santana, mecânico de máquinas de costura; CAN - Oficina de Mecânica Geral; J. J. Madeira, reparação e comércio de automóveis; Portas - António A.T. Correia; Expresso Glass, substituição e reparação vidros auto;</p> <p>GRD - A. J. Salvadinha, mecânico auto, Unipessoal, Lda; NSM - Valentim Pereira, mecânico auto e motociclos; Joaquim Barradas, reparação de máquinas agrícolas; SMM - Miguel Nunes, mecânica;</p>	Serralharia Civil (CEF)
	Metalomecânica	<p>BAC - Fialho, alfaias agrícolas - Fialho e Irmãos; Tecnitornos, Eborense, Lda; Premetal, metalurgia de reparações e máquinas agrícolas agrícolas, Lda; Manuel Fialho, Lda; CAN - Sociedade Metalúrgica dos Canaviais, Lda;</p>	Serralharia Civil (CEF)
	Móveis	<p>AZR - Empadaria/Creparia, de Manuel Luís Duarte; CAN - Galerias Móveis S. Francisco Lda; Adelino Ourives, móveis de cozinha, mobílias e restauro;</p>	
	Panificadora	<p>BAC - Panificadora Central Eborense;</p> <p>CAN - Padaria Qualitus, Lda; Manuel</p>	

		Ramos da Silva, fabrico e venda de empadas; NSM - Panificadora de Nossa Senhora de Machede; Padaria André Balixa; SMM - Panificadora «A Flor»;	
	Pavimentos/ Soalhos	AZR - J. Lobato, construções em pavimentos de madeira, Lda; SMM - João Romão & Filhos, assentamento de soalho e tacos;	
	Pintura	SMM - Epifâneo Canha, pintura auto;	
	Praça de Táxis	AZR - Táxis Pimpão, Lda; Táxis Godinho, Lda; BAC - Auto Táxis Ludovino Machado, Lda; CAN - Serman, serviços de táxis; Lda; GCD - Isidro José Lobo; Táxis Matos; SMM - Táxis Fonte-Boa, Lda;	
	Queijaria	CAN - Queijaria Cachopas;	
	Serralharia Civil	AZR - RF Rosado & Filhos, serralharia civil;	Serralharia Civil (CEF)
Actividade Agrícola	Agricultura	AZR - Sociedade Agrícola Herdade da Venda, Lda; Sociedade Agrícola Paço de Camões, Lda; CAN - Sociedade Agro-Florestal Barrocal do Degebe, Lda; Sociedade Agrícola de Alpedriche, Lda; Sociedade Agrária de Transformacion, Los Gonzalez; GRD - Sociedade Agrícola de Vale das Marias, Lda; NSM - Coolma - Cooperativa Oleícola de Machede; Cooperativa Agrícola Nº 1 de Nossa Senhora de Machede; Unidade Colectiva de Produção Agrícola Povo Unido de S. Vicente de Valongo, SCRL; SMM - José Pacheco, Alfaias Agrícolas; Sociedade Agro-Pecuária do Monviso Lda; Logovinha, Sociedade Agrícola, SA;	
	Silvicultura	BAC - Viveiro Florestal;	
	Viticultura	BAC - Quinta/Adega da Cartuxa; SMM - Quinta da Pardiela; Adega do Valério;	

Saúde e Segurança Social	Centro de Acupuntura	BAC - Centro Acunpuntura Alentejo, Lda;	
	Centro de Dia	AZR - Santa Casa da Misericórdia de Azaruja; BAC - Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima, Associação de Idosos e Reformados do Bacelo (AIRB); CAN - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos dos Canaviais (ARPIC); Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Habitação e Lazer de São Leonardo; GRD - Lar da 3ª Idade de Graça de Divor; NSM - Obra S. José Operário, Nossa Senhora de Machede; Associação para o Desenvolvimento e Bem-Estar de Nossa Senhora de Machede; SMM - Centro de dia Obra de S. José Operário, S. Miguel de Machede; Centro de Dia de S. Miguel de Machede; Associação, Amigos, Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Miguel de Machede;	
	Centro Dietético	BAC - Centro Dietético do Bacelo;	
	Centro de Fisioterapia	BAC - Fisiobacelo, Centro de Fisioterapia do Bacelo;	
	Centro de Saúde	AZR - Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de Azaruja; BAC - I. D. T., Delegação Regional de Évora; Fresenius Medical Care; GRD - Centro de Saúde de Évora - Extensão de Graça de Divor; NSM - Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de Nossa Senhora de Machede; SMM - Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de S. Miguel de Machede;	
	Clínica Análises	AZR - Flaviano Gusmão, posto de colheita de Azaruja; BAC - Laboratório do sono, estudo e planeamento de	

		apneia do sono; Lancrome, laboratório de análises cromatográficas, Unipessoal, Lda;	
	Clínica Dentária	BAC – Dentévora, Clínica Dentária de Évora;	
	Clínica Enfermagem	BAC - Clínica de Enfermagem do Bacelo;	
	Consultório Médico	BAC - Consultório Médico, Manuel Fialho Bento;	
	Farmácia	BAC - Farmácia Teixeira;	
	Hospital	Hospital do Espírito Santo - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental;	
	Lar	AZR - Santa Casa da Misericórdia de Azaruja; BAC - Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima; Associação Moradores do Bairro do Bacelo; Lar de Idosos «Obra s. José Operário»; CAN - Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Habitação e Lazer de São Leonardo; GRD - Lar da 3ª Idade de Graça de Divor; NSM - Obra S. José Operário, Nossa Senhora de Machede; SMM - Lar Obra de S. José Operário, S. Miguel de Machede;	
	Posto de Medicamentos	AZR - Farmácia Santana Unipessoal, Lda; BAC - Ervanária Cris; CAN - Posto Farmacêutico Móvel dos Canaviais - Farmácia Central; NSM - Posto Farmácia Galeno; SMM - Posto Farmácia Branco;	
Actividade Desportiva	Associação	CAN - Associação Desportiva de Caçadores e Pescadores dos Canaviais (Monte do Montinho); SMM - Associação Desportiva Cinegética das Lages Grandes;	
	Clube	BAC - Clube de Ténis de Évora; Clube Vólei de Évora; Clube de Caça	

		Associativa Moderna; Clube de Caça e Pesca do Bacelo; NSM - Clube Desportivo de Caça e Pesca de Nossa Senhora de Machede; SMM - Clube de Caça e Pesca de S. Miguel de Machede;	
	Grupo	AZR - Grupo União Recreio Azarujense; Grupo Columbófilo Azarujense; Grupo Desportivo Azarujense; BAC - Grupo Futebol Eborense; CAN - Grupo Desportivo e Recreativo de Canaviais; GCD - Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Graça de Divor; NSM - União Desportiva Machedense; SMM - Grupo Desportivo e Recreativo Micaelense;	
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	Associação	AZR - Associação de Defesa dos Interesses e Cultura da Azaruja (ADICA); Associação de Desenvolvimento e Solidariedade de Azaruja (ADSA); Associação Sócio-cultural Terapêutica de Azaruja; BAC - Associação Moradores do Bairro do Bacelo; 4ª Dimensão - Associação Paroquial; Associação Portuguesa do Cavalo Luso-Árabe (APCLA); Associação Escolinha D'Arte; Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Nº 4 de Escolas de Évora; Associação de Surdos de Évora; CAN - Associação Sócio - Cultural e Recreativa do Pessoal do Espírito Santo; Associação Columbófilos do Grupo Desportivo e Recreativo dos Canaviais; GCD - Associação de Idosos e Reformados Nossa Senhora Graça de Divor; Associação Juvenil de Graça de Divor;	

		Associação de Caçadores de Graça de Divor; NSM - Associação de Caçadores e Pescadores do Montinho e Anexos; SMM - Associação Cantinho dos Necessitados; Associação Cultural Desportiva e Recreativa das Courelas da Toura;	
	Banda	AZR - Banda Filarmónica do Grupo União e Recreio Azarujense; NSM - Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede; SMM - Banda Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo;	
	Casa do Povo	CAN - Casa do Povo de Canaviais; GCD - Casa do Povo de Graça de Divor; NSM - Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede; SMM - Casa do Povo de S. Miguel de Machede;	
	Grupo	AZR -GOSMA - Grupo Orgulhoso de ser Motard Alentejano; Grupo Musical Azarujense, «Os Unidos»; Grupo de Amigos do TT; Grupo Cicloturismo Azarujense; BAC - Ciclotur; Grupo Motard do Templo; NSM - Grupo de Jovens de Nossa Senhora de Machede; SMM - Grupo Musical Dependentes do Ritmo; Grupo the Grum; Grupo Musical Asas Latinas;	
	Núcleo	AZR -Núcleo Associado Jovens Azarujenses (NAJA); BAC - Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português, Agrupamento Nº 37; NSM - Corpo Nacional de Escutas, Agrupamento 1191 de Nossa Senhora de Machede;	
Transportes e Comunicações	Agência de Viagens	CAN - República das Viagens - viagens e turismo,Lda;	Técnico-comerciais (CEF)

	Transporte de Mercadorias	CAN - Transportes Luís & Jerónimo, Lda; Translinhol, transportes de mercadorias, Lda;	
Educação	Creche	BAC - Creche Palmo e Meio; Creche, o Pequerrucho; CAN - Creche da Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano, Quinta dos Apóstolos; Creche, Casa do Sagrado Coração de Jesus, Quinta do Pio, Creche; NSM - Creche da Obra de S. José Operário; SMM - Creche da Obra de S. José Operário;	Animadora (EE)
	Jardim-de-Infância	AZR - Jardim-de-Infância de Azaruja; BAC - Jardim-de-Infância, Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima; Jardim-de-Infância, Escolinha D'Arte; Jardim-de-Infância do Bacelo; Jardim-de-Infância Penedo de Ouro; CAN - Jardim-de-Infância de Canaviais; Jardim-de-Infância da Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano, Quinta dos Apóstolos; Infantário, Casa do Sagrado Coração de Jesus, Quinta do Pio; Jardim-de-Infância, O Ninho; GCD - Jardim-de-Infância de Graça de Divor; NSM - Jardim-de-Infância de Nossa Senhora de Machede; SMM - Jardim-de-Infância da Obra de S. José Operário;	
	Escola EB1	AZR - Escola EB1 de Azaruja; BAC - Escola EB1 de Frei-Aleixo; CAN - Escola EB1 de Canaviais; GCD - Escola EB1 de Graça de Divor; NSM - Escola EB1 de Nossa Senhora de Machede; SMM - Escola EB1 de S. Miguel de Machede;	
	Escola EB2/3	BAC - Escola EB 2/3 Conde de Vilalva;	Auxiliar Acção Educativa (EE)

	Universidade	BAC - Pólo da Universidade de Évora - Leões;	
	Ensino Especial	AZR - Associação Oficina da Courela; BAC - Cercidiana CRL; Casa das Pites, Unidade Residencial, Cercidiana; CAN - Cercidiana; Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade Social (ARASS); Associação Sócio-Terapêutica de Évora;	
	Escola Comunitária	BAC - Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima; SMM - Associação para o Desenvolvimento Comunitário - Suão;	
	Escola de Música	AZR - Escola de Música da Banda do Grupo União e Recreio Azarujense; NSM - Escola de Música da Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede; SMM - Escola de Música da Banda Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo; de S. Miguel de Machede;	

Legenda: Classes de actividade económica com oferta formativa no Agrupamento

AZR – Azaruja; **BAC** – Bacelo; **CAN** – Canaviais; **GCD** – Graça de Divor; **NSM** – Nossa Senhora de Machede; **SMM** – S. Miguel de Machede

Anexo 18 – Matriz de caracterização institucional do Agrupamento como factor potenciador de novas ofertas educativas

Anexo 18 – Matriz de caracterização institucional do Agrupamento como factor potenciador de novas ofertas educativas

(Classes de actividade económica identificadas e oferta formativa actual do Agrupamento nos Cursos de Educação Formação (CEF) e dos alunos integrados no Ensino Especial (EE) com componente funcional, Estatuto do Aluno (EA) e sinalização e identificação de novas ofertas educativas)

Classificação	Sub-classificação	Identificação	Oferta Formativa
Equipamentos e Serviços	Cabeleireira	AZR - Salão de Beleza; BAC -Elsa Augusto, cabeleireiros; Cabeleireiros Unissexo, Nazaré Roxo; Cabeleireira, Depil Salud; Nita, cabeleireiros; Susana, cabeleireiros; Ju cabeleireiros; Mena, cabeleireiros; Carla Alexandre, cabeleireiros; Lena, cabeleireiros; Primavera, salão de cabeleireiros; Aida e Vitorino, Lda; CAN - Salão de cabeleireira - Laurinda Duarte Vicente; Salão de cabeleireira - Mena Luz; SMM - Teresa Margarida Prates Ramos de Carvalho; Cidália Lino;	Cabeleireira (EE)
	Comércio - Alimentação	AZR - Talho Nova Carnes; Cooperativa Operária de Consumo Azarujense, SCRL; Mini-Mercado,Rita; BAC - Padaria Francisco Lopes Carvalho; Supermercado Godinho; Ecomarché, os mosqueteiros; Mini-mercado do Granito; Mini-Mercado, Granito Centro; Mini-Mercado Francisco D.S; Peixaria Mini-Mercado, Golfinho; Mixcarnes, Talhos, Lda; Mini-Mercado Arsénico; Talho, António Manuel Eleutério Fernandes; Mini-Mercado S.L.; CAN - Padaria/Pastelaria Vitória; Mini-Mercado Quintinha; Mini-Mercado Paixão Mira; Mini-Mercado Irene Badagola; Mini-Mercado Nelson; Mini-Mercado Preço Certo; Mini-Mercado Susana Simões; GCD - Jerónimo Coelho; NSM - Comércio Produtos	Técnico-comerciais (CEF)

		Alimentares António Dias; O Cabaz, comércio misto; Loja Tecidos e Mercearias, Feliciano Ramos; Loja Mercearias, Ermelinda Alvorado; Loja Comércio Misto, Faustina Roberto Pimenta; SMM - Mini-Mercado «Gigante»;	
	Comércio - Artigos Desporto	CAN - Casa Bonito, artigos de caça, pesca e desporto;	
	Comércio - Distribuição Produtos	AZR - Mini-Mercado Camilo Acanhado Fernandes; BAC - Anar Tintas; Tintas Potro, agente autorizado; Harp Rosa, Vinhos Lda; António Barrambana, peças auto; João Barrenho radiadores; Jodafe, Tintas; Tintas Sotinco; Marques & Rebelo, Lda; Lucas Denso, baterias; João M. Alves Rosa, Lda, equipamentos para escritório e consumíveis; Voltisol, GPL; Maxi-Car, comércio de veículos e peças, Lda; J. J. Madeira, comércio e reparação de automóveis; Eurocerca, serviço de comércio de vedações; Joaquim M. V. Coelho, armazém de candeeiros, lanternas e iluminação; Rainbow; Frutas Tempero, comércio de frutas e produtos hortícolas, Lda; Loja das Rações; Miguel Piteira, máquinas e ferramentas; Planidoc, equipamento escritório; Sadpal, Sociedade Alentejana de Distribuição Alimentar; Hens, Rações Hens; Piscinas Carreu Bleu; JT Comunicações, Material eléctrico; Casa das Tintas; MR Lareiras; Centro de Jardinagem, Francisca Batista; José Martins Lopes, revenda ao público; Altécnica, equipamento de escritório; CAN - Lubrifiantes - comércio	Técnico-comerciais (CEF)

		de lubrificantes, Lda; Joaquim Pedro Bizarro da Silva, máquinas agrícolas e acessórios; Tintas Bardot; Los Mares, importação e exportação de produtos alimentares, Lda; Sadpal, Sociedade Alentejana de Distribuição Alimentar; Hidronova, Nilo piscinas; Ricardo Fernandes, comércio produtos alimentares, unipessoal; António Barras, Unipessoal, Lda; Edgar Duarte Ferreira Afonso, Herdeiros; GCD - J. B. Cavaco, Equipamentos Industriais; Francisco Charrua, artesanato; NSM - Electrodomésticos André Pereira; Loja Lifer; SMM - Jorge Manuel Cardoso Nunes; João Francisco Carvalho Mestre; Tintas Leme, Lda;	
	Comércio - Drogaria/ Acessórios	AZR - Drogaria/Papelaria Chaveiro; Drogaria Gaspar; Loja das Flores Kiwi; Loja Velharias; Mini-Mercado Camilo Acanhado Fernandes; BAC - Eborclima, drogaria; Florista, O Raminho; Bazar Preço Certo; José Martins Lopes, artigos para o lar e calçado; Loja da China; Bazar Poupança; CAN - Drogaria rações e sementes;	Técnico- comerciais (CEF)
	Comércio - Mobiliário	AZR - Móveis Carmar; Utilidades Mcláudia; BAC - Espaço Moderno, mobiliário para lojas; Recanto do Monte, móveis rústicos e artigos decorativos; Maria Genoveva, Decorações; Damencar, cozinhas e móveis; Carlos Ramalinho, arte e decoração; NSM - Loja Electrodomésticos, Mobiliário Salvador Maximino;	

	Comércio - Vestuário	AZR - Pronto-a-vestir, Teófilo Santana; Loja Filipe; BAC - Justino Confeções; Mena, pronto-a-vestir, homem e senhora;	
	Contabilidade	AZR - Teresa Ricardo, contabilidade e serviços; BAC - José Miguel Melro Cameirão, técnico oficial de contas;	Práticas Administrativas (CEF)
	Hotelaria	AZR - Hotel Rural Monte do Cabeço do Carmo; BAC - Passos Reais, actividades hoteleiras, sociedade unipessoal, Lda; CAN - Hotel Convento do Espinheiro;	Hotelaria (CEF)
	Informática	BAC - Idade Virtual - formação informática; A.C. & Duarte, Lda; Assiscenter - comércio e serviços de informática, Lda; Informal, informática, formação e aplicações; Highlevel 2000, equipamentos informáticos; Imagem, SOS, PC, Internet; Recitonner Évora, reciclagem de consumos informáticos; CAN - Novabit - Informática, Lda; Miguel Pinto, informática e multimédia;	Operadores de Informática (CEF)
	Instituição Pública	AZR - Junta de Freguesia de S. Bento do Mato; Posto Territorial de Azaruja; BAC - Junta de Freguesia do Bacelo; Direcção Regional de Educação do Alentejo; CAN - Junta de Freguesia dos Canaviais; GCD - Junta de Freguesia de Graça do Divor; NSM - Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede; SMM - Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede; Posto Territorial de S. Miguel de Machede;	Práticas Administrativas (CEF) Serviço Cívico (EA)
	Lavandaria	BAC - Lavandaria Bacelo Oeste; CAN - Lavandaria/Papelaria Canaviais;	Técnico-comerciais (CEF)
	Papelaria	BAC - Papelaria/Tabacaria Avenida; NSM - Papelaria Piteira;	
	Religião	AZR - Igreja de S. Bento do Mato;	Voluntariado

		<p>Igreja Matriz de Nossa Senhora de Fátima; BAC - Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima; CAN - Paróquia de Nossa Senhora da Boa Esperança; Casa da Sagrada Família; GCD - Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Graça do Divor; NSM - Igreja Paroquial de Nossa Senhora de Machede; SMM - Igreja Matriz de S. Miguel de Machede; Igreja de S. Francisco;</p>	(EA)
	<p>Restauração</p>	<p>AZR - Café/Restaurante Retiro do Caçador; Pastelaria Vasques; Restaurante Bolas; Restaurante Sobreiro; Café/Restaurante Nascer do Sol; Café Snack/Bar Adega Velha; Pastelaria/Cervejaria Snack-Bar, O Tinocas; Bar, os Unidos; Snack-Bar GURA; BAC - Cafeteria Snack-Bar, Clérigos; Bar, Clube Futebol Eborense; Pastelaria, o Cebolinha; Snack-Bar/Restaurante Michel; Cafeteria Rico Doce; Restaurante Aviz; Cafeteria Centroa; Café Parreira; Café Rotunda do Marujo; Café/Restaurante, a Parreirinha; Café da Quinta; Cafeteria Garret; Restaurante Cruzeiro do Granito; Snack-Bar, Cafeteria do Granito; Cafeteria, a Coluna; Cafeteria/Charcutaria Ramos; Retiro do Cogumelo; Snack-Bar, Quiosque do Bacelo; Cafeteria Tulipa; Restaurante/Cervejaria Niki; Cafeteria Carvalho; Café-Snack/Bar, Raminho; Pastelaria das Corunheiras, Mina Doce; Café Petisqueira, o Corbie; Pastelaria/Charcutaria Vitória; Tasca das Pites; Tasca do Rijo; Churrasqueira</p>	<p>Empregado de mesa / bar (EE)</p>

		<p>Rei dos Frangos; Snack-Bar Ponto Azul; Restaurante a Fornalha; Cervejaria Patanisca; Cafeteria 4ª Dimensão; Café Snack-Bar, os Lusíadas; Mix Café; Restaurante, Curva do Bacelo; Chá de Café; Cafeteria Boa Nova; Pastelaria a Palmeira; Café/Restaurante, Associação de Moradores do Bairro do Bacelo; Café/Restaurante o Gugus; Snack-Bar, o Escondidinho do Bacelo; Pastelaria, a Tropical; Cafeteria Passos Reais; Manuel Galhetas, casamentos e baptizados; Cafeteria, o Pastor; Restaurante o Quintal D. Quixote; Cafeteria Dois Irmãos; Cafeteria Charcutaria e Tabacaria Suisse; Cafeteria St Moritz; Café Snack-Bar, o Puzzle; Snack-Bar, Luz Nova; Cervejaria/Marisqueira Magui; Restaurante Pôr do Sol; CAN - Café o Inácio; Café o Apressado; Café/Restaurante da Paz; Café Gamezone; Café Solar, S. Martinho; Cafeteria Faisca; Café/Restaurante Bridon; Restaurante o Cozinheiro; Bar Casa do Povo de Canaviais; Pastelaria Rico Doce; Snack-Bar/Restaurante «O Toninho»; Quintal D. Quixote, restaurante catering; Café Clube Desportivo e Recreativo Canaviais; GRD - Café/Restaurante «O Divor»; Café Moinho de Vento; Snack-Bar «O Bezica»; Bar Casa do Povo; NSM - Café Popular; Café Central; Café Banha; Café Associação de Caçadores e Pescadores; SMM - Snack-Bar Central; Adega do Miguel; Cafeteria Bar da Vila; Café «A Varanda»; Bar da</p>	
--	--	---	--

		Casa do Povo;	
	Serviços	<p>AZR - Millenium BCP; Caeiro, Administração de Propriedades, Lda; Rustitur - Planos Turísticos e Recreativos Lda; Cetambo, engenharia sanitária e ambiente; Açoreana Seguros; Trama Design, Marta Ricardo Unipessoal, Lda; Relojoaria Raposo;</p> <p>BAC - Exchange, Especialistas em financiamento; Barbearia Manuel Gaiato; Barbearia Velez; Manuel Diogo Almeida, reparação de electrodomésticos; Canalizador, Simão Pereira; Replima, reparação, refrigeração e climatização; Manuel António Leal Cortes, lenhas e aluguer de retroescavadoras; Mário Balsinhas, ar condicionado; MS Automóveis; Carlos Marques Santos, Unipessoal, Lda; Eborclima, ar condicionado; Acqualem, Fonte Lusa, sistemas de filtragem de águas; Vídeo Mania; Palmeira Videoclube, Tabacaria; Depileaser, Instituto de Beleza, Lda; Cinebank, clube vídeo 24h; Rota das Limpezas, sociedade limpezas, Unipessoal; A. C. Hipólito, Salão de Exposição Automóvel; Elisa Luz, engomadeira; Escola de Condução, Infante D'Évora; Securitas Direct; Carvalheira e Associados, Seguros Zurich; Pool, Solutions Évora; Bétula, arquitectura paisagística e comércio de flores; Veterinária Eboravet; Clínica Veterinária Vétalamos; Peritos Rigor - gabinete de peritagens, Lda; Bricomotor, aluguer de máquinas e equipamentos, Lda; Paulo Nuno Silva,</p>	Técnico-comerciais (CEF)

		fotografias, Unipessoal, Lda; CAN - Amadeu José da Conceição Correia, máquinas de diversão; Maria Biscoito e Companhia, festas com magia; Centro Hípico Vale Flor; Tqual,Lda, higiene e segurança no trabalho; Fernando Pires, equitação, unipessoal, Lda; AE - Artes do Espectáculo, sociedade de reprodução e gestão de cultura, Lda; José Augusto da Costa Araújo - Sociedade Unipessoal, Lda; Dinjotur, organização de eventos, Unipessoal, Lda; Júlia Maria Costa Mendonça Mira, Cassilda Jesus Mendonça Mira e Ana Teresa Jesus, imobiliária;	
	Turismo Rural	CAN - Quinta do Pintor, turismo rural; Quinta da Nora, turismo rural;	Hotelaria (CEF)
Actividade Industrial	Batata frita	CAN - Batatas Fritas Artesanal Pura, de Catarina Costa Galego Godinho;	
	Caixilharia	BAC - António Pica Encarnação, caixilharia, Lda;	
	Carpintaria	AZR - Carpintaria Jacinto Abadia; José F.C. Pequito, carpintaria; BAC - Fernando Manuel Pardal Cardador, oficina e carpintaria; SMM - Vicente José Batista Galiano, carpintaria;	Carpintaria (EE)
	Construção Civil	AZR - RF Rosado & Filhos, construção civil e obras públicas; Manuel Cosme, pintura e construção civil; Azarunível, sociedade de construções de Azaruja, Lda; Feles Inverno, materiais de construção civil; BAC - A V Modas, construção civil Lda; Borges e Pascoal Lda, empreiteiros de estuque; Pinturas Joaquim Saloio; Baião & Filhos, construção civil; Alémobra, sociedade de construção imobiliária; Marcelino Rego, construções, Lda; Saraiva &	

		Letras, Lda; Telheiro do Gaio; CAN - Amândio e Godinho, Sociedade de Construções, Lda; Construções M. J. Cavaco; Construções M.J. Saragoça, Lda; Joaquim Carrasco, construção e recuperação de edifícios; Construções Tição, Lda; Sociedade de Construções Unipessoal, Lda; Vareta & Valente, Lda; Manuel José Barbeiro, construções; R.N.S. Sociedade de Construções, Unipessoal, Lda; Ferreira & Dordio, Lda; NSM - Diana Limpa, construção civil e limpezas; Damásio Peixe, empreiteiro de estuque; RVJ, Sociedade Construções Lda; JBP, construções; Adelino Fialho, construção civil; Piteira e Piteira, construção civil; Cachola e Cachola, Lda, construção civil; Joaquim Inácio Buchas, retroescavadoras e construção civil; SMM - Construções Manuel Inácio Rico; Construções António José Bravo Canha, Construções A. Silva & Rego, Lda;	
	Cutelaria	AZR - Cutelaria Joaquim André Silva Franzina, Herdeiros, Lda;	
	Curtumes	NSM - Lidório & Fernandes,Lda;	
	Electricidade	BAC - Evoracontrol, instalação de automatismos, Lda; Instalévora, Lda; CAN - Dianatel, Montagens Eléctricas, Lda; Evorcontrol - instalação de automatismos, Lda; Nova Luz - montagem redes eléctricas; NSM - Libório & Fernandes,Lda; Maximus Power Box - Fabrico de Equipamentos Eléctricos, Unipessoal;	Electricidade (CEF)
	Indústria Corticeira	AZR - TICA - transformação industrial corticeira Azarujense Lda; Juvenal M.	

		Varela Mira & Filhos, Lda; Norberto dos Santos Ginó; Tiago Melro & Filhos, Lda; Adriano José Carapinha, Ginó & Filhos, Lda; Adriano Sureda Ferrão Tique, Herdeiros, Lda; António Pepe & M ^a Lucinda, Lda; Cortiçarte, arte em cortiça Lda; Granaz; Pepe Duque Ferrão e Filhos, Lda; Canelas e Companhia, Lda; Felizardo Mira e Filhos, Lda; Prates Vasques, cortiça, Lda;	
	Mecânica	AZR - Herman Daamen, máquinas agrícolas; Oficina Auto-Azarujense; BAC - Lubridiana, comércio de lubrificantes e acessórios Lda; Manuel Maria Filhos, Lda; Evagro, assistência técnica; A L. Amaral, oficina de bate-chapas, pinturas; Francisco Catarino & António Barrambana, oficina auto; José Vilalva, oficina reparações auto; Adriano Hipólito, bate-chapas e pintura; Auto Roque Vinagre e José António, oficina de reparações; Manuel Henrique Gomes Sobral, oficina auto; Decor Jipe, acessórios todo-o-terreno; Manuel Santana, mecânico de máquinas de costura; CAN - Oficina de Mecânica Geral; J. J. Madeira, reparação e comércio de automóveis; Portas - António A.T. Correia; Expresso Glass, substituição e reparação vidros auto; GRD - A. J. Salvadinha, mecânico auto, Unipessoal, Lda; NSM - Valentim Pereira, mecânico auto e motociclos; Joaquim Barradas, reparação de máquinas agrícolas; SMM - Miguel Nunes, mecânica;	Serralharia Civil (CEF)
	Metalomecânica	BAC - Fialho, alfaias agrícolas - Fialho e Irmãos; Tecnitornos, Eborense, Lda;	Serralharia Civil (CEF)

		Premetal, metalurgia de reparações e máquinas agrícolas agrícolas, Lda; Manuel Fialho, Lda; CAN - Sociedade Metalúrgica dos Canaviais, Lda;	
	Móveis	AZR - Empadaria/Creparia, de Manuel Luís Duarte; CAN - Galerias Móveis S. Francisco Lda; Adelino Ourives, móveis de cozinha, mobílias e restauro;	Recepção e Atendimento (CEF)
	Panificadora	BAC - Panificadora Central Eborense; CAN - Padaria Qualitus, Lda; Manuel Ramos da Silva, fabrico e venda de empadas; NSM - Panificadora de Nossa Senhora de Machede; Padaria André Balixa; SMM - Panificadora «A Flor»;	Pastelaria (EE)
	Pavimentos/Soalhos	AZR - J. Lobato, construções em pavimentos de madeira, Lda; SMM - João Romão & Filhos, assentamento de soalho e tacos;	
	Pintura	SMM - Epifâneo Canha, pintura auto;	
	Praça de Táxis	AZR - Táxis Pimpão, Lda; Táxis Godinho, Lda; BAC - Auto Táxis Ludovino Machado, Lda; CAN - Serman, serviços de táxis; Lda; GCD - Isidro José Lobo; Táxis Matos; SMM - Táxis Fonte-Boa, Lda;	
	Queijaria	CAN - Queijaria Cachopas;	
	Serralharia Civil	AZR - RF Rosado & Filhos, serralharia civil;	Serralharia Civil (CEF)
Actividade Agrícola	Agricultura	AZR - Sociedade Agrícola Herdade da Venda, Lda; Sociedade Agrícola Paço de Camões, Lda; CAN - Sociedade Agro-Florestal Barrocal do Degebe, Lda; Sociedade Agrícola de Alpedriche, Lda; Sociedade Agrária de Transformacion, Los Gonzalez; GRD - Sociedade Agrícola de Vale das Marias, Lda; NSM - Coolma - Cooperativa	

		Oleícola de Machede; Cooperativa Agrícola Nº 1 de Nossa Senhora de Machede; Unidade Colectiva de Produção Agrícola Povo Unido de S. Vicente de Valongo, SCRL; SMM - José Pacheco, Alfaias Agrícolas; Sociedade Agro-Pecuária do Monviso Lda; Logovinha, Sociedade Agrícola, SA;	
	Silvicultura	BAC - Viveiro Florestal;	Jardinagem (EE)
	Viticultura	BAC - Quinta/Adega da Cartuxa; SMM - Quinta da Pardiela; Adega do Valério;	
Saúde e Segurança Social	Centro de Acunpuntu-ra	BAC - Centro Acunpuntura Alentejo, Lda;	
	Centro de Dia	AZR - Santa Casa da Misericórdia de Azaruja; BAC - Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima, Associação de Idosos e Reformados do Bacelo (AIRB); CAN - Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos dos Canaviais (ARPIC); Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Habitação e Lazer de São Leonardo; GRD - Lar da 3ª Idade de Graça de Divor; NSM - Obra S. José Operário, Nossa Senhora de Machede; Associação para o Desenvolvimento e Bem-Estar de Nossa Senhora de Machede; SMM - Centro de dia Obra de S. José Operário, S. Miguel de Machede; Centro de Dia de S. Miguel de Machede; Associação, Amigos, Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Miguel de Machede;	Geriatricia (CEF)
	Centro Dietético	BAC - Centro Dietético do Bacelo;	
	Centro de Fisioterapia	BAC - Fisiobacelo, Centro de Fisioterapia do Bacelo;	
	Centro de Saúde	AZR - Centro de Saúde de Évora -	Recepção e

		Extensão de Saúde de Azaruja; BAC - I. D. T., Delegação Regional de Évora; Fresenius Medical Care; GRD - Centro de Saúde de Évora - Extensão de Graça de Divor; NSM - Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de Nossa Senhora de Machede; SMM - Centro de Saúde de Évora - Extensão de Saúde de S. Miguel de Machede;	Atendimento (CEF)
	Clínica Análises	AZR - Flaviano Gusmão, posto de colheita de Azaruja; BAC - Laboratório do sono, estudo e planeamento de apneia do sono; Lancrome, laboratório de análises cromatográficas, Unipessoal, Lda;	Recepção e Atendimento (CEF)
	Clínica Dentária	BAC - Dentevora, Clínica Dentária de Évora;	
	Clínica Enfermagem	BAC - Clínica de Enfermagem do Bacelo;	
	Consultório Médico	BAC - Consultório Médico, Manuel Fialho Bento;	
	Farmácia	BAC - Farmácia Teixeira;	
	Hospital	Hospital do Espírito Santo - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental;	
	Lar	AZR - Santa Casa da Misericórdia de Azaruja; BAC - Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima; Associação Moradores do Bairro do Bacelo; Lar de Idosos «Obra s. José Operário»; CAN - Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano; Habitação e Lazer de São Leonardo; GRD - Lar da 3ª Idade de Graça de Divor; NSM - Obra S. José Operário, Nossa Senhora de Machede; SMM - Lar Obra de S. José Operário, S. Miguel de Machede;	Geriatria (CEF)

	Posto de Medicamentos	AZR - Farmácia Santana Unipessoal, Lda; BAC - Ervanária Cris; CAN - Posto Farmacêutico Móvel dos Canaviais - Farmácia Central; NSM - Posto Farmácia Galeno; SMM - Posto Farmácia Branco;	
Actividade Desportiva	Associação	CAN - Associação Desportiva de Caçadores e Pescadores dos Canaviais (Monte do Montinho); SMM - Associação Desportiva Cinegética das Lages Grandes;	Serviço Cívico (EA)
	Clube	BAC - Clube de Ténis de Évora; Clube Vólei de Évora; Clube de Caça Associativa Moderna; Clube de Caça e Pesca do Bacelo; NSM - Clube Desportivo de Caça e Pesca de Nossa Senhora de Machede; SMM - Clube de Caça e Pesca de S. Miguel de Machede;	
	Grupo	AZR - Grupo União Recreio Azarujense; Grupo Columbófilo Azarujense; Grupo Desportivo Azarujense; BAC - Grupo Futebol Eborense; CAN - Grupo Desportivo e Recreativo de Canaviais; GCD - Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Graça de Divor; NSM - União Desportiva Machedense; SMM - Grupo Desportivo e Recreativo Micaelense;	Desporto (CEF)
Actividade Recreativa Cultural e Lazer	Associação	AZR - Associação de Defesa dos Interesses e Cultura da Azaruja (ADICA); Associação de Desenvolvimento e Solidariedade de Azaruja (ADSA); Associação Sócio-cultural Terapêutica de Azaruja; BAC - Associação Moradores do Bairro do Bacelo; 4ª Dimensão - Associação Paroquial; Associação Portuguesa do	Serviço Cívico (EA)

		<p>Cavalo Luso-Árabe (APCLA); Associação Escolinha D'Arte; Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento Nº 4 de Escolas de Évora; Associação de Surdos de Évora; CAN - Associação Sócio - Cultural e Recreativa do Pessoal do Espírito Santo; Associação Columbófilos do Grupo Desportivo e Recreativo dos Canaviais; GCD - Associação de Idosos e Reformados Nossa Senhora Graça de Divor; Associação Juvenil de Graça de Divor; Associação de Caçadores de Graça de Divor; NSM - Associação de Caçadores e Pescadores do Montinho e Anexos; SMM - Associação Cantinho dos Necessitados; Associação Cultural Desportiva e Recreativa das Courelas da Toura;</p>	
	Banda	<p>AZR - Banda Filarmónica do Grupo União e Recreio Azarujense; NSM - Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede; SMM - Banda Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo;</p>	Serviço Cívico (EA)
	Casa do Povo	<p>CAN - Casa do Povo de Canaviais; GCD - Casa do Povo de Graça de Divor; NSM - Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede; SMM - Casa do Povo de S. Miguel de Machede;</p>	Serviço Cívico (EA)
	Grupo	<p>AZR - GOSMA - Grupo Orgulhoso de ser Motard Alentejano; Grupo Musical Azarujense, «Os Unidos»; Grupo de Amigos do TT; Grupo Cicloturismo Azarujense; BAC - Ciclotur; Grupo Motard do Templo; NSM - Grupo de Jovens de Nossa Senhora de Machede;</p>	Serviço Cívico (EA)

		SMM - Grupo Musical Dependentes do Ritmo; Grupo the Grum; Grupo Musical Asas Latinas;	
	Núcleo	AZR -Núcleo Associado Jovens Azarujenses (NAJA); BAC - Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português, Agrupamento Nº 37; NSM - Corpo Nacional de Escutas, Agrupamento 1191 de Nossa Senhora de Machede;	Voluntariado (EA)
Transportes e Comunicações	Agência de Viagens	CAN - República das Viagens - viagens e turismo, Lda;	Técnico-comerciais (CEF)
	Transporte de Mercadorias	CAN - Transportes Luís & Jerónimo, Lda; Translinhol, transportes de mercadorias, Lda;	
Educação	Creche	BAC - Creche Palmo e Meio; Creche, o Pequerrucho; CAN - Creche da Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano, Quinta dos Apóstolos; Creche, Casa do Sagrado Coração de Jesus, Quinta do Pio, Creche; NSM - Creche da Obra de S. José Operário; SMM - Creche da Obra de S. José Operário;	Animadora (EE)
	Jardim-de-Infância	AZR - Jardim-de-Infância de Azaruja; BAC - Jardim-de-Infância, Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima; Jardim-de-Infância, Escolinha D'Arte; Jardim-de-Infância do Bacelo; Jardim-de-Infância Penedo de Ouro; CAN - Jardim-de-Infância de Canaviais; Jardim-de-Infância da Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano, Quinta dos Apóstolos; Infantário, Casa do Sagrado Coração de Jesus, Quinta do Pio; Jardim-de-Infância, O Ninho; GCD - Jardim-de-Infância de Graça de	

		Divor; NSM - Jardim-de-Infância de Nossa Senhora de Machede; SMM - Jardim-de-Infância da Obra de S. José Operário;	
	Escola EB1	AZR - Escola EB1 de Azaruja; BAC - Escola EB1 de Frei-Aleixo; CAN - Escola EB1 de Canaviais; GCD - Escola EB1 de Graça de Divor; NSM - Escola EB1 de Nossa Senhora de Machede; SMM - Escola EB1 de S. Miguel de Machede;	Serviço Cívico (EA)
	Escola EB2/3	BAC - Escola EB 2/3 Conde de Vilalva;	Auxiliar Acção Educativa (EE)
	Universidade	BAC - Pólo da Universidade de Évora - Leões;	
	Ensino Especial	AZR - Associação Oficina da Courela; BAC - Cercidiana CRL; Casa das Pites, Unidade Residencial, Cercidiana; CAN - Cercidiana; Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade Social (ARASS); Associação Sócio-Terapêutica de Évora;	Serviço Cívico (EA) Carpintaria (EE)
	Escola Comunitária	BAC - Centro Comunitário Pastorinhos de Fátima; SMM - Associação para o Desenvolvimento Comunitário - Suão;	Serviço Cívico (EA)
	Escola de Música	AZR - Escola de Música da Banda do Grupo União e Recreio Azarujense; NSM - Escola de Música da Banda Filarmónica da Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede; SMM - Escola de Música da Banda Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo; de S. Miguel de Machede;	Serviço Cívico (EA)

Legenda: Classes de actividade económica com oferta formativa no Agrupamento

Classes de actividade económica potenciadoras de novas ofertas educativas no Agrupamento

AZR – Azaruja; **BAC** – Bacelo; **CAN** – Canaviais; **GCD** – Graça de Divor; **NSM** – Nossa Senhora de Machede; **SMM** – S. Miguel de Machede

Anexo 19 – Instituições com carácter educativo no Agrupamento

Anexo 19 – Instituições com carácter educativo no Agrupamento

(Freguesia de S. Bento do Mato: Instituições com carácter educativo)

Associação de Defesa dos Interesses e Cultura da Azaruja (ADICA)
Associação de Desenvolvimento e Solidariedade de Azaruja (ADSA)
Cortiçarte, arte em cortiça Lda
Grupo União Recreio Azarujense
Junta de Freguesia de S. Bento do Mato
Núcleo Associado Jovens Azarujenses (NAJA)
Snack-Bar GURA
Teresa Ricardo, contabilidade e serviços
Trama Design, Marta Ricardo Unipessoal, Lda

(Freguesia de Bacelo: Instituições com carácter educativo)

Associação de Idosos, Reformados e Pensionistas do Bacelo (AIRB)
Associação Moradores do Bairro do Bacelo
Café; Restaurante, Curva do Bacelo
Centro Social e Paroquial de Nossa Senhora de Fátima
Corpo Nacional de Escutas, Escutismo Católico Português, Agrupamento Nº 37
Fialho, alfaias agrícolas - Fialho e Irmãos
Francisco Catarino & António Barrambana, oficina auto
Grupo Futebol Eborense
João M. Alves Rosa, Lda, equipamentos para escritório e consumíveis
Ju Cabeleireiros
Junta de Freguesia do Bacelo
4ª Dimensão - Associação Paroquial

(Freguesia de Canaviais: Instituições com carácter educativo)

Adelino Ourives, móveis de cozinha, mobílias e restauro
Associação de Reabilitação, Apoio e Solidariedade Social (ARASS)
Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos dos Canaviais (ARPIC)
Associação Mutualista Legado Caixeiro Alentejano
Bar Casa do Povo de Canaviais
Casa do Povo de Canaviais
Cercidiana
Junta de Freguesia dos Canaviais
Grupo Desportivo e Recreativo de Canaviais
Lavandaria/Papelaria Canaviais
Novabit - Informática, Lda

Salão de cabeleireira - Mena Luz

(Freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor: Instituições com carácter educativo)

A. J. Salvadinha, mecânico auto, Unipessoal, Lda
Associação de Idosos e Reformados Nossa Senhora Graça de Divor
Associação Juvenil de Graça de Divor
Casa do Povo de Graça de Divor
Francisco Charrua, artesanato
Grupo Desportivo Cultural e Recreativo de Graça de Divor
J. B. Cavaco, Equipamentos Industriais
Junta de Freguesia de Graça do Divor
Snack-Bar «O Bezica»

(Freguesia de Nossa Senhora de Machede: Instituições com carácter educativo)

Associação para o Desenvolvimento e Bem-Estar de Nossa Senhora de Machede
Café Popular
Casa do Povo de Nossa Senhora de Machede
Corpo Nacional de Escutas, Agrupamento 1191 de N. Sra Machede
Grupo de Jovens de Nossa Senhora de Machede
Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Machede
Lidório & Fernandes,Lda
O Cabaz, comércio misto
União Desportiva Machedense

(Freguesia de S. Miguel de Machede: Instituições com carácter educativo)

Associação, Amigos, Reformados, Pensionistas e Idosos de S. Miguel de Machede;
Associação Filarmónica «24 de Junho» da Casa do Povo de S. Miguel de Machede;
Associação para o Desenvolvimento Comunitário – Suão;
Café «A Varanda»;
Junta de Freguesia de S. Miguel de Machede;
Miguel Nunes, mecânica;
Teresa Margarida Prates Ramos de Carvalho;
Vicente José Batista Galiano, carpintaria;

Anexo 20 – Instituições com carácter educativo na freguesia de Horta das Figueiras

Anexo 20 – Instituições com carácter educativo na freguesia de Horta das Figueiras

António Calhau Lobo Silveira, Lda
Associação de Idosos, Reformados e Pensionistas da Horta das Figueiras
Associação de Moradores do Bairro da Torregela
Associação de Moradores do Bairro de Almeirim
Associação de Mini-Golfe de Évora
Cáritas Diocesana de Évora
Centro Social Paroquial de S. Brás
Junta de Freguesia da Horta das Figueiras
Multiauto, Placa Alentejo
Obrévora
Staff, Sociedade Mediadora de Seguros
Sérgio Eduardo Santana Rodrigues, Unipessoal

**Anexo 21 – Questionário das Aprendizagens
Institucionais – Q.A I. (I)**

Centro de Investigação em Educação e Psicologia

**Questionário das Aprendizagens Institucionais
Q.A.I. (I)**

Freguesia		Instituição			Local / Sítio de Freguesia		Endereço		

1. Freguesia

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

- Azaruja
- Bacelo
- Canaviais
- Graça de Divor
- Nossa Senhora de Machede
- São Miguel de Machede

2. Caracterização da Instituição:

2.1 Designação:

2.2. Número de Associados / Sócios (proprietários):

2.3 Data de Fundação: _____

2.3.1.Ocorreu Interrupção de Actividade:

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

- Sim
- Não

2.3.1.1.Data de Reinício de Actividade:

2.4 Natureza Estatutária:

<input type="checkbox"/>

- Público

Privado

Outra

Qual?

2.4.2. Natureza jurídica e funcional

Autarquia

Instituição Particular de Solidariedade Social

Associação de Desenvolvimento Local

Associação Juvenil

Empresa

Cooperativa

Estabelecimento de Ensino

Outra

Qual?

2.4.3. Área de Actividade

Cultural

Educacional

Social

Religiosa

Comercial / Restauração

Industrial

Desportiva

Recreativa / Lazer

Agrícola

Outra

Qual?:

3. Actividades Desenvolvidas entre 1997 e 2007

3.1. A Instituição possui Plano Anual de Actividades:

Sim

Não

3.2. Quotidiano

3.2.1. Funcionamento

Contínuo (ao longo de todo o ano)

- Em determinadas alturas do ano
Quais? _____
- Pontualmente
Quando? _____
- Outro*
Qual? _____
-

3.2.2. Horário de Funcionamento

- Geral (Laboral)
- Reduzido (Um período / pós laboral)
- Pontual
- Outro horário*
Qual? _____
-

3.2.3. Acesso do Público

- Geral (sem restrições)
- Condicionado (com restrições)
Quais? _____
- Outro*
Qual? _____

3.1.4. Pessoal

- Remunerado
- Voluntário
- Outro vínculo*
Qual? _____
-

3.1. Organização e Administração

3.2.1. Contabilidade

- Organizada
Pela Própria Instituição
Quem
Organiza: _____
- Por uma entidade Exterior
Qual? _____
-

Não Organizada

3.2.2. Trabalho Administrativo

Reuniões de Direcção
Periódicas
Pontuais

Com Actas
Sem Actas

Reuniões de Assembleia
Periódicas
Pontuais
Com Actas
Sem Actas

Outro tipo de Reuniões
Qual?

3.2.3. Relacionamento Interinstitucional

Parcerias
Quais?

Com Protocolo
Sem Protocolo

Outro
Qual?

**Anexo 22 - Questionário das Aprendizagens
Institucionais – Q.A I. (II)**

Centro de Investigação em Educação e Psicologia

**Questionário das Aprendizagens Institucionais
Q.A.I. (II)**

Freguesia	Instituição			Local/Sítio de Freguesia	Endereço			Aprendizagem			Ano de Realização			

4. Caracterização da Actividade que envolve Aprendizagem:

4.1. Designação: _____

4.2.1. Responsabilidade da Concepção da Actividade

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

- Própria Instituição
- Outra Instituição
- Uma parceria envolvendo a Instituição
- Outra responsabilidade
- Qual? / Quem?*

4.2.2. Responsabilidade pela Concretização da Actividade

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

- Instituição**
- Da própria Instituição
 - Outra Instituição
 - Uma parceria envolvendo a Instituição
 - Outra responsabilidade
 - Qual?*

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

- Formadores**
- Da Instituição
 - De outra Instituição da Freguesia

De outra Instituição de outra Freguesia do concelho
Exterior ao Concelho
De onde?

4.2.3. Objectivos da Actividade

Desenvolvimento Local
Promoção da Cultura
Promoção da Informação
Promoção do Apoio Social
Carácter Lúdico / Recreativo
Modernização da própria Instituição
Formação do Pessoal da Instituição
Formação Profissional
Formação Escolar
Formação Profissional e Escolar
Outro(s) Objectivo(s)

Quais:

4.2.4. Público – Alvo

4.2.4.1. Grupo – Alvo

Toda a Comunidade Local
Grupo Específico
Jovens
Adultos em Idade Activa
Empresários
Famílias
Destinado a um sector de profissional em particular
Qual?

4.2.4.2. Faixa Etária

<input type="checkbox"/>	Todas as Faixas Etárias
<input type="checkbox"/>	Faixa Etária Específica
<input type="checkbox"/>	Jovens
<input type="checkbox"/>	Adultos em Idade Activa
<input type="checkbox"/>	Idosos
	<i>Qual?</i>

4.2.4.3. Género

<input type="checkbox"/>	Masculino
<input type="checkbox"/>	Feminino
<input type="checkbox"/>	Ambos

4.2.3. Número de Participantes

<input type="checkbox"/>	Até 10
<input type="checkbox"/>	11 – 20
<input type="checkbox"/>	21 – 30
<input type="checkbox"/>	Mais de 30

4.2.4. Local de Realização

<input type="checkbox"/>	Na Freguesia
<input type="checkbox"/>	Na própria instituição
<input type="checkbox"/>	Noutro local
	<i>Onde?</i> _____
<input type="checkbox"/>	Noutra Freguesia
	<i>Qual?</i> _____
	<i>Em que instituição?</i> _____

4.2.5. Duração da Actividade

<input type="checkbox"/>	1 Dia
<input type="checkbox"/>	2 – 7 Dias (1 semana)
<input type="checkbox"/>	8 – 14 Dias (2 semanas)
<input type="checkbox"/>	Mais de 14 Dias

<input type="checkbox"/>	Permanente
<input type="checkbox"/>	Pontual

4.2.6. Horário

<input type="checkbox"/>	Geral (Laboral)
<input type="checkbox"/>	Reduzido (Extra Laboral)
<input type="checkbox"/>	Pontual
<input type="checkbox"/>	<u>Outro horário</u>
	<i>Qual?</i>

4.2.9. Avaliação

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Ao Longo da Aprendizagem
<input type="checkbox"/>	No Final da Aprendizagem
<input type="checkbox"/>	Não

4.2.10. Certificação

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Equivalência Académica
<input type="checkbox"/>	Equivalência Profissional
<input type="checkbox"/>	Equivalência Académica e Profissional
<input type="checkbox"/>	Social (da responsabilidade da Própria Instituição)
<input type="checkbox"/>	Certificado de Participação no evento
<input type="checkbox"/>	Não

4.2.11. Financiamento da Actividade

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Própria Instituição
<input type="checkbox"/>	Com recurso ao Exterior
<input type="checkbox"/>	Institucional
<input type="checkbox"/>	Particular
<input type="checkbox"/>	Contrato resultante de candidatura
<input type="checkbox"/>	Subsídio

Não

4.2.12. Parcerias

Sim
 Não

4.2.12.1. Em caso afirmativo

Sim									
Natureza Estatutária das Instituições Parceiras			Localização das Instituições Parceiras			Grau de Formalidade da Parceria			
Pública	Privada	<u>Outro Qual</u>	Freguesia <u>Qual</u>	Outra Freguesia <u>Qual</u>	Exterior Ao Concelho <u>Qual</u>	Informal	Formal Sem Protocolo	Formal Com Protocolo	<u>Outro Qual</u>

4.2.13. Recursos Utilizados

Tecnológicos
 Materiais
 Humanos
 Outros recursos
Quais? _____

4.2.14. Natureza da Participação

Obrigatoriedade da Participação
Condição de obrigatoriedade?

Não Obrigatoriedade da Participação

4.2.15. Relevâncias das Aprendizagens

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Escolares / Académicas

Profissionais

Sociais

Familiares

Pessoais

Outra relevância

Quais: _____

4.2.16 Outros aspectos relevantes

1) Disponibilidade para realizar parcerias educativas com o Agrupamento de Escolas Nº 4 de Évora.

<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>

Sim

Não

2) Se respondeu sim, indique caminhos conjuntos que possam ser percorridos nesse projecto de parcerias educativas

Fonte: Universidade de Évora - Centro de Investigação em Educação e Psicologia (adaptado)